pombalina
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A popularização da cultura republicana: 1881-1919

Autor(es): Ribeiro, Lia

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/2730

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0213-4

Accessed : 11-Dec-2022 23:03:52

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

pombalina.uc.pt
digitalis.uc.pt

A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)

Lia Ribeiro

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

REPÚBLICA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLECÇÃO REPÚBLICA
Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLECÇÃO REPÚBLICA
Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http//www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.com

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

REVISÃO
Rita Almeida

PRÉ-IMPRESSÃO
António Resende

INFOGRAFIA DA CAPA
Carlos Costa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Sereer, soluções editoriais

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Carimbo de Barrete Frígio
de um antigo gravador Lisboeta

ISBN
978-989-26-0082-6

ISBN Digital
978-989-26-0213-4

DOI
http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0213-4

DEPÓSITO LEGAL
329678/11

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1910 · 2010
COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

© MAIO 2011, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Popularização da Cultura Republicana

1881-1910

Lia Ribeiro

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

À memória de meu Pai
A. Paulo

Ao António Manuel,
minha âncora

À Constança e à Madalena,
minha esperança

(Página deixada propositadamente em branco)

Deux conditions sont nécessaires pour mettre sur pied une République, l'une facile: lui donner une constituition républicaine; l'autre difficile: lui donner un peuple de républicains.

Ferdinand Buisson (1899)

Ah! Esse pobre povo algemado, faminto, ignorante, inconsciente, essa grande multidão de deserdados, de cérebro acanhado, de estômago vazio, merece bem o esforço, o trabalho e a dedicação dos que se orgulham de intelectuais, dos que, possuindo cérebro pensante, veêm o Mal, a Infâmia, a Justiça e contraem nessa visão o dever absoluto de combater toda a miséria e de pregar o Bem!

Luís Filipe da Mata (1901)

O nível mental dos povos é sempre garantia ou negação do seu progredimento moral e material. [...] Ora se os poderes que mais deviam proporcionar os melhoramentos públicos, tanto na esfera moral como material, o contrariam, cumpre aos verdadeiros apóstolos do progresso dar-lhe o mais potente impulso.

Angelina Vidal (1881)

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

PREFÁCIO 11

I – INTRODUÇÃO 15

II – A MILITÂNCIA REPUBLICANA 21

1. O Republicanismo como cultura 21
2. A rede orgânica do movimento republicano 32
2.1. O Clubismo: etapas e geografia 32
2.2. Funções do associativismo republicano 51

III – A POPULARIZAÇÃO DA CULTURA REPUBLICANA 65

1. Os agentes culturais 65
1.1. Dinamizadores 65
1.2. População-alvo 71
1.3. Momentos de acção cultural intensa 78

2. A cultura republicana popularizada 82
2.1. A Questão do Regime 82
2.2. A Questão Religiosa 92
2.3. A Questão Social 103
2.4. O Feminismo 114
2.5. A Questão da Educação e do Ensino 122
2.5.1. A História 142
2.5.2. A Ciência 156

3. Meios de popularização cultural 161
3.1. A Escola 161
3.1.1. Ensino Pré-Escolar 165
3.1.2. Ensino Elementar 166

3.1.3. Ensino Secundário 180
3.1.4. Ensino Superior 180
3.1.5. Ensino Técnico/Científico 184

3.2. Meios em espaço aberto 193
3.2.1. Passeios/Excursões/Merendas 193
3.2.2. Touradas 204
3.2.3. Quermesses 204
3.2.4. Bodos aos pobres 205
3.2.5. Festas cívicas 207
– A festa da árvore 207
– O culto do «grande homem» 212

3.3. Meios em espaço fechado 220
3.3.1. Conferências 220
3.3.2. Sessões solenes 222
3.3.3. Récitas 224
3.3.4. Leituras públicas 243
3.3.5. Bailes 246

4. As ritualizações políticas e culturais 247
4.1. A simbologia e imagética do espaço – A música/A poesia/Os gestos 247
4.2. O Tempo (O Comemoracionismo) 263

IV – CONCLUSÃO 267

V – FONTES E BIBLIOGRAFIA 277

PREFÁCIO

A obra de Lia Ribeiro representa um avanço significativo na produção de conhecimentos sobre a República durante os três decénios anteriores à implantação do novo regime político ocorrida a 5 de Outubro de 1910. Se o republicanismo era um neo-iluminismo e uma utopia sustentados por uma elite política e intelectual oposta à Monarquia, não deixava também de se revelar como um movimento cultural que pretendia plasmar-se nas massas populares através do clubismo político e dos seus agentes culturais como bem demonstra a autora no seu belo livro. Na verdade, faltava-nos um estudo que demonstrasse essa capacidade dos republicanos em difundirem a cultura nos diferentes estratos sociais especialmente dos meios urbanos e, em particular, da nossa capital. Para isso, a autora procedeu a uma vasta pesquisa em fontes, como a imprensa da época, fazendo um levantamento das questões em causa e criando uma base de dados que lhe permitiu a quantificação de aspectos do proselitismo republicano como foram, por exemplo, as conferências realizadas no país pelas figuras mais distintas do movimento político e cultural. A esta originalidade da investigação, Lia Ribeiro juntou todo um trabalho de arquitectura de uma obra escrita de modo fluente e fácil. Sendo assim, a sua leitura transmite-nos o conhecimento da republicanização da cultura em aspectos como as questões do regime, religiosa, social, a educação e ensino e o feminismo. Por outro lado, explora os meios em espaço aberto utilizados pela elite republicana na difusão da sua mensagem: os passeios, as excursões, as merendas, as touradas, as quermesses, os bodos aos pobres, as festas cívicas. E os meios em espaço fechado: as conferências, as sessões solenes, as récitas, as leituras

públicas e os bailes. Tudo isto no sentido da criação de uma nova simbologia e imagética do espaço que se pretendia substituir à mundividência católica e clerical. A música, a poesia e os gestos eram elementos que carreavam uma nova visão do mundo associada ao comemoracionismo que trazia consigo uma nova concepção do tempo. Assim, o republicanismo, na sua vertente cultural (e política) não se cingiu a um movimento elitista, embora o escol republicano desempenhasse uma função motora nesse processo histórico de transformação de uma sociedade prisioneira do ruralismo e do analfabetismo que dificultavam a adesão às novas ideias sustentadas por figuras como Teófilo Braga, Heliodoro Salgado, Consiglieri Pedroso, Manuel de Arriaga, Agostinho Fortes, Fernão-Botto Machado, Gomes da Silva, Sá Pereira, Augusto José Vieira, Bernardino Machado, Elias Garcia, Magalhães Lima, António José de Almeida, Afonso Costa, Feio Terenas, Brito Camacho, João de Meneses, Angelina Vidal e muitos outros. O poder da palavra tinha aqui um papel determinante na republicanização das consciências e na criação de uma sociabilidade nova distanciada daquela que tradicionalmente era criada pela Igreja católica. Na realidade, o republicanismo inspirava-se, em última análise no positivismo e no cientismo os quais funcionavam como paradigmas culturais que apontavam no sentido da criação de uma visão laica do universo, da sociedade e da cultura. Tudo isto está exemplarmente demonstrado no livro de Lia Ribeiro que nos explica, logo no início da sua obra a vertente cultural da República. Julgo que o «5 de Outubro» – ponto de chegada de todo um processo de mutação histórica – foi uma ruptura política. No entanto, é redutor considerá-lo apenas assim. A autora demonstra que a República foi também uma revolução cultural forjada pelo militantismo republicano de elite e das camadas populares. Fortemente enraizada em Lisboa, a cultura republicana também tinha uma significativa influência noutras povoações a sul e a norte do rio Tejo e em cidades como o Porto, Coimbra, etc.. No entanto, a Igreja católica bem enraizada no norte e no centro do país, contando com a hierarquia, com cerca de 6000 padres e com várias ordens religiosas enquadrava uma boa parte da sociedade e dificultava a penetração da cultura republicana numa vasta área geográfica do país. Como Lia Ribeiro demonstrou, com os seus preciosos gráficos, a evolução das conferências, comícios e actividades

culturais republicanas tem um pico logo na década de 80, sofre de alguma estagnação nos anos 90 e intensifica-se, de forma extraordinária, a partir de 1903 atingindo o seu ponto mais alto nas vésperas da República quando as forças monárquicas revelavam todos os sinais de fraqueza. A elite livre-pensadora e laica preparou, assim, o terreno no domínio cultural para a transformação ocorrida em 5 de Outubro de 1910 a qual continuaria durante a vigência do novo regime.

Concluo afirmando que Lia Ribeiro escreveu um excelente livro que nos dá uma panorâmica original de uma realidade sobre a qual havia muitos «palpites», mas que ainda não tinha sido estudada de forma sistemática. A autora consegue fundir o rigor da análise histórica com a clareza da síntese resultando daí uma abordagem objectiva e desapaixonada a qual nos revela a historiadora que, de forma isenta mas não neutra, nos dá a conhecer uma vertente do republicanismo de grande importância e significado. O «compromisso» de Lia Ribeiro é com o avanço civilizacional protagonizado pelos republicanos portadores de uma concepção laica do poder político e da cultura. Para o leitor interessado, esta obra não deixará de trazer confirmações e surpresas ao longo das suas páginas bem elaboradas e de escrita cristalina.

Vítor Neto
Professor Auxiliar da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

I – INTRODUÇÃO

O republicanismo constitui um universo poliédrico, passível de ser abordado sob diversos ângulos. Consideramos que a sua dimensão ideológica e político-institucional já foi objecto de estudos aturados e exaustivos[1]. Quando questionados sobre a dinâmica propagandística democrática, ocorrem-nos certamente as actividades que granjearam maior «mediatização». Referimo-nos a acções de relevo como grandes comícios ou manifestações de massas, a imprensa, a produção livresca e a intervenção parlamentar republicana. Porém, a par desta actuação de evidente publicidade, a catequização antidinástica percorreu caminhos de menor visibilidade que tinham como objectivo derramar o ideário democrático junto das camadas consideradas populares, ou seja, de baixo estrato económico e cultural.

O presente trabalho, que refunde a nossa dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2003, enquadra-se nesta vertente aparentemente críptica e, por isso, pouco conhecida da propaganda republicana, no sentido de popularizar a sua ideologia. A focalização até hoje feita a esta temática imergiu as actividades de catequização popular no vasto horizonte da propaganda de massas. Porém, a abordagem que ora fazemos atribui inteiro protagonismo ao esforço manifestamente popularizador desenvolvido pelos prosélitos da democracia.

---

[1] Indicamos alguns estudos abrangentes dedicados ao fenómeno do republicanismo: CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 2 vols. e HOMEM, Amadeu Carvalho - *Da Monarquia à República*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

Sendo o objecto do nosso estudo a acção popularizadora republicana, o que entendemos por popularização cultural? Popularizar significa *lato senso* divulgar e vulgarizar junto de um público-alvo específico: as camadas ditas populares. Um dos exemplos marcantes de popularização democrática, mas num processo de transmissão cultural pela via livresca, foi a *Cartilha do Povo* de José Falcão, certamente o maior *best-seller* político do século XIX. Não deixa de ser extraordinário, num país com uma taxa de analfabetismo superior a 70%, que o número de vendas deste diálogo tenha atingido no seu primeiro ano de edição (Maio de 1884 a Fevereiro de 1885) as 35 mil cópias. Postumamente e até à implantação da República foram publicadas outras edições, algumas para serem oferecidas gratuitamente. Numa linguagem simples e acessível, esta «pequena e inimitável obra-prima», na apreciação de Sampaio Bruno[2], consiste num colóquio demopédico entre as personagens João Portugal e José Povinho, em que se discutem questões como o significado da República, («o governo do povo pelo povo») e critica a corrupção governamental, o caciquismo eleitoral, as avultadas despesas régias e as injustiças do recrutamento militar.

No presente trabalho tomámos como horizonte de popularização, não o que recorre aos meios de transmissão cultural inscritos na *alta cultura*, mas àqueles cujo formato se aproxima da dinâmica própria do povo. Nada melhor para aliciar os estratos de baixo nível instrutivo do que rentabilizar alguns dos modelos da cultura popular, afeiçoando-os às pretensões propagandísticas democráticas. Tanto mais que permitiam o contacto estreito entre emissor(es) e receptores, solicitando alguns deles a participação activa da assistência que acumulava assim os papéis de sujeito e de objecto. Por estas razões, não abordámos os comícios por os não integrarmos nos figurinos de propaganda que definimos. Todavia, sopesámos o seu alcance no domínio da afirmação das elites republicanas.

Devemos igualmente considerar que o universo da acção da propaganda democrática não pressupõe apenas a transmissão racional de uma ideologia. É mais ambiciosa, porque pretende que seja apreendida pela emoção, recorrendo à sua vivificação e ao estímulo do espírito de alteridade.

---

[2] *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: 1906, p. 301.

Ora, os modelos de cultura popular correspondem a este anelo. Encontramo-nos, assim, perante um fenómeno de consciente e conveniente apropriação de manifestações e vivências culturais não elitistas, mais consentâneas com o que os sociólogos denominam por «baixa cultura», em oposição à «alta cultura» ou «cultura culta». Maurice Agulhon apelidou esta aproximação republicana à cultura tradicional de «folklore démocratique»[3].

O ângulo pelo qual abordamos esta questão tem sempre presente o pano de fundo abrangente, matizado pelo laicismo e livre-pensamento, que acobertou ideologicamente o republicanismo. Significa isto que o projecto democrático não se limitava a operar uma revolução político-institucional. À revolução política – que de inicialmente mediata passou, no derradeiro lustro da monarquia, a assumir um carácter de urgência – associava-se uma aspiração mais totalizante. Em última análise, o que se pretendia era a transformação profunda da estrutura mental da sociedade portuguesa, encaminhando-a no sentido da evolução geral e inelutável da Humanidade.

Nesta perspectiva, o capítulo de abertura, de âmbito genérico e contextualizador, problematiza o projecto republicano na sua dimensão cultural, na qual se integrava a vertente política, mas em que esta emergia somente como uma das faces do poliedro. Acresce ainda que quando nos debruçamos sobre o esforço de vulgarização das ideias antimonárquicas devemos considerar que a inspiração positivista alimentou a sobrevalorização dos efeitos pedagógicos da propaganda. E, mesmo na fase de maior empenho evangelizador – referimo-nos à década de abertura do século XX – em que a expectativa messiânica no advento da República deu lugar à assunção da via revolucionária armada, o dinamismo propagandístico de vertente popular não abrandou.

O universo da militância republicana era simultaneamente o principal (re)produtor e consumidor da nova cultura. Num século marcado pelo surto do associativismo, o clube constituía o esteio angular da estrutura partidária democrática. Assumiu uma multiplicidade de funções e objectivos que lhe conferiam uma dimensão poliédrica. À acção relevante nos domínios político,

---

[3] *Marianne au Pouvoir. L'Imagerie et la Symbolique Républicaines de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, s.d., p. 119.

eleitoral, lúdico e pedagógico, acumulava a promoção e realização de actividades culturais. O centro era o espaço por excelência de democratização pública, de mobilização dos militantes, onde se procurava seduzir novos partidários, quer alastrando a sua actuação para o exterior, quer atraindo a população para as manifestações que decorriam no seu seio. O estudo destes organismos nucleares da estrutura partidária, com uma sociabilidade marcadamente urbana, permite-nos avaliar a actuação vulgarizadora republicana em termos cronológicos e geográficos, a que naturalmente correspondem os momentos de maior ou menor dinamismo do movimento e as áreas de maior empenho do proselitismo.

Com base na análise da multiplicidade de acções de propaganda, sustentados sobretudo nas prelecções, por nos permitirem uma avaliação quantitativa, procedemos à identificação dos agentes culturais envolvidos. Equacionámos a filiação académica e ideológica dos principais responsáveis pela popularização republicana, em paralelo com a determinação da população-alvo para quem a sua actuação era dirigida.

Mas o enfoque do movimento conferencista permitiu-nos esboçar ainda o estudo da cultura democrática difundida. A ideologia veiculada obedecia às grandes questões que reconhecidamente caracterizaram o republicanismo. Por isso, traçámos as suas linhas de força que travejaram a mensagem popularizada.

Os meios de republicanização foram múltiplos, com especial destaque para a escola. Mas foram explorados outros formatos de vulgarização ideológica. Por uma questão de funcionalidade da exposição optámos por reuni-los em dois grandes blocos: os que decorriam ao ar livre em espaço aberto e os que se desenrolavam em espaços mais privados e fechados.

As acções de propaganda obedeciam a uma roupagem simbólica e ritualista. Os ambientes em que decorriam, a linguagem, os gestos, a música e a poesia que as enformavam e enriqueciam, afiguram-se-nos elementos essenciais para que estes acontecimentos ganhassem contornos de rituais litúrgicos mas, em que se celebravam valores de matriz laica. Estamos assim perante momentos dessacralizados, regeneradores, mas inscritos num tempo linear. Temporariamente eram momentos de retorno, de comemoração e de revisitação contínua, que fortalecem o presente através da revivificação do passado e preparam o futuro.

O âmbito cronológico imposto à investigação tem o seu início após o Centenário Camoniano e finda na implantação de República. O primeiro marco temporal justifica-se porque foi na sequência da congregação de esforços para comemorar a morte do épico que o movimento republicano encetou assumidamente uma dinâmica cultural visível, propulsionada pelo Centro Henriques Nogueira, cuja fundação data de 1881.

Considerando a disseminação espacial do clubismo democrático, deparámo-nos perante a impossibilidade de proceder a um estudo de dimensão nacional sobre a dinâmica culturizadora empreendida. Optámos assim por incidir a nossa focalização no centro geográfico da militância e da propaganda republicana, isto é, em Lisboa e vale do Tejo. Porém, complementámos esta abordagem com incursões exemplificativas em localidades da província [Figueira da Foz, Gouveia, Setúbal, Santarém e Aldegalega (Montijo)].

As fontes em que travejámos a nossa investigação foram, na sua essência, a imprensa diária antimonárquica lisboeta e alguns periódicos de igual matriz ideológica publicados fora da capital. O compulsar destas fontes de informação conduziu à constituição de uma base de dados informatizada dedicada às palestras, actividades culturais que temática, qualitativa e quantitativamente mais expressam a acção propagandística do movimento republicano. As conferências foram, sem dúvida, um meio de transmissão cultural profusamente rentabilizado que nos informa, com precisão, da ideologia veiculada. Com base na exploração desta base de dados procedemos à hierarquização das temáticas abordadas e dos agentes popularizadores.

Para a concretização deste estudo agradeço as orientações do Professor Doutor Fernando Catroga e para a sua publicação agracio a solicitude e amabilidade do Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem. Ao António Manuel fica uma palavra de profundo reconhecimento pelo seu auxílio científico impagável e pelo estímulo compassivo e precioso que me aqueceu o coração e me ajudou a superar as horas de desânimo.

(Página deixada propositadamente em branco)

II – A Militância Republicana

1. O Republicanismo como cultura

A prosperidade científica e tecnológica de Oitocentos desencadeou um processo na esfera da cultura e das mentalidades de matriz antropocêntrica e humanista, na medida em que o homem se deparou perante o deslumbramento de poder dominar racionalmente a complexidade do mundo e da natureza. O Positivismo e o Cientismo, que constituem fontes essenciais da ideologia republicana, inscrevem-se nesta atmosfera, em que a natureza, a sociedade e o pensamento se desdivinizam.

Recorrendo à formulação comteana, o regime democrático corresponde à objectivação jurídico-institucional do estádio Positivo e deveria, em consequência, ajustar-se em harmonia com as restantes dimensões da esfera social, segundo as leis da solidariedade universal. É nesta perspectiva que Magalhães Lima se enquadra ao referir que «as diferentes esferas sociais, livres, autónomas, solidárias e subordinadas umas às outras constituem o protótipo da harmonia universal, chamado *Humanidade*»[4]. Por conseguinte, a consumação da democracia só poderia ser granjeada quando as diversas estruturas sociais, nomeadamente a dimensão cultural, se compaginassem com o novo poder. Sendo que o advento democrático irrompia como inelutável, instava à sua emergência moldar as consciências às futuras instituições, ou seja, conceber a «superestrutura» cultural em consonância com a «infraestrutura» política.

---

[4] «Teoria da Humanidade». In *A Vida dum Apóstolo. Sebastião de Magalhães Lima. Escritor*, Álvaro Neves (coord.). Lisboa: Imprensa Lucas & Cª, 1930, p. 132.

A República insere-se assim na etapa histórica correspondente ao triunfo da ciência e à libertação das explicações metafísicas. No dizer de Martins Contreiras «fatalmente um ideal sublime desdivinizou o homem: a ciência. Em nome da ciência social, consequência necessária da evolução do pensamento é que a consciência esclarecida reclama hoje a forma de governo republicana, mesmo a unitária, para mais facilmente atingir a democracia pura».[5]. Daí que a sua arquitectura ideológica fosse travejada pela premência da secularização das «almas», pela laicização das instituições e pela construção de uma nova mundividência de matriz imanentista. Em suma, a ideia republicana não foi somente uma proposta de índole política e institucional. Primordialmente, inscrevia-se numa instante revolução e (re)fundação cultural porquanto, só com a sua consumação, se poderia almejar o triunfo democrático.

À luz do ideário republicano o modo de ver o Homem, a Humanidade e a Natureza, de os representar e de agir sobre eles transmutava-se, no sentido de uma cosmovisão laica. Por isso, o republicanismo anelou realizar uma reforma mundividencial de índole totalizante – na esteira do Iluminismo –, correlata do projecto político que visava concretizar. Não pretendia apenas o estabelecimento de um novo poder institucional, mas subordinava-o à construção de um novo poder espiritual (e cultural).

Importa aqui salientar que a ideologia antidinástica bebeu na fonte do Positivismo a sobrevalorização da questão política em relação à questão social, pelo que o seu êxito revolucionário dependia da formação de uma opinião pública esclarecida e consciente. Uma vez que os republicanos acreditavam na evolução teleológica das sociedades e da Humanidade impulsionada pelo espírito, compreende-se que tenham enaltecido o poder determinante da opinião pública. Para a sua construção havia que substituir o primado ideológico clerical e religioso pelo laicismo, rentabilizando os meios já existentes ou criando novos meios geradores de consenso mundividencial. Sustentado nos ideais iluministas da *Aufklärung* e no Positivismo, o escol democrático conferiu à cultura uma função emancipadora

---

[5] «Ciência natural social». In *Almanach do Século para 1882*. Lisboa: Kiosque do Rocio, 1881, p. 110.

da sociedade e da nação e encarou-a como único instrumento de poder no seio de um mundo hostil.

Na sua essência, o projecto político-ideológico republicano era profundamente democrático, procurando alargar o direito de participação eleitoral e cívica a todos os cidadãos, independentemente do seu poder económico. Este universo ampliado da cidadania activa estendia-se às classes populares, tradicionalmente incultas e dominadas pela influência espiritual do catolicismo. No horizonte desenhava-se o grande desafio para a intelectualidade democrática: operar, enquanto minoria, uma revolução cultural globalizante, massiva e transformadora. Mais do que dirigida aos estratos cultos e politizados, a acção republicanizadora incidiu no que ela própria denominava ambiciosamente por «povo», aproximando o partido antimonárquico de um partido de massas, inclusivo, o que o distinguia dos partidos do poder sustentados em notáveis. Sendo conscientemente uma corrente com apoio minoritário, o movimento demo-liberal avocava-se como maioritário, uma vez era o único que afirmava representar um universo esmagador de homens que o transformismo rotativista mantinha arredados da política. Os republicanos ao impelirem a entrada do povo na arena da *polis* fizeram com que este ganhasse consciência do seu papel. A necessidade de politização popular foi o móbil que levou à edição de várias colecções destinadas a propagandear o ideário republicano de uma forma acessível no que respeita ao custo e à linguagem das publicações. Entre várias, salientamos a colecção *Propaganda Democrática*, dirigida por Consiglieri Pedroso, que obedecia à divisa «A instrução do povo é a emancipação do povo». Sintomaticamente, o 1º volume da 1ª série intitulava-se «O que o povo deve saber»[6]. Os restantes títulos das quatro séries permitem-nos testemunhar as temáticas e influências estrangeiras que enroupavam o republicanismo nos finais da década de 80 do século XIX: 1ª série – «O que é a República; A revolução espanhola de 1868; José Estevão e a reacção religiosa; O imposto democrático; A constituição dos Estados Unidos da América; Parnell e a Irlanda; Guia do Eleitor; O direito de dissolução; O que deve ser uma eleição; Palavras aos eleitores; A secularização do ensino»;

---

[6] Cf. *Propaganda Democratica*. Lisboa: Typographia Nacional, 1886. vol. I.

2ª série – «O juramento político; A República espanhola de 1873; A casa de Bragança (1ª parte); A revolução inglesa; O que são as imunidades parlamentares; Legislação do trabalho; Passos Manuel; A República inglesa e a restauração; O deficit; A constituição da Suiça; A Revolução Francesa (1ª parte); A Revolução Francesa (2ª parte)»; 3ª série – «A Casa de Bragança (2ª parte); A República mexicana; Mousinho da Silveira; A separação da Igreja do Estado; A queda do segundo Império; A Terceira República francesa (1ª parte); A Terceira República Francesa (2ª parte); A República do Chile; A Terceira República Francesa (3ª parte); Joaquim António de Aguiar; A unidade da Itália (1ª parte); A unidade da Itália (2ª parte)»; 4ª série – Incompatibilidades parlamentares; Solidariedade social; A constituição francesa neste século; Boulanger e o cesarismo; As exposições; O monopólio bancário; A régie; A revolução de 1830 (1ª parte); A revolução de 1830 (2ª parte); A revolução de 1830 (3ª parte)».

Consideramos, no entanto, que a abordagem republicana, protagonizada pelos seus dirigentes, em relação à culturização nem sempre foi unívoca. Numa primeira fase, marcadamente influenciada pela expectativa evolucionista do Positivismo, a irrupção da República era consequência da criação de uma cosmovisão pautada pela axiologia científica. Mas, à medida que o discurso republicano apontava a via revolucionária como única forma de instaurar o novo regime, a enformação moral das consciências foi encarada como tarefa decorrente da revolução. Até cerca de 1890, a retórica antidinástica deixa vislumbrar que a revolução cultural seria o móbil da revolução política. Mas, na sequência dos efeitos do Ultimato, e, sobretudo, do Franquismo, a revolução política transformava-se no motor da revolução cultural. Daí que nas vésperas do 5 de Outubro, José de Magalhães tenha afirmado que «é necessária a educação para a revolução, mas também a revolução para a educação»[7].

Uma vez esboçadas algumas ideias sobre o republicanismo como projecto cultural, torna-se premente definir o teor da cultura republicana, ainda que em traços gerais.

---

[7] *A Lucta*. nº 1466, 17-1-1910, p. 1.

Importa relevar que o ideário democrático concebia a sociedade à luz do modelo da Natureza, isto é, de «um sistema de forças omnipotentes que mantêm em equilíbrio o universo»[8]. O funcionamento do organismo social, apesar da sua complexidade, era decalcado a partir da organização biológica dos seres vivos. Todos os órgãos e seres concorriam entre si para a harmonia natural. De igual modo, os indivíduos deveriam coexistir socialmente de forma equilibrada e harmoniosa. Ora, este equilíbrio só poderia ser materializado através do altruísmo individual com vista ao estabelecimento da solidariedade social (intra-povo) e universal (inter-povos). Nas palavras de Manuel Arriaga, «o homem só se valoriza socializando-se [...] segundo o novo credo nascido das ciências positivas», submetendo-se a «uma vastíssima e complicada cadeia de forças cósmicas e sociais, de leis inalteráveis, incessantes na sua acção, omnipotentes nos seus efeitos»[9]. Logo, o egoísmo como representante e defensor da «integridade da pessoa» devia ser adequado ao altruísmo, que escuda a «integridade da espécie»[10]. Por esta razão a ética social republicana, inoculada aos futuros cidadãos, sustentava a sujeição dos direitos particulares aos direitos do colectivo, de acordo com a lição da moral científica, extrapolada a partir do mundo biológico. Quer isto dizer que na vida em sociedade, os direitos decorriam do cumprimento dos deveres, uma vez que «o homem nada valendo entregue a si, nada valendo entregue só à Natureza, ainda nada valendo entregue aos poderes sobrenaturais: só por virtude das leis de organização biológico-social, da cooperação do seu semelhante se transfigura na própria Humanidade»[11].

Esta «civilização» dos instintos naturais (e irracionais) do Homem possibilitava-lhe a convivência (e sobrevivência) social, segundo os princípios da civilidade e do *ethos* da democracia. O funcionamento da sociedade democrática ancorava no «rigoroso rispetto del governo, della legge,

---

[8] ARRIAGA, Manuel de - *Harmonias Sociais. O problema humano e a futura organisação social (no debute da sua phase definitiva). A paz dos povos.* Coimbra: França Amado, Editor, 1907, p. 28.

[9] *Idem*, p. XI.

[10] *Idem*, p. 5.

[11] *Idem*, p. 46.

l'uguaglianza dei diritti civili e politici»[12]. Obedecer ao Estado e à lei não significava a repressão dos direitos de liberdade individual, mas «conservarla e accrescerla, preché in tutte le condizioni di esseri creati capaci di leggi, là dove non c'è legge, non c'è libertà»[13]. Por sua vez, os homens só vivem livres se a sociedade for norteada pela justiça, em que radica o bem comum mais valioso, e pela busca da igualdade. Esta não se restringe aos direitos civis e políticos. É também uma exigência para que cada um obtenha as condições económicas, sociais e culturais que lhe proporcionem a dignidade e o respeito próprio da vida civil.

A assimilação perfeita do altruísmo só poderia ser alcançada quando a revolução laicista estivesse consumada. Recordemos a afirmação de Fernando Catroga, segunda a qual a «secularização externa» deveria ser acompanhada reciprocamente pela «secularização interna»[14]. Este último objectivo era, sem dúvida, o mais penoso, tendo Buisson, em 1899, constatado que «deux conditions sont nécessaires pour mettre sur pied une république, l'une facile: lui donner une constituition republicaine; l'autre difficile: lui donner un peuple de républicains»[15].

O vazio originado pela erradicação da Igreja e dos sentimentos religiosos deveria ser preenchido por novas referências institucionais e mentais de acordo com a nova era emergente. Assim, o edifício clerical seria substituído pela religião da Humanidade, tradutora da sacralização da história humana, o que levou Louis Canet a apelidar o culto do Positivismo de *Humanitarismo*[16]. Por seu turno, a religiosidade metafísica seria comutada pela religiosidade cívica, em que o objecto temporal de culto secularizado se centrava na Pátria e na Humanidade.

Foi de acordo com a cosmovisão laica que o republicanismo concebeu a sua análise interpretativa da sociedade, dos indivíduos, do tempo, do

---

[12] VIROLI, Maurizio - *Repubblicanesimo*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1999, p. VIII.

[13] *Idem*, citando Locke, p. 36.

[14] Cf. CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. II, p. 254.

[15] *Apud* TENZER, Nicolas - *Que sais je? La République*. Paris: P.U.F., 1993, p. 91.

[16] *Critique du Laicisme ou comment se pose le problème de Dieu*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1948, p. 43.

espaço e da morte[17]. Porém, os valores democráticos, ainda que sustentados em bases científicas, não deveriam ser impostos insensivelmente à razão pelo poder, pela escola ou pela sociedade. Ao transmiti-los, pretendia-se que a sua interiorização atingisse o sentimento e a afectividade, como aliás constatara Angelina Vidal, ao alertar os republicanos para que estivessem conscientes de «que só depois de termos feito um filósofo do último habitante da aldeia de Paio Pires, poderemos implantar a bandeira republicana nesta infeliz nacionalidade, *porque se não se fez luz no coração social*, ainda antes de ensinarmos a ler ao operário lisbonense, teremos perdido a pátria e a honra e com ela a veneração dos países cultos»[18].

A culturização democrática tinha o claro objectivo de educar para o exercício pleno da cidadania, mesmo porque a essência da república é a virtude cívica dos cidadãos. Era fundamental que a veiculação e socialização da axiologia cívica e patriótica fosse iniciada na escola, pelo que esta devia ser organizada, ainda que numa escala reduzida, à imagem da sociedade como um todo. A assimilação dos valores da cultura democrática traduz, em última análise, a apropriação individual, pela razão e sentimento, do *telos* colectivo da nação e a auto-consciência de que esse destino depende da participação activa de cada átomo social.

O republicanismo emergiu como doutrina refundadora do significado da cidadania e da intervenção pública na *ágora* nacional. A política torna-se palco de cooperação abrangente, em que todos têm o direito e o dever de participar. Havia pois que encetar uma actividade intensa de educação cívica junto das camadas afastadas da coisa pública e de democratização do espaço público, a fim de as integrar no novo modelo político sustentado no sufrágio universal.

Para a consecução da sua missão culturizadora e endoutrinadora, os agentes republicanos auto-investiram-se do *múnus* de, profeticamente, exercerem a catequização do povo e propulsionarem a mudança. Proclamaram-se lídimos continuadores da revolução intelectual e social iniciada nas

---

[17] Cf. CATROGA, Fernando - *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal* 1865-1911. Coimbra: Dissertação de Doutoramento policopiada, 1988. vol. II. e *Idem - O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

[18] «O que é?». In *Almanach do Século para 1882*, p. 83. (itálico nosso).

Conferências do Casino e inscreveram-se no espírito «apostólico» da Geração Nova. Tal como em 1871, o republicanismo repensou e pretendeu refundar a imagem e a cultura portuguesa, não apenas em consonância com o movimento europeu, mas em harmonia com o destino universal da Humanidade. A República avocava-se como única panaceia para a dolorosa «existência nacional»[19].

A reflexão sobre a aproximação intencional dos dirigentes democráticos – pertencentes maioritariamente à classe burguesa – aos estratos populares, coloca-nos a questão do «clássico» antagonismo entre a *cultura popular* e a *cultura de elite*. Enquanto aquela emerge como cultura-objecto, esta afirma-se como cultura-sujeito, mas ambas se definem pela oposição que estabelecem mutuamente. É certo que o ângulo de abordagem das duas formas culturais é determinado pela alta cultura. As manifestações culturais do povo, a chamada pequena cultura, ou cultura dominada, foram tipificadas tendo em consideração elementos caracterizadores como a perenidade, o conservadorismo e a autenticidade reveladora da «alma colectiva ingénua»[20].

Ao longo do transcurso histórico, a cultura popular foi continuamente desvalorizada em relação à cultura erudita. Em bom rigor entre a Baixa Idade Média e a industrialização «the rift between the two cultures widened and popular culture continued to be both repressed and marginalized»[21]. No século XVIII nasce algum interesse das elites pelas culturas populares, porquanto encerram características apodadas de exóticas. «O prazer experimentado pela auréola 'popular' que cobre [estas manifestações culturais] está precisamente na base de uma concepção elitista de cultura. A emoção nasce da própria distância [...]»[22] entre o sujeito e o objecto e da percepção da superioridade do primeiro em relação ao segundo. Mas a Revolução

---

[19] Cf. LOURENÇO, Eduardo - *O Labirinto da Saudade*. 3ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 24.

[20] SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - «Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)». In *Análise Social*. vol. XXIV (101-102), 1988 (2º-3º), p. 689.

[21] REVEL, Jacques - «Forms of Expertise: Intellectuals and 'Popular' Culture in France (1650--1800)». In *Understanding Popular Culture. Europe from the Middle Ages to the 19th Century*. Nova Iorque: Mouton Publishers, 1984, p. 256.

[22] *Idem - A Invenção da Sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 53.

Francesa desencadeou o reequacionamento do poder do povo e do valor das suas elaborações culturais. Com efeito, este acontecimento vinca o proémio da tomada de consciência da capacidade auto-organizativa das massas e, consequentemente, das práticas e representações da cultura popular. O povo emerge como actor e protagonista social com poder efectivo e decisório nos processos revolucionários.

Posteriormente, o Romantismo encarou a cultura popular à luz do seu projecto de refundação nacional. O povo é concebido «como um todo homogéneo e autónomo, cuja criatividade espontânea seria a manifestação mais alta dos valores humanos e o modelo de vida a que deveríamos regressar»[23]. Por conseguinte, a valorização romântica da cultura popular, apodada por Jacques Revel de «folclorismo»[24], encarou-a como meio concreto de conhecimento da «alma nacional», uma vez que o povo «era um *elemento*, uma totalidade ontologicamente associada à Nação»[25]. O seu carácter genuíno e conservador consagrava-a como fonte basilar do passado e só este poderia legitimar a nação. Daí que a leitura que o Romantismo fez das produções culturais do povo traduzisse um processo de autognose colectiva, mas também de apropriação da índole nacional (*Volksgeist*).

A emergência do Cientismo e Positivismo conduziu a uma nova focalização da cultura popular. Reduzida esta a objecto de estudo científico, materializado na abordagem arqueológica e etnográfica, representa a imagem de um passado que estagnou, mas que importa analisar com o escopo de determinar «os caracteres sociais de um povo». Dito de outro modo, o estudo positivista dos costumes, crenças e tradições de um povo, em que se enquadrou a obra de recolha etnográfica de Teófilo Braga visava, em última análise, apreender o carácter evolutivo das sociedades e detectar a permanência e resistência das suas manifestações sociológicas arcaicas e dissonantes com «a situação actual das consciências»[26]. Significa isto que a

---

[23] Cf. SILVA, Augusto dos Santos - *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991, p. 98.

[24] *Ob. cit.*, p. 272.

[25] SILVA, Augusto dos Santos - *ob.cit.*, p. 109.

[26] BRAGA, Teófilo - *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira-Editora, 1885. vol. I, p. 5.

cultura popular foi perspectivada com base no modelo biologista de evolução linear, ora no sentido da regressão (*recorrências*), ora no sentido da progressão (*sobrevivências*), como repositório de autenticidade e de espírito genuíno.

À luz do que foi escrito, verificaram-se ao longo do século XIX múltiplas formas de olhar a cultura do povo. No entanto, importa, neste ponto da exposição, equacionar as relações entre o republicanismo e a cultura popular. Esta abordagem deverá ser, na nossa perspectiva, esboçada a partir de dois ângulos complementares.

Por um lado, temos a percepção de que as práticas culturais do proselitismo republicano se inserem, genericamente, na cultura burguesa oitocentista, ou seja, na cultura dominante e erudita.

Mas, por outro lado, há que considerar o modo particular como o movimento democrático concebeu a cultura popular. De facto, os republicanos manifestaram algum receio pelo destino das classes populares, nomeadamente, do proletariado. Houve pois a necessidade de culturizar os estratos baixos da população de acordo com os padrões da alta cultura, quer através da alfabetização, quer por via da inculcação de uma cultura geral e profissional, procedimento que se enquadra na explicação dada por Villacorta Baños ao afirmar que «a acción de los Estados y de las sociedades civiles de la Europa del siglo XIX, en favor de la integración cultural de las clases populares implicaba, al mismo tiempo, su adoctrinamiento en los valores esplícitos o implícitos de una cultura dominante, que se presentaba como la sola cultura digna de tal nombre, es decir, como un modelo cultural de carácter general»[27].

Nesta aproximação cultural predominou «una componente interclassista y conciliadora de la cultura, la idea de que esta podía ser el terreno de encuentro de las posturas políticas irreconciliables entre burguesía y proletariado, como de hecho se estaba produciendo entre ciertos estratos de la aristocracia obrera y de la pequeña clase media, encumbrados a esas posiciones gracias a las potencialidades de promoción social de la enseñanza

---

[27] BAÑOS, Francisco Villacorta - *Culturas y Mentalidades en el siglo XIX*. Madrid: Editorial Sínteses, 1993, p. 175.

primaria y de la formación profesional»[28]. A interferência da burguesia nas produções culturais populares, por um lado, parece evidenciar o reconhecimento da impotência auto-organizadora do povo, o que o tornava dependente da tutela da cultura erudita e elevava as elaborações culturais das classes populares. Mas por outro lado, seria uma forma de disciplinar, e até de domesticar o povo. Era fundamental que o poder não caísse na rua e os republicanos temiam a força da rebelião popular. O futuro dar-lhes-ia razão. Se o triunfo de 5 de Outubro de 1910 deve uma parte crucial aos revolucionários civis (*formiguismo*), o mesmo poder popular assombrou frequentemente a estabilidade da 1ª República e conduziu à sua derrocada.

Pensamos igualmente que o interesse republicano pela cultura popular radicava numa outra perspectiva, mais específica e concordante com os fundamentos filosóficos em que se esteou. Assentando numa visão totalizante, este ideário afirmou-se como corrente interclassista, isto é, procurou abarcar no seu projecto político e mundivencial os diferentes grupos sociais, em particular os que se integravam na esfera sociológica *apolítica*.

O movimento democrático estabeleceu um estreitamento cultural junto das camadas populares com o fito de difundir a sua mundivisão, configurada por expressões culturais que tradicionalmente reproduziam a espontaneidade e autonomia do povo. Ainda que preenchidas por uma nova mensagem de índole diferente, as populações poder-se-iam rever nelas e apreender o seu teor, porque formalmente lhes eram próximas. Mas até que ponto o proselitismo antidinástico rentabilizou as expressões culturais tipicamente populares? A esta pergunta procuraremos dar resposta ao longo deste trabalho. Por ora, importa ter em consideração que para desenvolver a sua acção culturizadora, o movimento republicano teve de recorrer às suas estruturas orgânicas, optimizando-as em ordem a melhor transmitir a sua mensagem e o seu ideário e a melhor enformar uma nova opinião pública. Quais foram esses organismos de dinamização cultural? Como estavam estruturados? Quem os controlava? A quem se dirigiam? São estas as questões que procuraremos ver esclarecidas no próximo capítulo.

---

[28] *Idem*, p. 177.

2. A rede orgânica do movimento republicano

2.1. O Clubismo: etapas e geografia

A formalização da sociabilidade, sob a forma de associativismo, afirmou-se como uma das dinâmicas mais genuínas das sociedades liberais oitocentistas. Percorreu vários sectores e domínios sociais e alcançou um peso relevante no quotidiano das pessoas. Comungar da vida associativa era já por si uma forma de participação cívica.

Neste contexto, o clube ou centro constituiu a «pedra angular, o organismo típico do partido republicano português»[29]. Assim o caracterizava Manuel de Arriaga no *Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano Português*, redigido em 1882. Não nos oferece grandes dúvidas a conclusão de que foi a partir de 1883, depois da publicação deste documento e das diligências assumidas pelos grémios democráticos, liderados pelo Clube Henriques Nogueira, que o movimento antimonárquico se estruturou como partido com carácter moderno, uma vez que só então elegeu o seu primeiro Directório. Segundo Fernando Catroga «um partido distingue-se das formas proto-partidárias por quatro características essenciais, a saber: a durabilidade organizativa, uma organização de âmbito local e nacional, a vontade deliberada de exercer directamente o poder (sozinho ou em alianças) e o desejo de procurar um suporte popular tanto a nível do eleitorado, como de simpatizantes»[30]. Ora, até 1883 o universo republicano reduziu-se a um complexo desarticulado de agremiações políticas. Mas mesmo depois, quando a sua organização partidária foi definitiva, os centros foram sempre os fundamentais dinamizadores políticos e culturais do partido.

Estas associações nasciam da vontade de agrupamentos de republicanos, com o objectivo de, através da reunião de esforços individuais, promover a divulgação ideo-cultural da doutrina democrática. A consecução deste escopo decorria de duas vertentes: a primeira, – de âmbito interno – correspondia

---

[29] ARRIAGA, Manuel de *apud* CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. I, p. 22.

[30] *Idem,* p. 47 e ss..

ao estabelecimento de formas de interacção social e de reforço dos laços de sociabilidade; a segunda, – de dimensão externa – concebia estes organismos como pólos de mediação propagandística entre o escol partidário e a população-alvo.

Os grémios republicanos não eram organismos herméticos porque estavam, teoricamente, abertos à comunidade populacional envolvente. Ao analisarmos grande parte dos estatutos a que tivemos acesso, constatamos que prescreviam a admissão de sócios «a todos os indivíduos de ambos os sexos que tenham boa reputação moral e cívica»[31] ou, com carácter mais circunscrito, aos indivíduos do sexo masculino que tivessem «bom comportamento moral e cívico»[32].

A característica fundamental destes centros residiu na sua hibridez, espelhada claramente na nomenclatura que recebiam. Títulos como «escolar», «literário», «teatro», «eleitoral», «recreativo», «dramático», «musical», «excursionista», «instrutivo» e de «propaganda», reflectem bem o carácter camaleónico que revestia a dinâmica associativa republicana e a repartição de actividades desenvolvidas nestes espaços de militância político-cultural.

Herdeiros da tradição iluminista, os clubes antidinásticos inscreveram-se no quadro legal constitucional estabelecido para as associações culturais que se vulgarizavam nos finais de Oitocentos. Como sustenta Pierre Solá, «la clase dominante ha ensayado sus formas associativas, sus instancias culturizadoras, su sistema de educación, y luego – quando ha visto que funcionaba y que el trasplante no ofrecía peligro – lo ha extendido al conjunto de la sociedad [...]»[33]. Por isso, os clubes republicanos coexistiram e interagiram com múltiplas formas de grémios políticos – socialistas, progressistas, regeneradores e franquistas – ou ideológico-culturais – círios civis, beneficência, de recreio, escolares, católicos, de livre-pensamento, profissionais, culturais e científicos.

---

[31] Art. 26º dos *Estatutos do Grémio Escolar Republicano Tomás Cabreira*. Lisboa: Sociedade Astória [1908], p. 8.

[32] Art. 6º dos *Estatutos da Associação de Instrução Popular*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1902, p. 6.

[33] «Acerca del modelo associativo de culturización popular de la Restauración». In *Classes Populaires, Culture, Éducation XIXe et XXe siècles. Colloque Franco-Espagnol*. Madrid: Casa de Velásquez, 1989, p. 394.

Sabe-se que foi sob o signo da herança jacobina que nasceram os primeiros centros democráticos, sobretudo os mais radicais de matriz federalista. Até à década de oitenta, marcada pelo tricentenário de Camões, o movimento proto-partidário republicano foi envolto em grande conturbação interna, gerada pela oposição entre a corrente federalista e as facções mais moderadas.

As comemorações do Tricentenário Camoniano, de 1880, assinalam o início do processo de reorganização interna do movimento republicano. Alguns federalistas dissidentes do Centro Republicano Federal – entre os quais se salientam Manuel de Arriaga e Silva Lisboa – deram o primeiro passo no sentido da unificação com a fundação do Clube Henriques Nogueira em 23 de Janeiro de 1881[34]. Na sequência da sua criação nasce a «União Republicana», vocacionada para encetar e dirigir a mudança.

Em perspectiva estava a reunião das correntes e forças republicanas, em ordem à construção de uma estrutura partidária que ultrapassasse o modelo federalista e acrata de dispersão orgânica. Impunha-se pois, a organização de uma cúpula de poder que centralizasse e coordenasse os trabalhos do partido, conquanto admitisse a autonomia das agremiações democráticas. Nesse sentido, por proposta de Teófilo Braga no Centro Republicano Federal, é lançada a discussão sobre «a conveniência de se efectuar a federação de todos os grupos republicanos do país»[35], convidando-os a «adoptar o princípio da federação dos centros republicanos pela constituição de um comité central do Partido Republicano Português, formado de delegados de cada centro para, sem esquecer a *autonomia dos seus constituintes*, estabelecer as suas íntimas relações, traçar uma linha de conduta uniforme e geral, concentrando em si toda a acção, actividade e energia [...]»[36].

O processo de reorganização partidária, encetado em 1881, culminou com a eleição do primeiro Directório na reunião que ocorreu entre 18 e 21 de

---

[34] Sobre a atribuição do nome Henriques Nogueira ao centro veja-se «Club Henriques Nogueira». In *O Século*. nº 48, 4-3-1881, p. 2. Sobre a inauguração deste centro veja-se *Almanach do Século para 1882*. nº 1. Lisboa: Kiosque do Rocio, 1881, pp. 73-75.

[35] *O Século*. nº 47, 3-3-1881, p. 1. Nesse mesmo dia reúne o Clube Henriques Nogueira para discutir a proposta de Teófilo Braga. (Cf. *O Século*. nº 48, 4-3-1881, p. 3).

[36] «Centro Republicano Artístico». In *O Século*. nº 127, 8-6-1881, p. 2.

Agosto de 1883 no Centro Henriques Nogueira. Este facto vinca, por um lado, a importância dos clubes no processo unificador do partido e, por outro lado, a constituição definitiva do Partido Republicano Português. Tornava-se, por fim, uma força política organizada em forma de associação, constituída com o objectivo de alcançar a conquista e o exercício do poder.

Posteriormente, o lugar dos centros foi de novo reforçado. Na sequência do conturbado congresso extraordinário de 1887, durante o qual foi eleita uma Câmara Constituinte com o escopo de reelaborar o regime interno do partido, a discussão teve por palco o Clube Henriques Nogueira[37]. Quer isto dizer que tanto na fase de organização e centralização partidária, bem como no processo de unificação programática, os clubes, e sobretudo o grémio liderado por Silva Lisboa, desempenharam um papel nodal.

Os centros nem sempre foram encarados dentro da mesma perspectiva pelo partido. A proliferação que os caracterizava foi confrontada por tentativas várias de federação e fusão, das quais destacamos a união do Centro Republicano Federal de Lisboa com o Centro Eleitoral Republicano Federal do Círculo 97, que resultou na criação do Centro Eleitoral Republicano Federal, presidido por Teófilo Braga. Em 1885 iniciam-se novas tentativas de molde a organizar uma federação dos clubes de Lisboa e, no ano seguinte, são lançadas as bases dessa federação com o título «Fusão dos centros republicanos de Lisboa». Como resultado desta tentativa de federação, conhecemos a fusão do Clube Republicano José Liberato Freire de Carvalho com o Clube Xavier de Arruda, pois «resolveram concentrar as suas forças e fundir-se constituindo um núcleo mais considerável com sede no Pátio de Salema, 4, 1º, freguesia de Santa Justa»[38]. Esta fusão deu origem ao Centro Fraternidade Republicana. Além deste clube, nasce também o Centro União Republicana, resultante da fusão do Clube Mouzinho da Silveira com o Clube 29 de Junho de 1884. Em face da acentuada disseminação dos

---

[37] Este regime interno, apesar de terminado em 1889, só foi discutido e votado no Congresso de 4, 5 e 6 de Janeiro de 1891, em virtude de «circunstâncias extraordinárias, dolorosamente conhecidas por toda a nação, embaraçaram durante o actual ano de 1890, o regular estabelecimento da nova organização partidária e daqui a inevitável demora na convocação do Congresso Republicano Ordinário». («Ao Partido Republicano Portuguez», *O Século*. nº 3166, 28-11-1890, p. 1).

[38] *O Século*. nº 1809, 1-12-1886, p. 2.

grémios democráticos, tornava-se difícil a sua disciplinação pela cúpula partidária. Daí que o 2º ponto deste projecto apontasse para a «criação de 4 centros republicanos, um por cada bairro com os nomes de Centro Republicano do 1º, 2º, 3º e 4º bairro»[39].

Após a tentativa gorada de construir uma Federação de Agrupamentos Republicanos em 1897, por iniciativa do Centro Fraternidade Republicana, a questão foi novamente levantada em 1907. Desta vez por João de Menezes que num artigo intitulado «Centros Republicanos» veio a terreiro qualificar a prolixa propagação dos grémios como «a maior praga do partido republicano»[40]. Esta opinião é justificada pela necessidade imperiosa de disciplinar as associações democráticas e de optimizar o seu labor a favor da propaganda e da revolução.

A fusão dos clubes era um dos processos de fundação associativa democrática. Outros agentes impulsionaram a criação clubística. Os grémios surgiam da iniciativa das freguesias ou das comissões paroquiais e municipais, por diligência de outros clubes, como a Associação Eleitoral Literária Xavier de Paiva que, em 1884, nasceu no seio do Clube Borges Carneiro; de fusões de centros, já referidas; por acção de jornais, como foi o caso da Liga Republicana Académica, criada por iniciativa do jornal *Vanguarda*; ou do Directório. Já o Grupo Democrático A Juventude Republicana foi organizado por um grupo de empregados do comércio.

Fora da capital a fundação das agremiações democráticas ficava-se a dever à iniciativa de caudilhos locais; às viagens de missão de propaganda feitas ao interior do país por líderes partidários, como foi, a título de exemplo, a viagem protagonizada por Alves da Veiga, em Abril de 1881, «por Trás-os-Montes e Alto Douro, para estudar as condições de criação nesses locais de centros republicanos»[41]; ou à acção das juntas de paróquia e comissões municipais respectivas. Exemplos houve em que associações da província foram criadas a partir de Lisboa por iniciativa de originários

---

[39] «Fusão dos Centros Republicanos de Lisboa». In *O Século*. nº 1800, 20-11-1886, p. 2. Veja-se ainda VIDEIRA, Carrilho - *Almanach Republicano para 1887*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1886, p. 82.

[40] *A Lucta*. nº 482, 2-5-1907, p. 1.

[41] *O Século*. nº 80, 11-4-1881, p. 2.

dessas regiões residentes na capital, como o Centro Republicano Tabuense[42], o Centro Republicano de Mação e o Centro Republicano Alfredo de Magalhães, de Arcos de Valdevez[43]. No entanto, consideramos que os principais geradores das associações, nomeadamente fora da capital, foram os caudilhos republicanos, como se deduz pela nomenclatura atribuída aos centros. Os clubes são excelentes tradutores da antropolatria que alimentava o movimento e a militância democrática.

Após termos reconhecido a importância dos clubes no processo de nascimento e sobrevivência do partido republicano, importa equacionar a sua evolução quantitativa no período que permeia 1880 e 1910. Sendo os grémios os principais responsáveis pela actividade política, mas também cultural, esta avaliação permite-nos, simultaneamente, aferir os momentos de maior ou menor actividade culturizadora.

Fazendo uma avaliação quantitativa, ao longo da década de 80 do século XIX, na senda do clube liderado por Silva Lisboa, desencadeou-se um surto de grémios democráticos em Lisboa e na província. A título de exemplo, no ano de 1881 contabilizámos 13 centros na capital, 29 em 1885, 24 em 1887 e 18 em 1889. Na província, em 1885 existiam 22 clubes e em 1889 somámos 20. É certo, todavia, que na segunda metade da referida década de oitenta o número de grémios diminuiu em virtude de alguma desorganização que minava o partido.

No início da década de 90 o associativismo democrático sofreu a sua maior crise e, consequentemente, a actividade propagandística ficou praticamente anulada. Em virtude do Ultimato inglês, contra o qual os grémios republicanos se manifestaram veementemente, e da intentona falhada do 31 de Janeiro, é decretada a 20 de Fevereiro de 1891 a lei censória de Lopo Vaz, que repõe o decreto de 6 de Abril de 1890, relativo ao direito de reunião. De acordo com a lei de 1890, «as reuniões poderão ser proibidas ou dissolvidas pela autoridade quando assim o exijam as necessidades da ordem e da tranquilidade pública; e serão sempre dissolvidas quando nelas

---

[42] Foi realizada no teatro do Ginásio, a 28 de Outubro de 1908, uma festa para angariar fundos para a inauguração do clube. Cf. *Vanguarda*. nº 4237 (7108), 28-10-1908, p. 2.

[43] Surgiu por iniciativa de António Dias Gonçalves, residente em Lisboa e grande proprietário em Arcos de Valdevez. Cf. *Vanguarda*. 4453 (7324), 4-6-1909, p. 1.

se exponham ideias tendentes a derrubar o sistema monárquico representativo fundado na carta constitucional e seus actos adicionais [...]»[44].

No cumprimento desta determinação foi desencadeado um processo de vigilância a diversas agremiações, nomeadamente clubes republicanos, a pretexto de se proceder à verificação da legalidade destas associações. Mas o decreto de Lopo Vaz de 1891 vai mais longe e estipula uma vigilância cerrada às sociedades pelos Governos Civis, porque «é principal e impreterível dever das autoridades públicas velar pelo exacto cumprimento das leis e promover a punição dos delinquentes em cujo número estão expressamente os que fazem parte das associações ilícitas, quer pelo seu fim, quer por falta da devida autorização [...]»[45]. As associações democráticas foram apodadas de «criminosos elementos de perturbação da ordem pública»[46]. A atitude persecutória assumida pelo governo monárquico culminou, dois dias depois, na proibição e encerramento dos centros republicanos então em actividade, constantes no quadro seguinte:

Quadro 1 - Clubes Republicanos fechados por ordem do governo monárquico[47]

Clube	Presidente	Sede
Associação Escolar Eleitoral Vieira da Silva	Augusto de Figueiredo	Largo Santo Estevão, 9, 1º
Clube Escolar Artístico	José Ferreira da Silva Neves	Rua da Inveja, 41
Centro Eleitoral da Freg. dos Anjos e de S. Jorge	João Gonçalves	Rua dos Anjos, 162
Centro Fraternidade Republicana	Magalhães Lima	Páteo de Salema, 4, 1º
Clube Henriques Nogueira	António Cardoso de Oliveira	Rua dos Fanqueiros, 286
Clube Victor Hugo	Casimiro Rodrigues Valente	Rua de S. Paulo, 216
Centro Eleitoral Democrático de Lisboa	Elias Garcia	Rua dos Mouros, 40, 1º
Associação Escolar Eleitoral Febo Moniz	Eduardo José Gaspar	Rua de Vicente Borja, 86, 1º
Associação Escolar Fernandes Tomás	José da C. Castelo Branco Saraiva	Rua de D. Carlos I, 61, 1º
Centro Republicano Federal	José Maria de Sousa	Rua de S. Bento, 393, 1º
Escola Infantil para os Filhos do Povo	Teófilo Braga	Rua de S. Bento, 393, 1º
Clube Razão e Justiça	Magalhães Lima	Rua do Livramento, 88, 1º
Clube Republicano de Cacilhas		Cacilhas

[44] *Diário do Governo*. nº 76, 7-4-1890, p. 722.

[45] *Diário do Governo*. nº 40, 21-2-1891, p. 373.

[46] *Idem*.

[47] Lista publicada no jornal *O Século*. nº 3252, 24-2-1891, p. 1.

As sequelas dos decretos em causa e, sobretudo, da extinção dos clubes republicanos, foram assaz profundas e duradouras. Entre os anos de 1891 e 1897 consideramos que o associativismo democrático imergiu no que denominamos por «fase do silêncio» e que António Ventura apodou de «travessia no deserto», em que apesar da emergência de novos dirigentes, novas propostas e novas tácticas, foram notórias as divergências no seio do partido. A imposição das leis governamentais, cerceadoras da liberdade de expressão e de reunião, desmantelou o partido republicano tanto na estrutura clubista como no edifício partidário. Raros são os núcleos democráticos noticiados, o que confirma a desagregação e tibieza da vida associativa democrática. No entanto, a primacial fonte de informação – a imprensa – esteve também ela condicionada pelo espartilho da censura, de modo que, mesmo que existissem algumas actividades nos centros antidinásticos, dificilmente seriam noticiadas. Na última década do século XIX e na primeira do século XX o poder monárquico protagonizou uma intensa campanha repressiva e coercitiva sobre a imprensa, nomeadamente republicana. Após o Ultimato inglês foi promulgado o Decreto de 29 de Março de 1890, por Lopo Vaz. Para José Tengarrinha este decreto «reduziu consideravelmente a liberdade de que a Imprensa gozou durante o constitucionalismo» e «exprime eloquentemente o estado de desagregação a que chegara o regime, na necessidade de recorrer a meios cada vez mais violentos de supressão das liberdades públicas»[48]. A repressão robusteceu-se depois da intentona do 31 de Janeiro. Em Julho de 1891 «foram suprimidos pela Polícia, em virtude de ordens superiores, os periódicos *A Justiça*, *União Cívica* e *A Revolução de Janeiro*, em Lisboa, e *31 de Janeiro*, no Porto, todos de feição mais ou menos abertamente republicana»[49]. Deste ambiente repressivo resultou a conferência de Gomes da Silva, a 10 de Dezembro de 1891, na Liga Liberal, intitulada «Liberdade de imprensa e direito de reunião. Propaganda científica e política pela palavra escrita e pela oral». Mas a situação agravou-se ainda mais com a publicação do decreto de 13 de Fevereiro de 1896, denominado lei «dos anarquistas» que no artigo 1º prescrevia que «aquele que

---

[48] *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 247 e 250.

[49] *Idem*, p. 251.

por discursos ou palavras proferidas publicamente por escrito de qualquer modo publicado ou por qualquer outro meio de publicação defender, aplaudir, aconselhar ou provocar, embora a provocação não surta efeito, actos subversivos quer da existência da ordem social quer da segurança das pessoas ou da propriedade e bem assim o que professar doutrinas de anarquismo conducentes à prática desses actos, será condenado em prisão correcional até seis meses e, cumprida esta, será entregue ao governo [...]»[50]. As sequelas deste decreto fizeram-se sentir nos meios republicanos que organizaram a Liga Contra a Lei de 13 de Fevereiro de 1896 responsável pela promoção de várias conferências em clubes antidinásticos contra a lei repressiva. Assim, sobre esta temática oraram Leite Júnior, a 4 de Janeiro de 1905, no Centro Rodrigues de Freitas; César Porto, a 12 de Janeiro de 1905, na Associação de Classe de Construção Civil; três dias depois, Alexandre Braga, na Associação dos Manufactores de Tecidos. Já em 1906, Pereira Bravo falou sobre o tema no Centro Rodrigues de Freitas, a 2 de Setembro e, a 23 do mesmo mês, palestrou na Secção dos Corticeiros de Belém; Heliodoro Salgado abordou a temática, a 9 de Setembro, no Centro Republicano das Mercês; José de Vale, a 13 de Setembro, no Grémio Federal Republicano. Em 1902 a perseguição à imprensa atinge o seu auge, protagonizada pelo juiz Veiga, cuja alçada persecutória é alargada a todo o reino por decreto de 19 de Setembro. Consequentemente, «a frequente apreensão dos periódicos e a estreiteza dos limites em que se podiam mover, no clima insurreccional que agitava o País, fizeram desenvolver, em grande profusão, uma combativa literatura panfletária»[51].

---

[50] *Idem*, p. 251-252.

[51] *Idem*, p. 254. Cresce a violência sobre a imprensa republicana e na madrugada de 11 de Abril de 1904 foram assaltadas pela polícia as tipografias de *O Século*, *O Mundo*, *Vanguarda* e *O Progresso*. «Estabelece-se violentamente a censura prévia, ficando toda a imprensa coacta. Em Fevereiro de 1906 são apreendidos os jornais adversos do governo e as tipografias dos periódicos oposicionistas são vigiadas dia e noite pela polícia». (p. 255). A 28 de Novembro de 1906 João Franco apresentou na Câmara dos Deputados um projecto de lei sobre a Imprensa que desencadeou um acalorado debate e uma intensa campanha de protesto. Esta proposta converte-se na lei de 11 de Abril de 1907 proibindo, no seu artigo 40º, «sob pena de desobediência, anunciar ou apregoar publicamente mais que o título e o preço da publicação». (p. 257). Nos meios republicanos, o decreto gerou grande polémica, tendo ficado conhecido como «A lei que substitui a lei de 13 de Fevereiro de 1896», sobre a qual incidiram várias conferências: de Fernão Botto-Machado, a 15 de Janeiro, no Centro Republicano das

Certo é que, tanto por razões internas como por razões externas, a desestruturação partidária entre 1891 e 1897 foi uma evidência. Até finais da década de 90 são constantes os apelos à reorganização do partido e à união de forças. Impunha-se, segundo as palavras de Cunha e Costa, «a reunião em um todo dessas mil parcelas de uma consciência nacional, flutuando à mercê de critérios pessoais e exclusivistas»[52]. Em 1896 o diário *Vanguarda* publica um editorial sob o título expressivo «Unamo-nos», em que se advoga que a união disciplinada dos republicanos não é somente um encargo do partido, mas um imperativo nacional[53]. Este artigo serve-nos de exemplo a muitos outros editados com idêntica mensagem: a organização partidária é uma imposição patriótica e para a sua consecução há que transpor as divergências pessoais e estratégicas em prol da regeneração da pátria.

O primeiro tentame para a unificação foi materializado na realização de um banquete, presidido por Feio Terenas, em que foram lançadas as bases para a fundação de um centro republicano em Lisboa. Este acontecimento não significou mais que um esforço inicial para quebrantar a fase silenciosa e dar voz ao movimento e às ideias democráticas. No entanto, note-se que entre o decreto de Lopo Vaz de 1891 e o ano de 1897, foi criada, em 1892, a Academia de Instrução Popular, organizada por sócios do extinto

---

Mercês; de Luís Soares, a 16 de Janeiro, no Centro Fernão Botto-Machado; de José do Vale, a 17 de Janeiro, na Sociedade Promotora de Educação Popular; e de Augusto José Vieira, a 18 de Janeiro, no Centro Rodrigues de Freitas, promovida pela Liga dos Direitos do Homem. Já em plena ditadura franquista é emanado o decreto de 20 de Junho de 1907 em resultado do qual se intensificaram as suspensões e querelas dos periódicos republicanos e prisão dos seus directores. Após o Regicídio é publicado o decreto 6 de Fevereiro de 1908, que revoga o de 20 de Junho de 1907, «o de 21 de Novembro do mesmo ano que entregara a instrução e julgamento de todos os delitos políticos ao juiz de instrução criminal de Lisboa e seus ajudantes; e o de 31 de Janeiro de 1908 que dava ao governo a faculdade de expulsar do reino ou remeter para as colónias os implicados políticos e tirava as imunidades parlamentares. Em virtude deste decreto, foram imediatamente postos em liberdade os deputados Afonso Costa, António José de Almeida e João Pinto Rodrigues dos Santos [...]». (p. 258). Com este decreto, que resulta de uma nova fase de *acalmação* na vida política portuguesa, é retomada a liberdade de imprensa.

[52] *Vanguarda*. nº 489, 27-9-1892, p. 1.

[53] *Vanguarda*. nº 1759, 9-5-1896, p. 1. Na sequência deste escrito, Feio Terenas publica três artigos intitulados «Reorganização do partido». Cf. *Idem*. nº 1799, 18-6-1896, p. 1; nº 1802. 21-6-1896, p. 1; nº 1809. 28-6-1896, p. 1; nº 1813. 2-7-1896, p. 1. Ainda no mesmo periódico «um soldado velho» escreveu sobre «Propaganda e organização», nº 1858. 16-8-1896, p. 1.

Clube Vieira da Silva, destinado a «impulsionar a educação popular laica e de tipo francamente liberal»[54].

O ano de 1896 vincou o nascimento de uma nova era para o movimento republicano, durante a qual o partido lentamente se reorganiza e o clubismo entra em fase de reanimação. Na base desse ressurgimento partidário esteve a constituição do Grupo Republicano de Estudos Sociais, em 1896. Presidiu à sua formação o fito de «concentrar e harmonizar as forças intelectuais da democracia portuguesa»[55]. Dito de outro modo, este núcleo aspirou a debater as reformas nacionais de matriz política, económica e moral que «façam do futuro regime não uma obra efémera de declamadores inconscientes, mas uma perdurável realidade social»[56]. Se, por um lado, o grupo visava promover a remodelação geral das instituições e da mundividência da nação, por outro lado, arvorou-se como organismo dedicado ao necessário processo de autognose republicana. É que o «período do silêncio» conduziu o partido a um certo desfasamento em relação à realidade social de que resultaria o avanço das forças socialistas e anarquistas. Por isso, o projecto do Grupo Republicano de Estudos Sociais apontou para a aproximação aos interesses políticos e ideológicos do operariado, integrando definitivamente a questão social no programa democrático.

O esforço de coalizão encetado em 1896 resultou, no ano seguinte, no estabelecimento da Comissão Municipal Republicana de Lisboa, órgão de primordial importância no processo de restauração partidária e na realização do VII Congresso do Partido Republicano em Coimbra. Em concomitância, foi preparada a fundação do Centro Republicano Ocidental, encabeçado por Teófilo Braga, cujo fundamento básico residia no «estabelecimento, como linha de conduta, do supremo ideal da democracia republicana sem transigência ou quaisquer acordos com facções monárquicas ou disfarçadamente independentes»[57]. Subjacente a este propósito, esteve certamente

---

[54] «Academia de Instrução Popular». In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d. vol. I, p. 177.

[55] «Grupo Republicano de Estudos Sociais». In *Vanguarda*. nº 1866 (7), 24-8-1896, p. 3

[56] *Idem*.

[57] Cf. *Vanguarda*. nº 102 (2047), 22-2-1897, p. 1.

o ambiente de desconfiança alimentado desde 1887, no seio do movimento antidinástico, resultante de possíveis alianças com correntes do transformismo político, quer regeneradoras, quer progressistas. Daí que Magalhães Lima tenha denunciado o desperdício «de tempo precioso em lutas internas e em pugnas estéreis, ociosas e inúteis. As recriminações e as retaliações pessoais, chocando os indivíduos, provocaram a divisão e quebraram a unidade e a disciplina indispensáveis aos partidos que desejam impor-se à opinião pública e que, sobretudo, carecem de autoridade para fazer valer as suas reclamações. [...] Carecemos de atrair elementos e não de os repelir. Carecemos de concentrar forças e não de as dividir»[58].

Na senda da instalação da Comissão Municipal Republicana na capital, o clubismo democrático conheceu um período de renascimento. Enquanto se procedia à criação de novos centros – como o já referido Grémio Democrático Ocidental – ensaiavam-se tentativas de reavivar antigos clubes da década de 80, como o Clube Gomes Freire de Andrade, Clube Borges Carneiro e Centro Fraternidade Republicana. Ainda em 1897 foi fundado o Centro Republicano do Porto, dirigido por Lopes Gama. Liderando a campanha contra a venda das colónias da África Oriental, o associativismo democrático retorna à participação cívica e propagandística em coligação com o Grupo Republicano de Estudos Sociais. Foi neste contexto que reentraram na cena política Afonso Costa, Brito Camacho e João Chagas, animando os diversos comícios promovidos pelo movimento.

Em 1898 nasceu em Lisboa o Clube José Falcão. O clubismo democrático apropriava-se do exemplo unificador do lente de Coimbra para recuperar o rumo da activa militância que o caracterizara na penúltima década de Oitocentos. As primeiras manifestações públicas dos grémios republicanos foram unicamente de índole política, através da participação em comícios. Só em fins de 1899 o Clube José Falcão retoma a dinâmica cultural dos antigos centros, promovendo uma série de conferências[59]. Foi, sem dúvida,

---

[58] *Vanguarda*. nº 713 (2659), 4-11-1898, p. 1.

[59] Já em 1898 alguns prosélitos republicanos tinham participado numa série de conferências – «Conferências Patrióticas» – promovidas pela Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa e dedicadas aos agricultores, comerciantes e industriais. A primeira conferência do ciclo

o grémio mais activo da fase inicial do renascimento clubista. Existiu entre 1898 e 1902, altura em que foi encerrado, conjuntamente com a escola que entretanto instalara, porque «não possuía os estatutos devidamente legalizados e proclamara numa das últimas assembleias-gerais a ideia de realizar sessões secretas»[60]

A cidade de Lisboa contava, nos inícios de 1900, com três agremiações democráticas: Clube José Falcão, no 1º Bairro, Centro Fraternidade Republicana, no 2º Bairro e o Grémio Concentração Democrática, no 4º Bairro. Este último foi criado por iniciativa da Associação Escolar de Ensino Liberal, vocacionado para a «concentração» das forças republicanas e socialistas. Afirmava-se como lídimo herdeiro da corrente federalista, mais próxima dos interesses proletários. Esta ligação ficou simbolicamente marcada na cerimónia de inauguração em que figurava como elemento decorativo central a bandeira verde-rubra do antigo Centro Republicano Federal de 1878. Neste sentido, reanimava o programa radical redigido por Teixeira Bastos em 1886. Iniciou uma série de contactos com centros socialistas, nomeadamente com os do 1º, 3º e 4º Bairro e com o Centro Socialista 18 de Março, com vista à constituição de listas conjuntas para eleições à Câmara Municipal de Lisboa. Conclui-se assim, que o Grémio Concentração Democrática denotou, posteriormente ao Grupo Republicano de Estudos Sociais, a consciencialização do fosso criado entre o movimento democrático e os anseios do operariado, procurando-o superar por meio de um processo de aproximação aos núcleos proletários. Tal estreitamento de relações consubstanciou-se, temporariamente, numa permuta de actividades políticas e culturais entre o Grémio Concentração Democrática e alguns centros socialistas.

Um contributo preponderante para o ressurgimento do associativismo republicano dos inícios de Novecentos foi a reentrada do partido nas lides eleitorais e parlamentares. Recorde-se que o Partido Republicano, depois da Revolta de 31 de Janeiro de 1891, continuou empenhado na participação

---

foi proferida por Heliodoro Salgado, a 3 de Janeiro desse ano, subordinada ao tema: «As descobertas geográficas e sua influência comercial no século XVI». Cf. *Vanguarda*, nº 412 (2357), 1-1-1898, p. 1.

[60] *Vanguarda*. nº 2189 (5042), 21-12-1902, p. 1.

eleitoral. Em 1892 obtém 39,8% de votos nas eleições parlamentares; em Julho de 1893 alcança, nas eleições municipais, 5700 votos em Lisboa em Outubro seguinte, nas eleições para o Parlamento, os círculos republicanos conseguem eleger 3 deputados, mas o Parlamento foi dissolvido e nas eleições seguintes, em Abril de 1894, os republicanos elegeram 2 deputados, a que se seguiu novo encerramento. Os republicanos recusam-se a participar nas eleições de 1897 em protesto contra a nova lei eleitoral de Março de 1895. Voltariam a concorrer, em 1900, tendo eleito pelo círculo do Porto, os «deputados da peste» (Paulo Falcão, Afonso Costa e Esteves Pereira).

O Centro Republicano Afonso Costa, fundado em 1901, inaugura um novo ciclo na vida associativa democrática. A ampliação do clubismo encetada a partir desta data, se por um lado é sinónimo do esforço de restruturação partidária, por outro indicia a influência crescente do caudilhismo no seio do movimento republicano. A par da nomenclatura, o peso avultado dos «notáveis» materializou-se, em termos práticos, no seu envolvimento, cada vez mais empenhado, nas actividades promovidas pelos órgãos partidários. No domínio simbólico, a predominância de elementos decorativos alusivos aos caudilhos – retratos e bustos – veio sublinhar a dimensão adquirida pela antropolatria democrática. O culto de figuras históricas foi, nesta fase, substituído pela idolatria de personalidades do presente, sobretudo daquelas que, havendo esboçado a sua entrada na cena política durante a contestação ao Ultimato, amadurecidas pelo tempo, afirmaram a sua relevância já na primeira década de Novecentos. Estiveram incluídos nesta geração, entre outros, homens como Afonso Costa, António José de Almeida e Heliodoro Salgado, pese embora, este último já tenha tido uma assinalável participação na década de 80 do século XIX. O surto de militantes reflectiu-se também no acréscimo notório da votação republicana, apesar da lei eleitoral de 1901, conhecida por «ignóbil porcaria», que alargou os círculos eleitorais de Lisboa e Porto a zonas rurais. Na origem desta medida esteve o reconhecimento da radicação do partido republicano nas grandes cidades e da reduzida base de apoio que tinha nas regiões rurais. De acordo com os números apresentados por Fernando Catroga, a evolução da votação republicana na cidade de Lisboa foi instável no

primeiro lustro de Novecentos: 1900 (31,3%), 1901 (25,3%), 1904 (32,5%), 1905 (38,7%). A partir de 1906 dá-se a viragem no sentido de uma progressão nítida: 1906 (54,1%), 1908 (53,5%) e 1910 (62,3%).

No período que permeia os anos de 1902 a 1905, coincidente com uma época de instabilidade no interior do partido, que conduziu à substituição do Directório por três Juntas Directivas, o número de associações antidinásticas conheceu um ligeiro aumento. Registe-se que o objectivo principal que presidiu à criação das Juntas Directivas do Norte, Centro e Sul foi animar os organismos de base e imprimir-lhes uma nova dinâmica. Durante esse lapso temporal, durante o qual Bernardino Machado enfileirava as hostes republicanas, foram instalados em Lisboa e vale do Tejo cerca de 14 grémios. O ano de 1906, ao longo do qual foram fundados 9 centros, em idêntica circunscrição geográfica, seria marcante para a expansão das agremiações democráticas, isto apesar de «estarmos num período de tumulto e desorganização material, (...) o Partido, mais do que nunca, talvez esteja unido pelos laços espirituais de uma orientação comum»[61]. Perante o cenário ameaçador da ditadura franquista, a resposta republicana traduziu-se no surto associativista corroborado pela variedade de núcleos organizados (grupos musicais, escolares e dramáticos) e pelo carácter diversificado das actividades desenvolvidas.

O activismo clubista e cultural democrático replicou de forma categórica ao monolitismo corporizado por João Franco e secundado pelas aspirações cesaristas de D. Carlos. Apostou no robustecimento da campanha propagandística e na republicanização das consciências. Durante o ano de 1907 foram fundados em Lisboa e vale do Tejo 20 grémios republicanos, 15 dos quais nos três primeiros meses. Já em 1908, a capital contava com 32 clubes. Ainda que de falível contabilização, sabemos que a irrupção clubista lisboeta foi acompanhada pela disseminação de agremiações democráticas por Portugal Continental, ilhas e colónias portuguesas. No ano da implantação da República existiam em Portugal 163 centros republicanos, 80 (49%) dos quais sedeados em Lisboa (ver Gráfico 1 e Mapa).

---

[61] *A Lucta*. nº 14, 14-1-1906, p. 1.

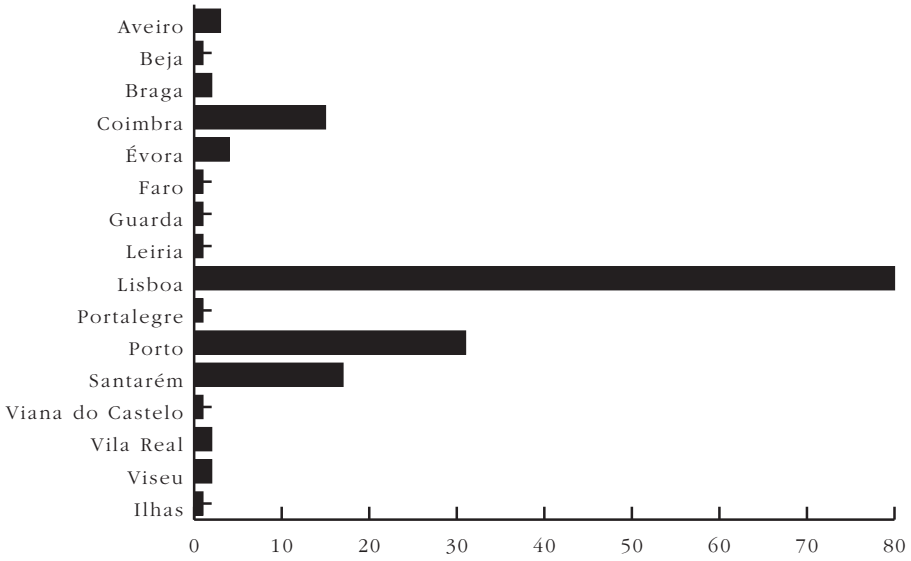


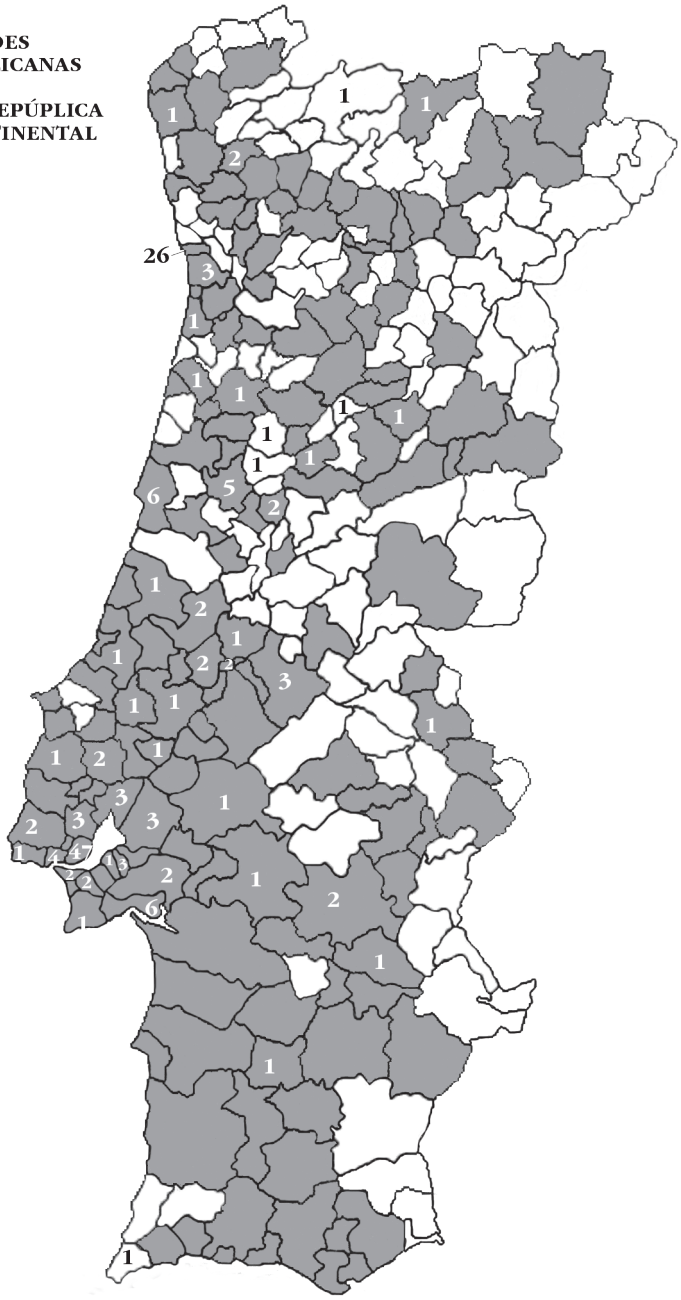
Gráfico 1 – Número de centros republicanos existentes em Portugal em 1910

Os dados apresentados permitem-nos afiançar que uma das características basilares do movimento antimonárquico residiu no que Joel Serrão apelidou de «lisboetização do republicanismo»[62]. De facto, a macrocefalia lisboeta, ainda que com algumas variáveis, foi um dos aspectos estruturantes do partido democrático. Lisboa, incorporada na região do vale do Tejo, foi tradicionalmente a área predominante no que concerne às associações antidinásticas (em 1910 esta zona continha cerca de 60% da totalidade dos centros). Seguem-se, como regiões de relevo, o distrito do Porto, que de 13 grémios em 1907 passou a contar com 31 no derradeiro ano da monarquia, o que equivale, num período de 3 anos, à quase triplicação da cifra de centros. No atinente ao distrito de Coimbra, que em 1907 estava reduzido ao Centro Republicano Académico e ao Centro Eleitoral Republicano Dr. José Falcão, na Figueira da Foz, compreendia, em 1910, 15 associações democráticas.

---

[62] *Da «Regeneração» à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 195.

CENTROS E COMISSÕES MUNICIPAIS REPUBLICANAS NAS VÉSPERAS DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚPLICA EM PORTUGAL CONTINENTAL



CONCELHOS COM COMISSÕES MUNICIPAIS REPUBLICANAS

1 ... NÚMERO DE CENTROS OU ASSOCIAÇÕES REPUBLICANAS

Para além das referidas áreas de Lisboa, Porto e Coimbra, as restantes regiões do país estiveram praticamente alheadas do fenómeno associativo republicano. Os poucos centros que existiam nessas zonas foram promovidos a partir de Lisboa, como o Centro Escolar Tabuense, de Tábua, ou ficaram-se a dever a iniciativas dos notáveis locais. Consideramos o caso do Centro Republicano Pedro Botto Machado, de Gouveia, um caso paradigmático que ilustra o peso do caudilhismo democrático na instalação de clubes em regiões do interior. Em 1910 era o único centro republicano no distrito da Guarda.

Podemos ainda concluir, de modo genérico, pela coincidência de localização geográfica entre os concelhos onde existiam Comissões Municipais Republicanas – órgãos destinados quase exclusivamente à propaganda eleitoral e à militância política – e os que albergavam centros antimonárquicos. É certo que as Comissões Municipais, sendo núcleos menos complexos, eram de mais rápida e fácil instalação. Daí que nem todos os concelhos onde funcionavam Comissões Municipais, em 1910, compreendiam grémios democráticos, mas estes estavam, por regra, inseridos nesses municípios, à excepção de Montalegre, Gondomar, Vila do Bispo, Nelas, Mortágua e Penacova. Atente-se ao facto de, no último ano da monarquia, existirem 152 concelhos com Comissões Municipais Republicanas, o que significa que o partido republicano tinha órgãos representativos em 57% do total de municípios, e só 51, ou seja 1/3, continham clubes antidinásticos.

Perante os dados quantitativos apresentados, torna-se premente traçar uma explicação, para a qual se levantam duas questões basilares: como se justifica a evidente «lisboetização» do associativismo republicano e o seu forte enraizamento urbano? E, em contraposição, em que se fundamenta o alheamento da província face ao clubismo democrático?

Tradicionalmente, a capital constituiu o grande centro do movimento republicano português. Lisboa foi, desde a génese do republicanismo, o palco privilegiado da militância e do activismo democrático e, em particular, o bairro operário de Alcântara. Ao propugnar pelo nacionalismo, anticlericalismo e sufrágio universal, que liquidaria o fosso criado pelo transformismo monárquico-constitucional entre «cidadãos activos» e «cidadãos

passivos», o republicanismo veio de encontro às aspirações da média e baixa burguesia. Com efeito, durante a Regeneração, a «burguesia magra»[63] viu cerceado o seu direito de participação na vida política pelo crivo do voto censitário. Ora, face a este alheamento legalmente forçado, a baixa e média fracção burguesa alimentou continuamente a aversão à «burguesia gorda», isto é, à burguesia plutocrática ou protegida sob o manto régio, que monopolizava o direito ao sufrágio. Consciente dessa rivalidade, o movimento democrático reconheceu que o seu esforço de captação e catequização deveria privilegiar a camada descontente da burguesia, mais do que o operariado, cujo reduzido peso e elevado analfabetismo, o tornavam num alvo menos atractivo, pelo menos numa primeira fase. O estrato da «burguesia magra» estava sediado sobretudo na cidade de Lisboa. Deste modo, a capital constituía uma espécie de «micro-espaço», isto é, um terreno especialmente propício para a edificação de uma força mobilizadora sólida. Ademais, a franja social da baixa e média burguesia era alfabetizada e, por isso, mais permeável ao discurso democrático. Lisboa era também o centro nevrálgico da vida política portuguesa. Logo, a aversão republicana à monarquia constitucional alimentava-se da comunhão próxima dos jogos políticos. Mas esta contiguidade potenciava, por seu turno, a capacidade democrática de intervenção na *pólis* lisboeta. À imagem dos grandes núcleos urbanos, a capital tornou-se foco de secularização, o que propiciava a divulgação e assimilação da ideia republicana. E, por isso, em 1908 já a administração do município pertencia ao Partido Republicano, sob a égide de Braancamp Freire.

No reverso da macrocefalia democrática da capital e do seu enraizamento urbano encontrava-se o interior do país, tão alheado das ideias democráticas como, no fundo, de toda a vida política nacional. Na província campeava o analfabetismo, que em 1900 se cifrava em 78,6%. e a influência dos caciques indígenas manipulava os votos a seu favor nos actos eleitorais. Por outro lado, eram regiões bastante permeáveis ao poder clerical e à

---

[63] A expressão é de HOMEM, Amadeu Carvalho - *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 242.

mundividência religiosa. Em suma, se como perfilhou Vasco Pulido Valente, «um partido *lisboeta*, não é um partido *português*»[64], os republicanos, reconhecendo veladamente esse facto, apostaram na implantação do novo regime a partir de Lisboa e, parafraseando João Chagas, decretaram-no por telégrafo para o resto do país. Os acontecimentos do 5 de Outubro vieram dar razão ao publicista antimonárquico.

2.2. Funções do associativismo republicano

Como já se disse, a característica fundamental do associativismo republicano residiu na sua hibridez e polivalência. Na verdade, as agremiações democráticas revestiram-se de uma dimensão multifacetada e «multiactuante». Na base deste carácter poliédrico esteve a necessidade de diversificar os esforços de divulgação ideológica e de enformação cultural e moral. Daí que Magalhães Lima enfatizasse que «duas coisas se impõem à primeira vista: a necessidade instante de instruir o povo e a necessidade não instante de reformar os costumes [...]. A reforma dos costumes implica naturalmente a instrução da grande massa portuguesa»[65]. Por isso, a actuação dos grémios democráticos deve ser compreendida numa perspectiva em que se pretendia aliar o pragmatismo político a uma acção estruturante de transformação moral e cultural. Se em relação à *praxis* política os efeitos seriam visíveis com alguma brevidade, no que respeita ao desafio principal, que aspirava à criação de uma cosmovisão laica e de um novo consenso cultural, os frutos da sua actividade só poderiam ser colhidos a longo prazo.

Foi considerando as diversas vertentes que davam corpo aos clubes que foi criada, em 1907, sob a presidência de Magalhães Lima, uma comissão angariadora de fundos para a construção de um grande edifício destinado à realização de sessões solenes, comícios e banquetes. «Deve ainda conter

---

[64] Cf. VALENTE, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974, p. 61.

[65] «Reforma dos costumes». In *Vanguarda*. nº 718 (2664), 9-11-1898, p. 1.

salas de aluguer que servirão de sede às associações que as pretenderem. A angariação é feita através da cobrança de acções de 5$000 réis pagáveis a pronto ou mediante quotas de 500 réis mensais»[66].

A multiplicidade de funções encontra-se espelhada nos estatutos que regiam as associações democráticas. A título de exemplo compulsámos alguns *corpus* estatutários de diversos clubes, da capital e da província, antes do 5 de Outubro. De acordo com o art. 3º dos estatutos do Grémio Escolar Republicano Tomás Cabreira, de Lisboa, fundado em 1908, «os fins deste grémio consistem: 1º Em defender a Pátria e a República; 2º Auxiliar a causa da Instituição e Educação; 3º Na prática de actos de solidariedade humana». A acção propagandística era exercida «fundando escolas laicas, bibliotecas, promovendo conferências, excursões de estudo, publicando manifestos de propaganda do livre pensamento, fornecendo livros indispensáveis de 1º e 2º grau a crianças que se reconheça carecerem do auxílio deste Grémio, bem como facilitar-lhes os mesmos exames»[67]. A Associação de Instrução Popular, da Figueira da Foz, teve «por fim promover e fomentar a instrução e educação popular gratuitamente, bem como o desenvolvimento do progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras da Figueira da Foz»[68].

Dos exemplos aduzidos, constata-se o primado de actuação destas associações nos domínios da instrução e educação popular, à imagem do sustentado pelo ideal demopédico do republicanismo. Assim, muitas das agremiações democráticas foram também escolas destinadas a instruir as populações e a libertá-las das amarras do analfabetismo. Paralelamente, afirmavam-se como espaços de educação cívica e de formação para o exercício pleno da cidadania.

Foi a partir de 1881, com a criação do Clube Henriques Nogueira, que assistimos à diversificação das vias de divulgação propagandística. Até 1883, na ausência de uma cúpula directiva, os candidatos democráticos eram propostos por iniciativa de um ou mais centros que para tal formalizavam

---

[66] *Vanguarda*. nº 3869 (6740), 23-9-1907, p. 1.

[67] *Estatutos do Grémio Escolar Republicano Tomás Cabreira*, 1908, pp. 3-4.

[68] *Estatutos da Associação de Instrução Popular*, p. 5.

os devidos convites ao prosélito escolhido para participar no prélio eleitoral. Exemplos da função eleitoral dos grémios foram o convite do Clube Henriques Nogueira, dirigido a Manuel Arriaga, incitando-o a candidatar-se pelo círculo 96, convite que Arriaga acedeu; ou a candidatura, em 1881, de Teófilo Braga pelo círculo 94 por proposta dos Clubes Borges Carneiro, Vieira da Silva e Passos Manuel. O Clube Federal Vieira da Silva, estipulava no art. 6º dos Estatutos o objectivo de «propor candidaturas que apresentem mais probabilidades de triunfo ao Partido Republicano: este mandato será imperativo»[69]. Para a oficialização das candidaturas, os centros angariavam as assinaturas legalmente necessárias com vista à sua formalização. Depois promoviam comícios, reuniões eleitorais e sessões de esclarecimento para divulgar as candidaturas apoiadas.

Para além de comités eleitorais, os centros foram locais de consulta sobre a vida cívica. Neles os cidadãos podiam proceder ao seu recenseamento e consultar as listas eleitorais. A convivialidade que os grémios republicanos proporcionavam não se limitava à comunhão de elementos da mesma família política. Era nestes espaços que se manifestava com evidência a permeabilidade de dinâmicas entre positivistas republicanos, livres-pensadores (ou mesmo socialistas e anarquistas), tendo como pano de fundo o horizonte laicizador que os acobertava. Desse convívio propagandístico resultou, por exemplo, a fundação, em Julho de 1882, no Clube Republicano Passos Manuel, da Associação dos Livres-Pensadores, de existência breve. A herdar o espírito da Associação foi lançado, em 1883, o Círculo de Estudos Livres, igualmente sem continuidade.

Espaços por excelência de militância política, os clubes desenvolveram uma intensa actividade de educação política, quer por meios de propaganda directa ou inter-pessoal, como conferências, palestras, sessões de esclarecimento ou de leitura pública, quer por formas indirectas e impessoais, através da publicação de jornais e livros. De facto, em Agosto de 1906, o Centro Rodrigues de Freitas, de Lisboa, inicia a publicação da colecção intitulada *Pequena Biblioteca Democrática*, na esteira da *Propaganda Democrática*, dirigida por Consiglieri Pedroso e dada a lume a partir de 1886.

---

[69] *O Século*. nº 108, 15-5-1881, p. 2.

Esta colecção teve a 1ª série organizada por Heliodoro Salgado, subordinada ao tema «A teoria da soberania popular e sufrágio universal». Publicaram-se 3 títulos da autoria deste escritor: *Direito político e soberania; A força e o direito; Pelas armas e pelo voto*. A 2ª série, já publicada em 1907, foi dirigida por António Ferrão, subordinada ao tema: «A evolução parlamentar da democracia em geral e em especial da portuguesa» e nela se deram a lume mais três números. Temos conhecimento ainda de que terá havido uma 3ª série, sob o tema «História de Portugal e o papel do povo português na história da civilização», também dirigida por António Ferrão, mas desconhecemos se foi publicado mais algum número.

O associativismo republicano desempenhou ainda um papel relevante na promoção de acções de auxílio mútuo. Na opinião de Gomes da Silva, «a associação de socorro mútuo é um meio e não um fim; um bem que é um mal necessário»[70]. A actuação neste domínio foi desenvolvida numa dupla vertente: promover actividades de beneficência genéricas e fundar associações de auxílio mútuo. A primeira, protagonizada por agremiações mistas, com destaque para os centros, traduziu-se numa significativa actividade beneficiente, associada às restantes funções Em actos solenes distribuíam-se bodos aos pobres – em dinheiro ou em géneros – ou às crianças necessitadas das escolas republicanas. Quando um sócio se encontrava em dificuldades financeiras, organizava-se a seu favor uma récita, festa ou sarau, como a matiné promovida pelo Centro António José de Almeida a favor de Joaquim Gomes Rocha que perdera o emprego por ter sido envolvido na intentona republicana de 28 de Janeiro de 1908. Participaram actores e amadores dramáticos e alguns amadores de poesia popular. Se uma instituição do partido necessitava de ajuda económica abria-se uma subscrição pública na imprensa. Foi através deste último recurso que se fundou, em 1882, a Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, por iniciativa de Casimiro Freire e do jornal *O Século*. Estas modalidades de auxílio foram modelarmente capitalizadas no seio dos grémios democráticos. Muitas das escolas que deles dependiam foram em parte sustentadas por acções de beneficência. A título de exemplo, a Escola

---

[70] SILVA, Gomes da - «As Associações». In *Vanguarda*. nº 1734, 14-4-1896, p. 1.

Gratuita 31 de Janeiro, fundada em 1901, promovia anualmente uma récita a seu favor num teatro da capital e o Centro Escolar Rodrigues de Freitas organizou várias quermesses e tômbolas cujo produto revertia para a sua escola.

A segunda vertente da actuação do associativismo republicano no âmbito do auxílio mútuo, diz respeito à criação de grémios exclusivamente dedicados a esse fim. A sua população-alvo centrava-se no operariado. Em 1881 foi organizada a União Filantrópica dos Republicanos Portugueses, «uma instituição de socorros, composta de todos os cidadãos que se queiram inscrever mediante a quota semanal de 60 a 160 réis, segundo a classe a que pertencem. Entre os muitos benefícios que esta instituição garante aos seus assinantes, registe-se a atribuição de subsídios diários de 180 a 480 réis para socorros médicos e farmacêuticos, subsídios pecuniários de 120 a 420 réis diários; de 120 a 320 réis diários para ares do campo; de 60 a 160 réis por dia a banhos termais ou de mar; de 120 a 420 réis diários no período de convalescença»[71]. Nesse ano foi também criada a Liga Económica do Partido Republicano, «espécie de caixa mutualista que iria subsidiar as campanhas eleitorais e socorrer os militantes atingidos pela repressão monárquica»[72]. Dois anos mais tarde fundou-se a Associação de Socorros Mútuos e Monte-Pio Democrático. Ainda em 1883, por iniciativa da Associação Escolar Fernandes Tomás, nasce a Associação Auxiliar dos Inabilitados do Trabalho, presidida por Castelo Branco Saraiva, com o fim de assegurar o bem-estar dos operários, quando a moléstia, o desastre ou a decrepitude os impossibilitem de exercer a sua profissão. Esta associação dará «meios» de subsistência ao operário e à sua família à semelhança das associações de socorros mútuos em França e na Bélgica»[73]. Próximo da implantação da República, em 1908, foi fundada a Sociedade de Beneficência 31 de Janeiro e a Ajuda Maternal, «instituição para fornecer leite às mães que precisem de o dar aos filhos»[74]. Funcionava no Bairro Grandella e era presidida por

---

[71] *O Século*. nº 194, 30-8-1881, p. 2.

[72] *Apud* CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. 1, pp. 49-50.

[73] Tinha sede na Travessa do Convento de Jesus, 4, 3º Andar. (Cf. *O Século*. nº 627, 24-1--1883, p. 3, col. 1 e nº 661, 6-3-1883, p. 3).

[74] *Vanguarda*. nº 4095 (6966), 8-6-1908, p. 2.

Bernardino Machado. No âmbito da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas foi proposta por Fernão Botto-Machado, em conferência proferida no Centro Republicano António José de Almeida, a 7 de Dezembro de 1909, a criação de «uma associação de socorros com o nome de 'A casa e o pão dos pobres', [constante no programa do Centro para o ano de 1908/1909], que servisse para que todos os desgraçados encontrassem um abrigo, roupa e pão e distribuísse pão nos casos de doença dos chefes de família»[75].

Esta forma de sociedades não foi restrita à capital. Meses antes da implantação da República, um grupo de agricultores de Aldegalega (Montijo), organizou o Grupo Republicano Agrícola que funcionava como caixa económica.

Por seu turno, assistiu-se à cooperação activa de membros do escol democrático em grémios de auxílio mútuo criados pelo operariado. A Caixa Económica Operária, no ocaso da monarquia, contou com a participação de importantes elementos do partido republicano, como Teófilo Braga, e tunas democráticas nas festas comemorativas da inauguração do novo edifício-sede da Caixa.

Juntamente com as funções política e assistencial, as agremiações republicanas revelaram-se espaços adequados à dinamização cultural, em articulação com muitas associações apartidárias que com elas conviveram. Não só foram palco de diversas actividades de índole cultural, – récitas, saraus literários, musicais, dramáticos, festas variadas, bailes, passeios – como ainda se destacaram na promoção destas mesmas actividades noutras agremiações, culturais, recreativas ou de classe, ou em locais especializados como os teatros.

Saliente-se ainda, no domínio da actuação cultural, a criação de gabinetes de leitura e de bibliotecas em muitos centros democráticos. Eram espaços privados que apenas podiam ser frequentados pelos sócios. De 1880 a 1910 contabilizámos 22 clubes lisboetas dotados de espaços privativos de leitura que funcionavam em horário pós-laboral. Fora da capital,

---

[75] *A Lucta*. nº 1427, 8-12-1909, p. 2.

tomámos conhecimento de outros centros com bibliotecas e gabinetes de leitura, entre os quais destacamos: Centro Eleitoral Democrático Eborense (1883), Centro Escolar Eleitoral Republicano de Cacilhas (1884), Centro Republicano de Tavira (1884), Associação Escolar Silvense, Silves (1886), Clube Comercial de Recreio Democrático de Pardelhas, Estarreja (1887) e Centro Democrático Rociense, Abrantes (1907).

Quadro 2 – Centros republicanos com gabinetes de leitura ou bibliotecas

Data de abertura	Centro	Sede
1880	Centro Republicano Federal do Círculo 97	Rua de S. Bento, 632, 1º
1881	Clube Henriques Nogueira	Rua da Inveja, 41, 1º
1881	Clube Razão e Justiça	Rua do Livramento, 88, 1º
1881	Associação Escolar Pinto Ribeiro	Rua dos Remédios, 11
1882	Clube da Montanha	Calçada da Boa Hora, 19
1883	Centro Eleitoral Democrático Eborensa	Évora
1883	Clube Escolar Artístico Republicano	Rua da Inveja, 41, 1º
1883	Clube Eleitoral Republicano Federal	Rua das Bruxas, 49
1883	Clube Gomes Freire de Andrade	Travessa do Jardim à Estrela, 2
1884	Centro Escolar Eleitoral Republicano de Cacilhas	Cacilhas
1884	Associação Escolar Borges Carneiro	Rua da Bela Vista à Graça, 152, º
1884	Clube Escolar Eleitoral Xavier de Arruda	Beco da Encarnação, 7
1884	Centro Republicano de Tavira	Tavira
1884	Clube Anselmo Xavier	Rua do Recolhimento, 51, 1º
1884	Clube Escolar José Estevão	Rua do Açougue Velho, 1, 2º
1885	Clube Escolar Democrático Victor Hugo	Rua de S. Paulo, 16, 1º
1885	Clube Passos Manuel	Beco dos Froes ao Menino de Deus
1886	Associação Escolar Silvense	Silves
1887	Associação União Democrática Social	Travessa de S. Pedro de Alcântara
1887	Clube Comercial do Recreio Democrático de Pardelhas	Estarreja
1888	Centro Republicano Federal de Lisboa	Rua das Bruxas, 49
1888	Centro Fraternidade Republicana	Páteo de Salema, 49, 1º
1900	Clube Republicano José Falcão	Largo de Santo André, 19-A, 1º
1907	Clube Democrático Rociense	Abrantes
1907	Centro António José de Almeida	Rua do Benformoso
1909	Grupo Tomás Cabreira	Rua do Telhal, 62, 1º
1910	Grémio Republicano Federal	Rua do Benformoso
1910	Centro Republicano das Mercês (Henriques Nogueira)	Travessa das Mercês, 57

Os gabinetes de leitura surgiam aquando da fundação dos grémios, ou posteriormente, e dependiam da doação de livros pelos sócios e por tipografias. Nos gabinetes de leitura podia-se aceder à imprensa local, nacional e a alguns títulos estrangeiros de tendência antidinástica. A imprensa «es un medio íntimamente relacionado con los valores representados por el sistema liberal, pues busca la información y la libertad de expresión»[76]. Assim, o acto da leitura era uma forma de divulgação cultural, formação política, educação cívica e estreitamento dos elos da convivialidade.

A relevância conferida pelo republicanismo ao cultivo de práticas culturais explica a criação de várias secções no seio dos centros democráticos, dedicadas exclusivamente à música, teatro e dança[77]. Gozavam de certa autonomia em relação ao clube a que pertenciam e exemplos houve em que, depois do encerramento deste último, aquela secção perdurou. Foi o caso da Associação Musical 24 de Agosto, fundada em 1884 pela Associação Escolar Fernandes Tomás, que sobreviveu até à implantação da República. Ainda nessa década, em 1887, nasceu o orfeão da Associação União Democracia Social. Em 1890 foi criada temporariamente a Associação Musical dos Filhos do Povo, ligada à Escola Infantil dos Filhos do Povo. Na Sociedade Promotora de Educação Popular, surge em 1905 um grupo de bandolinistas que, em 1907, se constitui em tuna. Em 1909 há a notícia de que esta tuna era composta por meninas.

É curioso verificar a multiplicação de secções culturais a partir dos grémios democráticos precisamente em 1907, coincidindo com a época de maior activismo quantitativo e propagandístico. Nesse ano foi fundada a Tuna Fernão Botto-Machado, pelo Centro Escolar dedicada ao mesmo patrono. O Centro António José de Almeida organiza o orfeão infantil e a Tuna. Este grupo musical teve um percurso único. Volvido um ano da sua criação, entra em divergências com o clube fundador e desliga-se dele, tendo demitido o maestro que o regia. Contudo, continua a sua existência com carácter autónomo até à implantação da República, tendo dado o seu primeiro concerto, desvinculado do centro onde foi criado, numa quermesse

---

[76] CABALLERO, Pilar Calvo - *Política, Sociedad y Cultura en el siglo XIX*. Madrid: Actas Editorial, 2002, p. 105.

[77] Foi o caso da Associação União Democracia Social que criou uma aula de dança em 1887.

a favor da Academia de Estudos Livres, em 27 de Junho de 1909. Além da quermesse, houve tômbola, tiro ao alvo e projecções de vistas de Paris. Nos finais da monarquia esta tuna organizava as Festas da Primavera que consistiam em saraus e bailes. Em 1908 o Centro Republicano António José de Almeida inaugura o Grupo Dramático, orientado por Libertino F. Lima da Veiga, e, em 1910, cria o Grupo Juventude «Alma Nacional». Ainda em 1907, o Centro Castelo Branco Saraiva, funda também uma Tuna e o Centro Rodrigues de Freitas forma uma trupe de bandolinistas.

Este fenómeno não se circunscreveu ao associativismo da capital. Sabemos, por exemplo, que o Centro Republicano de Santarém possuía, em 1908, uma tuna e que em Santa Iria da Azoia existia a Tuna Democrática 4 de Fevereiro de 1907 Santariense.

Pelos casos acima descritos, podemos avaliar a dimensão da vitalidade cultural protagonizada pelas associações republicanas, sobretudo no segundo lustro da primeira década de Novecentos. Neste período é fundada uma agremiação musical republicana, autónoma, intitulada Quarteto Musical Democrata, dirigida por Manuel Epifânio. A estreia do grupo deu-se no retiro de Manuel Morais em Marvila, onde tocou *A Marselheza*. Este crescimento de manifestações e de organismos culturais, demonstra a consolidação do movimento republicano.

Por seu turno, a complexificação seccional dos clubes democráticos denota que estes tendiam para a auto-suficiência no domínio da organização de manifestações culturais. Dito de outro modo, sendo detentores de agrupamentos musicais e dramáticos – cujo o fito principal consistia em animar as festividades promovidas – bastava recorrer a estes grupos republicanizados, o que optimizava o seu efeito propagandístico. Acresce ainda que a criação destas secções culturais gera no seu interior a convivialidade e o estreitamente dos laços sociabilitários, imprescindíveis à vida em comunidade, factores facilitadores da assimilação dos valores mundividenciais democráticos. O envolvimento dos militantes no seio da vida associativa era já por si uma forma de educação cívica e de exercício da democracia.

O ambicioso plano de actividades culturais do Centro Escolar Republicano António José de Almeida para o ano de 1908/1909, corrobora a multi-funcionalidade dos clubes. Além da secção instrutiva, que ministrava ensino

primário, médio e técnico, contava com um departamento educativo vocacionado para a promoção de sessões musicais, conferências subordinadas a temáticas variadas, excursões e visitas a lugares de interesse (histórico, industrial e comercial, em Portugal e no estrangeiro), leituras públicas, festas comemorativas de factos importantes sob o ponto de vista democrático. Apontava, por fim, para a criação de um ginásio e de uma Caixa Económica destinada a atribuir pensões aos sócios e suas famílias. Um outro exemplo respeita a Sociedade Promotora de Educação Popular que, em 1908, contava com as secções de: conferências e palestras, exposições, festejos, excursões, aulas, beneficência escolar, ainda denominada por Caixa dos Socorros dos Alunos, e de organização do gabinete de leitura.

A dinâmica cultural republicana foi também acompanhada de uma componente lúdica e recreativa relevante. Se, como enfatizou J. Huizinga, o ludismo é também uma forma de cultura[78], os clubes democráticos souberam aliar essas duas vertentes em prol da socialização de novos valores e da inoculação de uma nova racionalidade. A acção recreativa dos grémios republicanos, além do *munús* cultural, visava enriquecer a oferta lúdica junto da população. A oferta recreativa das associações republicanas era diversificada. Alguns centros eram dotados de bilhar, jogos de cartas, loto e dominós. Por exemplo, o Clube Democrático de Santarém tinha no seu quintal um espaço reservado ao jogo do chinquilho.

Aliadas ao ludismo, muitos clubes possuíam secções desportivas, nomeadamente de tiro, ginástica e esgrima. Apresentamos apenas alguns exemplos: em 1887, a Associação União Democracia Social criou um curso especial de esgrima. O Clube José Estevão inicia, em Outubro de 1884, as aulas de tiro e de esgrima. Na redacção d' *O Século*, abriu, a 1 de Maio de 1885, uma sala de esgrima para sócios, dirigida pelo professor Manuel Cida. O Centro António José de Almeida deu início a uma aula de ginástica sueca, em Junho de 1907, e de ginástica infantil, em 1910. Um ano antes, o Grupo Tomás Cabreira iniciou aulas diurnas e nocturnas de esgrima, às segundas e sextas-feiras. Os dados apresentados atestam a importância específica do tiro e da esgrima. No caso do primeiro, esteve até à década de 70 confinado

---

[78] *Homo Ludens. El Juego como elemento de la Historia*. Madrid: Editorial Azar, 1943, pp. 15-41.

aos exercícios militares. A sua divulgação nas escolas teve início quando na sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 12 de Julho de 1875, foi autorizado o então vereador José Elias Garcia a «regular as escolas municipais. Começou então o início do estabelecimento da ginástica e da instrução militar nas escolas sendo a primeira a Escola Municipal nº 1, ao Campo de Santa Ana e mais tarde a nº 2, à Rua da Boa Vista»[79]. À imagem do modelo suíço e da influência do ensino para-militar francês, ligado à criação dos batalhões escolares, os grémios democráticos fomentaram estas modalidades desportivas em prol da sua mensagem cívica e patriótica. O mérito da componente desportiva nestas sociedades reside na «apprentissage de la démocratie par le travail, et l'émulation, par la mise en commun des compétences et l'exercice de la volonté individuelle, par le développement d'un caráctère sociable et le respect des exigences de la vie commune»[80].

Tal como o tiro e a esgrima, também a ginástica deve ser enquadrada no âmbito do culto e da defesa da pátria[81]. Não se reduzia somente a «uma questão de circo nem de barraca de feira, é uma alta e grave questão de educação nacional»[82]. Em causa estava a decadência da nação resultante da degenerescência da raça. E como conclui Paulo Lauret, grande divulgador dos exercícios gímnicos, sobretudo da ginástica sueca segundo o método de Ling[83], «a ginástica faz parte da educação e da política da higiene e da

---

[79] *Boletim da União dos Atiradores Civis Portugueses*, nº 1, Janeiro de 1908, p. 9. Foi o vereador Teófilo Ferreira que organizou de facto o primeiro batalhão escolar, tendo este desfilado pela primeira vez a 24 de Agosto de 1882. Por decreto governamental de 1892, esse ensino foi extinto. Em França, com a criação em 1882 dos batalhões escolares, são organizadas sociedades de tiro e de ginástica. Cf. HUBSCHER, Ronald (dir.) - *L'Histoire en Movements. Le Sport dans la société française (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Armand Colin, 1992, pp. 17-56.

[80] «Le tir fédéral suisse, c'était le symbole du patriotisme de tout un pays. En France, il devint celui des republicains». (Jean-Gabriel Ravey, «Les Sociétés Republicaines (Tir, Gimnastique et Musique) du Département de Doubs et leurs relations avec la Suisse de 1870 à la Fin du Siècle», In *Histoire et Société Contemporaines. Sociétés et Sociabilité au XIXe siècle. Colloque à l'Université de Lausanne*. tomo 5/86, 1986, p. 85).

[81] O estabelecimento mais antigo onde se praticou ginástica em Portugal foi a Casa Pia, desde 1838. Por decreto de 29-8-1908, a educação física passou a fazer parte dos *curricula* do ensino secundário, nomeadamente, a ginástica sueca segundo o método de Ling.

[82] ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*. Lisboa: Clássica Editora, 1991. vol. VIII, p. 230.

[83] Este método de ginástica, inovador para a época, consistia na realização de exercícios específicos para o desenvolvimento de cada músculo. O grande divulgador deste tipo de ginástica foi Paulo Lauret que dirigiu um importante ginásio no Porto, e a obra portuguesa de maior relevo neste domínio é o livro de BRITO, João de - *Exercícios Elementares de Gymnastica Sueca*. Lisboa: Typ. da Rua da Rosa, 1908.

terapêutica»[84]. O movimento republicano, em harmonia com as descobertas e inovações científicas no campo da biologia e da medicina e interessado no vigor da raça lusa, envolveu-se, através dos seus centros, na divulgação das novas ideias sobre o higienismo.

Mas o Centro Republicano da Pena foi mais longe. Por iniciativa do médico Brito Camacho, em conjunto com Augusto de Vasconcelos e Afonso de Lemos, a 22 de Março de 1907, abriu neste clube um posto de vacinação gratuita, ao qual podiam aceder todos os interessados. Por seu turno, o Centro Escolar «A Luta» de Queluz ofereceu, em 1909, gratuitamente aos seus 50 alunos assistência médica pelo Dr. Ponte e Sousa. Em 1910, o Centro Henriques Nogueira vacinou todas as crianças da sua escola, assim como os alunos dos Centros de Santos e António José de Almeida foram vacinados contra a varíola.

Em conexão com o papel cultural – quer seja ligado à cultura política, física, científica ou recreativa – estes grémios deram um precioso contributo no domínio instrutivo e pedagógico. Quer isto dizer que não só promoveram a criação de inúmeras escolas, autónomas ou dependentes dos clubes, como fizeram aplicar novos métodos de ensino que reflectiam as teorias pedagógicas da recém-fundada psicologia experimental e do ensino prático, por oposição ao ensino especulativo ou «jesuítico». Com efeito, foi no âmbito da instrução que o esforço de culturização republicana surtiu melhores efeitos. Em 1910 funcionavam na capital e arredores 20 escolas em clubes republicanos. Vários clubes sustentaram escolas, na sua totalidade ou com recurso às missões da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus. Em 1907 existiam 19 missões das escolas móveis nos centros escolares de Lisboa.

A elevada taxa de analfabetismo traduzia a decadência cultural da sociedade portuguesa e afigurava-se como obstáculo intransponível para a consumação do novo regime. É que, na perspectiva republicana, a ignorância estava associada à monarquia e ao clericalismo, pelo que franqueava as portas à instrumentalização e ao obscurantismo das consciências. À luz da lição iluminista, o escol democrata acreditava no ensino como factor de inelutável progresso para a humanidade.

---

[84] «Utilidade dos exercícios do corpo». In *O Gymnasta*. nº 7, 30-6-1882, p. 1, col. 2.

Com vista à consecução desses objectivos, foram organizadas escolas inseridas na estrutura e nos espaços dos clubes. Não obstante a primazia dada aos sócios e aos seus filhos, estavam abertas à comunidade, oferecendo os conhecimentos básicos para ambos os sexos, de dia ou à noite. As aulas nocturnas destinavam-se aos adultos, nomeadamente à classe operária.

Saliente-se ainda a criação de associações escolares com elevado grau de autonomia. A instituição com o desempenho mais notável, quer pelo seu carácter deambulante quer pela duração, foi a Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, fundada em 1882. Mas outras escolas independentes foram organizadas: a Escola Infantil para os Filhos do Povo (1884), a Academia de Instrução Popular (1892), o Vintém das Escolas (1901), a Escola Gratuita 31 de Janeiro (1901), a Sociedade Promotora de Educação Nacional (1905), a Escola Democrática (1907), a Sociedade Propagadora de Ensino Liberal ou a Associação Escolar de Ensino Liberal

O movimento republicano esteve também na base da estruturação das efémeras Universidade Livre (1904), com delegações em Lisboa e Porto, e Universidade Popular de Lisboa (1907), além de ter sido o principal impulsionador da Liga Nacional de Instrução (1907), na esteira da obra de Jean Macé e da Ligue d'Enseignement fundada em França em 1866.

Pelo exposto, julgo ter ficado claro que a acção culturizadora republicana, associada a uma forte vertente recreativa e instrutiva, teve nos clubes os seus principais agentes e impulsionadores. Mas quais as principais figuras que encabeçaram a dinâmica cultural democrática? Qual a sua formação e situação social? E, por outro lado, qual a população-alvo que se pretendia influenciar? Quais os momentos de mais intenso dinamismo cultural?

Questões em que iremos reflectir no capítulo seguinte.

(Página deixada propositadamente em branco)

III – A Popularização da Cultura Republicana

1. Os agentes culturais

1.1. Dinamizadores

Os dinamizadores das acções de popularização republicana formavam uma elite de intelectuais, inquietos com o destino da nação, que a procuram encaminhar política e culturalmente para o novo regime. Estes apóstolos do republicanismo arvoraram-se como mediadores cívicos entre o poder e o povo, que urgia emancipar através da elevação cultural homogénea, e o *telos* da humanidade. Intérpretes da história, inscrevem-se assim no perfil da *intelligentzia* oitocentista, traçado por Pierre Rosanvallon, segundo o qual «les vraies élites ne sont donc ni celles de la fortune, ni celles de la naissance, ni même celles du simple mérite. Elles se définissent plutôt par un critère général et la capacité de penser à long terme (alors qu'à l'inverse la majeure partie du peuple est composée d'hommes préoccupés de l'interêt présent et personnel)»[85]. Nestes *savants* se sustentava a República, numa sólida aliança entre o saber para alcançar o poder, em representação do colectivo de cidadãos.

É no contexto descrito que se deve enquadrar a missão e a identidade dos animadores culturais antidinásticos. De facto, a partir da análise

---

[85] *Le Sacre du Citoyen. Histoire du Suffrage Universel en France.* Paris: Éditions Gallimard, 1992, pp. 376-377.

quantitativa das acções de culturização popular e dos promotores que estiveram na sua origem, concluímos – à imagem do estabelecido por Fernando Catroga para os dirigentes do partido republicano no atinente ao primeiro directório da fase partidária (1883) – pela predominância de quadros da função pública e de elementos ligados às profissões liberais.

Do período entre 1880 e 1910 seleccionámos os 20 protagonistas de actividades de propaganda (conferências, comícios e outras acções culturais). São eles, de acordo com o número de participações e por ordem decrescente: Augusto José Vieira, Agostinho Fortes, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima, Bernardino Machado, António José de Almeida, João de Menezes, Sá Pereira, Fernão Botto-Machado, Teófilo Braga, Alexandre Braga, Heliodoro Salgado, Feio Terenas, Gomes da Silva, Brito Camacho, Afonso Costa, Angelina Vidal, Elias Garcia, João Chagas e Consiglieri Pedroso (Gráfico 2).

A exegese dos elementos desta elite permite-nos retirar algumas conclusões. Constata-se o primado dos intelectuais (professores, jornalistas, poetas, escritores) que ronda os 65%, o que corrobora a prevalência da matriz ideológica na elite cultural republicana. No escol em apreço avulta a formação na área jurídica (25%), do Exército (10%), do Curso Superior de Letras (10%), da Escola Politécnica (5%) e da Escola Médico-Cirúrgica (5%). Frequentaram a Universidade de Coimbra 40% dos elementos em questão.

Uma análise comparativa entre os dois períodos de maior intensidade propagandística, política e cultural (1880-1891 e 1897-1910), comprova a redução do peso da formação técnica e a crescente importância da educação de base jurídica. Este facto poderá justificar a notabilização e popularidade tribunícia que os paladinos antimonárquicos adquiriram, principalmente a partir de 1906. A opinião de António José de Almeida, médico e o prosélito republicano com maior participação em comícios, atesta o alcance que os dotes oratórios representavam na estratégia de divulgação do republicanismo: «Os oradores, conferentes ou tribunos, espalhados, ao mesmo tempo, por todo o país, farão vibrar a alma nacional pelo amor da mesma ideia. Meia dúzia de homens com vontade e energia tendo a eloquência da alma a secundar a eloquência da palavra darão ao nosso credo um prestígio imparável [...]. Tal ponto perdido na província distante onde a acção

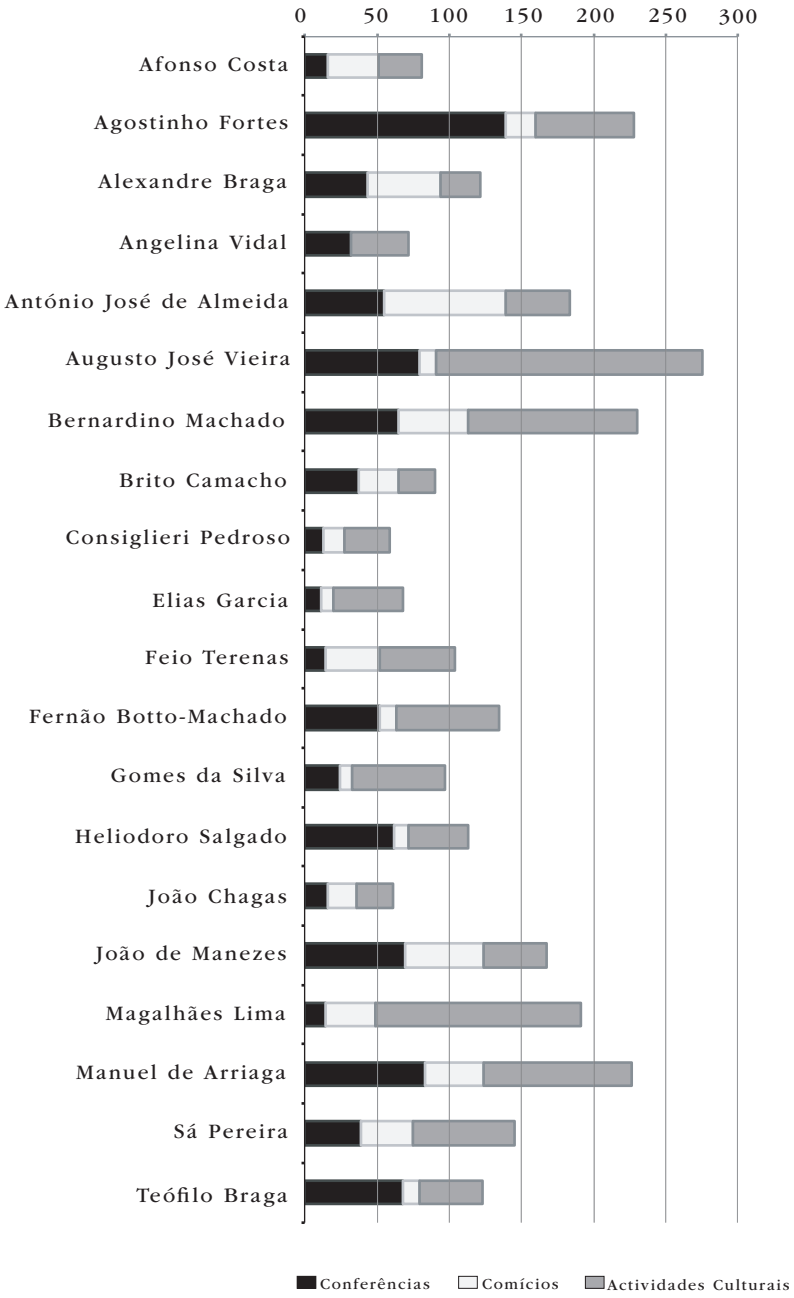


Gráfico 2 – Totais da participação dos principais dirigentes republicanos

republicana mais frouxa requer um homem de palavra persuasiva, sedutora, que fascine os espíritos com suavidade como certos perfumes que hipnotizam o cérebro sem ele o sentir»[86].

No lugar cimeiro da hierarquia dos dinamizadores culturais pontificam figuras como Augusto José Vieira, Agostinho Fortes, Heliodoro Salgado e Fernão Botto-Machado, que reflectem o peso da vanguarda situada na ala mais radical do Partido Republicano, fortemente conotada com o livre-pensamento, a maçonaria e o socialismo «moderado» («possibilista»). Assim se explica o envolvimento nas acções de popularização de homens como José do Vale, Sá Pereira, Pedro Muralha ou Guedes Quinhones, enquadrados no movimento socialista e anarquista. Estes elementos vêm de encontro à opinião de Fernando Catroga, para quem o derrube da monarquia se forjou numa espécie de «frente maçónica, carbonária e republicana»[87]. Congregou não só republicanos, mas também alguns monárquicos dissidentes e outros grupos anarquistas e socialistas. De entre todas as problemáticas, a questão religiosa funcionou, claramente, como o cadinho onde os diversos matizes ideológicos (questão política, questão social, questão educativa) se articularam e fundiram.

Com base na interpretação dos dados relativos ao empenho desta vanguarda republicana nas diversas actividades culturais promovidas em Lisboa, foi possível constatar quais as personalidades de maior militância – sendo esta inferida a partir do seu grau de participação – envolvidas, ainda que em níveis diferentes, nessa multiplicidade de acções. No que respeita aos comícios foram protagonistas: António José de Almeida (64), João de Menezes (53), Magalhães Lima (53), Alexandre Braga (51), Bernardino Machado (48), Manuel de Arriaga (42) e Afonso Costa (39). Se considerarmos que o cômputo concerne ao período de 1880 a 1910, depreende-se que os comícios, em concomitância com o parlamento, foram os palcos privilegiados de celebrização política e pública da «segunda geração» republicana, pertencente à ala mais à esquerda do partido. Excluindo Manuel de Arriaga e

---

[86] «Partido Republicano». In *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & Cª, 1933. vol. I, pp. 80-81.

[87] *O Republicanismo em Portugal*. vol. I, p. 135.

Magalhães Lima, que participaram com regularidade em *meetings* desde finais da década de 70 até à República, a maioria dos «notáveis» oradores inserem-se na geração que só emergiu politicamente na primeira década de Novecentos e, mais precisamente, a partir de 1903. Note-se que este núcleo de hábeis retóricos do pós-Ultimato coincidiu, na sua quase totalidade, com o conjunto de elementos que constituíram o Primeiro Governo Provisório após o 5 de Outubro de 1910. Para o confirmar, saliente-se que António José de Almeida, Bernardino Machado, Afonso Costa e Brito Camacho se inserem nos dez oradores mais participantes nos comícios. Por outro lado, importa situar essa actuação no tempo. Assim, António José de Almeida teve as primeiras aparições propagandísticas em 1905; Bernardino Machado em 1903; Afonso Costa e Brito Camacho apesar de algumas participações esporádicas entre 1897 e 1904, só a partir deste último ano se empenharam decisivamente na acção da propaganda republicana.

Para a economia deste estudo consideramos, todavia, de maior relevo outros meios de divulgação ideológica, não dirigidos às multidões, mas de matriz inter-pessoal, em que o contacto entre o auditório e o orador é bastante estreito. No domínio das actividades culturais Augusto José Vieira, que interveio em acções de propaganda desde 1885 até 1910, afirmou-se como figura cimeira, com 184 participações. A par da sua participação na dinâmica de culturização popular organizada pela instituição partidária, envolveu-se em actividades da iniciativa da Associação do Registo Civil, de que foi presidente, e da Federação de Livre-Pensamento, de que foi secretário.

Seguem-se como promotores culturais de maior ênfase, Magalhães Lima (149), Bernardino Machado (117), Manuel de Arriaga (104), Agostinho Fortes (78), Fernão Botto-Machado (71), Gomes da Silva (71) e Sá Pereira (70). O primeiro e o terceiro revelaram uma notável regularidade entre 1880 a 1910. A vitalidade de Gomes da Silva notabilizou-se na década de 80. Os restantes pertenciam à «segunda geração» republicana.

Constituindo as conferências um importante núcleo das acções de popularização cultural, o seu alcance qualitativo e quantitativo justifica uma abordagem específica. De um total de 1935 prelecções contabilizadas entre 1875 e 1910, Agostinho Fortes foi responsável por 140, das quais proferiu

apenas 8 até 1905. Quer isto dizer que de 1905 a 1910 pronunciou 132 palestras. Destaca-se assim dos demais conferencistas republicanos, entre os quais salientamos os mais prolixos: Manuel de Arriaga (79), Augusto José Vieira (77), Teófilo Braga (74), João de Menezes (69) e Heliodoro Salgado (61). Em relação a este último é de notar que morreu em 1906, precisamente no ano em ocorreu um surto de palestras desencadeado pela reacção republicana ao franquismo e que se reflecte na generalidade da propaganda. Até às vésperas da República verificou-se um contínuo acréscimo da actividade conferencista pelo que, devemos realçar o envolvimento de Heliodoro Salgado que, a par de Manuel de Arriaga, foram protagonistas cruciais no processo do renascimento clubista e cultural encetado pelo movimento nos finais da década de 90.

No cômputo geral, que resulta de um balanço globalizante dos comícios, conferências e outros meios de difusão oral, analisados anteriormente de forma repartida, apurámos que, no que respeita à cidade de Lisboa, Manuel de Arriaga e Magalhães Lima foram os prosélitos republicanos de maior regularidade ao longo do período em questão. No atinente ao quantitativo de acções participadas, sobressaem Augusto José Vieira, Agostinho Fortes, João de Menezes e Bernardino Machado. Personalidades que corporizavam a «oligarquia» de que se alimentava a vida partidária.

É certo que a nossa avaliação foi centrada na capital, mas tendo em conta a macrocefalia lisboeta do movimento republicano e a sua base social de apoio, permite-nos uma visão próxima da realidade. Contudo, afigura-se-nos de igual modo pertinente o estudo dos promotores culturais na província. Dada a ausência de elementos detalhados sobre esta questão, que só poderiam ser obtidos a partir de uma leitura minuciosa da totalidade da imprensa democrática local, as conclusões aventadas sustentam-se na análise de alguns casos-padrão (Santarém e concelhos limítrofes, Aldegalega [Montijo], Gouveia e Figueira da Foz). Em termos gerais atesta-se a dominância dos «notáveis» locais, por regra proprietários (agrícolas e industriais) ou pertencentes a profissões liberais (médicos ou advogados). Ao invés dos principais centros, a influência dos «intelectuais» foi reduzida, facto que pode ser explicado pela elevada taxa de analfabetismo, mais acentuada no interior do país.

No que respeita à participação feminina, salientamos o empenho de Angelina Vidal a quem Ribera i Rovira apodou de «eremita em sociologia, poesia onde teve um relevo magnífico e um prestígio nobilíssimo na literatura pátria»[88]. Navegando nas águas do «social-republicanismo», a poetisa proferiu 34 conferências e participou em múltiplas actividades em centros democráticos ou operários. A sua acção situou-se entre a década de 80 do século XIX e a primeira década de Novecentos.

Já no século XX emergem no movimento republicano Maria Veleda, qualificada pelo autor catalão como «conferencista virtuosa e livre-pensadora»[89], Maria Clara Correia Alves, Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete, as duas últimas pertencentes à maçonaria feminina. O seu envolvimento na propaganda antidinástica foi centralizado em conferências ou actividades de índole cultural, nomeadamente junto operariado (Maria Veleda), do público infantil (Ana de Castro Osório) e feminino.

1.2. População-alvo

Afirmava João Chagas que «o Partido Republicano é constituído de indivíduos de todas as classes e condições. Ele tem a burguesia, ele tem o povo, ele tem mesmo a nobreza»[90]. Com efeito, a alternativa democrática destinava-se genericamente a uma população interclassista, o que equivale a dizer que, por oposição ao socialismo, a proposta política democrática não apontava exclusivamente para os interesses de uma só classe, mas para toda a sociedade. Eça de Queirós constatara-o ao apontar como fundamentos responsáveis pelo acréscimo de adesão ao partido republicano, a licenciosidade parlamentar e eleitoral, a revolução brasileira de 1889, a consolidação da III República Francesa e os reflexos do Ultimato. O escritor acrescentava que o recrutamento antimonárquico era feito «entre todas as classes e todas

---

[88] *Portugal Literari*. Barcelona: Libreria «L'Avenq», 1912. vol. I, p. 113.

[89] *Idem*, p. 114.

[90] «Carta sobre as responsabilidades do Partido republicano perante a acção popular». In *Cartas Políticas*. vol. VII, p. 3.

as profissões, a advocacia, a magistratura, o professorado, o comércio e mesmo a propriedade rural, pela acção lenta de causas diferentes, das quais a maior incomparavelmente, e a única que incessantemente opera, é a de um forte descontentamento político»[91]. Recorde-se ainda que o republicanismo visava a implantação do sufrágio universal, pelo que, era imperioso que o seu ideário, político e cultural, fosse inoculado em todos os grupos sociais. De facto, o voto universalista pressupunha a educação cívica da totalidade dos cidadãos e a sua participação activa na vida da *pólis* republicana, dependia da acção prévia de interiorização ideológica para melhor integração e participação dos cidadãos na «coisa pública».

Ao sobrevalorizar a ideologia, o republicanismo «apontava para uma estratégia *frentista* e *integradora*, visando tornar-se gradualmente, num partido enraizado numa ampla base social de apoio»[92]. A sua mensagem destinava-se aos diferentes estratos da sociedade em geral, procurando integrar a polissemia dos interesses específicos de cada camada social no seu discurso. No universo de popularização da cultura republicana é possível detectar – pela mensagem veiculada e pelo tipo de prática cultural – uma retórica direccionada para grupos sociais determinados: o operário, o pequeno e médio comerciante, o «caixeiro», a mulher e a criança eram considerados alvos fundamentais para a edificação de uma nova opinião pública. Não obstante a pluralidade de reivindicações que caracterizava cada um destes grupos, a dimensão aglutinadora e totalizante do discurso democrático encontrava eco em cada um deles.

Foi em Lisboa que o movimento republicano centrou, em grande medida, as iniciativas de culturização operária. De acordo com o estudo elaborado por Léon Poinsard, em 1909, a agricultura empregava quatro quintos da população activa, o que equivale a dizer que o peso do sector industrial na economia portuguesa era bastante diminuto[93]. Por conseguinte, o alcance

---

[91] «Novos factores da política portuguesa». In *Últimas Páginas Dispersas*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», s.d., p. 141.

[92] CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. I, p. 106.

[93] *Portugal Ignorado*. Porto: Magalhães & Moniz, Lda-Editores, 1912, p. 59.

social do proletariado era também reduzido. Nos finais do século XIX e inícios da centúria de Novecentos, Lisboa e Porto concentravam cerca de 65% da população proletária nacional, dos quais 46% estavam sediados na capital. Oliveira Marques calcula que em 1907 existiriam no território nacional 214 000 pessoas ligadas à classe operária. Em Lisboa existiriam cerca de 100 000 (homens, mulheres, crianças, activos e inactivos) e no Porto menos de 40 000. Se o projecto ideológico republicano integrava a questão social visando, por um lado, retirar a base de apoio ao socialismo e, por outro lado, alargar a sua frente partidária, compreende-se a convergência dos esforços de propaganda e de angariação de militância nos grandes núcleos industriais.

A estratégia de republicanização do *trabalho* passava pela promoção de actividades culturais no interior do associativismo antidinástico, em concomitância com o fomento de iniciativas no seio das agremiações operárias de classe, recreio ou assistência mútua. Considerando que no estrato operário, como na sociedade em geral, grassava uma elevada taxa de analfabetismo, perto de 80%, a reforma cultural assumida pelo republicanismo tomou, inevitavelmente, o proletariado, como objecto singular de culturização. Para tal, havia mesmo o cuidado de realizar as conferências predominantemente ao Domingo, a fim de abrir um espaço de sociabilidade que competisse com a taberna.

A dimensão atingida pelo movimento de «proletarização» cultural explica-se, em parte, pela cumplicidade de dinâmicas estabelecida entre múltiplos grémios operários e democráticos. Note-se que a inter-actividade gerada entre os dois tipos de associativismo era correlata do objectivo democrático em elevar o nível civilizacional da classe proletária mas, também consubstanciava os ideais de solidariedade e altruísmo. Tais valores inscreviam-se na axiologia cívica do republicanismo e traduziam a perspectiva de igualdade original entre burguesia e operariado. Com efeito, os dois estratos sociais, segundo o ideário demo-liberal, tiveram as mesmas origens, mas só alguns conseguiram triunfar economicamente. No dizer de Teófilo Braga, a burguesia era «a parte mais adiantada do antigo proletariado da Idade Média, desse servo da gleba [...] que se elevou na hierarquia civil à custa da moralidade

e de perseverança no sacrifício»[94]. Recorrendo a esta visão igualitária e fraterna, em oposição à irrefutável luta de classes propugnada pelo socialismo, a ideologia republicana visava a coabitação entre o *trabalho* e o *capital* e, em última análise, entre o novo regime e o proletariado. Trata-se portanto de uma actuação pacifista e conciliadora, antagónica em relação ao panorama revolucionário socialista, que assentava no princípio da luta de classes.

O discurso antidinástico valorizava a associação – espaço de exercício do solidarismo – considerando-a uma panaceia para os problemas sociais da classe operária. Ora, a enfatização da forma associativa não se reduzia a uma simples imagem de retórica. Na verdade, os republicanos incitaram e secundaram a fundação de diversas agremiações de trabalhadores, com carácter multímodo, e aparentemente apolíticas. O crescente estímulo à organização associativa operária ganhou maior relevo no definhamento da monarquia, à medida que a questão social adquiria maior acuidade. Durante esse período, alguns republicanos, como Fernão Botto-Machado, Maria Veleda e Angelina Vidal, mais próximos dos socialistas, ou socializantes, deram voz às aspirações operárias no seio do movimento democrático. Nas vésperas do novo regime, o resultado do empenho republicano, quer no apoio estimulante à estruturação associativa operária, quer na apropriação discursiva das reivindicações do *trabalho* – utilizando um jogo retórico de conceitos típicos da linguagem socialista e anarquista, ainda que modificados no seu conteúdo – traduziu-se na angariação do apoio do proletariado.

A República assumia-se como momento de «transição para o socialismo puro, para a República social»[95], conseguindo centralizar o descontentamento operário na instituição dinástica. Por outras palavras, para se alcançar com êxito a ambição democrática, «convinha [...] que o povo atribuísse todos os seus males à depravação monárquica e esperasse milagres do simples exercício da piedade republicana»[96]. Deste modo, o republicanismo afirmava-se como a «terceira via» no atinente à questão social.

---

[94] *Apud* HOMEM, Amadeu Carvalho - *A Ideia Republicana em Portugal*, p. 276.

[95] BOTTO-MACHADO, Fernão - *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, p. 96.

[96] VALENTE, Vasco Pulido - *ob. cit.,* pp. 68-69.

Desacreditava o socialismo revolucionário, mas condenava o capitalismo selvático. No fundo, correspondia aos anseios de uma baixa e média burguesia liberal em busca da ascensão política e económica, ao mesmo tempo que apaziguava as hostes operárias.

Além de atrair o *trabalho*, «o liberalismo republicano, radical no plano dos princípios, exprime os anseios de uma fracção da burguesia»[97], ou seja, de uma parte do *capital* arredada pela «burguesia gorda» da participação na vida política. Cedo o escol antimonárquico se apercebeu que a verdadeira oposição à camada burguesa que monopolizava o poder não radicava na classe operária, mas nas camadas inferiores da burguesia, nomeadamente urbanas. Daí a incidência do esforço de captação da militância junto destes estratos, forçados a engrossar as fileiras dos «cidadãos passivos». A visão igualitária do republicanismo em relação ao pleno exercício da cidadania tornava-se apelativa aos olhos de «uma camada de lojistas, pequenos comerciantes e donos de oficinas anormalmente numerosa [...] [que] orgulhosa, segura de si e ferozmente independente odiava de nascença a 'oligarquia' reinante que frustrava as suas ambições sociais e a fazia dolorosamente sentir os limites da sua posição subordinada»[98].

Ademais, o pequeno e médio burguês nutria uma vincada aversão pelo clero, «por um lado, devido ao pagamento ilegal da côngrua e de emolumentos por baptismos, casamentos e enterros e, por outro, devido à sua influência social e eleitoral, à sua relativa prosperidade e aparente ociosidade e ao seu celibato legal acompanhado por um misterioso contacto com mulheres na confissão»[99]. Em suma: a apologia dos valores da igualdade, democracia, nacionalismo e anticlericalismo, mobilizou a militância pequeno-burguesa nas hostes republicanas.

A afinidade registada justifica a cumplicidade entre as associações compostas por elementos pequeno-burgueses e os agentes culturais republicanos. Ao longo do período de propaganda, mas sobretudo nas vésperas da República, acentuou-se a permuta de actividades entre os clubes e a

---

[97] HOMEM, Amadeu Carvalho - *A Ideia Republicana em Portugal*, p. 242.

[98] VALENTE, Vasco Pulido - *ob. cit.,* p. 60.

[99] *Idem*, p. 47.

Associação de Lojistas de Lisboa[100] – de pendor antimonárquico e maçónico – ou o Ateneu Comercial. Estes espaços serviram de palco a numerosas iniciativas políticas e culturais que envolveram, por um lado, centros e caudilhos antidinásticos e, por outro, associações laicas, como a Associação Promotora do Registo Civil ou a Junta Liberal.

O republicanismo aliciou e integrou no seu círculo de promotores culturais, elementos pertencentes às profissões liberais e quadros técnicos «que quando não gozavam da protecção do regime, tinham de enfrentar uma dura competição e aceitar parcas remunerações»[101]. Salienta-se ainda a simpatia do professorado, principalmente ligado à instrução primária, pelas ideias democráticas. Neste ideário os docentes encontravam resposta para a crescente degradação da sua situação económica e consequente desvalorização do seu estatuto social. Daí que a Associação de Professores Primários de Ensino Livre tenha desenvolvido várias iniciativas, nomeadamente conferências, em cooperação com membros do partido republicano, nomeadamente um ciclo de «conferências pedagógicas» realizado em 1905.

As ideias republicanas angariaram também numerosos adeptos entre os trabalhadores de comércio e os caixeiros. Em face da monopolização do exercício de cidadania pela alta burguesia, esta camada social via o novo regime numa perspectiva messiânica. Nele avistavam a possibilidade de destruir a classe dominante e de poder obter alguma elevação social. Chegou-se mesmo a equiparar, no fim da monarquia, o republicanismo a um «caixeirismo jacobino», porque «os caixeiros da capital do país, ao que parece, professam unanimemente as teorias republicanas»[102]. Na verdade, o partido democrático esteve na origem da promoção de várias conferências na Associação de Caixeiros de Lisboa, presidida por Sá Pereira, e na Associação de Classe dos Caixeiros Portugueses, em que foram debatidos

---

[100] A 20-8-1905 o Centro Republicano Rodrigues de Freitas promoveu um sarau literário, dramático e musical na Associação de Lojistas de Lisboa a favor do monumento do Marquês de Pombal. (Cf. *O Mundo*, nº 1770, 20-8-1905, p. 1). A relação estreita entre a Associação dos Lojistas de Lisboa e o movimento republicano esteve, por certo, na base da dissolução desta última em 1893 por decreto de Hintze Ribeiro. A associação renasceria nos inícios do século XX.

[101] VALENTE, Vasco Pulido - *ob. cit.,* p. 60.

[102] SANTOS, Gomes dos *apud* CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal.* vol. I, p. 111.

temas ligados não apenas a questões profissionais, mas sobretudo ao ideário antimonárquico. Fora da capital, a título de exemplo, foram promovidas, na Figueira da Foz, em 1907, algumas conferências pela Associação de Instrução dos Empregados de Comércio e Serviços, em que oraram Augusto José Vieira, Eduardo Pinto de Sousa, Joaquim Pinto Ramos e Júlio Berto Ferreira. Foram debatidos temas ligados à questão religiosa.

Se é certo que o movimento republicano procurou fazer convergir o seu discurso para as aspirações de classes e profissões determinadas, a mulher e a criança receberam um enfoque específico. Ambas eram valorizadas pelo papel fundamental que desempenhariam na futura sociedade democrática. A mulher era vista como esteio da educação cívica e da enformação para a cidadania, nomeadamente junto dos filhos. Mas o êxito da sua função de educadora para e na República dependia inteiramente do seu nível de instrução e do afastamento da influência clerical. Compreende-se que os meios de aliciamento e de culturização da camada feminina e infantil não tenham sido os mesmos. A questão do estatuto da mulher tornou-se mote importante para o desenvolvimento de iniciativas dirigidas à população feminina. Foram inúmeras as conferências que abordaram esta temática, muitas delas protagonizadas por figuras femininas do partido – como Ana de Castro Osório, Angelina Vidal, Maria Veleda, Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves – mas também por homens, em que se destacou Fernão Botto-Machado. Quermesses, distribuições de bodos a pobres e sessões solenes constituíam acontecimentos que primavam pela participação de mulheres, segundo as informações recolhidas na imprensa periódica. A atracção do público feminino era exercida ainda pelo exemplo de vida ostentado por mulheres republicanas que pela sua instrução, independência e consciência do dever cívico, vivificavam a mulher ideal da República. A emergência da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, traduziu no domínio associativo, o derradeiro esforço no período monárquico-constitucional, de propaganda pela elevação dos direitos femininos.

Aliada à mulher, a criança constituiu um objecto fundamental de republicanização. É certo que os meios de culturização e de sedução eram ajustados ao nível etário e intelectual das crianças. Por isso, a catequização republicana primou por formas de vivificação activa em detrimento das que requeriam

uma posição mais passiva. A criança era entendida como um cidadão em projecto, passível, segundo a perspectiva manipuladora da psicologia experimental, de ser moldado de acordo com as exigências da vida democrática. Daí, o elevado empenho em fundar escolas, roubar os alunos ao analfabetismo ou ao clero e preparar com eficácia os cidadãos do futuro.

As conclusões apresentadas foram extraídas a partir do discurso veiculado nas múltiplas actividades culturais e do tipo de meios em que essa mensagem se inseria. É evidente que a avaliação do universo do público a quem eram dirigidas estas acções ganhava maior solidez se fosse possível proceder a uma análise quantitativa. Postos perante a diminuta ou duvidosa informação quantificável sobre a assistência, fornecida pela imprensa coeva, o estudo da ideologia popularizada afigurou-se-nos como a única via de apreciação, ainda que não sustentada em dados contabilísticos, das camadas da sociedade mais seduzidas pela ideia e movimento democrático. Uma focalização mais aturada do discurso popularizado permitir-nos-á avaliar a justeza das conclusões acima expostas.

1.3. Momentos de acção cultural intensa

Ao longo do lapso temporal por nós estudado, as fontes registaram dois períodos distintos de dinamização cultural democrática. *Grosso modo* o primeiro situou-se entre 1881 e 1891 e o segundo entre 1896 e 1910, como atestam os gráficos 3 e 4.

Na génese da fase inicial estiveram as Comemorações Camonianas, de 1880, que corresponderam ao primeiro ensaio de unificação republicana. Sob o signo dessa união foram geradas múltiplas agremiações, o que foi sintomático do propósito em reunir esforços com vista à republicanização cultural. Os clubes eram encarados como instrumentos privilegiados para desenvolver o labor propagandístico.

Como já sublinhámos anteriormente, a revolução cultural era concebida como móbil da revolução política, o que ajuda a explicar a prevalência de actividades de índole cultural sobre os comícios. Estes meios de divulgação ideológica com carácter massivo eram rentabilizados sobretudo nos períodos

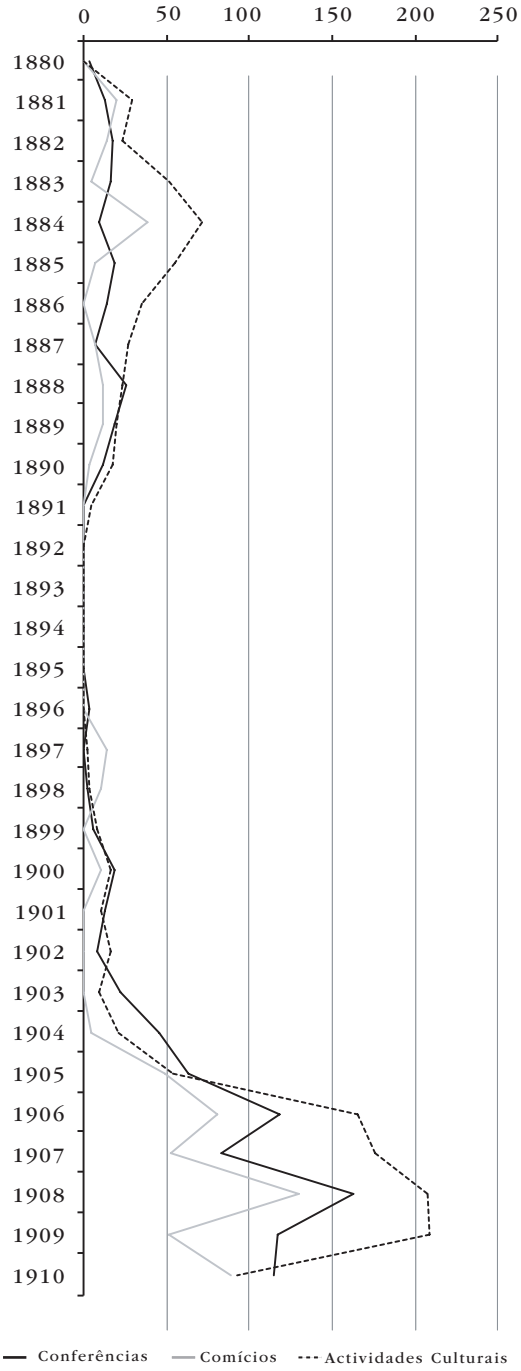


Gráfico 3 - Evolução das Conferências, Comícios e Actividades Culturais

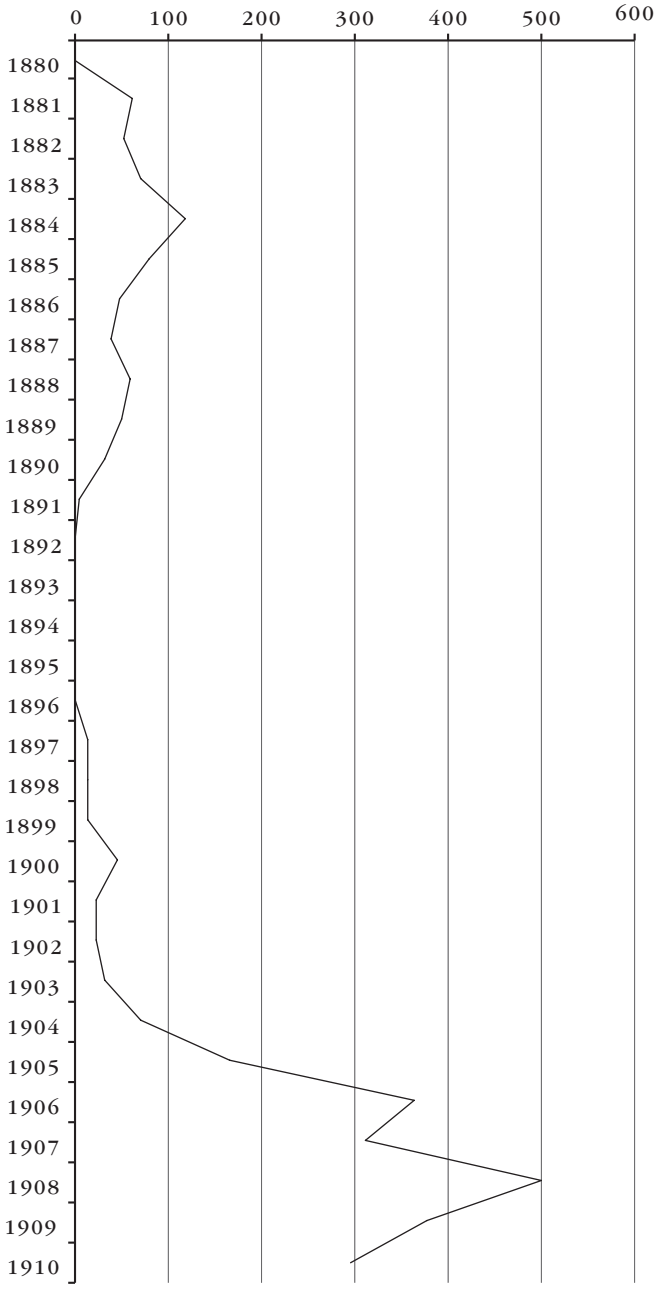


Gráfico 4 – Evolução dos totais das Conferências, Comícios e Actividades Culturais

pré-eleitorais. Na maior parte do tempo a culturização popular circunscrevia-se, genericamente, a conferências, sessões solenes e saraus variados (literários, políticos, musicais e dramáticos).

Na cronologia em apreço (1881-1891) o período de propaganda mais enérgica fixou-se entre 1884-1885, coincidindo com os anos em que, em resultado da estruturação partidária de 1883, o número de grémios democráticos atingiu o seu auge. Em 1886, os clubes mantiveram o nível quantitativo anterior, mas o decréscimo de acções culturais deixava transparecer alguma instabilidade nas hostes republicanas. A tentativa de aliança com a ala monárquica da «esquerda-dinástica» por um lado, e a emergência das forças remanescentes e dissidentes do federalismo por outro, estiveram na base da contestação aos órgãos centrais do partido e da dissidência de elementos mais radicais.

Desde então, a propaganda democrática foi esmorecendo até 1890, ano em que o Ultimato constituiu o pólo impulsor de animada contestação anti-britânica e antimonárquica. Nas vésperas do 31 de Janeiro, o movimento republicano esboçava a reorganização através da discussão e aprovação da nova lei orgânica do partido, em preparação desde 1887. Mas este esforço seria profundamente silenciado pela intentona gorada no Porto e pela consequente reacção monárquica que culminava no decreto de Lopo Vaz de 20 de Fevereiro de 1891. Com este acto legislativo a monarquia calava os clubes e as manifestações culturais democráticas apagar-se-iam durante quase toda a derradeira década de Oitocentos.

A partir de 1896 a vida associativa republicana entra numa fase de renascimento. Porém, as iniciativas culturais só voltariam a alcançar algum relevo depois de 1900. A sua quase inexistência dois anos mais tarde, faz eco do momento de volubilidade partidária que culmina na substituição do Directório por três Juntas Directivas, formadas para reanimar a militância de base. Depois do Congresso de Coimbra de 1902, a dinâmica cultural democrática entrou decididamente em fase de intensificação. Mas o grande surto activista de todo o percurso de propaganda teve lugar entre 1906 e 1908. Em resposta ao franquismo e tendo optado, ainda que não oficialmente, pela via revolucionária, o movimento entrava numa fase de notável expansão. Os clubes sucediam-se com grande celeridade e disseminação geográfica, complexificando-se organicamente. A gramática de propaganda

diversificava-se em vários meios de divulgação cultural, em ordem a atrair as populações mais incultas à causa republicana. Em simultâneo, os vultos da democracia granjeavam notável popularidade no parlamento e nos inúmeros comícios.

Até ao presente momento já esclarecemos quais foram os principais actores e a que público era destinada a popularização cultural republicana. Igualmente avaliámos os períodos em que essa actividade teve maior robustez. Importa agora retratar a cultura transmitida, sob forma de expressões popularizadas. A fonte primordial de informação foi o movimento conferencista, por si revelador das isotopias que travejaram a ideologia democrática.

2. A cultura republicana popularizada: as grandes questões

O volume de conferências republicanas informa-nos das problemáticas mais significativas do ideário antimonárquico. Quer pelos títulos das prelecções, quer pelos registos do seu conteúdo que foram publicados, quer ainda pelo tratamento quantitativo a que sujeitámos as palestras segundo a matéria abordada, podemos aferir que as questões fracturantes da ideologia democrática foram as principais temáticas objecto de popularização (Gráfico 5).

2.1. A Questão do Regime

Foi sob o signo da apologia ao republicanismo e da anatematização à monarquia, que o movimento democrático revestiu a maioria das iniciativas de culturização popular. No respeitante às conferências contabilizámos um total de 616 (36,5%) dedicadas directa ou indirectamente a esta problemática. Recorde-se que o republicanismo aspirava, como objectivo último, operar uma revolução cultural que conduzisse ao estabelecimento da mundividência laica. Mas a reforma moral procedia necessariamente da alteração política, pelo que o derrube do regime foi encarado como a primeira grande transformação que urgia operar.

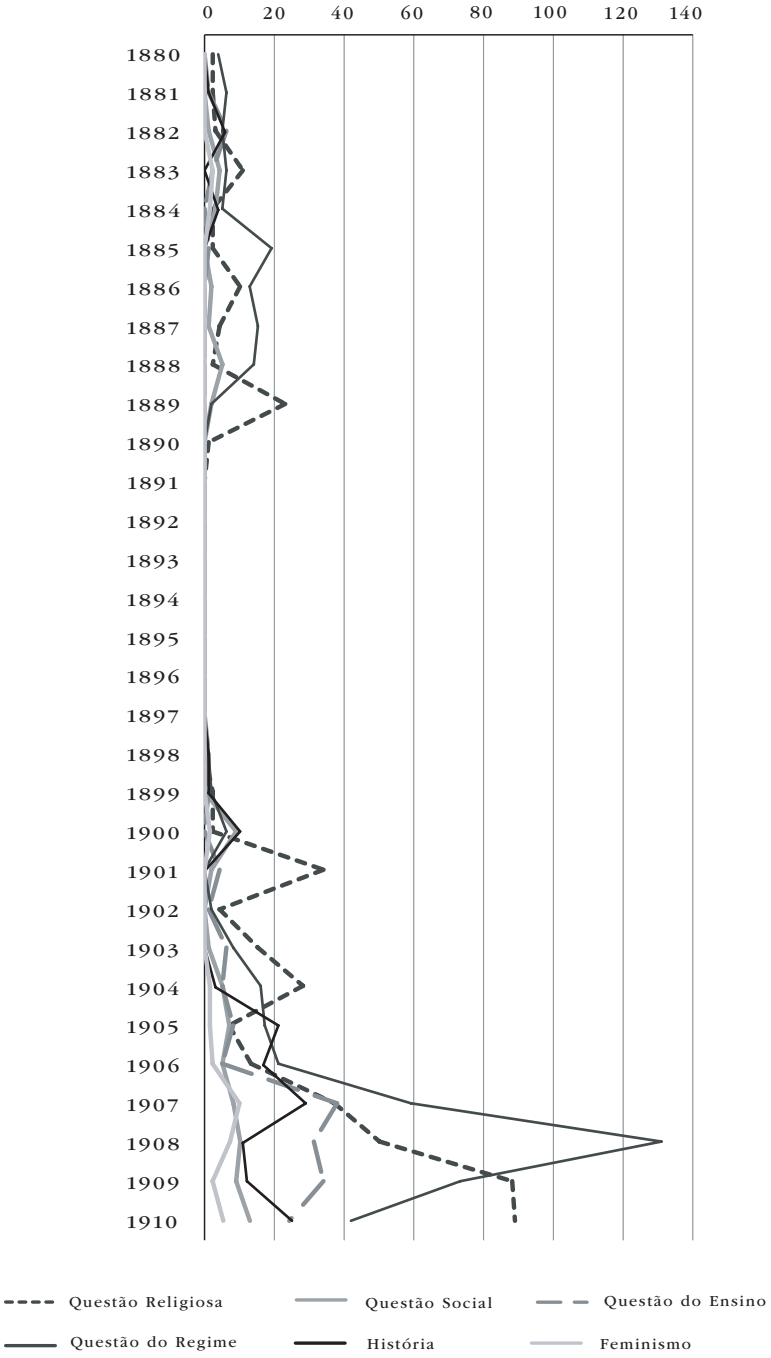


Gráfico 5 – Evolução da temática republicana nas conferências

No período permeado entre 1880 e 1910, o combate à monarquia surge como mote de análise – em conferências ou discursos inseridos em iniciativas culturais – em dois momentos distintos: na década de 80, a par de outras temáticas e, principalmente, no derradeiro lustro do monarquismo constitucional (Gráfico 6).

A partir de 1907, face ao cesarismo franquista, o movimento democrático tomou a monarquia como alvo primordial de contestação, culpabilizando o rei e a instituição dinástica pela decadência nacional, agravada pela ditadura. Note-se ainda que o ano de 1908 corresponde ao ápice da contestação à dinastia de Bragança e ao regime, facto a que não terá sido estranha a eleição da vereação republicana para a Câmara Municipal de Lisboa e o regicídio de D. Carlos e de D. Luís Filipe. A partir desse ano marcante, a táctica de actuação do partido democrático bipolariza-se: por um lado, continuava a alimentar a propaganda inscrita no quadro legal do regime mas, por outro, preparava secretamente a revolução.

Quais foram as principais linhas de força em que assentava a problemática do regime? Podemos considerar que o discurso republicano desenhava duas vertentes indissociáveis: num primeiro plano anatematizava-se a monarquia, considerada um sistema político ultrapassado e dissonante da modernidade e, num segundo plano, exalta-se a alternativa democrática e os diversos aspectos que lhe davam corpo. Quanto mais se enfatizava o nexo de causalidade entre a decadência política, económica e moral e a instituição dinástica, mais se elevava a capacidade redentora do regime democrático («Levantai hoje de novo/O esplendor de Portugal! [...] Saudai o sol que desponta/Sobre o ridente porvir/Seja o eco duma afronta/O sinal do ressurgir»). «A República, conjunto de proposições políticas de subversivo teor ideológico, mas de reduzido âmbito social, aparece então como forma de apropriação de um destino colectivo confiscado»[103]. O optimismo do futuro republicano, contrastava com o decadentismo do presente, com contornos de apocaliptismo. O mesmo é dizer que o republicanismo se assumia como um messianismo judaico-cristão secularizado: a Monarquia correspondia à fase da *preparação*, o presente como momento de *anunciação*

---

[103] LOURENÇO, Eduardo - *ob. cit.,* p. 25.

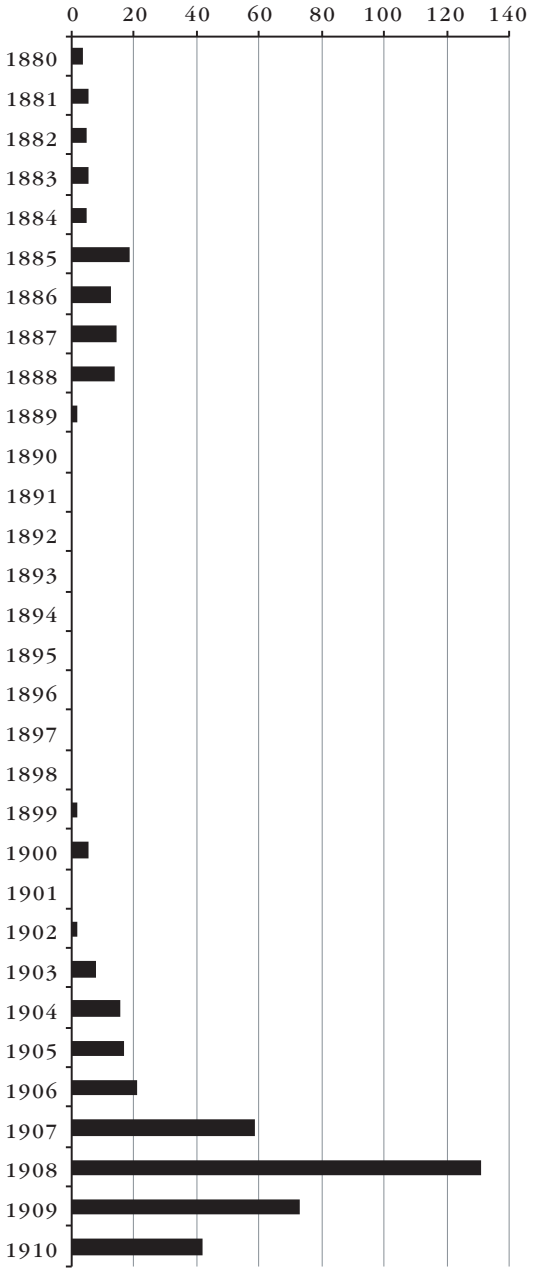


Gráfico 6 – Evolução do n.º de conferências sobre a Questão do Regime

(da verdade/República) e o futuro próximo como *consumação* (instauração definitiva do novo regime) do fim potenciado na história.

Até à Revolta de 31 de Janeiro, o movimento democrático abordou a questão política num horizonte historicista bebido no cientismo, no evolucionismo e no comtismo. Com a reedificação finissecular da estrutura orgânica do partido, o discurso antidinástico armou-se de uma linguagem revolucionária e mobilizadora do proselitismo democrático, com especial incidência nas camadas proletárias. A urgência da Revolução não significava um corte abrupto com o passado, mas inscrevia-se na sua evolução e correspondia à consumação, conquanto acelerada, do telos da história. Foi igualmente neste período que o elóquio e a propaganda republicana ganharam maior acutilância na anatematização da realeza. Cada questão conjuntural no domínio económico, político ou religioso foi capitalizada cuidadosamente de modo a reverter em favor da exprobação da monarquia. À luz da ideologia antidinástica, o derrube do edifício régio constituía a primeira etapa de uma revolução abrangente e totalizante. A República era assim, inicialmente, um «messianismo político», que pretendia arvorar-se como «messianismo económico, social e moral».

À monarquia era imputada a responsabilidade pela crise financeira e pelos escândalos económicos decorrentes da aliança do regime com o grande capitalismo. Invectivava-se a sua permeabilidade à corrupção económica e política. Na Igreja encontrava o sustentáculo para dar continuidade a uma existência anacrónica. O cultivo da ignorância alimentava a sua perenidade, tal como o embargo à universalização do sufrágio ou à descentralização administrativa. A administração régia constituía também um vexame ao nacionalismo democrático, ao permitir a manipulação das colónias por potências estrangeiras à revelia dos interesses patrióticos. Sobre esta temática do colonialismo, refira-se que não foi uma questão recorrente na popularização republicana. Ela emerge no discurso democrático de forma interrupta, ao sabor das várias polémicas que têm as colónias como alvo (Tratado de Lourenço Marques – 1879; o Tratado do Zaire – 1884; a Conferência de Berlim – 1884; o Ultimato britânico – 11/01/1890 e o consequente acordo com a Grã-Bretanha – 1891).

A contestação do edifício monárquico não alvejava apenas a actuação da realeza. Incidia também sobre a natureza dessa instituição apodada de «insulto à razão [...]; insulto à dignidade humana [...]; absurdo perante a ciência [...]; perigo para a prosperidade e independência do povo que aceita a hereditariedade [...]»[104]. Em contrapartida, a «República, no sentido absoluto desta palavra é o sistema em virtude do qual o povo exerce por si mesmo [...]. O governo do povo pelo próprio povo e supõe muita independência e igualdade entre os cidadãos»[105].

Considerando a abrangência do projecto político democrático, integrámos outras dimensões que se inserem neste domínio e que apontam para uma nova visão do poder ao nível institucional. Desde já saliente-se que, em contraste com o sistema dinástico, tachado de anti-patriota, o ideário republicano foi consagrado como o único defensor dos interesses da pátria. Para Eduardo Lourenço, este patriotismo enquadrou-se no horizonte europeu sob os efeitos da industrialização e das suas implicações sociais. Com efeito, «na sequência da primeira Revolução Industrial, a Grande Revolução da burguesia e do terceiro estado francês modificou a relação do indivíduo e da pátria, que de mera terra paterna se volve em Nação. Como cidadão, sujeito aos direitos 'universais', o homem liberal torna-se responsável pelo *destino* e pela *figura* dessa nova entidade, a *Pátria-Nação* e pode dizer-se enfim que lhe cabe nessa qualidade *assumi-la*, quer dizer, ao mesmo tempo aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica»[106]. Se em democracia todos os indivíduos são iguais em direitos e em deveres, ao Estado é conferida uma dimensão sacral porque reúne e tutela a sociedade e esta só faz sentido se organizada em função do Estado.

Uma reflexão complementar sobre conceito republicano de nacionalismo remete-nos para uma perspectiva subsidiária da que Stuart Mill desenvolveu na obra *System of Logic*. (1843). Estamos perante uma definição positiva de patriotismo, em que prevalece «il principio di simpatia, non di ostilitá; di

---

[104] PEDROSO, Consiglieri - *Propaganda Democrática. O que é a República?* 1886. vol. II, p. 64.

[105] COELHO, Trindade - *Manual Político do Cidadão Portuguez*. Porto: Typographia A. Vap. da Empresa Litteraria e Typographica, 1908, p. 30.

[106] LOURENÇO, Eduardo - *ob. cit.*, p. 81.

unione, non di separazione»[107]. A nação é assim uma entidade de coesão que religa os indivíduos e os inscreve num passado e num destino comum, sem que por isso se considere dominante em relação às demais nações.

O discurso democrático empolou o nacionalismo em momentos cruciais da propaganda antimonárquica desencadeados, principalmente, pela questão colonial. Exemplo disso, foram as manifestações de 1881, na sequência do Tratado de Lourenço Marques, que inculparam o regime de abandono das colónias, cedência de poder à Inglaterra, traição à pátria e humilhação nacional. E, se em 1881, o movimento republicano protagonizou isolado o combate contra o convénio moçambicano, já em 1890, face ao Ultimato, entroncou a sua liderança no ambiente de consternação nacional gerado pelo «traumatismo-resumo de um século de existência nacional traumatizada»[108].

O nacionalismo republicano conjugou a herança de um sentimento de cariz romântico, com um horizonte de índole ecuménica, influenciado pelo Iluminismo. Por isso, a República materializava, no domínio jurídico-institucional, a essência nacional resultante da conjugação dos factores culturais e étnicos. Mas, simultaneamente, objectivava e especificava na nação uma tendência histórica de matriz cosmopolita.

Na fase proto-partidária do movimento, em que a corrente federalista dominava ideologicamente, a temática do nacionalismo foi mitigada com o iberismo. De facto, a federação ibérica constituía a primeira etapa numa escala progressiva que desaguava na federação universal. Porém, a federação dos povos ibéricos – na esteira de Pi y Margall e de Henriques Nogueira – não implicava a anulação das «nacionalidades»[109]. Antes, estreitava a cooperação a uma pequena escala, com vista à cooperação ecuménica no super-organismo que é a humanidade.

Perante as críticas oriundas de facções políticas afectas ao monarquismo, acusando os republicanos de defenderem de forma anti-patriótica a união ibérica, o movimento democrático, encabeçado por Teófilo Braga, sentiu a

---

[107] *Apud* VIROLI, Maurizio - *ob. cit.*, p. 78.

[108] LOURENÇO, Eduardo - *ob. cit.*, p. 25.

[109] Cf. MARGALL, Francisco Pi y - *Las Nacionalidades*. Barcelona: Producciones Editoriales, 1979. (A 1ª edição é de 1876).

necessidade de clarificar os conceitos de iberismo e federalismo. O primeiro, significava a fusão imposta sobre a vontade popular e a perda total de independência. Já o segundo, «pelo contrário, advogava a independência e a integridade de Portugal no convívio político das nações peninsulares, desvanecia todos os receios, e anulava todas as ameaças e pretensões não só de uma absorção inútil dentro da península, mas de toda e qualquer exploração de um ávido e sórdido mercantilismo exterior»[110]. Em sintonia com o conhecimento científico, também os povos se encaminhavam para unidade na diversidade.

A fórmula administrativa do federalismo correspondeu à lídima tradução do descentralismo governativo, tendente a «desmacrocefalizar» o poder. No relatório elaborado por Léon Poinsard sobre a situação portuguesa nas vésperas da República (*Le Portugal Inconnu*), o autor apontava o problema da excessiva centralização governativa como um sinal de decadência e um dos factores que mais contribuiu para a queda da monarquia. E adiantava: «como sucede em todos os países desorganizados, apenas uma ínfima minoria se imiscuía nas questões políticas, mantendo-se o resto [...] na resignada e passiva atitude de tudo tolerar, de tudo sofrer»[111].

Para combater este alheamento, a solução situava-se na descentralização político-administrativa que visava, em última análise, retirar o monopólio do poder à alta burguesia. Podemos inscrever nesta dimensão teórica do descentralismo a apologia democrática do municipalismo, de certo modo, restauradora da visão romântica (herculaniana) da questão e subsidiária do federalismo de 70. Cada município representava uma unidade social, com onticidade própria, valorizadora da participação cívica dos cidadãos desse espaço vivencial. A célula municipal figurava como uma espécie de microcosmos em que se vivificava a democracia que o republicanismo pretendia alargar à escala nacional (e universal). Era «como a prefiguração do modelo de estado que iria trazer o *self-government* e evitar a hegemonização dos

---

[110] Conferência de Augusto Rocha no Clube Henriques Nogueira, a 16 de Março de 1881. Cf. *O Século*. nº 60, 18-3-1881, p. 1.

[111] *Ob. cit.,* p. 271.

interesses particulares da aristocracia»[112]. Por isso, «o município é o baluarte de todas as liberdades, o paladino de todas as franquias e regalias populares»[113].

O esforço de popularização do ideal do municipalismo ganhava maior ênfase nas vésperas das eleições municipais. Recorrendo a palestras, em clubes antidinásticos ou em grémios proletários, os dirigentes republicanos concitavam à participação cívica, alertando para a importância dos municípios como instâncias de consagração da vida democrática. Já no domínio da *praxis* política, a valorização do municipalismo atingiu o seu auge entre 1908 e 1910, com a vereação republicana na Câmara de Lisboa, espécie de balão de ensaio prospectivo do que supostamente seria a administração democrática à escala nacional.

Ora, se a vivência municipal materializava, numa escala reduzida, a sociedade e a política segundo os preceitos do republicanismo, essa concretização radicava essencialmente na participação directa dos cidadãos na vida comunitária. Daí que uma das isotopias do discurso antimonárquico tenha sido a universalização do sufrágio. Só pela anulação da «cidadania passiva» e a sua conversão em «cidadãos activos» se poderia consumar os princípios da igualdade, da soberania nacional e da democracia. Sustentado na pedra angular do sufrágio censitário, todo o sistema eleitoral existente devia ser derruído. Em alternativa, o republicanismo apostava num sistema diferente, edificado com base no sufrágio universal. Saliente-se que entre as questões debatidas em reunião preparatória do último Congresso Republicano antes da Revolução, decorrida a 30 de Janeiro de 1910, a prioritária foi a reforma eleitoral. Seguiam-se: «2ª - Leis de excepção; 3ª - Questão clerical; 4ª - Questão constitucional; 5ª - Reorganização administrativa; 6ª - Questão dos impostos; 7ª - Defesa nacional; 8ª - Questão financeira; 9ª - Questão económica; 10ª - Reorganização do ensino». Estas questões foram discutidas com maior acuidade no referido congresso, inaugurado no Porto a 29 de Abril do mesmo ano.

---

[112] CATROGA, Fernando - «Os Inícios do Positivismo em Portugal». In *Revista de História das Ideias*. vol. 1, 1977, p. 92.

[113] LIMA, Magalhães - *A Obra Internacional*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1896, p. 19.

A partir da democratização do voto, o sistema devia contemplar, segundo João de Meneses: «a elegibilidade de todos os que poderem ser eleitos; apresentação proporcional, pelo menos nas cidades com mais de 100 mil habitantes e representação das minorias nas outras; inscrição obrigatória nos cadernos eleitorais e carta de eleitor exigível em todos os actos civis; julgamento em audiência pública dos recursos sobre operações de recenseamentos; apresentação das candidaturas por um determinado número de eleitores (...); organização de secções de voto, cada uma delas com determinado número de eleitores; julgamento das operações eleitorais em audiência pública; consignação de todas as garantias do eleitorado, em lei especial, não podendo ser concedida amnistia por crimes eleitorais»[114].

A inoculação do valor político do sufragismo universal perpassou não só pela sua divulgação em palestras, mas principalmente pela sua vivificação no seio dos núcleos partidários. Os clubes consignaram nos seus estatutos uma organização baseada na participação equitativa de todos os filiados. Mas o esforço popularizador foi por certo mais frutífero nas escolas e nas associações infantis, porque permitia a interiorização da vivência cívica igualitária desde tenra idade e potenciava a inserção dos futuros cidadãos no regime democrático.

A exegese da evolução do movimento conferencista permite-nos averiguar que nos finais da monarquia as principais temáticas de incidência do discurso republicano respeitavam à questão do regime, questão religiosa e questão social. Compreende-se. É que à medida que a República assomava, a temática do regime emergia cada vez mais em correlação com as problemáticas de matriz social e religiosa. Justifica-se assim a articulação cada vez mais estreita entre grémios operários, democráticos e anticlericais, no sentido da promoção cultural comum, enquanto na rua as greves se sucediam em sintonia com a agitação laica, sob o signo de anticongreganismo e antijesuítismo.

---

[114] *Vanguarda*. nº 4014 (6885), 18-3-1908, p. 1.

2.2. A Questão Religiosa

A «questão religiosa» apresentou-se como uma das temáticas recorrentes e preponderantes do discurso de popularização republicana, como atestam as 428 (25%) conferências que lhe foram dedicadas.

No Portugal de finais de Oitocentos, o republicanismo, conjuntamente com o socialismo e o livre-pensamento, situou-se na vanguarda da contestação à instituição clerical e religiosa. Como nos esclarece António Ventura, a questão religiosa funcionou como «o cadinho onde se fundiram pontualmente correntes de pensamento antagónicas e aparentemente inconciliáveis como o liberalismo monárquico, republicanismo, socialismo e anarquismo»[115]. Não foi, por isso, uma problemática exclusiva do movimento democrático, mas foi uma plataforma de entendimento com outras linhas de pensamento, próximas ou distantes. A sublinhar esta afirmação, do núcleo de fontes compulsadas, podemos constatar que a campanha laica congregou adeptos da facção socialista, livre-pensadora e anarquista com o movimento republicano. Figuras como Teófilo Braga, Heliodoro Salgado, Augusto José Vieira, Alfredo Ladeira, Macedo Bragança, Magalhães Lima, Maria Veleda e Sá Pereira pontificaram em conferências e actividades anticlericais, quer em círios civis, quer em grémios operários.

Registe-se que, no ocaso da monarquia, os temas mais debatidos em conferências democráticas eram de cariz religioso, superando mesmo as questões relacionadas com o regime (Gráfico 7).

Como consta do gráfico apresentado, o ano de 1881 marca o início da campanha anticlerical que aglutinou esforços do movimento republicano e de anticlericais liberais. Exemplos desta concertação foram os comícios antijesuíticos do Porto de 17 de Abril de 1881 e de 7 de Setembro de 1885. A contestação estava fortemente conotada com o anticongreganismo, em virtude da penetração ilegal de ordens religiosas recém-expulsas de França e da Bélgica. Idênticos pretextos estão igualmente na base do surto de palestras anticlericais registadas em 1888, ano em que, por exemplo, são

---

[115] *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892--1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 40.

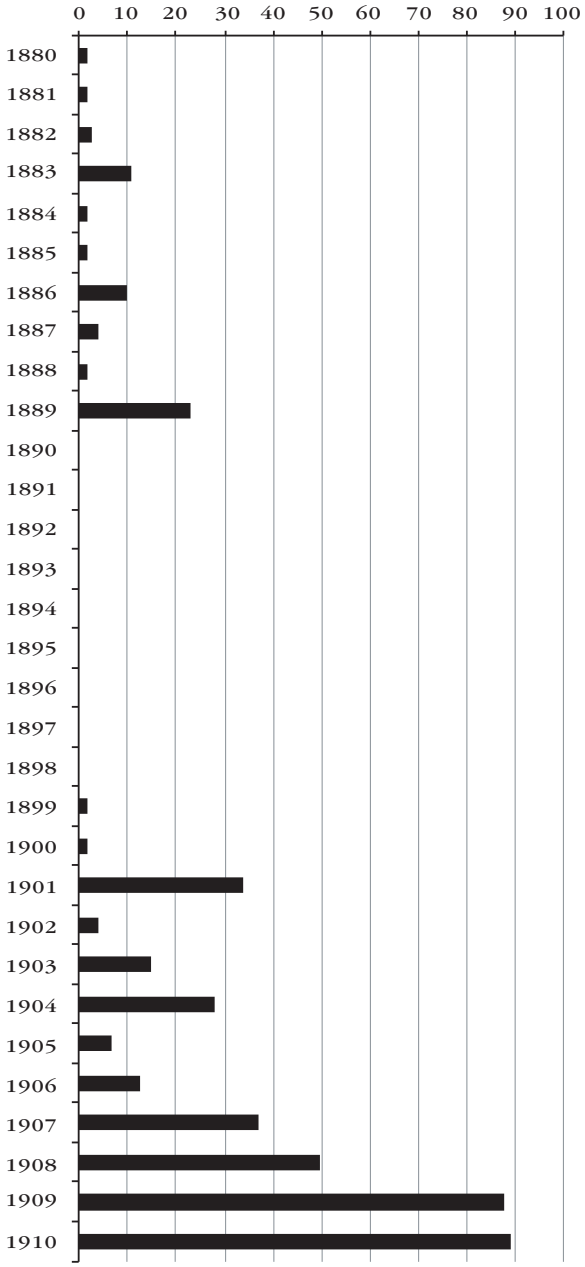


Gráfico 7 – Evolução do n.º de conferências sobre a Questão Religiosa

conhecidas várias manifestações contra a tentativa de reentrada das Irmãs da Caridade[116].

Novamente, no ano de 1901, a campanha anticlerical conhece outra fase de animação desencadeada, em larga medida, não apenas pelo caso Calmon, mas também pelo decreto de 18 de Abril promulgado por Hintze Ribeiro, que dava cobertura à entrada e permanência das ordens religiosas em Portugal. A réplica à lei de Hintze Ribeiro não se fez sentir de imediato. Só em finais de 1901 e inícios de 1902 se iniciam ciclos de «conferências antijesuíticas», o que se poderá dever ao facto do partido estar ainda numa fase inicial de renascimento. Em resposta à campanha anticongreganista, a Igreja formou, a 6 de Julho de 1901, o Centro Nacional que estaria na origem da criação, dois anos mais tarde, do Partido Nacionalista.

O robustecimento da militância de matriz laicista, protagonizada, sobretudo, por núcleos anticlericais, operários e de livre-pensamento, em coalizão com organismos republicanos, atingiu o seu auge no triénio do desfecho da monarquia-constitucional, como réplica à firme oposição movida por alguns elementos do edifício católico português. Datam deste período a organização do Congresso Nacional do Livre-Pensamento (1908), a promoção de numerosos comícios antijesuíticos, como o de Agosto de 1909, organizado pela Junta Liberal que juntou mais de 100 mil pessoas, e a realização da «Semana Laica» pela Federação Nacional do Livre-Pensamento. Todas estas movimentações são consentâneas com a crescente relevância que a problemática religiosa adquiria na dinâmica cultural democrática. Nesta fase, em que a contestação à monarquia atinge o seu auge, a questão religiosa, o mesmo é dizer a campanha pela laicização, enlaça-se intimamente com a questão social, porque para alcançar a emancipação humana era necessária uma revolução cultural e social. O laicismo albergava um projecto totalizador e aglutinador de várias tendências.

O sentido do discurso antireligioso apresenta diversas vertentes que deverão ser equacionadas, em ordem a compreendermos a complexidade do problema. Reconhecemos, porém, que esta temática já foi frequente e

---

[116] Algumas dessas manifestações tiveram lugar em Aveiro, como nos relata Homem Cristo - *Notas da minha Vida e do meu Tempo*, vol. IV, pp. 15-16.

profundamente estudada, pelo que apenas aludiremos, em traços gerais, às principais linhas de força que a enformaram nas manifestações de popularização republicana, nomeadamente nas conferências.

Ainda que o projecto laicista tenha sido perfilhado por diversas correntes, foi o movimento antidinástico que liderou o prélio contra o edifício eclesiástico, visando, em última análise, não apenas operar a separação institucional entre a Igreja e o Estado mas, mais do que isso, «laicizar o conhecimento, a natureza, a sociedade e a vida, tornar a escola gratuita e laica, dessacralizar o padre, civilizar os ritos de passagem»[117].

A mensagem anticlerical preconizava o afastamento da esfera religiosa da institucional civil. Condenava, seguindo a tradição liberal, a interferência do clero no ensino e na formação das gerações futuras, a perpetuação dos votos, – porque eram contra a liberdade humana – a desobediência das congregações às leis e autoridades nacionais, a instrumentalização feminina e a consequente intromissão na privacidade familiar.

A partir da década de 70 o combate à instituição religiosa ganha uma dimensão mundividencial, ou seja, o anticlericalismo identificou-se praticamente com o laicismo. A ciência torna-se a base do novo poder espiritual a edificar contra o poder ancestral e alienante da religião. Neste sentido, perfilhava Agostinho Fortes, em conferência intitulada «As crenças do homem moderno, seu antagonismo com as religiões reveladas», que «o homem não pode viver sem crenças; estas são indispensáveis à sua afectividade. Porém, hoje as velhas crenças vão caindo embatidas pelo aríete do racionalismo. As religiões reveladas já de modo nenhum podem satisfazer o espírito moderno por mais que a ele procurem adaptar-se [...]. O espírito moderno reconhece que Deus é uma criação do homem, que a vida é o maior bem e que todos nós nos devemos empenhar em torná-la origem e fonte de bens para os nossos semelhantes»[118]. A conferência decorreu no Grémio Excursionista Civil José Fontana a 12 de Janeiro de 1908. Nesta linha temática foi também organizado um ciclo de palestras intituladas «Religião e

---

[117] CATROGA, Fernando - «O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)». In *Análise Social*. vol. XXIV (100), 1988 (1º), p. 226.

[118] Cf. *Vanguarda*. nº 3950 (6821), 13-1-1908, p. 2.

Ciência», protagonizado por Heliodoro Salgado, na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Decorreram entre 31 de Março e 1 de Abril de 1903, em resposta às conferências religiosas efectuadas na Igreja dos Mártires por dois professores de Campolide[119].

Na perspectiva laicista, como face mais radical do anticlericalismo, as representações religiosas oprimiam o direito fundamental da liberdade humana, devendo por isso não ser impostas pelo Estado e pelo regime, mas limitadas ao foro da intimidade. A laicidade do Estado deriva da ideia de dignidade da pessoa, o que implica a liberdade de consciência, direito inalienável do homem. Esta liberdade estaria em causa se o Estado impusesse uma religião oficial. Ora, é seu dever respeitar as crenças de cada um dos membros da colectividade, pois «la violation du respect dû aux citoyens, ne serait-ce qu'à un seul, serait incompatible avec le contrat républicain»[120]. A República devia assegurar a liberdade na Cidade dos Homens e ignorar a Cidade de Deus. A abstenção do Estado em matéria religiosa era também um garante de independência de todas as Igrejas, ao emancipá-las da tutela política. E, em última análise, os republicanos acreditavam que a base metafísica das alienações religiosas seria comutada pela ciência e as grandes questões colocadas ao homem em resposta das quais se concebeu a religião, poderiam igualmente ser alvo de explicações científicas.

Quer influído pelo cientismo e evolucionismo, quer inspirado na interpretação comteana da história e da evolução da humanidade, o republicanismo situou o clero e a religião num posicionamento anacrónico em relação à modernidade que emergia. Foi com o propósito de demonstrar esse anacronismo e de vulgarizar as ciências que alguns clubes democráticos e alguns livres-pensadores republicanos reuniram esforços, em 1908, no sentido de promoverem a «Semana Laica», em resposta à Semana Santa. Do programa constaram as seguintes conferências: a 15 de Abril, Máximo Brou

---

[119] Vejam-se os artigos que iniciaram a polémica, sob o título «A sciencia e o jesuitismo» publicados no jornal *Vanguarda*, nº 1192 (3138), 3-3-1900, p. 1 e nº 1193 (3139), 4-3-1900, p. 1 e também SALGADO, Heliodoro - *Religião e Sciencia. Conferências de critica religiosa realizadas na sala da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa em 31 de Março e 1 de Abril de 1903*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1903; BOMBARDA, Miguel - *A sciencia e o jesuitismo. Replica a um padre sabio*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1900.

[120] AUDIER, Serge - *Les Théories de la République*. Paris: Éditions La Découverte, 2004, p. 58.

orou sobre «As origens da religião» no Centro Fernão Botto-Machado; Augusto José Vieira falou, no Centro Rodrigues de Freitas, sobre «As mentiras religiosas»; a 16 de Abril, no Centro Castelo Branco Saraiva, Sá Pereira dissertou sobre «As origens das religiões»; no Grémio Federal Republicano, Eugénio Vieira dedicou uma prelecção «Às origens do catolicismo»; a 17 de Abril, Ferreira Manso falou, no Centro Alexandre Braga, sobre «O catolicismo na História de Portugal» e Gastão Rodrigues palestrou sobre «A reacção religiosa na família e no ensino», no Centro Afonso Costa; a 18 de Abril Cunha e Costa abordou o tema «O Cristianismo primitivo e o clericalismo actual», na Sociedade Promotora de Educação Popular; a 19 de Abril, conferência de Agostinho Fortes, no Centro António José de Almeida, sobre «O Livre-Pensamento» e, no Centro Eleitoral Democrático de Lisboa, António Ferrão falou sobre «A oposição entre ciência e religião». O leque de conferências proferidas permite-nos registar o constante recurso à argumentação de cariz historicista como forma de evidenciar o desenquadramento da Igreja e do pensamento religioso com a República. O *tempo* do *Altar* era o *tempo* do *Trono*. O *tempo* da Democracia era o *tempo* da ciência. Esta perspectiva de enfocar a Igreja e a religião seria reiterada pela série de conferências anticlericais que decorreram em clubes republicanos, círios civis e associações de livre-pensamento, promovidas pela Junta Liberal em Outubro de 1909. Segundo o programa das palestras, o primeiro grupo temático a ser abordado intitulou-se «Os ensinamentos da História». As conferências focaram: «As religiões e o Estado»; «O predomínio da Igreja sobre o Estado segundo a mesma Igreja»; «A história dos jesuítas na sua acção sobre o poder civil»; «Os jesuítas e a Reforma»; «Os jesuítas e o Paraguai»; «Os jesuítas e o domínio português no Ultramar antes da Lei de Pombal»; «Os jesuítas e a educação da mocidade em Portugal»; «História da expulsão dos jesuítas dos diferentes países»; «História da Inquisição»; «A Inquisição em Portugal»; «Os conventos e a fanatização dos povos»; «A religião católica e os progressos da Humanidade»; «O socialismo católico»; «As guerras entre dominicanos e jesuítas»; «As perseguições religiosas»; «A Igreja e a civilização moderna»; «Origem das riquezas da Igreja». Já no último ano da monarquia, o Grémio da Mocidade Liberal promoveu várias conferências da «Semana Laica» em clubes republicanos. A 23 de Março, José do Vale orou no Centro

Alexandre Braga; a 24 de Março, António Ferrão falou no Centro de Santos; no dia 25 de Março, Gastão Rodrigues discursou no Centro Rodrigues de Freitas.

Como já referimos, para o republicanismo a questão social articulava-se com a questão religiosa. Aos proletários transmitia-se o princípio segundo o qual a religião oprimia o homem, restringindo-lhe as liberdades fundamentais. Mas, por outro lado, a religião era encarada como cúmplice maligna do capitalismo e da exploração económica. A classe dominante apoiava-se na religião para monopolizar o poder, alimentado pela capacidade de alienação religiosa e pela detenção, por parte da instituição eclesiástica, do principal meio de reprodução cultural: a escola. Uma vez derruído o edifício religioso, sustentado na monarquia, desencadear-se-ia a libertação económica do operariado.

Os republicanos viam no catolicismo o responsável pelo obscurantismo e pela alienação da população ignorante, tomando-o como primordial objecto de combate. A influência e o poder «reaccionário» sintomatizava o estado de decadência nacional e peninsular, como foi sublinhado nas Conferências do Casino, e aprofundava o atraso civilizacional português face aos progressos da humanidade. Assim o registava Teófilo Braga, para quem «o conflito que actualmente se observa nas nações da Europa, em que a religião católica predomina, apresenta aspectos complexos: a invasão da esfera civil pretendendo subordinar os actos sociais a sacramentos; a condenação do espírito científico e da própria razão humana perante a fé em tradições anacrónicas de velhos mitos cujas origens estão hoje desvendadas; a intervenção perturbadora no poder político por absurdas pretensões teocráticas; a perversão da moral humana pela capciosa doutrina de que os fins justificam os meios, dissolvendo a família pela alucinação das mulheres, pela educação desorganizadora da disciplina de exclusiva subjectividade»[121].

Contra a sobreposição das esferas institucionais civil e religiosa, os republicanos pugnaram pela laicização do Estado. A separação dependia aconfessionalidade do Estado, do afastamento da Igreja das instituições

---

[121] BRAGA, Teófilo - *A Egreja e a Civilisação Moderna*. Lisboa: Publicação da Junta Liberal, 1910, p. 9.

políticas e da subtracção à Igreja do monopólio da gestão numérica dos cidadãos e dos ritos de passagem. Por seu turno, era ao Estado que cabia o controlo quantitativo dos seus indivíduos e dos momentos essenciais da vida humana. Foi neste quadro que o republicanismo frisou a premência do registo civil e encabeçou os organismos em sua defesa, nomeadamente, a Associação Propagadora do Registo Civil, fundada em 1895[122] e renascida em 1906, vocacionada para a promoção e auxílio dos que desejassem registar civilmente o nascimento, casamento e óbito. A reivindicação do registo civil ficou assinalada pelas importantes manifestações anticlericais Agosto de 1909. No 1º dia de Agosto de 1909, a Junta Liberal organizou um memorável comício anticlerical cujo principal objectivo residia na reivindicação do registo civil obrigatório. Neste comício, ao qual assistiram milhares de pessoas, oraram, sob a presidência de Miguel Bombarda, Macedo Bragança, António Maceira, Magalhães Lima, Campos Lima, Sá Pereira, Maria Clara Correia Alves, Faustino da Fonseca, Agostinho Fortes e Alfredo Ladeira. Foi também aprovada uma representação a reclamar ao Parlamento «a restauração das leis de Pombal, Aguiar, Braancamp e a revogação de todas as leis em contrário e o estabelecimento do registo civil obrigatório». Seguiu-se um cortejo cívico, entre a praça Luís de Camões e o edifício das Cortes, em que participaram milhares de pessoas.

Os anátemas lançados ao clero e às ordens religiosas eram veementemente enroupados numa linguagem antijesuítica, sinónimo do poder reaccionário. As referências ao antijesuítismo subentendiam todo o universo congregacionista, sendo a expressão «jesuítismo» aplicada discursivamente como sinónimo de «congregacionismo», ou mesmo, de todo o edifício religioso, o que, segundo Mário Augusto Vilela, se explica pelo aproveitamento da «conotação vinculada ao termo jesuíta por força da propaganda do protestantismo alemão e do jansenismo francês, e o intuito de marcar os elementos mais disciplinados e dinâmicos do clericalismo»[123]. O «jesuítismo» era imputado

---

[122] Sabe-se que o projecto de organização desta associação é anterior a 1895. Em Janeiro de 1884 decorreu uma reunião de livres-pensadores no Clube Passos Manuel «a fim de se assentar as bases de uma nova associação que tenha por fim o desenvolvimento do registo civil». (*O Século*. nº 919, 8-1-1884, p. 2).

[123] *Clérigo e Leigo. [Estudo semântico e onomasiológico relativo ao período de 1850-1910*], Coimbra, Dissertação de Licenciatura policopiada, 1969, p. 233.

de «negar o espírito evangélico do Cristianismo, semear a discórdia na sociedade [...] pregar a abdicação das nossas faculdades intelectuais, o sacrifício das nossas ideias no altar da fé»[124]. Mas, para os republicanos, os jesuítas tinham um poder omnipresente e tentacular: «Estão no cabido, estão na escola, estão na Câmara, estão no Parlamento. Misturam-se às assembleias populares para descreditarem a democracia e caluniarem os republicanos; anicham-se no 'boudoir' das 'penitentes' aristocratas; invadem o templo do trabalho e vestem a toga, a blouse, a farda, a casaca ou a 'polonesa'»[125]. A acção da Companhia de Loyola era nefasta e avassaladora: «corrompia o ensino. Na política é conspiradora contra a liberdade. Na economia reduz a sociedade a uma vasta colecção de hipócritas desconfiados, sem amor ao trabalho, à indústria e ao comércio. O atraso na indústria, no comércio e instrução explicam-se pela influência combinada da inquisição e jesuítismo e deste com a monarquia absoluta. Na família exerce perniciosa influência. Os jesuítas não têm amor à pátria, mas só à companhia»[126]. Com estas palavras o Centro Eleitoral Republicano do Porto, em manifesto intitulado «A Democracia e o Jesuítismo», alertava para a penetração ilegal de ordens religiosas expulsas de França e da Bélgica.

Numa abordagem restrita, a conotação crítica atribuída à Companhia de Jesus, legitimava-se pela proximidade institucional à teocracia vaticanista, isto é, ao foco gerador e propagador da resistência católica. Logo, jesuíta significava ultramontano, símbolo concreto da sevícia ateada pela «reacção». Concitava «a máxima animosidade, inspirando os estereótipos iconográficos e literários do anticlericalismo, constituindo uma permanente ameaça pela segurança da independência e era a quinta essência do ocultismo maléfico»[127], o que lhe valeu o epíteto de *monita secreta*.

---

[124] *O Século*. nº 33, 13-2-1881, p. 1.

[125] VIDAL, Angelina - «Os Jesuítas em Portugal» *apud* VIDAL, Mário de Campos - *Angelina Vidal. Escritora, jornalista, republicana, revolucionária e socialista*. Lisboa: Tribuna, 2010, p. 65.

[126] *O Século*. nº 33, 13-2-1881, p. 1 e 2. Já a 26 de Janeiro do mesmo ano, o Centro Republicano do Porto, promovera uma reunião sobre a entrada das congregações religiosas em Portugal. Veja-se *idem*. nº 21, 29-1-1881, p. 2.

[127] COSTA, Rui Afonso da - «A Questão Religiosa e as ideias de Estado-Nação sobre a Propaganda Republicana». In *Boletim da A.P.H.* nº 12-13-14-15 (II série), 1990-93. vol. I, p. 174.

Além da constante manipulação da instituição monárquica, o clero, e sobretudo os jesuítas, eram acusados de cultivarem o obscurantismo intelectual, resultante do monopólio das vias de reprodução cultural e de formação das consciências. A manipulação do ensino e das práticas assistenciais, apresentava-se como o principal entrave ao progresso da ciência e da razão. Em resposta, os republicanos dedicaram uma considerável atenção à causa laica do ensino e à materialização do laicismo escolar nos institutos educativos da sua esfera de influência. Ora, a dessacralização da escola não se reduzia à subtracção da Igreja da esfera instrutiva. Era necessário um projecto de matriz globalizante que visava laicizar os docentes, os espaços escolares e os programas. Neste sentido, foi apresentada uma proposta de laicização dos programas em sessão de homenagem a Giordano Bruno, que decorreu no Círio Civil da Estrela, a 17 de Fevereiro de 1900. Segundo Heliodoro Salgado era necessário: «a) abolir o catecismo nas escolas primárias; b) dar à história do povo hebreu o mesmo carácter meramente humano da história de todos os outros povos; c) substituir no estudo da filosofia a psicologia racional por um capítulo de psicologia cerebral; d) substituir no mesmo estudo a teodisseia por um estudo da evolução da ideia de Deus; e) substituir o curso de teologia da Universidade de Coimbra por um curso de ciência comparada das religiões; f) suprimir o direito canónico por um curso de direito civil»[128]. A laicização do ensino era tanto mais importante quanto o republicanismo, escudado no cientismo, propugnava pela doutrina da educação universal, na esteira da tradição iluminista.

A par da problemática do ensino, situava-se o papel da mulher como educadora e inoculadora de valores. Valendo-se da confissão, o padre instrumentalizava a mulher, infiltrava-se na esfera familiar e comprometia a emancipação das gerações futuras. Por isso, era urgente a instrução feminina para a dotar de autonomia e de liberdade que a protegesse da versúcia clerical.

Se é certo, como temos vindo a reiterar, que o enfoque republicano à questão religiosa foi dominado pela dimensão laica e livre-pensadora,

---

[128] *Vanguarda*. nº 1180 (3126), 18-2-1900, p. 1.

referenciamos exemplos que atestam um ângulo diferente de abordagem desta temática. Alguns paladinos da democracia perfilharam uma visão de índole espiritualista diferente da «ortodoxia laica» predominante no movimento republicano. Foram os casos de Sampaio Bruno e Basílio Teles. Outros prosélitos do novo regime não colocaram em causa a religião ou a sua dimensão ética, mas enalteceram-na escudados numa releitura evangélica e, consequentemente, apologética do cristianismo primitivo, contígua ao anticlericalismo liberal. O objecto de crítica residia, assim, na hierarquia religiosa e na artificialização doutrinária, o que implicava como defendeu o abade Pais Pinto, em artigo intitulado «República e Religião», a condenação do ultramontanismo »porque o verdadeiro cristianismo foi adulterado e pervertido por invenções e adições humanas, tais como a infalibilidade papal, o culto das imagens, a confissão auricular, o purgatório, a transubstanciação, etc. Não há pois incompatibilidade entre religião e república»[129]. E, em conferência realizada no Centro Republicano de Santarém, o Padre António Augusto, republicano, frisou «que a religião católica não deve servir senão os fins de ordem religiosa, pois é a religião da verdade e da justiça, e não deve ser arma de defesa de um regime irracionalmente injusto e mero instrumento político dos partidos monárquicos»[130]. Em nome dos valores do cristianismo, nomeadamente da liberdade, advogava que a religião devia ser remetida para a esfera da privacidade, porque o Estado não devia violentar os direitos individuais impondo uma confissão oficial, num apelo à laicidade do Estado.

Com a proximidade da República, o combate anticlerical redimensionou os temas objecto da problemática religiosa, incidindo na denúncia do anticongreganismo e antijesuítismo. Este ajuste na estratégia do anticlericalismo encontrou eco nos discursos e no formato das manifestações culturais republicanas desse período, com especial destaque para as conferências. Em estreita ligação com os organismos democráticos, aliaram-se neste combate núcleos e elementos enquadrados no movimento socialista.

---

[129] *Vanguarda*. nº 1388 (3333), 16-9-1900, p. 1.

[130] *O Debate*. nº 96, 7-10-1909, p. 1. A conferência decorreu a 3 de Outubro de 1910 a convite das comissões paroquiais republicanas de Santarém.

2.3. A Questão Social

Como consequência da industrialização e da substituição da sociedade de ordens pela sociedade de classes, o século XIX assistiu à emergência de uma nova «questão social»: a que tem por base o problema do operariado. Sabemos que a classe proletária formava uma percentagem diminuta da população portuguesa, e mais reduzida ainda era a que integrava o sector fabril. Concentrava-se nas grandes urbes, sobretudo em Lisboa, tal como o grosso da militância e inteligência democrática. Não estranha, por isso, o ênfase logrado pela questão operária na actividade popularizadora e na ideologia republicana. Da globalidade de conferências compulsadas 90 (5%) abordaram incisivamente a problemática social.

A comunhão próxima com a nova classe social e a consciência da degradação das suas condições de vida e de trabalho, não são suficientes para explicar a integração do problema do *trabalho* nas inquietações e alternativas antidinásticas. Há que aduzir também o investimento do partido republicano em esvaziar o apoio ao movimento socialista e a necessidade em aumentar a militância de base.

A problemática da situação do operariado não foi abordada, de forma contínua, ao longo dos últimos trinta anos da monarquia. Se atentarmos ao gráfico, podemos descortinar três períodos isolados em que a questão do proletariado foi focada com alguma insistência (Gráfico 8).

A primeira fase situou-se na década de 80 animada, essencialmente, por personalidades ligadas ao antigo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas que, na opinião depreciativa de Teófilo Braga, «servia para adormentar as classes trabalhadoras com esperanças, afastando-as do interesse da solução política»[131]. Sousa Brandão e Costa Goodolfim[132] carrearam para o domínio da popularização cultural as suas crenças quanto ao cooperativismo e o mutualismo. Destacamos também a acção propagandística de Angelina Vidal que, mitigando socialismo e republicanismo,

---

[131] *História das Ideias Republicanas em Portugal*, p. 59.

[132] Em 1883, Costa Goodolfim representou Portugal em Paris, no «Congresso Científico Internacional das Instituições de Previdência». Cf. *O Século*. nº 706, 28-4-1883, p. 3.

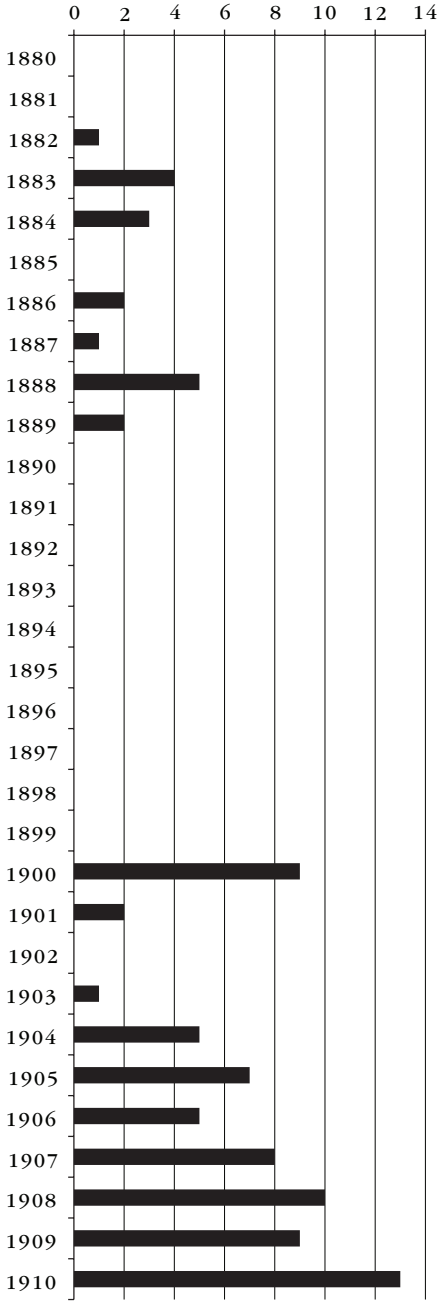


Gráfico 8 – Evolução do nº de conferências sobre a Questão Social

revelou-se como a mulher mais empenhada no domínio da vulgarização cultural junto do estrato operário, quer em centros democráticos, quer em associações de classe, de livre-pensamento ou de matriz socialista. Indicamos apenas algumas conferências promovidas por Angelina Vidal em associações não inscritas no Partido Republicano: a 20 de Fevereiro de 1882, na Associação dos Manipuladores de Tabaco; a 3 de Setembro de 1896, na Associação da Classe das Costureiras; a 2 de Março de 1900, no Círio Civil dos Terramotos; a 22 de Dezembro de 1900, no Grémio Socialista José Fontana; a 3 de Agosto de 1901, na Associação dos Pregueiros Mecânicos; a 15 de Abril de 1904, na Associação de Classe dos Manufactores de Tecidos de Lisboa; a 29 de Maio de 1904, no Grémio Excursionista Civil do Monte; a 2 de Junho de 1904, no Círio Civil do Castelo; a 23 de Setembro de 1905, na secção socialista das Amoreiras; a 20 de Outubro de 1905, na Associação de Classe dos Trabalhadores e Serventes de Pedreiros Estucadores; a 20 de Outubro de 1907, na União das Classes da Construção Civil.

O ano de 1900 conheceu um novo surto de conferências sobre a temática do proletariado. Para tal, terá contribuído a aproximação entre republicanos e alguns núcleos socialistas dissidentes, ligados à corrente possibilista. Da união de esforços resultou a criação do Grémio Republicano Concentração Democrática, clube misto de prosélitos da democracia e do socialismo. Neste âmbito, Brito Camacho proferiu uma palestra no Centro Socialista Ocidental sobre «Concentração Democrática». O conferente apelou à participação política dos socialistas e «defendeu que a República é o regime político que pretende tornar mais fáceis as transformações sociais. Nela cabe o socialismo e as aspirações socialistas»[133]. Anteriormente já socialistas e republicanos haviam colaborado eleitoralmente no Porto, em 1899, tendo originado a Concentração Republicano-Socialista.

No entanto, o estreitamento de relações entre antimonárquicos e socialistas, por iniciativa dos primeiros, deverá ser enquadrado num horizonte mais lato. A publicação em 1891 da Encíclica *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, inaugura a doutrina social da Igreja e, com ela, a tentativa de dar resposta a algumas reivindicações proletárias, dentro do âmbito institucional e

---

[133] *Vanguarda*. nº 1447 (3392), 14-11-1900, p. 1.

doutrinário do catolicismo. Note-se que, logo em 1895 o Congresso Católico Internacional de Lisboa inseriu na ordem de trabalhos a questão operária e a doutrina da Igreja. Ante a nova postura papal e católica, o movimento republicano combateu em duas frentes: por um lado, actuava junto do operariado de modo a arredá-lo do socialismo; por outro lado, procurava cativá-lo face à dinâmica de influência accionada pela Igreja, que consistia na criação de organismos católicos operários. Para essa aproximação muito contribuiu o Grupo Republicanos de Estudos Sociais que definitivamente incluiu a temática social nos seus estatutos e na sua esfera de actuação.

O recrudescimento da actividade propagandística democrática, nos derradeiros anos da monarquia implicou um novo movimento culturizador junto da classe proletária. Momentos houve, como no combate à questão dos adiantamentos, em que socialistas e republicanos coalizaram eficazmente contra o franquismo. Foi neste período que o republicanismo contou definitivamente com o apoio do *trabalho*, radicado em Lisboa. Para atrair uma população inculta, a inteligência antimonárquica utilizava uma linguagem «socializante», recheada de expressões retiradas do discurso socialista, mas eivadas de um sentido pacifista e solidarista. Pretendeu ainda dar resposta a alguns dos problemas mais prementes do operariado, ao propugnar pela fixação do horário de trabalho semanal em 8 horas[134], «supressão dos impostos de consumo, substituindo-os por impostos progressivos, segundo os rendimentos; direito à greve; protecção no trabalho e em acidentes de trabalho ou doença e direito à liberdade de associação»[135]. Fernão Botto-Machado legitimava o direito à greve que advinha «da solidariedade de uma classe reagindo contra a opressão e a exploração do capital e exigindo ou o aumento do salário, ou a diminuição das horas de trabalho. Só isto»[136]. Em suma: os dirigentes republicanos convenceram o proletariado de que a melhoria da sua situação económica e política dependia unicamente do fim do regime monárquico e da emergência da República, que

---

[134] Reivindicado por Magalhães Lima em sessão solene, ocorrida no Centro Republicano Bernardino Machado, a 1 de Maio de 1908. Cf. *Vanguarda*, nº 4059 (6929), 2-5-1908, p. 1.

[135] MACHADO, Bernardino - *Pela República. 1906-1908*. Lisboa: Edição do Autor, 1908, p. 253.

[136] *Crenças e Revoltas*. Lisboa: Typographia Bayard, 1908, p. 26.

proporcionaria a laicização do Estado, a universalização do sufrágio e a derrocada dos grandes poderes capitalistas e da Igreja. Este aliciamente republicano, foi denunciado pelo socialista Ernesto da Silva: «À democracia republicana, evoluindo e abraçando concepções que atraem as hostes socialistas, cumpre um dever e promove um benefício social. Dado porém, que o Eldorado que entreviu não vai além de desalojar um príncipe da moradia dos seus avós, o esforço cristaliza em aspiração inútil, sem valor histórico. Eis porque somos socialistas!» [137].

Institucionalmente, as relações entre organismos democráticos e algumas associações de classe espelharam uma certa contaminação republicana por parte destes grémios e reflectiram a posição do republicanismo face à problemática do operariado. Era nestes espaços onde melhor se materializava a permeabilização de dinâmicas entre republicanos e socialistas. Figuras próximas do socialismo menos libertário (Pedro Muralha, José do Vale, Sá Pereira, Augusto José Vieira, Angelina Vidal, Maria Veleda, Heliodoro Salgado) marcavam frequentemente presença em muitas das actividades culturais promovidas ou por iniciativa democrática, ou por acção operária. Dirigentes antimonárquicos integravam-se em sessões solenes ou proferiam conferências em agremiações operárias, em particular na Voz do Operário e na Caixa Económica Operária. Entre 1909 e 1910 foram promovidas, nesta última, 4 récitas dramáticas, musicais e desportivas por clubes republicanos.

Por seu turno, núcleos proletários reuniam-se e organizavam a sua estrutura associativa nos centros democráticos. Entre 1885 e 1886, clubes republicanos e grémios operários, concertaram esforços a favor do descanso semanal e, em 1890, reivindicaram «a regulamentação das horas de trabalho e a organização de uma séria inspecção às condições higiénicas nas oficinas»[138]. Outros exemplos da recepção, por parte dos centros democráticos, de iniciativas operárias foram: a promoção, em 1889, de um ciclo de conferências pela Associação Auxiliadora de Fabricantes de Pão em grémios antidinásticos; em 1909, a Associação de Classe dos Operários da Indústria de Latoeiros de Folha Branca promoveu uma sessão de propaganda no

---

[137] «Justificando». In *Vanguarda*. nº 1803, 22-6-1896, p. 1.

[138] *O Século*. nº 2842, 7-1-1890, p. 1.

Clube Democrático de Santa Isabel, para organizar uma cooperativa. Alguns republicanos chegaram a associar-se à comemoração do 1º de Maio, como foi o caso de Bernardino Machado e Andrade Neves em 1908. Esta interacção implicava, por norma, a focalização de temas específicos e aglutinadores das duas correntes, tendo como pano de fundo a melhoria das condições de vida e de trabalho do operariado e a temática anticlerical.

Não devemos porém remeter o lugar do problema social na ideologia republicana para uma dimensão exclusivamente pragmática, de quem visava apenas alargar a militância e arregimentar mais apoios para o partido. A verdade é que a problemática do *trabalho* ganhara raízes fundas no ideário democrático e alguns prosélitos republicanos estruturaram um conjunto significativo e articulado de propostas para ir de encontro aos interesses da classe operária. Foi o caso de Angelina Vidal que perto da implantação da República sistematizava aquela que deveria ser, segundo a sua perspectiva, a legislação democrática para o proletariado, «uma legislação que o liberte da opressão do capitalismo sobre a sua consciência, o seu cérebro e o seu estômago, sem ficar letra morta como a que temos. Uma legislação que proteja a mulher e o menor, impedindo que os obriguem a serões, e estabelecendo o mínimo de tempo em que a operária deve abster-se do labor fabril antes e depois do parto. Uma legislação que [...] estabeleça a responsabilidade dos industriais nos acidentes de trabalho, uma caixa de socorros mútuos para a invalidez proveniente da velhice, e um regulamento, sério, acerca da aprendizagem, com a instrução primária obrigatória, tudo abrangendo os dois sexos numa equipondente coparticipação de deveres e direitos»[139].

Embora não sendo um pensamento único, como é que o republicanismo equacionou a questão operária? Para começar devemos reflectir sobre a concepção democrática de proletário. À luz do ideário republicano o estrato proletário não era uma entidade sociológica recente, como propugnavam os socialistas. A sua origem radicava, conjuntamente com a burguesia, na gleba medieval. Deste modo, ao vincular originária e fraternalmente o *capital* e o *trabalho,* «concebido segundo a errónea orientação teológica de

---

[139] *Apud* VIDAL, Mário de Campos - *ob. cit.*, pp. 186-187.

uma pena sacramental que pesa sobre uma classe; em vez da noção positiva de uma função, tanto mais perfeita quanto mais solidária com outras funções, convenceram o operário de uma falsa degradação em que o coloca a necessidade e a aptidão do *trabalho*»[140]. Anulava-se a insolúvel oposição entre ambos, explorada pelo socialismo e pela economia política. A classe burguesa nascera do antigo proletariado que graças à «poupança», «idoneidade» e «perseverança» sobressaiu na hierarquia social. Em resposta ao revolucionarismo socialista fracturante, os republicanos contrapunham o pacifismo conciliador. E só em perfeita harmonia e solidariedade, operários e burgueses poderiam contribuir para o progresso nacional e humanitário. No fundo, o discurso democrático colocava aparentemente a questão social na mesma perspectiva que o liberalismo e o capitalismo, sendo um republicanismo conservador que recusava a luta de classes.

Se as camadas proletária e burguesa tinham, à partida, potenciadas idênticas capacidades de ascensão e de afirmação social e, se só a segunda, mercê do esforço pertinaz, alcançou a riqueza e o poder, quais os meios de elevação do *trabalho* na escala da sociedade? O mesmo é questionar, quais as vias de superação da antinomia entre operários e burgueses, em ordem a irmaná-los no mesmo objectivo: o progresso da nação e da Humanidade? Apesar de algum eclectismo quanto a esta problemática no seio do partido republicano, como são os casos de Magalhães Lima, autodenominado «socialista cooperativo» inspirado, sobretudo, nas ideias de Benôit Mallon, de Heliodoro Salgado, apodado de anarquista reformista, ou de Angelina Vidal, cuja devoção ao socialismo a fez ser ostracizada por alguns republicanos, a resposta à questão traduziu uma manifesta consistência, equacionada em três dimensões: a emancipação social do proletariado devia ser alicerçada na instrução, educação e associação.

Através da instrução, o operário poderia libertar-se da ignorância e dotar-se de melhores recursos que lhe possibilitassem ascender profissional e economicamente. Com este fito, os centros republicanos criaram escolas que ministravam não só os conhecimentos básicos, como formação profissional, científica e técnica, através de aulas em regime nocturno. Tendo em

---

[140] BRAGA, Teófilo - *História das Ideias Republicanas em Portugal,* p. 134.

conta que o progresso científico afectava sucessivamente mais domínios da vida humana, entre os quais a indústria, «o transplante dos trabalhos científicos para as oficinas, por meio de uma acertada e bem dirigida instrução do operário»[141] era mais instante. A par da escolarização, promoveram-se diversas iniciativas, sobretudo conferências, junto de associações de classe, ou no seio dos grémios democráticos, alertando para a necessidade de instruir o proletariado.

Note-se, porém, que a instrução devia ser complementada com a educação cívica. Era importante preparar civicamente os operários para o exercício da cidadania, ou seja, educá-los no sentido da participação activa na *coisa pública*. A educação cívica possibilitava a persuasão do operariado de que a sua emancipação dependia do sufrágio universal e que era fundamental o seu envolvimento nos destinos políticos da nação. Deste modo, o republicanismo contrapunha o «pacifismo sufragista» à abstenção política socialista. A elevação do estatuto social e económico do *trabalho* provinha, assim, da universalização do sufrágio e da revolução política que liquidasse a monarquia e o poder do catolicismo, sustentáculos do grande capitalismo e marcas residuais do Antigo Regime. E, ao contrário do ideário veiculado pelo socialismo revolucionário, não radicava na revolução económica, capaz de anular as classes sociais, porquanto operários e burgueses emergiram no mesmo contexto originário. Os republicanos faziam crer que a democracia política conduziria à democracia social. Em suma: estamos perante um social-republicanismo que pretendia elevar o proletariado à cidadania plena. Significa isto que o *capital* e o *trabalho* não se deveriam enfrentar como dois recentes inimigos, mas conviver em solidariedade como «irmãos» de longa data.

No discurso republicano, o solidarismo correspondia à expressão científica do socialismo, à tradução prática da fraternidade herdeira da revolução francesa e à secularização da ideia cristã de caridade. Se o republicanismo proclamava a igualdade política e individual resultante do sufrágio universal, não ignorava que essa igualdade era incompatível com a desigualdade

---

[141] Conferência proferida por Elias Garcia, no Clube Henriques Nogueira, a 3 de Junho de 1883, intitulada «O trabalho e a ciência». Cf. *O Século*. nº 738, 6-6-1883, p. 3.

sócio-económica. Deste maniqueísmo indivíduo *versus* sociedade, o ideário democrático rejeitava o darwinismo liberal e o socialismo colectivista e estatista. Do cientismo e do sociologismo biologista, hauriu a lição da cooperação e dependência altruísta dos organismos que «permite estabelecer entre os homens a verdadeira solidariedade, sem prejuízo de nenhum dos seus direitos e liberdades; e isto é tanto mais importante, quanto é certo que sem sair completamente do seu papel e causar a todos os cidadãos males incalculáveis, a nação não poderia realizar os fins obtidos pela cooperação»[142]. Sendo considerado um corpo sistémico, o organismo social e, em sentido lato, a Humanidade, deveria alicerçar-se no convívio solidário e holista de todos os seus componentes, ou seja, os indivíduos e as classes. Neste sentido, depreende-se que a solidariedade social seja «o grande princípio das sociedades modernas [...] o princípio em virtude do qual todos os membros de uma sociedade são dependentes entre si, são partes integrantes do mesmo todo, elementos indispensáveis do mesmo organismo»[143]. Teófilo Braga e Manuel de Arriaga inscreveram-se claramente neste horizonte teórico. À imagem de um corpo biológico, o corpo social dependia do equilíbrio de todos os seus órgãos, distintos pela necessária lei da divisão do trabalho, mas fundamentais para um funcionamento concertado enquanto organismo. Mas o fundamento científico da solidariedade não pode *per si* convencer os indivíduos a actuar com sentido de dever para com a sociedade. É, por isso, necessário que a solidariedade seja também uma obrigação moral, de modo a que todos submetam o seu egoísmo natural ao bem comum. A interdependência social é uma herança cultural acumulada por gerações e cada indivíduo está em dívida para com a sociedade o que fundamenta a ideia de dever social. Para que a solidariedade de facto (*natural*) se concretize, o Estado deve garantir a solidariedade de direito (*contratual*). Só deste modo se materializa a ideia de justiça, através da qual o republicanismo recria o ideal de fraternidade. Dizia Rousseau que a verdadeira República não devia ter no seu seio «ni gens opulents ni

---

[142] COELHO, Trindade - *ob. cit.*, p. 66.

[143] PEDROSO, Consiglieri - *Propaganda Democratica. A solidariedade social*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1888. vol. XXXVIII, p. 15.

gueux»[144]. Subjaz ao ideal de solidarismo uma ambição que não pretende eliminar as desigualdades naturais, mas sim as de origem social. Na República não há separação entre os domínios social e económico e o domínio político, porquanto o homem não se pode separar do cidadão. É em nome da justiça social que os republicanos defendem a regulação pública da economia, em ordem a caucionar o mínimo de existência de cada indivíduo. E o respeito pela dignidade humana começa pelo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais através do estabelecimento do ensino gratuito, universal, obrigatório e laico e da redução do tempo de trabalho semanal.

Se é certo que o solidarismo consubstanciava a tradução científica da ideologia socialista, o associativismo correspondia à expressão prática do solidarismo. A capacidade de associação, na concepção do autor do *Sistema de Sociologia* e, *grosso modo,* dos pensadores republicanos, reflectia o progresso e a liberdade da sociedade civil. Contudo, era importante que a organização associativa se revestisse de um carácter de solidariedade social, de mutualismo ou de assistencialismo e renunciasse aos modelos decalcados do sindicalismo revolucionário. De igual modo, as agremiações de classe deviam aliar a componente de assistência e auxílio mútuo, à promoção cultural e educativa dos seus filiados, como se depreende das palavras de Ladislau Piçarra: «As associações de classe [...] são indispensáveis à verdadeira democracia, porque é por meio delas [...] que os proletários melhor poderão lutar pela sua emancipação económica, política e religiosa. [...] É absolutamente necessário que as mesmas associações de classe tratem de promover o mais possível, o desenvolvimento intelectual e moral dos seus membros, o que só poderão conseguir por meio de cursos, conferências, leituras e festas cívicas»[145]. Foi com esta justificação que se fundaram diversos grémios de matriz assistencial, por iniciativa de dirigentes republicanos, vocacionados para elevar o nível civilizacional do operariado.

O *associonismo*, conceito de raiz teofilana, espelha a resposta democrática ao revolucionarismo socialista e ao individualismo liberal. Permitia

---

[144] *Apud* NICOLET, Claude - *La République en France. État des lieux*. Paris: Éditions de Seuil, 1992, p. 36.

[145] «A Propaganda Republicana». In *A Lucta*. nº 1692, 2-9-1910, p. 1.

vivificar o altruísmo e a cooperação, bem como cultivar esses valores numa reduzida dimensão, e aprimorava a sua adaptação à escala do todo social. A associação é uma manifestação da inteligência auto-organizadora dos indivíduos, um exemplo da sua *virtus* cívica, em oposição aos que defendem o darwinismo social, mas também aos que vêem o Estado como o dententor exclusivo de toda da capacidade mobilizadora para a resolução da questão do *trabalho*. Deste modo, a associação, propulsora do bem-estar social, não diluía a autonomia individual, ou dos órgãos sociais, numa totalidade abrangente, como «o Socialismo moderno [que ao propugnar] pela coligação da classe operário-industrial contra o capitalismo, era um fenómeno perturbador pelo seu exclusivismo egoísta: a sociedade humana compõe-se de outras classes, e não pode cada uma puxar para si nesta conjugação de energias que exige a harmonia social»[146]. Cada indivíduo representava uma crucial «energia», coligada a «centenas de energias», segundo a expressão de Maria Veleda, concorrendo para que a associação fosse «a mais poderosa alavanca do progresso»[147].

Podemos concluir que o associativismo era encarado como uma panaceia, capaz de anular o egoísmo tradicional das classes dominantes e de reforçar a força social e económica do proletariado. Assim o entendeu Fernão Botto-Machado quando defendeu, em conferência proferida a 28 de Dezembro de 1907, na Associação de Classe dos Operários Sapateiros, que «a associação deve ser o santo e a senha do nosso tempo. É nela que está o campo de batalha do proletariado, é ali que se tem de preparar para a conquista de direitos e de se exercitar para a prática da cooperação. É ali que cria os hábitos, é ali que converte os hábitos em instintos para o exercício da fraternidade e da solidariedade humana»[148].

Saliente-se que a capacidade associativa da classe operária dependia «do seu próprio esforço em gerar pela mesma força as suas necessidades, sem auxílios estranhos»[149]. Ora, essa aptidão auto-organizadora deveria ser

---

[146] BRAGA, Teófilo - *A Egreja e a Civilisação Moderna*, p. 100.

[147] VELEDA, Maria - *À Conquista. Discursos e Conferências*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor, 1909, p. 25.

[148] *Vanguarda*. nº 3935 (6806), 29-12-1907, p. 1.

[149] SILVEIRA, A. Matos - «A mobilisação operaria». In *Alma Nacional*. nº 14, 12-5-1910, p. 210.

exercitada desde tenra idade e progressivamente desenvolvida ao longo da vida. Ladislau Batalha estipulou gradativamente três categorias de associação: «na infância, a Associação de Instrução e de Socorros Mútuos; depois a Associação Cooperativa de Produção e Consumo e, finalmente, o Banco Económico de Crédito Colectivo e Pessoal de Operários»[150]. A educação do espírito associativo seria tanto mais frutífera quanto mais cedo fosse inoculada. Por isso, «não só os adultos, mas também as crianças compreendem [...] muito bem [...] as vantagens do princípio da associação [...]. Assim, em algumas escolas fundam-se caixas económicas, onde todos depositam o dinheiro que lhes dão ou ganham com pequenos serviços, e que levantam quando saem, servindo-lhes para comprar livros ou fatos, ou darem um bom passeio [...]. Há também caixas escolares para auxílio e protecção dos colegas mais pobres que, por falta de livros ou de fato ou de calçado, deixam de ir à escola»[151]. Um arquétipo deste tipo de agremiação é a Associação Infantil do Grémio Republicano de Alcântara, presidida por António Chaves. Destinava-se a alunos de ambos os sexos do Grémio e formalmente os seus estatutos eram decalcados a partir de modelos estatutários de associações para adultos[152].

2.4. O Feminismo

Nos finais de Oitocentos e inícios do século XX, a Europa Ocidental industrializada, conheceu uma onda de campanhas feministas, algumas delas alimentadas por reivindicações de índole sufragista. Em Portugal, até à irrupção da República, no domínio da popularização cultural, a questão do feminismo não foi colocada numa dimensão política mas, somente, como veremos, numa perspectiva civil, educativa e anticlerical.

A luta pela emancipação da mulher no nosso país foi integrada no projecto reformador democrático e, mais genericamente, tornou-se num dos

---

150 *Almanach Republicano para 1877*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1876, p. 86.

151 «Associações Infantis». In *Jornal dos Pequenitos*. nº 3, 1907, p. 1.

152 *A Lucta*. nº 1401, 12-11-1909, p. 1.

principais motes do laicismo. Ao longo do período que temos vindo a estudar, a acção de alguns elementos republicanos, – em que destacamos Fernão Botto-Machado – principalmente conotados com a corrente do livre-pensamento, fizeram desta questão um dos temas recorrentemente vulgarizado. Para isso, não se limitaram a propagar os ideais da libertação feminina. Procuraram materializá-la, quer concedendo algum protagonismo às mulheres enquanto agentes de popularização cultural, quer implementando a instrução feminina nas escolas democráticas (Gráfico 9).

Como atesta o gráfico, registou-se um surto de conferências sobre esta temática a partir de 1907. Parece-nos que a este facto não terá sido alheia a criação, ainda que fugaz, do Grupo Português de Estudos Feministas, primeira organização democrática que visava a dignificação do estatuto da mulher. Na sequência da fundação deste grupo foi organizado um ciclo de conferências intituladas «série dedicada às senhoras», que decorreu na Sociedade Promotora de Educação Popular. A campanha feminista conheceu novo recrudescimento a partir de finais 1909, no seguimento da fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, vocacionada para «orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo consciente […]; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático»[153]. A criação da Liga radicou numa proposta apresentada por António José de Almeida, em conferência realizada no Centro Eleitoral das Mercês. A Liga foi constituída em Fevereiro de 1909. Para além da função propagandística, visava também «fundar cursos livres de higiene, economia doméstica, agricultura, jardinagem, corte e pequenas indústrias caseiras para preparar a mulher para professora das futuras escolas domésticas»[154].

Como objectivo fundacional, este grupo de pressão feminista pretendia «promover imediatamente […] a discussão, no parlamento, do projecto sobre a questão do divórcio»[155]. Por conseguinte, não surpreende que o primeiro ciclo de conferências organizadas pela Liga tenha sido dedicado à referida

---

[153] Cf. *Vanguarda*. nº 4142 (7013), 25-7-1908, p. 2.

[154] *Vanguarda*. nº 4361 (7232), 3-3-1909, p. 1.

[155] *A Mulher e a Criança*. nº 1, Abril, 1909, p. 11.

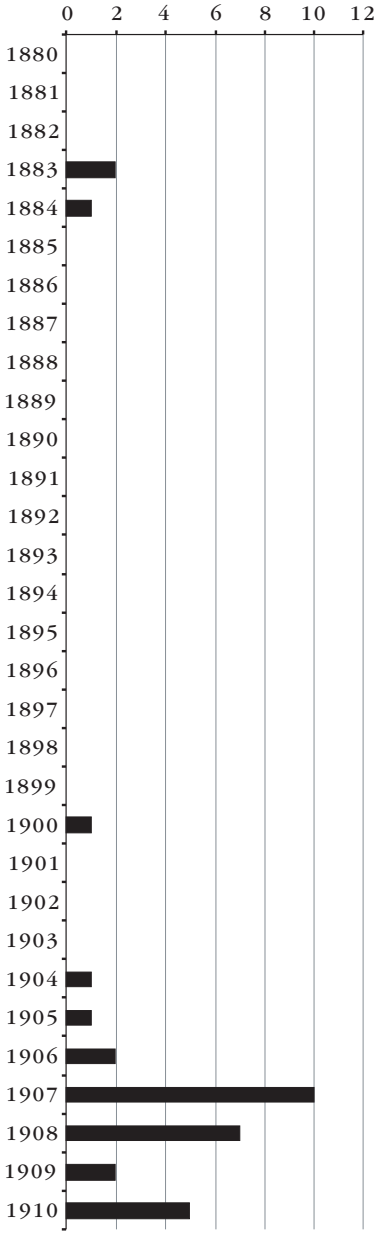


Gráfico 9 – Evolução do n.º de conferências sobre o Feminismo

temática e tenha decorrido em agremiações antidinásticas. Em Abril de 1909 foram realizadas duas conferências sobre a questão do divórcio, no Centro Republicano António José de Almeida e no salão da «Ilustração» do *Século*. E que logo em Novembro de 1910, um grupo de representantes se tenha dirigido ao Governo Provisório, solicitando a publicação da lei do divórcio e a revisão do Código Civil em todos os aspectos que reduzissem as capacidades jurídicas e civis da mulher.

Importa, neste momento da exposição, equacionar o modo (ou modos) como a temática feminina foi abordada no discurso republicano e na sua dinâmica popularizadora. Começamos assim, por questionar o que é o feminismo? Em linhas gerais «o feminismo é o sistema que pretende integrar a mulher em todos os direitos políticos e civis de que o homem goza, quando na sua plena posse jurídica»[156]. Por esta definição perpassa uma das vertentes da emancipação da mulher: a obtenção da igualdade do ponto de vista jurídico em relação ao homem, «para que o marido não seja o tirano ou o déspota, o detentor, o administrador e o livre dissipador dos próprios bens da mulher»[157]. Mas, as reivindicações feministas eram mais amplas e advogavam «que o casamento seja a associação pelo amor de dois seres conscientes, livres e iguais. Uma aliança de almas e de espíritos, e não um jogo de conveniências ou de interesses, estúpido e brutal como é actualmente; que a lei moral, civil, política e económica seja a mesma para os dois sexos; que se termine com a limitação à capacidade da mulher e a mulher possa exercer profissões liberais, e que o seu trabalho seja retribuído como o do homem, para que da sua pobreza possa fazer um escudo defensor da sua honra»[158].

Podemos colocar o problema do feminismo em três dimensões basilares: primeiro, a defesa da igualdade de direitos civis (mais importante do que a igualdade de direitos políticos); segundo, a apologia da igualdade e protecção no trabalho e a liberdade de exercer certas profissões, e terceiro, a reclamação do livre acesso ao ensino e da alfabetização feminina.

---

[156] FREITAS, Maria Gonçalves de - «Feminismo». In *A Mulher e a Criança*. nº 6, Setembro, 1909, p. 1.

[157] BOTTO-MACHADO, Fernão - *Crenças e Revoltas*, p. 128.

[158] *Idem*.

No atinente à questão dos direitos civis, a reivindicação principal prendia-se com o pleno usufruto dos seus bens pela mulher, assim como a equiparação, no domínio jurídico, aos direitos do homem. Porém, a propaganda democrática enfatizou, sobretudo, a emancipação feminina no trabalho e pela instrução. Frequentemente, invocavam-se as mais recentes descobertas científicas no sentido de sublinhar o equilíbrio das capacidades intelectuais entre homens e mulheres, podendo estas «distinguir-se pela ciência, pela indústria, pela arte, pelo comércio, pela pedagogia, ou ficarem tão-somente donas de casa, mas fazendo do seu lar a primeira e mais nobre escola para os filhos»[159]. Por isso, a mulher devia aceder a empregos concordantes com a sua natureza, entre os quais as profissões liberais[160]. Era esta a posição de Fernão Botto-Machado, o homem republicano com mais conferências decidadas à mulher, para quem ela «é uma força social, fisiologicamente, intelectualmente, ante os códigos e leis, ante a moral e a política [...]. A mulher deve [...] concorrer a empregos, a toda a espécie de trabalho compatível com o seu ser físico e psicologia, para do trabalho poder fazer escudo da sua honra»[161].

Ora, a melhor tradução deste ideal, residiu no exemplo vivo de algumas prosélitas do feminismo. Personalidades como Angelina Vidal, Maria Veleda, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves vivificaram o ideal da autonomia e afirmação cultural e cívica feminina. A primeira proferiu quatro conferências sobre a temática do feminismo; a segunda, dez; a terceira e a quinta, realizaram duas conferências cada. Por outro lado, estas mulheres demonstravam a eficácia da instrução como móbil da emancipação, chegando mesmo a incorporar correntes de vanguarda, como o livre-pensamento, como Maria Veleda que justificou a sua posição em artigos na *Vanguarda* «Porque me fiz livre-pensadora?»[162], ou a instituição

---

[159] Cf. OSÓRIO, Ana de Castro - *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 18.

[160] Entre os defensores desta ideia salientou-se Magalhães Lima. Cf. *A Obra Internacional*, pp. 38-39.

[161] *Vanguarda*. nº 3759 (6630), 6-5-1907, p. 2.

[162] *Vanguarda*. nº 4344 (7215), 13-2-1909, p. 1; nº 4349 (7220), 18-2-1909, p. 1; nº 4351 (7222), 20-2-1909, p. 1; nº 4357 (7228), 27-2-1909, p. 1; nº 4362 (7233), 4-3-1909, p. 1 e nº 4365 (7236), 7-3-1909, p. 1.

maçónica, como Adelaide Cabete, iniciada em 1907 na loja *Humanidade*, à imagem de Maria Veleda e Ana de Castro Osório.

Um outro ângulo de abordagem da relação entre a mulher e o mundo laboral, consistiu na denúncia da precariedade do trabalho operário feminino. Para Angelina Vidal «a mulher operária, mercê das deficientíssimas condições de trabalho e da extrema pobreza em que vive não pode criar os filhos de modo a fazer deles os cidadãos de que o país necessita para se assumir como nação civilizada»[163]. Por esta razão, a escritora defendeu que na problemática da mulher, a melhoria das condições económicas que dignificassem a maternidade, tinha precedência sobre o direito de participação política. A superação da precariedade laboral advinha, em primeiro lugar, da tomada de iniciativas por parte da mulher que mitigassem a sua débil situação, tal como o associativismo, a criação de caixas económicas e de maternidade. Para alertar sobre estas questões, Angelina Vidal e Maria Veleda proferiram diversas conferências junto de associações operárias femininas. As desta última foram compiladas na obra *À Conquista*.

Se, na perspectiva democrática, o trabalho regenerava a mulher, a sua emancipação decorria essencialmente da educação. Na esteira de Stuart Mill, um dos pioneiros a defender o direito de voto das mulheres e Novicow, que publicou a obra *L'Affranchissement de la femme*, traduzida para português, em 1910, por Agostinho Fortes na colecção «Biblioteca d'Educação Nacional», por ele dirigida, com o título *A Emancipação da Mulher*[164], a instrução feminina, enquadrada no horizonte da democratização do ensino, era a única via para que a mulher se equiparasse civil e politicamente ao homem. A educação era, na sua essência, um meio de robustecimento contra o poder do clericalismo. Sobre a relação entre a mulher e o padre foram publicadas diversas obras literárias. Para além da obra clássica da literatura portuguesa de Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, registam-se ainda as seguintes obras da literatura francesa: *Du Prêtre, de la Femme, de la Mamille*, de Michelet; *La Conquête des Plassans*, de Zola; *Madame Gervaisais*, de Edmond de Goncourt; *Mademoiselle de la Quintinie*, de

---

[163] *Apud* ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e - «Da Educação da Mulher no Portugal Oitocentista. Notas de um estudo». In *Revista de Ciências Históricas*. 1990. vol. V, p. 169.

[164] Lisboa: Typographia de Francisco Luís Gonçalves, 1910.

Georges de Sand; *Le Vice Suprême*, de Péledan; *Les Débauches d'un Confesseur*, de Léo Taxil e Karl Milo; *O Crime do Padre Mouret*, de Zola.

Mais do que assimilar os princípios básicos da leitura e da escrita, era «necessária a instrução integral, enciclopédica, a instrução secundária que é a que dá noções exactas sobre todas as coisas e a que por consequência pode garantir o espírito contra a superstição»[165]. Constatando a manipulação feminina forjada pelo clero – principalmente através da confissão auricular – e a proliferação do analfabetismo que grassava no seio das mulheres, cerca de 85%, Consiglieri Pedroso considerou que «os direitos políticos nas suas mãos seriam até um perigo». E esclarece: «A que influências obedece ainda hoje a mulher? A influências clericais. Ora, a arma dos direitos políticos nas mãos da mulher seria fatalmente um elemento de retrogradação, elemento tanto mais perigoso, quanto até a sedução do belo sexo o auxiliaria muitas vezes [...]. A interferência da mulher na política é mais um elemento de perturbação e dos mais perigosos»[166]. Mas, precisamente em relação aos direitos políticos da mulher, a posição de Fernão Botto-Machado foi a mais arrojada. Em conferência proferida no Grémio Civil do Monte, intitulada «A mulher e a Igreja», em 1907, o propagandista democrático não só defendeu que a mulher devia pagar impostos, como devia poder votar.

A mulher devia assim ser educada para se tornar educadora. No novo regime, a sua função social prendia-se mais com a preparação para a cidadania do que com a participação activa na vida política. Maria Veleda dedicou mesmo uma conferência à «Mulher educadora» no Centro Escolar Afonso Costa a 12 de Janeiro de 1908. Nela defendeu que a mulher «desempenha um duplo papel de mãe e humanitarista [...]. A missão da mulher como mãe é a mais responsável das missões. É ela que deve preparar para uma sociedade nova, uma geração consciente, altiva, generosa e robusta»[167]. Por conseguinte, a mulher devia ser educada civicamente em ordem a melhor desempenhar junto da família, o seu papel de formadora

---

[165] *O Século*. nº 715, 9-5-1883, p. 2.

[166] *O Século*. nº 715, 9-5-1883, p. 2. Idêntica foi também a posição de Trindade Coelho. Cf. *Ob. cit.*, pp. 57-58.

[167] *À Conquista*, p. 139. O resumo da conferência foi igualmente publicado no jornal *Vanguarda*. nº 3950 (6821), 13-1-1908, p. 2.

e reprodutora de comportamentos e valores, sendo um instrumento incontornável de republicanização e de preparação para a vida democrática. Assim se conclui que «a democratização do país seria impossível enquanto não se desse a reconversão do estatuto social da mulher, o que implicava a sua dessacralização e a intelectualização através da educação racionalista e o seu reconhecimento com direitos e deveres civis iguais aos do homem. E isso, [...] só a República poderia realizar»[168].

Com recurso a uma argumentação de índole historicista, o novo regime assumia-se como o momento da definitiva libertação feminina, inscrito num percurso em que se registaram «três épocas de resgate da mulher». A primeira fase foi o Cristianismo, que preconizou «a igualdade dos dois sexos perante Deus»; a segunda surgiu na Idade Média, período áureo da cavalaria francesa, «à qual coube a glória de colocar a mulher no seu lugar, como companheira do homem e anjo do lar elevando as noções do amor, da honra e do auxílio, colocando a mulher a presidir aos seus torneios, 'parages' e festas de sagração dos neófitos [...] combatendo enfim por suas damas». A terceira radicou na reforma preparada por Wiclif, João Huss e Lutero[169]. Sob o signo de uma visão de raiz iluminista, as mulheres republicanas depositavam grande esperança no novo regime, considerando que por meio dele se consumaria o *terminus* da sua marginalização social e civil.

A reforma laicista republicana apontava para a dessacralização da sociedade no seu todo, compreendendo a estrutura familiar e, em última análise, o matrimónio. O casamento devia ser um acto livre, protagonizado por pessoas livres, o que pressupunha a sua dissolubilidade. A reivindicação do divórcio, precedida na década de 60 pela legalização da civilidade do casamento, visava consumar a tendência dessacralizadora da união matrimonial que então se iniciara. Logo, o fito que presidiu à apologia do divórcio, não foi apenas o afastamento da Igreja da esfera civil, mas sobretudo a declaração do enlace do matrimónio como um acto desprovido de qualquer índole sagrada ou religiosa, assim como o estabelecimento da igualdade dos cônjuges no casamento. Neste sentido, a defesa da solubilidade do casamento foi uma das isotopias marcantes do livre-pensamento.

---

[168] CATROGA, Fernando - «A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano», p. 142.

[169] *Vanguarda*. nº 3925 (6796), 18-11-1907, p. 2.

A encabeçar a campanha pró-divórcio estiveram mulheres, livre-pensadoras, como Maria Veleda, Angelina Vidal e Ana de Castro Osório. No I Congresso do Livre-Pensamento, realizado em Abril de 1908, uma das teses discutidas relacionava-se com «As Instituições Familiares», cuja alínea a) consignava «o estabelecimento da lei do divórcio» e conclui que «o divórcio tal como está estabelecido na lei francesa impõe-se, sendo a indissolubilidade do matrimónio um atentado à liberdade e à dignidade tanto do homem como da mulher»[170].

Ao enfocarmos este leque de vertentes que deram corpo à questão feminina, poderá surpreender a não inclusão da problemática do sufragismo. A verdade, porém, é que, estando a nossa base de trabalho limitada às conferências proferidas nos centros democráticos, não verificámos qualquer alusão a este aspecto. Com a excepção já referida de Fernão Botto-Machado, sabemos que era uma questão latente durante o descerrar do pano sobre a monarquia. Mas só ganhou foros de reivindicação explícita após a implantação da República. E, perante peso e a variedade de problemas que desgastavam a situação feminina, seriam estes bem mais urgentes, ao inverso da reclamação do acesso ao sufrágio pelas mulheres.

2.5. A Questão da Educação e do Ensino

Na questão do ensino assentou outra das isotopias do projecto republicano. De facto, como reconhecia Ladislau Piçarra, «a democracia pura tem por base a educação do povo»[171]. O Estado democrático, porque erguido, teoricamente, a partir da universalização do sufrágio, radicava na instrução e ilustração popular. É que, «l'idée que le suffrage universel n'etant pas un droit, l'électorat, comme toute autre charge politique, est une fonction, qui suppose donc une éducation»[172]. Inerente à democratização do sufrágio está a questão da igualdade. Um Estado verdadeiramente igualitário do ponto de vista político era o que esbatia as diferenças sociais e económicas,

---

[170] Cf. *Vanguarda*. nº 4048 (6919), 22-4-1908, p. 1.

[171] *A Lucta*. nº 1423, 4-12-1909, p. 1.

[172] NICOLET, Claude - *L'Idée Republicaine en France. Essai d'Histoire Critique.* Paris: Éditions Gallimard, 1982, p. 242.

ao proporcionar o acesso universal ao ensino. Deste modo, a assunção da função educativa por parte do Estado era assumida como um factor de justiça e de equilíbrio entre a igualdade e a liberdade.

No decurso do período da propaganda republicana, nomeadamente nas derradeiras três décadas da monarquia, a questão do ensino, entendida aqui numa dimensão abrangente, foi uma das problemáticas mais abordadas nas conferências democráticas. Era evidente o surto de prelecções dedicadas à temática educativa, em particular a partir de 1907. No total contabilizámos 168 conferências (10%). Mas não esqueçamos também que foi durante este período que o movimento partidário mais investiu na criação de organismos escolares (Gráfico 10).

Esclarecemos que a questão do ensino estava aqui entendida numa perspectiva lata. Quer isto dizer que se trata de um problema que suscitou abordagens poliédricas, ainda que corporizando uma mesma temática. Quais foram pois os diversos ângulos que pautaram o enfoque à questão do ensino? O alcance do valor da educação no discurso democrático traduz a influência de duas correntes filosóficas: a iluminista e a positivista. Da primeira, o republicanismo, tal como anteriormente o romantismo cultivado pelos liberais, reactualizava a crença optimista na educação como principal factor de progresso civilizacional, de socialização, de emancipação e perfectibilidade humana. Como fiéis discípulos de Condorcet, «les républicains [...] et leurs journaux [...] voient dans la réforme scolaire la promesse d'un progrés indéfini et affectent de conffondre la cause de la démocratie politique et de la démocratie sociale»[173]. O mesmo pensador iluminista defendeu que a instrução do povo devia ser elevada «à l'hauteur d'une instituition publique»[174]. Da segunda, aprendera que arte de educar constituía um instrumento primordial para moldar a índole de cada indivíduo, de acordo com a marcha progressiva da raça e a regeneração da humanidade. A natureza seria, deste modo, enformada pela cultura e adaptada aos interesses colectivos. Em perspectiva, pretendia-se alcançar uma verdadeira unidade espiritual, assente no primado da ciência, que deveria ser edificada com base na escola e na festa.

---

[173] Mona Ozouf - *L'École, l'Église et la République*. Paris: Armand Colin, 1963, p. 84.

[174] Serge Audier - *ob. cit.,* p. 57.

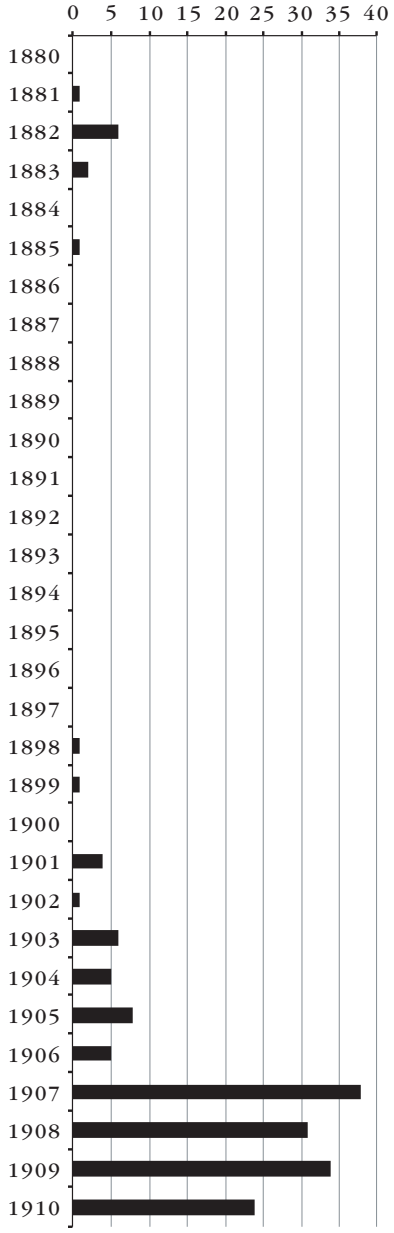


Gráfico 10 – Evolução do n.º de conferências sobre a Questão do Ensino

O credo inelutável na emergência republicana, escorada na formação de uma nova opinião pública e nova espiritualidade, tornava a educação prioritária para o projecto democrático. Esta perspectiva valorizadora do ensino, como fautor de formação ideológica e cívica, ganha nova actualidade com a implantação da República. Não esqueçamos que o novo regime foi proclamado por uma minoria que se deparava com uma extensa e complexa obra educativa a desenvolver. Por isso, mesmo durante a fase de propaganda, o investimento educativo não se circunscreveu a uma figura de retórica, mas concretizou-se institucionalmente por meio de escolas ou de outros organismos com idênticas funções.

O republicanismo entendia a política como um espaço de integração colectiva, voluntarista, em que todos devem participar e não apenas alguns. Essa integração implicava dotar os indivíduos das ferramentas necessárias para a sua participação na vida da Cidade, isto é, dotá-los de liberdade. Daqui se infere o valor crucial da educação para a República, da qual depende a sua sobrevivência e sua reprodução.

No *corpus* ideológico democrático a temática da educação desempenhava uma multiplicidade de funções. Educar significava talhar os indivíduos para a cidadania e preparar para a liberdade, ou seja, emancipar. Consequentemente, forjava-se a regeneração do povo e superava-se a decadência. Um cidadão instruído tinha a consciência do seu dever cívico e da importância da sua intervenção nos destinos da vida colectiva, porquanto «les bons lecteurs feront les bons électeurs»[175]. A escolha livre, «pedra-viva» do regime republicano, só poderia ser garantida por um cidadão autónomo e racional, isento da influência religiosa. Um povo ignorante, que desconhece os seus direitos e deveres, poderá esbanjar o privilégio do sufrágio universal, colocando-se nas mãos de demagogos que fariam perigar o próprio regime republicano. Para obviar esse risco, o Estado democrático tem o dever de facultar a todas as crianças, mesmo às mais pobres, o grau de instrução pública que faça delas cidadãos. Em suma, a educação era assumida o instrumento fundamental que ensinava a votar e a «bem votar», pelo

---

[175] *Idem*, p. 111.

que «l'école a toujours été placée au centre de l'ideologie républicaine comme le moyen essentiel sinon exclusif de son triomphe. Elle devait apporter la Raison, les Lumières et la Science. Montesquieu affirmait dejá que 'c'est dans le gouvernement républicain que l'on a besoin de toute la puissance de l'éducation'»[176]. E só por meio da democratização do saber como alimento espiritual se poderia almejar a democratização política e social.

A concepção republicana sobre a educação e a sua função cívica remete-nos para a sua dimensão paradoxal. Como conciliar a vocação que apontava para o desenvolvimento da livre escolha e da autonomia, essencial à sociedade plenamente democrática, com a necessidade fundamental de unificar espiritual e moralmente os cidadãos em torno dos mesmos valores? Como educar então para o individualismo empregando estratégias globalizantes para assim construir o que René Rémond denominou por «alma comum»[177]? A verdade, é que a escola democrática foi sobretudo culturizadora e reprodutora da axiologia republicana, sistematizada nos seguintes valores: liberdade, igualdade, fraternidade, cooperação, filantropia, generosidade social, auxílio mútuo, solidariedade, altruísmo, valorização da família, valorização da pátria, certo puritanismo, sentido do dever, generosidade, dignidade, prudência, rectidão, previdência, espírito de iniciativa, capacidade de decisão, temperança, pundonor, fidelidade, afectuosidade, caridade, dedicação, modéstia, obediência, simpatia, coragem e energia[178]. Desde a formação dos primeiros institutos educativos, antes da queda da monarquia, que se desenhava a vocação endoutrinadora da educação, colocando-a ao serviço da nova ordem política que se pretendia instalar.

A questão do ensino foi equacionada numa perspectiva bidimensional, associando, ainda que diferenciadas, a educação e a instrução. Ambas concorriam para o complexo processo de formação para a cidadania. De forma lapidar Augusto José Vieira, em conferência intitulada «Educação Laica», proferida a 20 de Março de 1908, no âmbito do Congresso Nacional de Livre-Pensamento, qualificava a educação como «meio para formar corações

---

[176] TENZER, Nicolas - *ob. cit.*, p. 81.

[177] *L'Anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*. Paris: Fayard, 1976, p. 188.

[178] Cf. PINTASSILGO, Joaquim António - *A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa (1910-1926)*. Salamanca: tese policopiada, 1996. 2 vols, p. 194.

aptos para a prática do bem» e a instrução como «aquisição de conhecimentos úteis aos homens que os habilitem para a luta da vida»[179]. Eivado do influxo do darwinismo social, o posicionamento do livre-pensador traduz a posição consensual republicana quanto à função educativa e instrutiva na construção do Estado democrático. Na 1ª República levantou-se uma polémica relativa ao primado a atribuir à educação ou à instrução.

O conceito de educação assume a matriz globalizante da paideia grega, equivalendo «ao conjunto de regras e preceitos tendentes a bem desenvolver e aperfeiçoar o físico, o intelectual, o cívico e o moral de uma criança»[180]. Educar era, assim, um caminho de elevação do corpo, da razão e da alma. Numa perspectiva mais restrita a educação correspondia exclusivamente à preparação para a cidadania. Foi denominada por educação cívica e tinha «por fim formar o cidadão, ensinando-o a conhecer as instituições do seu país e ministrando-lhes regras de conduta, firmes e seguras, que o dirijam na vida pública»[181]. A expressão «educação cívica» foi pronunciada pela primeira vez por Jules Ferry no Congresso Pedagógico em Paris, em Abril de 1881. Ferry denomina-a de educação *liberal,* uma vez que deve servir de instrumento para assegurar e valorizar a liberdade. Esta educação comporta «les notions indispensables à tout homme» e empenha-se em transmitir os rudimentos «de ce qui constitue le fonds stable, commun et essentiel de la politique», o que significa «les notions génerales et fondamentales de la politique impersonelle, nationale, théorique»[182].

Outros autores portugueses debruçaram-se sobre a importância da educação cívica. Trindade Coelho publicou a obra *Primeiras Noções de Educação Cívica*, em que aborda, de forma sistemática, os princípios gerais da educação cívica[183]. Em conferência proferida no Ateneu Comercial, intitulada «O que é a educação cívica?», Borges Grainha qualificava-a como

---

[179] *Vanguarda*. nº 4018 (6889), 22-3-1908, p. 2.

[180] REIS, Luís Norberto de Sousa d'Almeida - *A Educação Física desde o nascimento até à virilidade. These inaugural apresentada e sustentada perante a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*. Lisboa: A Liberal - Officina Typographica, 1898, p. 12.

[181] COELHO, Trindade - *ob. cit.*, p. 3.

[182] NICOLET, Claude - *La République en France*, p. 76.

[183] Paris-Lisboa: Livraria Aillaud, 1906.

«o conhecimento que todos devem ter dos seus direitos e deveres. É ensinar um cidadão a ser bom cidadão. [...] Num país em que todos os indivíduos sabem ser cidadãos, esse país é livre [...] Todos os princípios da educação são fundados na finalidade do homem e portanto na sua liberdade»[184]. A revista *A Escola* considerava que «a educação cívica consiste na direcção das ideias e dos sentimentos do futuro cidadão no sentido das aspirações políticas e sociais e do meio em que tem de viver. Portugal carece de cidadãos esclarecidos e livres. [...] Pela instrução cívica a escola propõe-se fazer conhecer a nossa organização social e as nossas instituições políticas e preparar cidadãos conhecedores de *todos os seus direitos* e dispostos a cumprir *todos os seus deveres*»[185]. Os clubes republicanos preocuparam-se em divulgar a educação cívica através de conferências ou da promoção de debates. Foi o caso do Clube José Liberato Freire de Carvalho, que em 1886, animou uma série de debates em torno de temas de educação cívica. O primeiro decorreu a 17 de Janeiro sobre a questão: «Quais são os deveres que o homem tem de cumprir para com a família para se poder proclamar um verdadeiro cidadão?». O segundo teve lugar no dia 24 seguinte acerca de «Quais são os defeitos da monarquia e quais são as bases em que se deve implantar a República?»[186].

À imagem do Estado democrático que se pretendia edificar, a escola devia ser laica, gratuita e obrigatória. O ensino laico, inspirado no modelo da III República Francesa, conduzia à total liberdade de consciência em que a ciência vence a religião, uma vez que «só a laicidade possibilitaria que a escola desempenhasse simultaneamente uma função consensual e integradora, isto é, fosse o lugar por excelência de sociabilização política do Estado»[187]. Também Maria Veleda reconheceu o valor da escola laica, já que esta estabelecia «a inteira incompatibilidade com tudo quanto diga respeito à religião, por forma a deixar ao professor um campo inteiramente neutro, sem lisonjear nem agredir a educação que a criança recebe em

---

[184] *Vanguarda*. nº 3911 (6782), 4-11-1907, p. 2.

[185] Nº 71, 3-11-1903, p. 1.

[186] Cf. *O Século*. nº 1536, 15-1-1886, p. 3 e nº 1544, 24-1-1886, p. 2.

[187] CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. II, p. 387.

casa [...]»[188]. Neste sentido, compreende-se que a livre-pensadora tenha proposto, em 1909, no auge da contestação ao clericalismo e da campanha descristianizadora, a laicização do calendário escolar para as escolas laicas, traduzida numa nova periodização descristianizada, em que as férias do Natal e da Páscoa seriam substituídas por outras «equivalentes em duração, pois não faltam mártires da ciência e do Livre-Pensamento, a que possamos consagrá-los»[189].

Ao subtrair a criança do ensino religioso e «jesuítico», a escola republicana devia converter-se em espaço aconfessional, mas comprometida e sobre-determinada pela política do Estado. Dito de outro modo, a instituição escolar democrática pautou a sua actuação cívica pela indiferença religiosa, banindo toda a espécie de poder espiritual, mas não pela neutralidade axiológia, que podemos denominar por «religião política». E os promotores culturais democráticos não duvidavam da facilidade de compreensão e interiorização da moral social republicana, uma vez que se inspirava no estudo da natureza, o que significava que poderia ser demonstrada e irrefutada tal como a leis científicas. Feio Terenas compara a escola laica com a escola congreganista, considerando que «a escola laica funda-se em princípios eminentemente liberais, na tolerância recíproca, na liberdade igual para todos, na justiça universal, na neutralidade obrigatória entre as igrejas e as diversas religiões. Ao contrário da escola congreganista, a escola laica educa e instrui para as lutas da vida, para o amor da família e da pátria, da humanidade, para os deveres cívicos, para o desenvolvimento gradual da inteligência ao passo que o clericalismo quer as escolas para exercer impérios sobre as consciências, para dominar os povos, para dirigir os negócios da terra, para subordinar o poder civil à sua organização de carácter político, aos seus fins particulares, aos seus interesses materiais»[190]. Num horizonte de profundo antropocentrismo, a imposição da laicidade no ensino serve para banir toda a transcendência e todo o elemento que não

---

[188] *À Conquista*, p. 42.

[189] *Apud* CATROGA, Fernando - *Militância Laica e Descristianização da Morte em Portugal*. vol. I, p. 554.

[190] «A escola laica e a educação cívica». In *Vanguarda*. nº 2868 (5719), 28-10-1904, p. 1.

respeite única e exclusivamente ao homem, garantindo, em nome dos interesses colectivos, a liberdade de pensamento e de vontade dos indivíduos, esteio da sociedade republicana. Pensar livremente, o mesmo é dizer, pensar justamente, é um dever dos cidadãos em República e exige uma intensa preparação, só possível através de um Estado e de uma escola laica. É esta função de transmissão das regras do pensamento livre que podemos apelidar de poder espiritual da República. Mas este poder não pode invadir o domínio dos fins morais, nem as escolhas que cada um pode fazer em perfeita liberdade.

Era na escola que a criança convivia e criava laços de sociabilidade, conduzida pelo professor, espécie da «sacerdote laico» ao serviço do interesse tutelar do Estado. Deste modo, aprendia-se a superar o egoísmo darwinista pela vivificação do altruísmo e da solidariedade. Na sociedade democrática a exaltação de valores antropocêntricos e imanentes como o trabalho, a família e a pátria constituíam pilares essenciais que deveriam ser assimilados pelos futuros cidadãos desde pequenos. Era importante que as crianças tomassem consciência cívica, percebendo que não há direitos sem deveres e que deviam respeitar a liberdade dos outros. A elevação moral de cada um passava, inevitavelmente, pela dignificação do seu semelhante. Sem alienar a sua índole, o contributo individual de cada átomo social devia ser sobredeterminado pelos interesses da colectividade, da pátria e, em última análise, da humanidade.

Ainda que não constitua um caso isolado, – passível de demonstrar o peso da solidariedade na educação cívica republicana dirigida às crianças – tomámos como exemplo ilustrativo os estatutos da Associação Infantil do Grémio Republicano de Alcântara. Desta agremiação faziam parte os alunos de ambos os sexos do referido Grémio. Com a sua formação procurava-se incitar, desde a idade escolar, à organização associativa, salientando-a como célula organizativa básica da sociedade. Entre os fins da associação infantil em apreço, pretendeu-se: «a) Desenvolver entre os associados o gosto pelo estudo e pelo trabalho; b) Auxiliá-los durante a doença; c) Manter uma aula de ginástica; d) Fazer propaganda de protecção às árvores e aos animais úteis ao homem e destruição dos nocivos sem tortura; e) Promover excursões

escolares e visitas de estudo»[191]. Tais objectivos consubstanciavam a pluridimensionalidade da educação cívica republicana e espelharam, num espaço colectivo reduzido, as linhas isotópicas da moral social do Estado democrático. Neles transparece a preocupação em incutir o gosto pelo trabalho, praticar a solidariedade e respeitar a natureza. Quem não demonstrasse «pelo exemplo a todas as crianças que não devem escarnecer nos velhos, destruir os ninhos, maltratar as árvores e os animais e arremessar pedras ou qualquer outro objecto que possa molestar ou causar prejuízos materiais»[192] seria punido com multa. De forma pedagógica e simples, intentava-se inicializar as crianças no comprometimento com a colectividade, ainda que de pequena dimensão, e sociabilizar-lhes o respeito pelos outros, exercitando o altruísmo. O texto de Ana de Castro Osório *A Minha Pátria*, em especial no capítulo «A obra das crianças», reproduz pedagogicamente o incitamento à realização, pelas crianças, de obras de solidariedade e de fraternidade[193].

Prezar os direitos dos semelhantes era também preservar a natureza em harmonia com o espírito da escola laica: «ensinar às crianças as verdades positivas da ciência [...] e incutir-lhes o espírito do amor, do bem e da justiça. Ensinar-lhes a amar a natureza como suprema criadora»[194]. E a admiração pela natureza como condicionadora do homem, – atitude bem ao gosto da pedagogia spenceriana –, era ainda alimentada pelo culto cívico da árvore e pela realização de visitas de estudo e pic-nics ao campo, como o que envolveu 60 alunos do Centro Escolar «A Lucta», de Queluz, na Quinta da Fonteneira, durante o qual a professora deu uma lição de botânica. A encerrar houve lanche e recreio.

Mais do que uma simples transmissão de princípios morais, a escola e as agremiações infantis republicanas, pretenderam a sua vivificação para que fossem assimilados não apenas pela razão, mas sobretudo pelo coração, sentimento e emoções. É que a interiorização afectiva dos valores da moral

---

[191] *A Lucta*. nº 1401, 12-11-1909, p. 2.

[192] *Idem*.

[193] Setúbal: Livraria Editora «Para as crianças», 1906.

[194] VELEDA, Maria - «Missão Escolar». In *Vanguarda*. nº 4434 (7304), 16-5-1909, p. 1.

social enraizava-os profundamente no indivíduo, aliando este o seu destino com o telos colectivo da nação e da humanidade. Por isso, a transmissão do ensino democrático era dirigida às capacidades cognitivas, intelectuais e principalmente às faculdades afectivas. A educação não se reduzia «à consciência [...] mas à educação do carácter, dos sentimentos e da vontade, porque [...] se são enormes as vantagens do saber, se é em verdade valorosíssima a posse dos conhecimentos [...] para a luta épica e ingente de *au jour le jour*, não são menores as vantagens resultantes duma consciência bem preparada, para exercer direitos e deveres cívicos, duma vontade bem educada para lutar e triunfar em perfeita harmonia com os princípios do belo e do justo, que são afinal, os princípios da fraternidade e da solidariedade»[195]. Educar era, em síntese, nas palavras de Jules Simon, «a obra por meio da qual um espírito forma outro espírito e um coração outro coração»[196].

A necessidade de transmitir valores através da escola, em busca do que João de Barros apelidou de «republicanização da nação»[197], fez do Estado democrático um Estado pedagogo, centralizador e nacionalizador da actividade instrutiva e educativa, pese embora o contributo e cooperação de organismos privados. À imagem do postulado por Herculano, a educação e a instrução deveriam ser assumidas pelo Estado como factores e fautores de progresso e de emancipação social. Assim se explica que a crítica mais relevante, no atinente à questão do ensino, movida contra o monarquismo-constitucional, consistiu no abandono da escola por parte do poder público e na sua monopolização pelo clericalismo, impedindo a transmissão dos princípios da educação moderna e patriótica, porque as congregações religiosas estavam subtraídas a qualquer autoridade nacional.

Respeitar a pátria equivalia a respeitar a República, pelo que um dos valores morais mais caros ao republicanismo foi o patriotismo, «virtude do homem que ama real e verdadeiramente o seu país» e se que envolve na sua vida cívica, porque «é instruído com a noção exacta dos seus direitos

---

[195] BOTTO-MACHADO, Fernão - *Crenças e Revoltas*, p. 101.

[196] *Apud* VELEDA, Maria - «Missão Escolar». In *Vanguarda*. nº 4433 (7304), 15-5-1909, p. 1.

[197] Cf. FERNANDES, Rogério - *João de Barros. Educador Republicano*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d., pp. 41-51.

e dos seus deveres e que sabe, nas doutrinas que ouvir, distinguir o verdadeiro do falso»[198]. A exaltação da pátria não era mais do que uma forma de religar o regime emergente (apresentado como revolucionário), com a tradição histórica nacional.

No estudo da história recaía a mais eficaz via demopédica para a republicanização dos cidadãos. Ensinar a história significava enraizar o patriotismo, aproximando o aluno da democracia e afastando-o do clericalismo. A história ajuda a amar a Pátria. O recurso à divulgação da Clio gerava consenso, normalizava a opinião pública, inoculava a noção da memória e do destino colectivo. Constituía, em suma, o meio de consensualização por parte do Estado, apostado em refundar uma pátria, composta por indivíduos unidos pelos mesmos sentimentos colectivos.

A divulgação da Clio teve como palco principal os centros escolares, em que a disciplina figurava, a par de outras, ligadas à formação geral das crianças e dos adultos. Por outro lado, a história era vulgarizada e popularizada através de ciclos específicos de conferências, como esclareceremos no próximo capítulo.

Se a educação democrática pressupunha a afirmação patriótica, o republicanismo tendia a perspectivar o momento nacional, que aspirava suplantar, num horizonte decadentista. Invectivar a monarquia-constitucional, enfatizando a sua decadência, elevava a República e reforçava o seu carácter regenerador, tornando-a mais instante. O porvir radioso da República tornava mais intolerável o presente monárquico. Na esteira do Positivismo, a decadência do corpo social assemelhava-se à decadência patológica de um corpo biológico. Por isso, com o escopo de corrigir «a doença da sociedade», a educação não se reduziu à reabilitação moral, cívica e intelectual.

Igualmente a regeneração física era primordial para a elevação da raça e da nação. Em tese defendida, em 1898, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, dedicada à Educação Física, Luís Norberto Reis diagnosticou o estado da decadência fisiológica portuguesa. Atentemos às suas palavras: «perpassam pelos nossos olhos uns delicados alfernins, baixos, estreitos e curvos [...] peitos deprimidos e membros delgados; ou umas espécies de

---

[198] COELHO, Trindade - *ob. cit.,* pp. 15-17.

vimes, chamados meninas, livres do peso dos seios, com bacias de palmo e cintura quase invisível, bustos comprimidos e costas arqueadas, e uns e outros pálidos, o olhar baço e sem energia, linfáticos e anémicos e arrastando-se mole e languidamente ao longo dos passeios. E tudo isto, sintomas tão frisantes da decadência cada vez mais pronunciada da nossa raça, mercê do álcool, da sífilis, da falsificação do meio social e dos alimentos»[199]. No mesmo sentido Ramalho Ortigão apodou Portugal de «país de magrizelas, de derreados, de espinhelas caídas»[200] e de nação empobrecida pela «debilidade da raça estiolada pela falta de uma educação atlética»[201].

Em França foi profundo o impacto nacionalista resultante da derrota na guerra Franco-Prussiana (1871). Também em Portugal a questão de decadência da raça começou por ser colocada na sequência do Ultimato inglês (1890). A República Francesa, para debelar os motivos que levaram à perda do conflito, entre os quais primava a inferioridade rácica em relação aos alemães, desenvolveu um intenso programa, reforçando a disciplina, o espírito científico, a ginástica e a higiene e criou, em 1888, a Liga Nacional de Educação Física[202]. Já em Espanha, dominou a influência pedagógica krausista, que encontrou eco especialmente na Institución Libre de Enseñanza, norteada pela máxima latina «mente sã em corpo são».

Também a demopedia nacionalista republicana, à semelhança do exemplo francês, propugnou pela moralização física e higiénica, uma vez que, «os exercícios físicos para poderem ser aproveitados na educação de uma criança, devem tender não a formar atletas, mas a conseguir homens saudáveis, isto é, devem procurar um fim puramente higiénico [...] [para] resistirmos à doença e às causas deprimentes e desorganizadoras tanto individuais como da nossa raça, em nos tornarmos aptos para o trabalho, seja ele moral, físico ou intelectual, e sermos produtivos e consequentemente úteis ao bem da comunidade [...]»[203].

---

199 *Ob. cit.*, p. 11.

200 «A Educação Física – Os ginastas». In *As Farpas*. vol. VIII, p. 229.

201 *John Bull. Depoimento de uma testemunha*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1887, p. 187.

202 Cf. OZOUF, Mona - *L'École, l'Église et la République*, p. 15 e ss..

203 REIS, Luís Norberto de Sousa de Almeida - *ob. cit.*, p. 115. Veja-se ainda o artigo de Paulo Lauret intitulado «Gymnastica e Hygiene». In *O Gymnasta*, nº 1, 26-3-1882, p. 1.

Regenerar a raça passava inevitavelmente pela promoção do exercício físico. Foi com esse objectivo que *O Século* lançou em 1908 uma intensa propaganda sob o lema «Regeneremos a raça», visando detectar e combater as causas da decadência rácica portuguesa. Em suma, «como a educação moral, a educação física regenera por meio dos indivíduos, as raças e as nações, mas se em relação à educação moral, o efeito da acção educativa é no indivíduo pouco sensível para só vir a acentuar-se com efeito no carácter da raça, é-o muito mais na educação física, embora os seus resultados apenas se acentuem com saliência bem definida, no robustecimento do grupo: assim, estas duas espécies de educação – verdadeiras higienes da alma e do corpo – concorrem, por intermédio do indivíduo para o aperfeiçoamento da nação»[204].

As associações republicanas salientaram, através de conferências, a importância da ginástica e da higiene, esta última vocacionada essencialmente para a classe operária. Note-se que tanto no programa curricular da Universidade Livre de Lisboa de 1904, como na Universidade Popular de 1907, constava o tema da Higiene. A Associação de Instrução Popular, da Figueira da Foz, organizou, em 1908, uma série de prelecções sobre «Higiene» e o Centro Eleitoral Republicano de Santarém animou, em 1908, uma série de conferências sobre o mesmo tema. Mas mais relevante ainda, foi a materialização destes preceitos, através do estabelecimento de aulas de ginástica, sobretudo sueca pelo método de Ling, método divulgado por cursos organizados, em 1908, na Associação de Médicos Portugueses, dirigidos por Reis Santos e Pinto de Miranda. Para demonstrar a importância do desporto, a Tuna Democrática Portuguesa organizou um sarau com exibições de trapézio à Leotard, argolas, esgrima, assalto à espada francesa e forças combinadas e a Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas concluiu um sarau com forças combinadas e «demonstração da maneira de se defender na rua»[205].

---

[204] COELHO, J. Augusto - «Espécies de educação e diferença entre educação e instrução». In *Educação Nacional*, 18-1-1903, p. 114.

[205] Cf. *A Lucta*, nº 1712, 22-9-1910, p. 2.

Foram institucionalizadas práticas higienistas: banhos, como os da Trafaria dedicados às crianças pobres, por iniciativa das juntas de paróquia republicanas da capital ou a grande sala de banho que a Cantina Escolar de Alcântara, inaugurou a 25 de Julho de 1909; vacinas, para o que o Centro Republicano da Pena criou, em 1907, um posto de vacinação gratuito. De igual modo o Centro Henriques Nogueira, em 1910, vacinava as crianças da sua escola e o Centro Escolar «A Lucta», de Queluz, estabeleceu um posto médico gratuito para os seus alunos; e passeios, como os passeios higiénicos que, em 1908, a Comissão Escolar do Centro Republicano do Socorro, organizou, para as crianças. Para a inoculação da noção de higiene como dever, os alunos da já citada Associação Infantil do Grémio Republicano de Alcântara ficavam sujeitos a multas de 5 réis, revertendo estas a favor do cofre comum, «por transgressões de preceitos higiénicos tais como escarrar no chão, entornar tinta, ter as unhas sujas, não estar bem lavado, não cuidar dos cabelos, dos dentes, etc.»[206]. Interessava, assim, a transmissão vivificada de uma moral higienista, pese embora a temática da higiene tenha sido abordada numa perspectiva multímoda: higiene das grávidas, das mães, das crianças, da habitação, da alimentação e higiene mental. Assinale-se o contributo para a vulgarização dos preceitos higienistas da publicação, a partir de Agosto de 1909, da revista *A Hygiene Popular*, dirigida por Pedro Muralha e que contava com a colaboração, entre outros, de Ricardo Jorge e António José de Almeida.

A questão do higienismo não se circunscrevia ao domínio privado, mas alastrou-se à esfera pública e social. Era fundamental a higiene urbana, no espaço de trabalho, o número de horas de trabalho e o descanso semanal. Na base da decadência da raça estiveram causas consideradas hereditárias, principalmente o alcoolismo, mais presente nas classes pobres[207]. Em palestra realizada a 7 de Fevereiro de 1909, no Centro Republicano da Pena, Eusébio Leão enumerou os malefícios do álcool, entre os quais «os seus

---

[206] *A Lucta*, nº 1401, 12-11-1909, p. 2.

[207] Este assunto foi abordado em conferência a 21 de Junho de 1908, no Centro de Propaganda Liberal de Setúbal, por Belarmino de Abreu (Cf. *Germinal*, nº 225, 14-7-1908, p. 1).

efeitos perniciosos no indivíduo, na família e na sociedade» e a sua relação «relativamente à loucura, crime e à degeneração da raça»[208].

Posto isto, consideramos que a paideia republicana propunha «dar às crianças uma educação total e optimista que, incidindo sobre o corpo, pela higiene e pela ginástica, e sobre a alma, pelo ensino cientificamente adequado e pela educação moral e cívica, regenerasse a raça e formasse 'o carácter dando-lhes energia bastante para vencerem os factores que estavam a degenerar a raça nacional'»[209]. Por isso, fortalecer o corpo pelo exercício físico e higiene não era apenas um acto individual. Antes, constituía uma atitude cívica, patriótica e altruísta, consonante com a moral social democrática. E foi esse patriotismo, ainda que inspirado no modelo francês, que presidiu à educação para-militar transmitida em algumas associações democráticas, pela prática do tiro e da esgrima.

Subjacente aos diversos e complementares domínios da educação republicana, assim como às estratégias que nortearam a sua divulgação e inoculação, esteve uma visão experimentalista do futuro cidadão e sobretudo da criança. Na concepção pedagógica democrática educar equivalia à arte de «fabricar cidadãos». António Moura, no jornal *A Verdade,* de Tábua, registava criticamente a atitude «enformadora» dos centros antidinásticos: «os republicanos não ensinam os filhos do povo, para darem luz aos pequeninos cérebros em trevas. [...] Eles ensinam os filhos do povo, mas é com a condição, é com a mira de *fazer deles republicanos*, e de fabricarem de antemão essa carneirada cega e obediente, que poderá ser tudo, menos eleitores de um país livre. Ensinam-nos nas escolas dos centros, mas pedem-lhes *em paga*, de que, quando forem homens, *lhes dêem votos!*»[210].

Edificada a partir do Positivismo e do evolucionarismo de Spencer surge a psicologia experimental, divulgada por Wilheim Wundt, também denominada por pediometria, pedologia ou pedagogia positiva. Através desta ciência da educação «on arrivera à determiner la nature exacte de chaque

---

[208] *Vanguarda*, nº 4338 (7209), 7-2-1909, p. 1.

[209] CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. II, p. 445.

[210] «Os políticos da minha terra». In *A Verdade*. nº 6, 9-9-1909, p. 1.

esprit, ses propriétés [...]. La science fournait les recettes et on fabriquerait des hommes comme on fabrique autre chose et on les ferait fonctionner d'aprés leurs marques de fabrique»[211].

Na escola pediométrica, ou «escola moderna», inseriram-se alguns pedagogos republicanos, entre os quais destacamos o professor conimbricense Alves dos Santos, que conferia à psicologia experimental uma dupla missão: «por um lado, ajudar a constituir as bases de uma 'pedologia nacional' que permitiria conhecer as características psico-somáticas da criança portuguesa nas diversas fases do seu crescimento; por outro, iria constituir um instrumento de modelação da congenitude da criança portuguesa porque possibilitava a realização de diversas experiências laboratoriais tendentes a eliminar a tradicional passividade e abulia do homem português»[212].

A crença na acção moldeadora da pedagogia positiva, encarando as crianças como «un object parmi des autres objects»[213], plasmou-se nos *curricula* e nos objectivos que regulavam o funcionamento das escolas republicanas, nomeadamente as infantis. O ensino das crianças era estruturado à imagem da sociedade democrática, em que a escola representava uma «micro-sociedade», espécie de balão de ensaio, onde se preparavam as crianças para o exercício da cidadania, de acordo com a pedagogia de Georg Kerschensteiner e de Durkeim. Desde cedo, os futuros cidadãos robusteciam-se fisicamente, educavam os órgãos dos sentidos, adquiriam habilidade manual, desenvolviam os sentidos morais (solidariedade, disciplina, ordem, justiça, dignidade, consciência do direito e do dever e capacidade de trabalho), incrementavam a inteligência e harmonizavam as diferentes capacidades, físicas, intelectuais e morais. O empenho republicano na educação da infância é resultado da expectativa em enformar os futuros cidadãos, sob o signo da infalibilidade da ciência.

---

[211] CANET, Louis - *Critique du Laicisme ou comment se pose le problème de Dieu*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1948, p. 338.

[212] Garrido, Álvaro - «A Utopia Pedagógica de Alves dos Santos (Lente Republicano: 1866-1924)». In *Ensaios de Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 336.

[213] CANET, Louis - *ob. cit.*, p. 339.

Sendo assim, o pensamento pedagógico democrático privilegiou o ensino infantil em duas vertentes: a educação «pré-primária» e primária. Note-se que uma das medidas educativas imediatas da 1ª República foi a separação do ensino infantil do primário, consagrada no decreto-lei de 29 de Março de 1911. No âmbito da educação das crianças dos 3 e aos 7 anos de idade o movimento republicano encetou importantes esforços no sentido da introdução do «ensino maternal». A ideia das escolas maternais terá partido do anarquista Campos Lima que, em 1906, fundou a Escola Livre em Coimbra, inspirada na comuna escolar «La Ruche» de Rambouillet (Paris). Esta iniciativa foi seguida por Ilda Jorge e um grupo de professoras que projectaram a instalação da Escola Maternal para crianças dos 3 aos 7 anos segundo o método de Fröebel. Em 1907 inicia-se uma campanha de angariação de fundos e de divulgação das finalidades da Escola Maternal, através de conferências e publicações, entre as quais, o *Jornal dos Pequenitos*, dirigido por Ana de Castro Osório, dado à estampa em 1907.

Segundo Borges Grainha, em conferência pronunciada na Sociedade de Geografia, a 13 de Abril de 1907, sob o título «Escolas Maternais e Jardins-de-Infância», era preciso reconstruir uma pátria nova: «Como? formando uma nova geração: indo quase buscá-la ao berço, para que venha pura». Constituía, assim um prolongamento da «'maternidade biológica' numa forma superior de maternidade: a sociológica». E conclui: «é bom portanto que se saiba que nos jardins-de-infância as crianças são as plantas e o professor o jardineiro»[214]. Acresce ainda, como defendera Manuel de Arriaga em conferência pronunciada na Sociedade de Geografia a 10 de Maio de 1907, sob o título «Escola Maternal», que a educação maternal das crianças em instituições democráticas serviria para as «arrancar da nebulosa do Cristianismo e prepará-las para o amor e justiça que constituem a Humanidade»[215]. Também Maria Veleda é desta opinião: «As escolas maternais que neutralizem a acção perniciosa, derivante dos asilos e das creches onde as pobres crianças não aprendem outra coisa que não seja cantarolar terços, benditos e ladainhas!

---

[214] Cf. *Vanguarda*, nº 3737 (6008), 14-4-1907, p. 3.

[215] Cf. *Vanguarda*, nº 3764 (6635), 11-5-1907, p. 1.

As escolas maternais, com o seu jardinzinho anexo, para desenvolver nas crianças o amor pelas coisas lindas da natureza, com os seus canteiros que elas próprias cultivem a água e a terra com que brinquem e com que se lhes podem incutir tantas ideias e tantos conhecimentos úteis [...]»[216].

Nas palavras da livre-pensadora ressoa a influência do projecto froebeliano do *Kindergarthen*. O princípio subjacente aos jardins-de-infância, segundo Fröebel, consistiu no pleno convívio das crianças com a natureza. Deste modo, contactariam com uma das obras mais magnificentes e aprendiam a cuidar de si próprias, cuidando das plantas. É certo que a capitalização republicana do projecto do pedagogo alemão só poderia ser alcançada mediante a secularização da escola. Porém, o conceito básico dos jardins--de-infância compaginava-se com o discurso pedagógico democrático: comungar da natureza, desenvolver as capacidades de aprendizagem prática e intuitiva – em oposição ao método teórico de memorização do ensino «jesuítico» –, vivificar a fraternidade, o altruísmo, adquirir hábitos de trabalho e adestrar as habilidades manuais. Em conclusão, a Escola Maternal desempenharia «a dupla missão educativa e de solidariedade prática»[217].

Na arquitectura do projecto escolar republicano, os jardins-de-infância e o ensino «pré-primário», situavam-se na fase preparatória do ensino primário. O analfabetismo em Portugal – que em 1900 rondaria os 80% – era, indubitavelmente, a grande pecha que urgia reduzir. Neste ponto de vista, a inteligência democrática dava continuidade à perspectiva liberal e romântica. Com o fito de combater o analfabetismo foi criada a Liga Nacional de Instrução, em 1907, cujo modelo foi haurido da Ligue d'Enseignement, fundada por Jean Macé. A Liga, presidida por Consiglieri Pedroso, estabelecia como primeiro objectivo «acabar com o analfabetismo aviltante que nos degrada», para o que iria fazer o «cadastro do analfabetismo»[218]. Além disso, os Congressos Pedagógicos, organizados pela Liga em 1908 e 1909, debateram a questão do analfabetismo como tema primordial.

---

[216] *À Conquista*, pp. 69-70.

[217] *Idem,* p. 70.

[218] Cf. «Liga Nacional de Instrução». In *Portugal Novo. Revista de vulgarisação scientifica*. nº 1, 20-4-1907, p. 15.

Dotar as crianças e adultos dos conhecimentos mínimos para ler, escrever e contar constituiu o grande desafio para a escola republicana. Nos centros escolares a oferta lectiva incidiu sobre a instrução primária, para ambos os sexos, com aulas diurnas e nocturnas. Por seu turno, o discurso democrático difundiu, principalmente em prelecções, a apologia da alfabetização em sintonia com a laicidade, gratuitidade e obrigatoriedade do ensino.

No analfabetismo radicava uma das causas mais graves da decadência nacional, como Antero de Quental e Adolfo Coelho haviam sublinhado nas Conferências do Casino realizadas em 1871. Para o liquidar, o movimento republicano aplicou e divulgou o método João de Deus, através da *Cartilha Maternal,* considerada por Manuel Laranjeira como uma «forma de ensinar a ler sem violentar o espírito, nem desmoralizar a inteligência de quem aprende; de ensinar a ler facilmente, espontaneamente, naturalmente, nem enfastiando, antes deleitando o discípulo [...]»[219].

Com base no método João de Deus foi criada, em 1882, por iniciativa de Casimiro Freire e do jornal *O Século*, a Associação de Escolas Móveis, cujo contributo para o combate ao analfabetismo foi o mais visível e quantificável entre as instituições escolares democráticas. Esta agremiação estabeleceu missões ambulantes de alfabetização em vários pontos do país, – muitas das quais funcionaram em clubes antimonárquicos – e difundiu, por meio de conferências, o método de João de Deus.

Depois da aprendizagem da leitura e da escrita, o processo de instrução dever-se-ia estender a outros domínios do saber. As crianças adquiriam conhecimentos na área das Línguas, Ciências Humanas (História e Geografia) e, sobretudo, nas Ciências Exactas. Em complemento, com vista à organização de um ensino primário integral, foi enfatizado o exercício do trabalho manual, artístico e o ensino profissional, principalmente destinado aos operários.

A demopedia republicana, suportada na crença da função regeneradora das elites, caucionou o apoio do professorado ao projecto democrático.

---

[219] *Boletim de Propaganda da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escola.* nº 2, Outubro-Novembro-Dezembro, 1910, p. 11.

Significa isto que o republicanismo destinou aos professores um papel ideológico insubstituível na formação e consolidação do novo regime e mundividência. Além disso, combateu a detenção monopolista do ensino pelo clericalismo e denunciou a precariedade económica e profissional da classe. A situação económica e profissional do professorado constituiu uma das linhas-força no atinente à questão do ensino: no I Congresso Pedagógico de Instrução Primária, realizado sob os auspícios da Liga Nacional de Instrução, a «preparação, escolha, nomeação, promoção, ordenado do professor primário» figurou como o 11º ponto na ordem de trabalhos[220]. Em 1910, no Congresso Nacional organizado pela Liga Naval, concluiu-se pela «necessidade de melhorar as condições materiais, morais e científicas do professorado, de modo a que o professor seja apenas professor e um educador na acepção completa do termo»[221]. Consequentemente, o ideário republicano exerceu grande atracção junto do professorado, a quem caberia o «sacerdócio» laico da «igreja cívica do povo» – a Escola. «O instrutor deveria ser não só agente veiculador de conhecimentos, mas também mestre da moralidade cívica, o que quer dizer que a revolução laica via no professor e na escola os sucessores (e os sucedâneos) do padre e da Igreja»[222].

2.5.1. A História

«De todas as ciências modernamente cultivadas, não há nenhuma que tenha o condão de atrair tanto as atenções, como a história»[223]. Começava assim a primeira conferência do ciclo «As grandes épocas da história universal», proferido por Consiglieri Pedroso, na Associação dos Jornalistas em 1883.

---

[220] Cf. *Vanguarda*, nº 3953 (6824), 16-1-1908, p. 2.

[221] *A Educação Popular. Publicação mensal, Litteraria, Educativa e Annunciadora propriedade da Sociedade Promotora de Educação Popular,* nº 13, Junho, 1910, p. 2.

[222] CATROGA, Fernando - *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal*. vol. I, p. 209.

[223] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal*. Porto: Livraria Civilisação de Eduardo da Costa Santos – Editor, 1883, p. 12.

A história concitou o interesse da generalidade das ideologias oitocentistas, pois devemos ter presente que no século XIX se sublinhou a «sociedade--memória», em que através da historiografia e do «prestígio dos historiadores os poderes fomentaram várias liturgias de recordação, tendo em vista socializar e enraizar a(s) nova(s) memória(s) em construção (ou em processo de refundação)»[224].

A incessante presença da Clio no discurso democrático ficou exarada nos anais da literatura pela indelével e irónica pena de Eça de Queirós. Na obra *A Capital,* o escritor relata uma passagem em que Artur, a convite de Nazareno, assiste à inauguração de um clube republicano. Eis quando «um homem de idade, muito feio [...] com um caderno de papel na mão» se levantou e disse: «– Eu pensei que neste dia de inauguração, seria conveniente ler algumas páginas, que pusessem diante do espírito de todas as fases que tem a Liberdade». E começou a ler: «se remontarmos aos tempos quase mitológicos, encontramos o primeiro mártir da liberdade, pregado sobre um rochedo, e tendo o fígado devorado pelo bico de bronze de um incansável abutre»[225]. A génese do martírio da liberdade remontava a Prometeu... E continuou a percorrer a história, num discurso de várias horas. O autor dos *Maias* captou com argúcia e humor a contaminação do discurso democrático pela Clio e mesmo o carácter prometeico da República. Mas como se explica o ênfase concedido à história na popularização cultural democrática?

Antes de mais importa esclarecer que o lugar da história nas acções de culturização popular se revestiu de um cariz multímodo. Por um lado, serviu de mote a inúmeras conferências e elóquios, especificamente proferidos acerca desta temática. Por outro, o historicismo constituiu uma importante fonte de argumentação sobre múltiplos assuntos divulgados. Cada temática abordada era, por norma, alvo de historização. Indicamos apenas alguns exemplos ilustrativos do poder argumentativo da história: A 16 de Outubro de 1881, Feio Terenas falou sobre «Os municípios». O teor da sua conferência incidiu sobre «os municípios da Antiguidade; na Idade Média; depois

---

[224] CATROGA, Fernando - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 57.

[225] *A Capital*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», s.d., pp. 251-252.

da reforma dos forais; transformações porque têm passado as leis da administração; análise à reforma administrativa de José da Silva Passos, comparadas com as reformas administrativas de Costa Cabral»[226]. Na Associação Escolar e Eleitoral Pinto Ribeiro, Teófilo Braga proferiu uma conferência, a 7 de Março de 1883, sobre «a situação do operariado». O orador «historiou a situação do operariado desde o Império Romano até aos nossos dias»[227]. Agostinho Fortes orou, a 14 de Abril de 1907, na Associação de Classes dos Corticeiros, sobre «A Democracia». Falou sobre «a democracia na Grécia Antiga, em Roma, da Idade Média. Neste período nasce a democracia moderna nas comunas. A reforma religiosa contribui para discutir a autoridade divina e para elevar a autoridade humana». Abordou ainda «os contributos para a democracia: a revolução de 89 e a declaração dos direitos do homem»[228].

Por outro lado, a história continha uma evidente utilidade social, e mesmo político-ideológica, na medida em que só com a criação de novas memórias (neste caso, da memória republicana) se poderia edificar uma entidade espiritual renovada, ou seja, uma nação verdadeiramente republicanizada.

Conforme o pensamento iluminista, acreditava-se que o transcurso do homem evoluía de acordo com um telos ôntico, em direcção ao progresso e à perfectibilidade humana. Inserido neste horizonte historicista, o programa do «Curso Livre de História Universal» para o ano de 1908, ciclo de conferências proferidas por Agostinho Fortes, na Academia de Estudos Livres, registava como palestra última «A lei da perfectibilidade humana, única a que obedece a humanidade». A derradeira prelecção estabelecia a síntese das anteriores e aglutinava o sentido que norteou o teor da série. E no programa para o mesmo curso de 1909, o historiador especificava que a finalidade da divulgação histórica era perscrutar a orientação progressista da teleologia humana, para que fosse comprovada a «marcha ascensional da civilização para o cosmopolitismo e para a paz»[229].

---

[226] Cf. *O Século*. nº 232, 13-10-1881, p. 2.

[227] Cf. *O Século*. nº 659, 3-3-1883, p. 2.

[228] *Vanguarda*. nº 3738 (6609), 15-4-1907, p. 2.

[229] *Vanguarda*. nº 4217 (7088), 8-10-1908, p. 2.

Esta perspectiva remete para uma visão de tempo linear (judaico-cristã) que na modernidade acolheu um sentido optimista de progresso. E deste modo, o historicismo republicano reactualizava o progressismo de Condorcet, para quem «as esperanças quanto à condição futura da espécie humana [se reduziam] a estes três pontos importantes: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade num mesmo povo; e, finalmente, o aperfeiçoamento real do homem»[230].

Contudo, à luz do republicanismo, a gesta progressiva da história não evoluía numa linearidade tão determinada como as palavras do iluminista deixam perceber. O seu percurso foi aparentemente entrecortado por momentos de decadência e de regeneração, ou seja, por *corsi* e *ricorsi*, segundo a filosofia da história viquiana, divulgada por Michelet na segunda metade de Oitocentos. E se o momento vivido era de incontornável decadência (fim de um *corsi*), a emergência auspiciosa da República daria início a um *ricorsi* de regeneração.

Para além da perspectivação da história enquanto transcurso evoluente, importa equacionar a reflexão que a historiografia democrática produziu sobre a história enquanto ciência. Neste domínio o pensamento historiográfico não foi uníssono, tendo comportado leituras mais próximas ou mais distantes da ortodoxia comteana. O sentido do percurso histórico, traduzido na lei dos três estados, provinha da evolução do espírito humano a caminho da cientificação dos fenómenos mais complexos e menos gerais, isto é, os factos sociais. Sendo o homem um prolongamento da natureza, as ciências sociais e humanas regiam-se pelas mesmas leis da natureza e das ciências exactas. Logo, a história, também ela validada pelos historiadores republicanos como ciência humana e social, «estuda *tanto quanto possível* as leis que regem os factos sociais. [...] É evidente que o desenvolvimento histórico tem leis, e regula-se por princípios fixos e rigorosos, tão fixos e tão rigorosos como os que regem os fenómenos biológicos, embora as condições especiais do facto social imprimam a essas leis, ou antes à sua manifestação, uma feição especial e por vezes particularíssima»[231]. Em conferência de abertura

---

[230] *Apud* GARDINER, Patrick - *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 69.

[231] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal,* pp. 36-37.

do ciclo dedicado à história, realizado por Ginestal Machado, no Centro Republicano de Santarém (6-12-1908), o orador propunha-se abordar «o carácter específico da história, derivado da natureza e dos fenómenos que formam o seu objecto»[232].

Lida literalmente, a opinião de Consiglieri Pedroso, poderá induzir a uma concepção *cientista* (e legalista) da história como trajecto de sucessão factológica passível de rigorosa cientificação, tal como qualquer fenómeno de ordem física ou biológica. E o mais possível, o historiador deveria exercer um papel neutro na revelação das *res gestae* (Von Ranke). Mas, na verdade, o professor do Curso Superior de Letras reconhecia que no processo hermenêutico esse cientismo dificilmente ficaria imune à interferência, ainda que involuntária, de uma dose de subjectivismo, ao referir que «por mais severa com efeito que seja a educação do historiador, por mais que ele se haja precavido contra as sugestões *a priori* que podem desviá-lo do seu caminho, por mais que ele tenha procurado evitar a influência da sua personalidade, sempre na apreciação da importância de uns certos factos históricos entrará, mau grado seu, uma tal ou qual subjectividade, que não pode deixar de introduzir um elemento de erro nessa apreciação»[233].

Todavia, a história continuava a ser uma ciência de matriz positiva e legalista «que descreve os factos, que se passam no seio das sociedades humanas civilizadas, no tempo e no espaço, e estuda tanto quanto possível a lei ou leis a que todos esses factos obedecem na sua manifestação»[234]. Desta noção, de algum modo subsidiária do comtismo, retiramos uma evidente conclusão: segundo a historiografia republicana, a Clio constituía efectivamente uma ciência, podendo alcançar leis de acordo com o paradigma das ciências da natureza.

Assim, qual o lugar da história no universo espistemológico? Neste ponto, muitos dos historiadores democráticos afastaram-se da hierarquização positivista. Comte não atribuiu à Clio estatuto científico, conferindo-lhe apenas uma posição acessória em relação à sociologia, porque a cientificação dos fenómenos sociais era indissociável de uma visão dinâmica da sociedade

---

[232] *O Debate*, nº 50, 7-12-1908, p. 2.

[233] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal,* p. 40.

[234] *Idem*, p. 32.

conferida pela história. E se Teófilo Braga, ao rever na história a face descritiva da sociologia, se aproximou de uma leitura ortodoxa do comtismo, outros historiadores republicanos divergiram dessa posição. Foi o caso de Consiglieri Pedroso. O historiador considerava que pela sua dimensão totalizante, porque o seu objecto «é o homem na complexidade das suas funções sociais, na totalidade da vida de relação com os seus semelhantes através do tempo e do espaço»[235], a história tinha um estatuto científico superior às restantes ciências sociais e equivalente à sociologia.

Mas Agostinho Fortes foi mais longe. Na conferência inaugural da série «Lições da História Universal», proferida em 28 de Janeiro de 1909, equiparava a sociologia à geografia, corologia, epigrafia e numismática, no corpo das ciências subsidiárias da história. O mesmo autor havia dedicado no ano anterior uma palestra ao tema: «A história e a sociologia. Grave erro da sua separação cometida por muitos sociólogos»[236].

Além de ciência, a história era igualmente, na perspectiva do presidente da Sociedade de Geografia, «um drama que nos impressiona pelo seu lógico encadeamento e pelas suas variadas peripécias»[237]. Ora, no contexto finissecular, a dramaticidade da história ganha nova acuidade, reanimada sobretudo pelo evolucionismo de Lamarck e transformismo de Darwin que consignava o «dramatismo» da luta de espécies e da selecção natural. O olhar republicano sobre a história pátria traduziu a luta dramática entre a liberdade (republicanismo) e a opressão (Trono e Altar).

De acordo com o historicismo democrático, a gesta colectiva consistia num processo de evolução cosmopolita. Assim se explicam, os vários ciclos de conferências dedicados à história universal. Registámos cinco ciclos de história universal organizados em Lisboa. Em 1883, as «Grandes Épocas da História Universal», por Consiglieri Pedroso, na Associação dos Jornalistas; em 1900, no Círio Civil da Estrela, Heliodoro Salgado organizou o «Curso Livre de História» e em 1908, 1909 e 1910, na Academia de Estudos Livres, decorreram as «Lições de História Universal», da responsabilidade de Agostinho Fortes.

---

[235] *Idem,* p. 16.

[236] Cf. *Vanguarda,* nº 4217 (7088), 8-10-1908, p. 2.

[237] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal,* p. 16.

Nos programas publicados, relativos às séries de palestras, ecoava o sentido que presidiu ao conteúdo das prelecções que, justamente, coincidia com a leitura geral sobre a marcha civilizacional e a finalidade (previsibilidade) nela contida. Por isso, a linha orientadora que norteou a focalização da história universal, pressupunha a demonstração da perfectibilidade humana. Como exemplo, recorremos ao programa genérico das «Lições de História Universal» de 1908 que agrupava as civilizações de acordo com o seu contributo para o progresso ecuménico: «Tempos pré-históricos; [...] Civilizações particularistas, o Oriente; Civilizações irradiantes, Grécia e Roma; Período de sincretismo, os tempos medievais; Civilizações cosmopolitas ou oceânicas, os tempos modernos»[238].

Já o programa para 1909 clarificava os núcleos civilizacionais: «As civilizações isoladas, Egipto, Índia, Caldeia, Pérsia, China; Civilizações expansivas mediterrâneas, Fenícios Gregos e Romanos; Civilizações cosmopolitas e oceânicas, Portugal, Espanha, Inglaterra, Alemanha»[239]. Este leque variado de civilizações inscrevia-as nos *povos de civilização* (*Kulturvoelker*), aos quais pertenciam «as nações civilizadas, ou as raças progressivas, isto é, essa brilhante plêiade de povos que desde a mais alta antiguidade, divididos num certo número de famílias principais, tem assinalado a sua passagem pela face da terra, por uma série de grandiosas conquistas, quer no campo prático do comércio e da indústria, quer na esfera ideal das aquisições científicas, das concepções religiosas ou das criações da arte»[240]. O estudo da história universal era equivalente ao estudo da história da civilização.

Heliodoro Salgado, no «Curso Livre de História Universal», realizado no Círio Civil da Estrela, em 1900, obedeceu a idêntica perspectiva taxonómica, ao enquadrar no grupo de «civilizações isoladas: o Egipto, a Assíria, a Fenícia, a Judeia, a Índia, a Pérsia». Porém, considerava as civilizações clássicas como «civilizações cosmopolitas»[241]. A partir da emergência do Cristianismo, a visão historicista do livre-pensador obedeceu ao critério da

---

[238] *Vanguarda*, nº 3935 (6806), 29-12-1907, p. 3.

[239] *Vanguarda*, nº 4217 (7088), 8-10-1908, p. 2.

[240] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal,* pp. 33-34.

[241] *Vanguarda*, nº 1139 (3085), 8-1-1900, p. 1.

evolução da ciência e da secularização, como se depreende pelo núcleo restante do programa: «Cristianismo; Idade Média; As Descobertas; A Renascença, A Reforma, As descobertas científicas do século XVII; A filosofia do século XVIII e a Revolução; O século XIX: sua obra, suas contradições, suas tendências; A monarquia portuguesa»[242].

Note-se todavia, que o ângulo republicano de abordagem histórica das sociedades, não subsumiu as especificidades nacionais e locais, apesar da obediência ao princípio totalizante do progresso. E, tal como no domínio da sociologia, também na história a influência biologista se fez sentir. Por conseguinte, a abordagem evolutiva das sociedades, deveria sopesar a influência do meio, ou seja, das condições mesológicas, como factores condicionadores e modificadores do homem. A esta perspectiva não terá sido alheio o eco do pensamento de Taine e da tríade de influências que consignou. As características de qualquer indivíduo ou povo devem-se aos factores da «raça», «meio» e «momento». Eça de Queirós na conferência «A literatura nova (O Realismo como nova expressão da arte)», integrada nas Conferências do Casino de 1871, subdividira-as em *causas permanentes* e *causas acidentais ou históricas*. «As causas permanentes são as que residem no solo, no clima, na raça; as acidentais provêm duma certa ordem de ideias que formam os diversos períodos históricos e determinam os costumes»[243]. Sobre esta temática dedicou Agostinho Fortes uma conferência do «Curso de História Universal» de 1909, intitulada «Factores dos fenómenos históricos: raça, clima, meio etc.»[244]. De igual modo, Consiglieri Pedroso aduziu ao estudo histórico das sociedades «as descobertas da mesologia» que abordaram «o homem, considerado como ser social, a unidade elementar da história, e relacionando-se-lhe pela sua natureza animal com as várias ciências biológicas, estando como indivíduo sujeito a diversos estímulos do mundo físico»[245]. Esta posição foi corroborada por Agostinho Fortes quando, em conferência proferida na Associação de Classe dos Caixeiros de

---

[242] *Idem*.

[243] JÚNIOR, António Salgado - *História das Conferências do Casino (1871)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930, p. 51.

[244] *Vanguarda*, nº 4217 (7088), 8-10-1908, p. 2.

[245] PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal,* pp. 44-45.

Lisboa, esclareceu que «o conhecimento histórico de um povo importa essencialmente para a determinação do modo de ser nacional, tanto quanto possível em fenómenos sociais, da marcha das nacionalidades»[246]. Considerava ainda Agostinho Fortes que «para a História de Portugal devemos estudar os elementos étnicos que contribuíram para a fundação da nossa nacionalidade». Terão sido, segundo o conferencista, duas tribos: os Lusones (provenientes dos Celtiberos) e os Salaicos. Conclui-se que crença na acção do meio sobre os povos «implicava a necessidade de estudar as sociedades não só relevando a sua hereditariedade étnica e histórica (garantida pela linguagem e pela cultura), mas também as suas relações com o meio em que se desenvolveram (e desenvolvem), única via capaz de superar o conceito de evolução metafisicamente fundamentado (à maneira de Hegel)»[247].

Uma abordagem completa da história social, estando as sociedades condicionadas por factores específicos de vária ordem, impunha o estabelecimento de uma relação de interdisciplinaridade com outras ciências e a busca de um método de matriz científica. Na impossibilidade de recriar os factos do passado, de os reobservar ou dos reexperimentar, Consiglieri Pedroso trasladou o método histórico-comparativo, aplicado inicialmente à sociologia por Comte, para o domínio da história. Este método consistia «na aproximação e comparação de factos análogos, para desta comparação deduzir lei ou leis que os regem, conhecendo-se as relações que entre eles existem»[248]. Ao contrário da zoologia ou da botânica, «a história só pode comparar factos entre os quais haja um laço de filiação, isto é, factos não só da mesma ordem, mas entre os quais exista uma relação de parentesco, ou este parentesco seja o resultado de uma influência mútua ou provenha de qualquer um dos factos que se estude é uma evolução posterior ou paralela de outro ou de outros factos com os quais se compara»[249].

Se a história universal ocupou lugar de relevo no teor da popularização cultural republicana, a abordagem de maior expressão incidiu sobre a história

---

[246] Cf. *Vanguarda*, nº 3920 (6791), 13-11-1907, p. 2.

[247] CATROGA, Fernando - «Positivistas e Republicanos», p. 94.

[248] PEDROSO, Consiglieri - *Manual de História Universal*. Paris: Guillard, Aillaud e Cia, 1884, p. 10.

[249] *Idem*, p. 11.

nacional. Compreende-se. Além de inscrever a República no telos cósmico, o historicismo democrático visava filiá-la na lógica do transcurso da nação, manifestando uma notória influência romântica. Procurou-se evidenciar que a democracia (liberdade) esteve potenciada desde os primórdios da nação, tendo evoluído em constante conflito (drama) com a opressão (Monarquia/ Igreja). O sentido da interpretação dos acontecimentos da história pátria traduziu claramente uma leitura «filogenética» da República que forjava a criação de uma memória republicana. Por outras palavras, o enaltecimento conferido a determinados factos, figuras ou períodos históricos, em detrimento de outros, espelhou uma visão republicanizada e messiânica (providencial) da história em busca da sua memória legitimadora.

Assim, a Idade Média foi abordada como o período da emergência do municipalismo e da construção da nacionalidade, durante o qual se encetaram lutas regalistas entre os primeiros reis portugueses e «Roma e o clero maquinado que conseguiu a perdição de um rei»[250]. À Igreja era imputada a responsabilidade da deposição de D. Sancho II. Por seu turno, o reinado de D. Dinis foi enaltecido pelo «favor concedido à agricultura como fonte principal da riqueza pública. Fomento da Marinha e privilégios concedidos aos mareantes. Desenvolvimento literário e científico e fundação da Universidade»[251].

A revolução de 1383-1385 foi apodada de primeiro momento epopeico de afirmação da soberania nacional. D. Fernando era «um bom rei, fraco homem e desgraçado marido», vítima dos «cantos de sereia e fereza de mulher». Foi esta revolta a «primeira manifestação da vontade popular»[252]. A Nuno Álvares foi conferido um sentido épico pelo «grandiosíssimo feito da Batalha de Aljubarrota, cujo vencimento trouxe a consolidação da nacionalidade portuguesa»[253]. A valorização deste facto reflectiu-se ainda na atribuição do nome de Fernão Vasques a um clube republicano.

---

[250] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 29 de Abril de 1905.

[251] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 17 de Junho de 1905.

[252] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 27 de Julho de 1905.

[253] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 14 de Agosto de 1905.

O período das descobertas foi dos mais glorificados pela conversão de Portugal numa civilização cosmopolita. Igualmente, correspondeu a uma época de engrandecimento nacional e de desenvolvimento científico. Porém, a perda da independência significava o *terminus* do expansionismo e maculava a soberania e autonomia da nação portuguesa, já infamada desde o reinado de D. João III, pela entrada da «Inquisição e do Jesuítismo»[254]. Por isso, a Restauração foi de novo elevada à categoria de momento de afirmação nacional. Este acontecimento repercutiu-se também na nomenclatura dos clubes, através da criação da Associação Escolar e Eleitoral Pinto Ribeiro.

Na fase subsequente ao movimento restauracionista foi elogiada a obra reformadora do Conde Castelo Melhor e anatematizou-se o Tratado de Methuen, pelas suas «consequências desastrosas». O reinado do «rei magnânimo e fidelíssimo» ficou marcado pelo «amor ao divino e ao profano» de frades e feiras[255].

Da obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, o republicanismo rentabilizou o antijesuítismo. A celebração da expulsão da Companhia de Jesus deu origem a várias conferências dedicadas ao ministro de D. José, e sobretudo, ao centenário pombalino. Não surpreende que, durante a década de 80, tenha sido em 1882 que se registou o maior número de palestras anticlericais, muitas delas concitadas pela comemoração pombalina.

D. Maria I foi qualificada como «louca e demente», tendo estribado a sua actuação em Pina-Manique que padecia de «liberdade-fobia»[256]. Também o reinado de D. João VI foi invectivado, assim como a «deslealdade da Inglaterra»[257]. A fase inicial do vintismo foi enaltecida, tal como o triunfo liberal na guerra civil. O herói Gomes Freire de Andrade, mártir da liberdade,

---

[254] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 9 de Junho de 1906.

[255] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 17 de Abril de 1907.

[256] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 22 de Maio de 1907.

[257] Tema da conferência proferida por Agostinho Fortes na Academia de Estudos Livres, a 5 de Junho de 1907.

serviu também de denominação a um clube republicano. Conjuntamente com António José da Silva, foram rememorados como vítimas da opressão política e clerical.

Pelos exemplos expostos infere-se que todo o discurso historiográfico decorre do contexto em que é produzido, carreando uma ideologia, isto é, «um sistema de representações (ideias, imagens, mitos, valores e práticas) que se procura impor»[258]. Ora, o sentido ideológico incutido à história pelos republicanos apontava para a emergência democrática como momento de desenvolução do percurso nacional, correspondendo à irrupção da esperada Idade do Ouro.

Mas o esforço de popularização da Clio reverteu para além da propaganda legitimadora da República. Ao apresentar uma série de conferências sobre «História Pátria», realizadas em 1908, no Centro Republicano de Santarém, Ginestal Machado atribuiu «valor aos conhecimentos históricos como elementos de educação [...] de formação de caracteres e de benéfica influência para o conhecimento do verdadeiro patriotismo e de todos os sentimentos altruístas»[259]. Daqui se infere que à vulgarização da história presidiram objectivos de ordem educativa e nacionalista. Por um lado, o conhecimento da Clio integrava o indivíduo no telos humanitário e incutia-lhe a ideia de progresso. Por outro, conduzia-o à apropriação de um destino colectivo, e à união consensualista dos cidadãos em torno da pátria e, em última análise, em torno da República. Uma unanimidade, aliás, que resultava claramente reforçada pelas liturgias de recordação e socialização, ou seja, as comemorações.

A educação, como já foi referido, era indissociável da reprodução de valores morais, muitos deles inspirados nos exemplos históricos, o que conferia à Clio o papel moralizante (e ciceriano) de «mestra da vida». Assim o considerava Heliodoro Salgado na apresentação do «Curso Livre de História», realizado em 1900, no Círio Civil da Estrela. Reconheceu então que «não só vantagens intelectuais se encontram na história: há também a atender as

---

[258] TORGAL, Luís Reis - *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 21.

[259] *O Debate*. nº 50, 7-12-1908, p. 2.

vantagens morais. O estudo da história torna-nos mais doutos, mas também nos torna melhores. Dá-nos, pelo menos, as virtudes da paciência e da tolerância [...] a paciência necessária para esboçando em nossa mente uns determinados ideais podermos aguardar com toda a confiança dos crentes a hora oportuna da sua realização prática [...] e a tolerância perante opiniões divergentes da nossa»[260].

Foi com esse desiderato que Heliodoro Salgado organizou o ciclo de conferências em apreço, especialmente dirigidas ao proletariado. Em função do público receptor, o conferencista propôs-se veicular ideias simples e de fácil assimilação, num esforço de lídima popularização cultural. A demonstrá-lo, após a enumeração de diversos conceitos de história, sintetizou, «numa definição comesinha [...], [porque] era para os trabalhadores em especial que este curso se abriu», que «a história é a exposição sistemática dos conhecimentos adquiridos no estudo da marcha dos acontecimentos humanos»[261].

No decurso do período que permeia 1880 e 1910, foram inúmeras as conferências dedicadas à temática histórica. Além dos casos já aflorados, saliente-se ainda o ciclo de palestras organizado pelo Clube José Estevão em 1884. O interesse pela história fez-se também notar fora da capital. Como exemplos indicamos a série de prelecções realizadas no Centro Republicano de Santarém em 1908 e as «Lições de História Pátria», que tiveram lugar na Associação de Instrução Popular, da Figueira da Foz, em 1904.

A época que registou maior incidência de conferências alusivas à história foi, como fica evidente pelo gráfico apresentado, o derradeiro lustro da monarquia (Gráfico 11).

Este facto não pode ser isolado do reforço propagandístico em geral, mas também fica a dever-se à organização de vários ciclos de palestras por Agostinho Fortes – o grande popularizador da história – na Academia de Estudos Livres e, em menor escala, por António Ferrão.

---

[260] *Vanguarda*. nº 1140 (3086), 9-1-1900, p. 2.

[261] *Vanguarda*. nº 1140 (3086), 9-1-1900, p. 2.

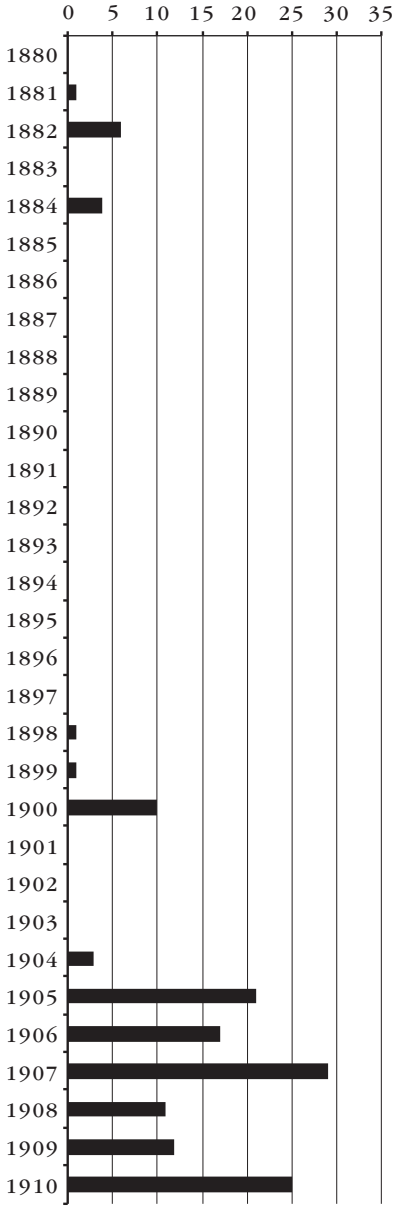


Gráfico 11 – Evolução do nº de conferências sobre a História

2.5.2. A Ciência

No período finissecular, as inovações na área da ciência e tecnologia geraram a crença inelutável na capacidade da razão humana em compreender e dominar o mundo. Alcançava-se assim «um planalto na cumeada do progresso. Os princípios gerais da ciência consideravam-se adquiridos e o chamado progresso material continuaria a sua inevitável marcha, logicamente determinado sem grandes sobressaltos»[262].

Considerando que o republicanismo foi, em última análise, um cientismo, compreendemos o empenho democrático em popularizar a ciência. Este esforço de vulgarização científica explica-se por várias razões. Por um lado, o estudo das ciências levaria, paulatinamente, à unissonância de opiniões, pois a sua «fixidez de princípios tende a fundar uma paz humana na unanimidade mental e a alargar as relações humanas em uma espécie de liga das populações avançadas em que a mesma educação será harmoniosa. [...] É portanto pela 'generalização' das ciências que se reconstruirão 'as opiniões populares' porque esses resultados científicos é que constituirão uma 'educação geral' que dá aos espíritos os princípios fixos de julgamento»[263]. Como referiu Gaspar Sentiñón no preâmbulo à tradução espanhola do livro de Büchner, *Ciência y Naturaleza*, «el fondamento primordial de la democratización de los pueblos es la democratización de la ciência para que sea una verdad la revolución en su base principal, la de las ideias»[264].

Por outro lado, e num horizonte de profundo optimismo (histórico e científico), a ciência permitia a demonstração *à outrance*, das potencialidades do homem em explicar racionalmente o mundo. Deste modo, desprender-se-ia de quaisquer explicações de matriz metafísica, mesmo para a resolução das grandes questões insolúveis, o que contribuiria para a emergência da mundividência laica. Exemplo disso foi a conferência proferida por Augusto

---

[262] BAPTISTA, António Manuel - *A Primeira Idade da Ciência. A Ciência no século XIX e tempo de D. Carlos I (1863-1908)*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 9.

[263] Conferência de Teófilo Braga na Escola Gratuita 31 de Janeiro, proferida a 1 de Dezembro de 1906. Cf. *Vanguarda*. nº 3617 (6478), 2-12-1906, p. 2.

[264] *Apud* NUÑEZ RUIZ, Diego - *La Mentalidad Positiva en España: desarollo y crisis*. Madrid: Tucar Ediciones, 1975, p. 38.

José Vieira no Ateneu Comercial de Lisboa, a 11 de Março de 1888, intitulada «Fora da ciência nada existe». A ciência permite que o homem associe o seu destino ao da natureza e ao da humanidade, interligando a história do cosmos com a evolução da natureza humana e o transcurso das civilizações.

Mas este imperialismo científico poderia também gerar um novo dogmatismo, uma vez que servia abusivamente como fonte de generalizações e de abordagens de índole totalizante. Por outras palavras, o cientismo opera a partir de uma «universalização homogeneizadora [...], recorrendo à generalização e ao deslocamento das metodologias e das linguagens específicas (embora não independentes) das ciências, para melhor esconder os limites hipotético-dedutivos das conclusões do conhecimento científico e, assim, legitimar, como científicos, os seus pré-conceitos e pressupostos ideológicos»[265].

A persuasão popular da força da ciência como única via de compreensão do universo e de substituição da religião residia na sua vulgarização no domínio do quotidiano, assunto a que foi dedicada uma sessão de instrução no Centro Escolar Rodrigues de Freitas, dedicada à «necessidade da vulgarização de conhecimentos científicos ao alcance de todas as inteligências», no dia 18 de Novembro de 1906[266]. A população-alvo só poderia interiorizar uma cosmovisão modelada pela ciência se fosse educada cientificamente através de demonstrações pertinentes, práticas e simples que trouxessem benefícios no seu quotidiano. E, na verdade, a sociedade finissecular foi inundada de descobertas científicas que melhoraram significativamente o *modus vivendi* das populações.

Dado o desenvolvimento científico da época, os conhecimentos popularizados pelo movimento republicano correspondem aos domínios da ciência em que se registaram progressos mais expressivos. No entanto, áreas científicas como a astronomia[267] e a sismologia ficaram a dever a sua divulgação a acontecimentos conjunturais, sísmicos ou cosmológicos que

---

[265] CATROGA, Fernado - *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003, p. 120.

[266] Cf. *Vanguarda*. nº 3604 (6465), 18-11-1906, p. 1.

[267] Dedicada à astronomia decorreu uma conferência em Tomar, na Biblioteca Municipal, a 11 de Fevereiro de 1883, orientada por Afonso Acácio Martins Velho, sobre as «Ideias gerais de cosmogonia e astronomia popular».

despoletaram a atenção no dealbar do século XX, vistos por muitos como sinais telúricos do fim do mundo. Referimo-nos ao terramoto de 23 de Abril de 1909, que assolou a região de Benavente, e parte do Ribatejo e ao aparecimento do cometa Halley, em Maio de 1910, sobre o qual foram proferidas quatro conferências: uma conferência foi proferida por Inocêncio Camacho, a 14 de Maio, na Caixa Económica Operária. As três restantes, foram da autoria de Duarte Leite e tiveram lugar no Porto, no Teatro Águia de Ouro, a 13 de Maio e no Centro Lordelo do Ouro, a 13 e 14 de Maio. Curiosamente, o devastador sismo coincidiu com a realização do 10º Congresso Republicano, em Setúbal, o que contribuiu para incendiar a propaganda apocalíptica desencadeada pelos meios clericais. Sobre a temática sismológica, Augusto José Vieira proferiu, a 2 de Maio de 1909, no Grémio Excursionista do Castelo, uma conferência sobre «Milagres e castigos divinos», e conjuntamente com Eugénio Vieira orou sobre a catástrofe no Centro Escolar Republicano João Chagas. Nesse mesmo mês, Teófilo Braga, Aurélio da Costa Ferreira e o padre Himalaia dissertaram sobre a causa dos terramotos, na Academia das Ciências. Quatro meses antes da ocorrência do sismo, no dia 23 de Janeiro, Joaquim José de Barros havia transmitido, na Liga de Educação Nacional, «As últimas conquistas da ciência sismológica».

O movimento republicano desenvolveu inúmeras acções de beneficência e auxílio às vítimas do terramoto: a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Escola Democrática, o Centro Eleitoral Democrático Elias Garcia, a Associação de Classe dos Professores Primários, o Centro Escolar Republicano João Chagas e o Centro Eleitoral Democrático Castelo Branco Saraiva abriram subscrições; a Academia de Estudos Livres promoveu uma visita a Benavente; a Associação de Registo Civil organizou um passeio fluvial do Cais do Sodré a Vila Franca de Xira e a Caixa Económica Operária realizou um sarau literário (Gráfico 12).

Mais de metade das palestras versaram sobre temas ligados à medicina e higiene. Incidiram em diversos aspectos da vida individual e colectiva, abordando questões como a assepsia no vestuário, no corpo, na alimentação, na habitação, no trabalho e na escola. Foi também enfocada a higiene das grávidas, das crianças (pela difusão da puericultura) e o método higiénico de pasteurização do leite. Por sua vez, associou-se a higiene mental

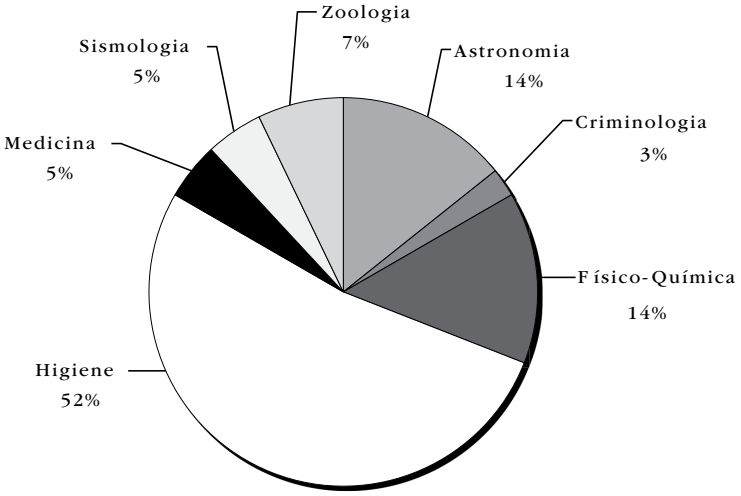


Gráfico 12 – Principais domínios científicos popularizados

ao problema do álcool e à criminologia e alertou-se para a importância da vacinação, sobretudo das crianças.

O esforço de popularização democrática da higiene visava, como já sublinhámos na abordagem sobre a problemática do ensino, superar a decadência fisiológica da raça portuguesa em ordem a regenerá-la. Mas reflecte, igualmente, uma nova consciência finissecular da importância da higiene para a saúde, individual e social, na sequência dos avanços da bacteriologia e microbiologia. Com efeito, os progressos coevos na área biomédica incidiram principalmente sobre a compreensão dos mecanismos de contágio das doenças e dos seus agentes patogénicos, repercutindo o emergir de uma nova mentalidade etiopatológica resultante das descobertas de Pasteur. Deste modo, a doença passa a ser vista como o resultado consequente de uma agressão ou contaminação microbiana ou bacteriológica. Ainda na área das ciências biológicas, o evolucionismo darwinista estabeleceu uma nova abordagem do homem e da natureza que, em última análise, permitiu a agregação do telos da história e da humanidade, ao destino do mundo natural.

No âmbito da física e da química registaram-se, igualmente, importantes descobertas com efeitos no quotidiano ou na indústria, em que se insere a conferência proferida por Elias Garcia no Clube Henriques Nogueira, a 3 de Junho de 1883, sobre o «Trabalho e a ciência». Foi no século XIX que se estabeleceram as disciplinas fundamentais da física: a mecânica, o calor – tema da conferência de Pedro Silva, na Associação União Democracia Social, a 13 de Agosto de 1887, intitulada «Produção do calor e sua utilidade nas aplicações da moderna indústria» –, a termodinâmica, a electricidade, o magnetismo, a óptica e a acústica – assunto da conferência de Pedro Silva, na Associação União Democracia, a 17 de Agosto de 1887, intitulada «A acústica e as suas leis».

Este período foi também relevante para a química: nasceu a química atómica (John Dalton), desenvolveu-se a química orgânica, a química quântica (Planck) e Mendleiev estabeleceu a classificação periódica dos elementos químicos. O impacto destes avanços científicos transpareceu na divulgação da ciência protagonizada pelo movimento democrático, a par de outros agentes. Por exemplo, em 1884, José Júlio Rodrigues proferiu várias conferências sobre temas científicos no Teatro da Trindade. A 11 de Maio falou sobre «A Química dos pobres e dos enfermos»; a 25 de Maio focou «A vida dos micróbios»; no dia 8 de Junho orou sobre «Cousas portuguesas» e a 22 de Junho aludiu ao «Universo». A 6 de Julho falou sobre «A cólera».

Destacou-se na popularização da ciência a Associação União Democracia Social que, em 1887, desenvolveu um esforço meritório na divulgação das ciências físico-químicas, com recurso a diversos meios[268]. Foram proferidas conferências sobre áreas da física recém-descobertas (acústica, produção de calor, electricidade), apoiadas em experiências; criou-se um museu de instrumentos laboratoriais e integraram-se as disciplinas de física e de química no currículo da escola, que funcionava nas suas instalações, também suportadas por demonstrações experimentais.

---

[268] Em 1887, na referida Associação União Democracia Social, L. Pagani promoveu uma série de conferências sobre «História natural e ciências físico-químicas» a 17, 24 e 28 de Abril e 10 de Maio.

Ainda na área das ciências da vida, sobretudo da antropologia física, ecoaram em Portugal as ideias da escola antropológica italiana desenvolvidas por César Lombroso. A formulação da análise criminológica sob o signo da orientação físico-biologista sustentava a existência da figura do «criminoso nato», homem que inatamente recebera traços fisiológicos que o conduziam ao crime. O criminoso era assim um doente congénito e não um culpado. Esta escola teve em Portugal alguns seguidores, entre os quais Júlio de Matos e Miguel Bombarda, que proferiu uma conferência na Escola Gratuita 31 de Janeiro, a 12 de Novembro de 1903, sobre «Criminalidade e Humanitarismo», em que abordou a questão da antropocriminologia.

Chegados a este ponto da exposição, após termos procedido à análise da temática alvo de popularização republicana, sistematizada em grandes questões, justifica-se a abordagem dos meios de vulgarização que deram corpo à dinâmica cultural democrática. Destacamos inicialmente a escola republicana, e os restantes meios estão agrupados de acordo com o critério do enquadramento espacial onde decorreram: em espaço fechado ou em espaço aberto.

3. Meios de Popularização Cultural

3.1. A Escola Republicana

Como já esclarecemos anteriormente, na alínea alusiva à questão do ensino e da educação, para o pensamento democrático a escola constituiu uma das pedras de toque da popularização cultural e da enformação ideológica. Dando continuidade ao legado iluminista, o republicanismo encarava o ensino como propulsor do progresso e da emancipação humana. Daqui se infere que a escolarização efectiva dos indivíduos conduzia à perfectibilidade e à autonomia social, incutindo-lhes consciência sobre o cumprimento do seu dever cívico, em ordem a poderem ser «homens habilitados para o trabalho criador e para as rijas tarefas da cidadania»[269].

---

[269] BARROS, João de - *apud* FERNANDES, Rogério - *ob. cit.*, p. 19.

O ensino e a educação estavam mais ao serviço da sociedade e da República do que do indivíduo, pelo que se converteram em espaço culturizador, por excelência, onde se forjava o sentimento de pertença a um todo (Nação e Humanidade). Aliás, refira-se que, neste aspecto, a escola democrática desempenhou tarefas algo paradoxais. Propunha-se estimular a autonomia inerente à livre escolha, tão fundamental ao funcionamento do demo-liberalismo, edificando um *homo novus*. Mas na realidade, a instituição escolar não poderia desdenhar a sua função de agente unificador e unanimizador ou, na expressão dilecta de Olivier Ihl, gerador de interdependência[270]. O desafio colocado à escola era, em suma, encontrar o equilíbrio entre uma dimensão individualizadora, racionalista e, simultaneamente, a sua dimensão reprodutora de uma nova axiologia colectiva. Desta articulação resultou a assunção de que, a escola deveria ser «indiferente» no domínio religioso, mas não «neutra» no domínio axiológico.

À luz do republicanismo, um dos principais estímulos proporcionados pela acção instrutiva era poder reproduzir o modelo cultural elitista no seio das diversas camadas sociais, principalmente as mais populares. A republicanização dever-se-ia realizar «de cima para baixo» e, deste modo, talhar uma outra opinião pública e um poder espiritual alternativo.

Durante a fase de propaganda republicana, a formação derramada pela escola foi perspectivada numa dupla vertente: a primeira, de carácter pragmático e imediato, procurava facultar melhor formação geral, científica e profissional, especialmente ao operariado, de forma a elevar as suas condições económicas e de trabalho; a segunda, também ela curial, de âmbito mediato, esboçava o futuro, investindo na instrução e socialização axiológica e cívica das crianças.

A testemunhar o valor que a educação representava no seu ideário, o movimento republicano fundou numerosas instituições escolares, autónomas ou integradas nas células partidárias, entre 1881 e 1910. Na sua maioria, estes estabelecimentos eram organizados na dependência dos clubes, que indiciavam a existência de escolas, inserindo na sua denominação o título «escolar». Ao incluir o patrocínio de institutos educativos, os centros

---

[270] Cf. IHL, Olivier - *La Fête Republicaine*. Paris: Gallimard, 1996, p. 329.

republicanos integravam-se nas sociedades instrutivas, enquadradas legalmente pela Carta Constitucional. Assim, não só gozavam de legitimidade legal, como davam cumprimento aos seus objectivos primordiais de popularização cultural e de republicanização das futuras gerações.

Pese embora a sua inserção na arquitectura orgânica e física das agremiações – uma vez que a maioria funcionava nas suas instalações – as escolas detinham um elevado grau de autonomia, comportando no seu interior núcleos recreativos (musicais e dramáticos) e assistenciais compostos por alunos. Alguns exemplos da constituição de núcleos culturais e assistenciais apensos às escolas republicanas foram: em 1887, a escola da Associação União Democracia Social integrou uma aula de dança e um orfeão; a Escola Infantil para os Filhos do Povo fundou, em 1890, a Associação Musical dos Filhos do Povo; a Sociedade Promotora de Educação Popular constituiu, em 1907, um grupo de bandolinistas e uma Tuna; no seio da escola do Centro Republicano Dr. António José de Almeida nasceu, em 1908, o orfeão infantil «A Chalupa»; na escola do Centro Republicano de Belém foi criado o Grupo Dramático Infantil, em 1910; na escola do Centro Escolar de Santos foi fundado um orfeão infantil; no Grémio Republicano de Alcântara foi criada, em 1909, a Associação Infantil, com carácter assistencial; em 1910, surgiu «A Solidária», associação de socorros mútuos organizada pela Escola Oficina nº 1. Nesta medida, a instituição escolar afirmava-se como meio de aprendizagem e vivificação do espírito associativo e altruísta, ao mesmo tempo que reforçava os laços de sociabilidade e de convivialidade.

Paralelamente à instalação de escolas nos grémios, fundaram-se institutos de ensino independentes, profissionalizantes e ambulantes. O movimento democrático participou ainda em sociedades educativas apolíticas, que pelo seu espírito anticlerical e fomentador da educação livre, se compaginavam com o discurso pedagógico antimonárquico. Como exemplos, apontamos a intervenção de «notáveis» republicanos na Escola Industrial Marquês de Pombal, cuja génese da fundação remontou às comemorações do centenário pombalino de 1882; na Escola Oficina nº 1, pertencente à Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas; no Asilo de S. João, fundado por José Estevão na década de 60, sustentado pelo Grémio Lusitano, e presidido

por Elias Garcia; ou na Academia de Estudos Livres, fundada em Lisboa, em 1889, por dois alunos do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que em 1907 contava com 200 alunos, e suportava ainda a Escola Marquês de Pombal, funcionando esta com 46 crianças no Alto do Pina.

A comunhão da apologia do ensino laico e racional por republicanos e maçons, justificou a promoção educativa de escolas democráticas com alguma participação da maçonaria[271].

A análise da evolução quantitativa destes organismos instrutivos, com especial incidência em Lisboa, permite-nos equacionar as fases de maior e menor surto de grémios escolares no seio do movimento republicano, assim como o tipo de formação e o discurso pedagógico que veiculavam. Ao longo da década de Oitenta muitos dos centros democráticos fundaram escolas anexas que funcionavam nas suas instalações. Em 1885, existiam 14 clubes escolares em Lisboa e 5 na província. Mas, em 1889, o seu número foi inferior: 9 na capital e 5 na província.

A vitalidade escolar democrática espelhou a macrocefalia que marcou o partido republicano. Nas vésperas da República, Lisboa contava com 23 centros escolares e a província com 29, perfazendo um total nacional de 52 grémios com a componente instrutiva.

Fora da capital, da diversidade de instituições existentes, vamos retratar apenas alguns exemplos que possam ser ilustrativos da acção educativa democrática. Assim, em 1908, a Comissão Municipal Republicana de Águeda, organizou uma escola para adultos que contava com 60 alunos. Oferecia

---

[271] O *Dicionário da Maçonaria Portuguesa* de A. H. de Oliveira Marques, enumera as seguintes associações escolares republicanas com intervenção maçónica: Academia de Instrução Popular; Centro Democrático de Santa Isabel; Centro Eleitoral Democrático de Lisboa; Centro Eleitoral Democrático Recreativo de Lordelo do Ouro (Porto); Centro Escolar Dr. Afonso Costa; Centro Escolar Andrade Neves; Centro Escolar e Eleitoral Rodrigues de Freitas; Centro Escolar Fernão Botto Machado; Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa; Grémio Republicano de Alcântara; Centro Escolar Republicano Dr. Alexandre Braga; Centro Escolar Republicano de Belém; Centro Escolar Republicano das Mercês; Centro Escolar Republicano de Santos; Centro Escolar de Santa Isabel; Centro Republicano da Ajuda; Centro Republicano Dr. António José de Almeida; Centro Republicano Dr. Bernardino Machado; Centro Republicano Elias Garcia; Centro Republicano Heliodoro Salgado; Centro Republicano de Instrução e Beneficência Tomás Cabreira; Centro Republicano João Chagas; Centro Republicano José Falcão; Centro Republicano Latino Coelho; Centro Republicano da Pena; Escola Elias Garcia; Escola 31 de Janeiro; Grémio Republicano Federal; Sociedade Promotora de Educação Popular; Universidade Livre e Universidade Popular.

2 cursos: um para analfabetos e outro de aperfeiçoamento; o Centro Republicano de S. Brás de Alportel que tinha a funcionar uma escola com variada oferta de disciplinas em regime diurno (Instrução Primária 1º e 2º grau; 1ª, 2ª e 3ª classe dos liceu) e nocturno (aulas de ler, escrever e contar, ensino comercial elementar e prático). O Centro Democrático de Instrução e Recreio de Gouveia, sustentava uma escola em S. Paio e outra em Rio Torto. Em Canha (Aldegalega) foi instalado, por iniciativa dos alunos, o «Vintém Infantil», «destinado a fornecer livros e tudo o necessário às crianças da Escola Afonso Costa nos seus trabalhos escolares»[272]. A escola do Centro Escolar de Santarém contava com uma cantina que fornecia aos alunos uma refeição diária.

Para que possamos avaliar a dimensão multifacetada das instituições escolares democráticas optámos por analisá-las de acordo com o nível de ensino a que se destinavam, pese embora muitas delas apresentassem um carácter misto. Dentro de cada nível a abordagem segue uma perspectiva diacrónica.

3.1.1. Ensino pré-escolar

A primeira instituição republicana criada propositadamente para o universo das crianças dos 4 aos 7 anos de idade foi o Vintém das Escolas que, em 1901, além das escolas primárias patrocinava também escolas maternais.

Sob o signo do já analisado projecto pedagógico froebeliano do *Kindergarthen*, foi inaugurada, em 1907, a primeira Escola Maternal dirigida às crianças pobres, por associação de Ilda Jorge, Júlia Ramos (viúva de João de Deus), Ana de Castro Osório e Maria Veleda. No apoio decisivo ao lançamento desta obra esteve o esforço de Fernão Botto-Machado, com várias conferências e artigos de divulgação sobre o projecto que ficaram registadas na obra *Crenças e Revoltas*[273]. Tratava-se, à época, da única instituição de ensino republicana vocacionada para o ensino «pré-primário»,

---

[272] *O Domingo*. nº 470, 10-7-1910, p. 2.

[273] Cf. *Crenças e Revoltas*, pp. 171-175.

direccionado para crianças dos 3 aos 7 anos de idade. Este ramo de ensino irá posteriormente à revolução republicana enquadrar os jardins-escola João de Deus, herdeiros da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus e da Escola Maternal.

3.1.2. Ensino elementar

O ensino elementar assentava em aprendizagens básicas como ler, escrever e contar. Foi este ramo de ensino que captou maior investimento do movimento escolar democrático, porque era ele que marcava a diferença entre a ignorância/obscurantismo e a luz/liberdade.

No seguimento do Tricentenário de Camões foi fundada, em 1881, na freguesia de S. José, a Associação Protectora de Instrução Popular, por iniciativa, entre outros, de César da Silva. Presidiram à sua fundação os seguintes objectivos: «1º - Proporcionar livros e vestuário às crianças indigentes de um e de outro sexo que, por falta destes meios não possam frequentar as escolas; 2º - Conferir prémios aos alunos que se distinguiram pelo seu comportamento, assiduidade e progressos nos estudos; 3º - Estabelecer pensões em favor dos alunos que pelas suas aptidões particulares mereçam cursar aulas superiores; 4º - Auxiliar por todos os modos a propagação e o desenvolvimento do ensino popular»[274].

Para além da acção instrutiva, esta associação integrou nos seus propósitos alguns dos princípios básicos da escola republicana: a educação de ambos os sexos, a assistência e a retribuição simbólica pelo esforço prestado, assim no domínio cognitivo, como no domínio das atitudes e valores. O ritual da atribuição de prémios aos alunos, que teve continuidade depois da implantação da República, constituía uma festividade escolar. Era um momento solene em que se comemorava a vitória da escola sobre a ignorância e da liberdade sobre o obscurantismo. Através da distinção de alguns alunos visava-se premiar o trabalho, valorizando pública e exemplarmente o cumprimento do dever.

---

[274] *O Século*. nº 110, 17-5-1881, p. 2.

Muitas vezes as láureas assumiam a intitulação de figuras eminentes do Partido Republicano («Teófilo Braga», «Guerra Junqueiro», «Rodrigues de Freitas», «Luís Derouet», «Magalhães Lima», «Bernardino Machado»); da República Francesa («Loubet», «Combes»); da História Portuguesa («Viriato», «José Estevão»); da instrução («João de Deus») ou de valores caros ao republicanismo («República», «Pátria»). Deste modo, celebrizavam-se personalidades e valores cujo paradigma se pretendia inocular nas crianças, de acordo com a lição positivista sobre o papel dos Grandes Homens. O conteúdo dos prémios podia ser monetário, em vestuário ou em livros. E, mesmo estes, também eram seleccionados criteriosamente segundo os valores a interiorizar.

Em 1882, no Clube Gomes Leal, começou a funcionar a Sociedade dos Amigos da Instrução, responsável pelas aulas de instrução primária. A 21 de Abril desse ano, o Clube Fernandes Tomás abriu uma subscrição para criar um Instituto de Ensino Livre, que seria inaugurado em Maio, durante as comemorações do Centenário Pombalino.

Mas o ano de 1882 ficaria marcado pela fundação da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, sociedade escolar de maior alcance no seio do movimento democrático. Em colaboração com *O Século*, Casimiro Freire lançou, em Abril de 1881, uma campanha de subscrição a favor das Escolas Móveis. Destinava-se a fundar «uma escola nacional, onde o povo aprenda o indispensável a cada cidadão: ler, escrever e contar e onde se habilitem professores que em missão de propaganda possam percorrer o país derramando luz nos cérebros dos milhares de analfabetos que esperam a sua hora de redenção»[275]. Era, portanto, uma instituição de carácter ambulante, que se disponibilizava a enviar professores em missões escolares de três meses para diversos locais do país, permitindo democratizar o ensino elementar.

Os estatutos da Associação de Escolas Móveis, dirigida por Bernardino Pinheiro e Casimiro Freire, foram aprovados a 16 de Agosto de 1882. Neles se consignava que a «associação das escolas móveis tem por fim ensinar a ler, escrever e contar pelo método João de Deus os indivíduos que o solicitarem até onde o permitam os seus meios económicos enviando nesse

---

[275] Cf. *O Século*. nº 78, 9-4-1881, p. 1.

intuito às diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados». Esclarecia-se ainda que «a associação não se envolverá em assuntos políticos, nem em quaisquer outros alheios ao seu fim»[276]. A primeira missão iniciou-se em Novembro de 1882, em Castanheira de Pêra, requisitada pelo Visconde de Castanheira de Pêra, proprietário de uma fábrica de lanifícios. A escolarização destinava-se aos operários daquela da indústria. Nesta primeira missão, dirigida pelo professor Epifânio Baleizão, estiveram inscritos 57 alunos de ambos os sexos. Funcionaram dois cursos: um diurno, com 21 alunos e um nocturno com 36. Desta missão foram aprovados 21 alunos (37% dos alunos inscritos).

Entre o ano de 1882 e os inícios de 1886, a Associação realizou 20 missões, alfabetizando um total de 520 alunos de ambos os sexos. Quando se implantou a República tinham sido promovidas 270 missões e até ao último ano de funcionamento, em 1921, decorreram 487, com 28941 alunos alfabetizados. Foram igualmente organizados vários cursos de ensino da leitura e da escrita a fim de promover o método João de Deus[277].

Muitas das escolas republicanas funcionaram com base na recepção de missões das Escolas Móveis. Por exemplo, no ano de 1907, período de grande vitalidade partidária e cultural, os centros escolares acolheram 19 missões. O alcance deste organismo instrutivo evidenciou-se ainda pela criação, nesse ano, da Filial da Associação, subintitulada «Secção auxiliadora», no Rio de Janeiro.

Em 1908, a Associação adquiriu maior dimensão e complexificou-se de acordo com uma revisão dos estatutos. Já não se limitava ao envio de professores aos diversos locais do país para alfabetizar crianças e adultos, mas fazia-os acompanhar de «bibliotecas populares de vulgarização»[278]. Promovia também «conferências e palestras populares, de preferência nas freguesias rurais, sobre a necessidade e utilidade da instrução, proporcionando ao povo trabalhador noções do progresso económico e social» e instituía

---

[276] Cf. *O Século*. nº 529, 1-10-1882, p. 1.

[277] O primeiro ocorreu em Julho de 1883, dirigido por Epifânio Baleizão e Maria Luísa dos Santos. Cf. *O Século*. nº 741, 9-6-1883, p. 2.

[278] *Vanguarda*. nº 3988 (6859), 20-2-1908, p. 2.

«'jardins-escola' para crianças dos 3 aos 7 anos onde seja aplicado em toda a sua plenitude, o espírito e doutrina da obra educativa de João de Deus, criando assim um tipo português de escola infantil»[279]. Os corpos gerentes, eleitos em 1908, contavam na presidência da Assembleia-Geral com João Pinto dos Santos e na Direcção com Magalhães Lima. A Comissão Auxiliar de Propaganda das Escolas Móveis era presidida por António José de Almeida, a de Propaganda das Escolas Maternais por Bernardino Machado e a de Bibliotecas Ambulantes por Teófilo Braga. Em 1908 foi aprovada a fusão das Escolas Maternais com a Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus.

Atendendo ao seu êxito, as Escolas Móveis foram oficializadas pelo artigo 28º do decreto de 29 de Março de 1911, que determinou a sua instalação nas localidades onde, por quaisquer motivos, não fosse possível estabelecerem-se escolas primárias fixas. Criava ainda cursos temporários ou escolas móveis, que deviam funcionar pelo menos 10 meses por ano. Por conseguinte, às escolas móveis, nos inícios da Iª República, foi-lhes atribuído um papel complementar em relação ao ensino oficial. Deste modo, em 1913 fundaram-se 172 escolas móveis, exclusivamente para adultos, aos quais era ministrado o ensino da Leitura, Escrita, Contas, Rudimentos de Geografia, História e Educação Cívica.

No Porto, em 1883, organizou-se a Associação Propagadora de Ensino Democrático, «com o fim de publicar jornais e obras de instrução popular e fazer propaganda dos princípios da democracia». Presidida por Alves da Veiga, esta sociedade anónima de responsabilidade limitada tinha o capital inicial de 6 contos em acções de 6$000 réis cada uma.

Ainda nesse ano, foi instalada na capital nortenha a Escola Gambetta, dirigida pelo mesmo caudilho republicano, e o Grémio Familiar Instrutivo, com o fito de instruir a classe operária.

Sob a presidência de Teófilo Braga nasceu, em 1884, a Escola Infantil para os Filhos do Povo, no âmbito da qual foi gerada, em 1890, a Associação Musical dos Filhos do Povo. A escola emergiu na sequência da fusão do Centro Eleitoral Federal do Círculo 97 e do Centro Republicano Federal e

---

[279] *Vanguarda*. nº 1569 (3516), 20-3-1901, p. 1.

funcionou na sede do clube resultante da união: o Centro Eleitoral Republicano Federal de Lisboa. Destinava-se, sobretudo, a alunos do sexo feminino, embora admitisse rapazes até aos 8 anos de idade[280].

No ano seguinte, em 1885, a Associação de Beneficência e Instrução Popular promoveu várias conferências sobre instrução em clubes republicanos.

O decreto de Lopo Vaz, publicado a 20 de Fevereiro de 1891, encerrou os centros republicanos e as escolas que então neles existiam. No período que permeia o édito monárquico-constitucional e o renascimento do clubismo escolar republicano, ocorrido em 1898 – lapso de tempo que apelidámos anteriormente de «fase do silêncio» do associativismo democrático – apenas temos conhecimento da criação da Academia de Instrução Popular, em 1892, o que não surpreende, porquanto se trata de um grémio instrutivo sem fins políticos. Presidida por Luís Filipe da Mata, a Academia nasceu por iniciativa de vários sócios do antigo Clube Republicano Vieira da Silva, «destinada a impulsionar a educação popular laica de tipo francamente liberal»[281].

Fora da capital assinala-se, a título de exemplo, a criação, em 1899, em Buarcos (Figueira da Foz), da Escola Nocturna Popular Bernardino Machado e da Associação Educativa da Mulher Pobre, primeira instituição de ensino exclusivamente dedicada à instrução feminina daquele concelho.

Em reunião realizada a 2 de Dezembro de 1900, a recém-fundada Liga Académica Republicana decide organizar uma «escola de ensino liberal gratuito para os filhos do povo»[282], destinada a fornecer a instrução primária às crianças dos dois sexos. O organismo educativo, inaugurado em 1901, tomou o nome de «Escola Gratuita 31 de Janeiro para os Filhos do Povo» e foi presidido, simbolicamente, pelo Ex-Tenente Coelho. Igualmente, no

---

[280] Em 1887 a Escola Infantil para os Filhos do Povo inicia a publicação da revista *A Escola Livre. Órgão anual da Escola Infantil para os Filhos do Povo*, da qual só saiu a lume o 1º número. Nele se registaram as despesas e receitas da escola entre 1886 e 1887, assim como a evolução do número de alunos.

[281] «Academia de Instrução Popular». In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. I, p. 177.

[282] *Vanguarda*. nº 1467 (3412), 4-12-1900, p. 1. Os sócios protectores pagavam 500 réis por semestre.

mesmo ano, foi inaugurada a Associação Propagadora de Instrução José Elias Garcia.

No dealbar de 1901 começou a ser projectado o Vintém das Escolas, subintitulado Federação das Escolas Laicas e de Ensino Livre. Tinha como fins: «Difundir a instrução pelos filhos do povo, promover o desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras, auxiliar e socorrer a criança extrema e provadamente pobre, promover a federação das escolas laicas de ensino livre, estabelecer prémios aos professores e alunos que delas se tornem dignos e promover perante os poderes públicos as necessárias reformas da instrução primária em harmonia com os progressos sociais e pedagógicos»[283]. Os propósitos exarados no seu programa traduzem a ambição abrangente da instituição. Além da criação de escolas e promoção do ensino gratuito, especialmente vocacionado para os filhos dos operários. Segundo os estatutos, «as escolas mantidas pela instituição recebem de preferência os filhos dos operários. Os alunos pensionistas são filhos dos sócios contribuintes e os alunos gratuitos são: 1º - Órfão de pai ou mãe sem protecção, ou que, tendo-a, seja diminuta; 2º - Órfãos de pai que a viúva tendo mais filhos não aufira por si, por algum dos filhos ou por qualquer outra via, rédito superior a 300 réis diários [...]; 3º - Órfãos de mãe na situação acima indicada; 4º- Filhos de inabilitados por acidente [...] que não recebam auxílio de nenhuma associação de socorros mútuos ou de beneficência»[284]. Tinha também um carácter assistencial, atribuindo bolsas escolares, destinadas a: «1 - Pagar as propinas de exame de admissão aos alunos gratuitos; 2 - Fornecer material de ensino; 3 - Conceder prémios a professores a alunos; 4 - Facultar assistência médica; 5 - Distribuir anualmente dois vestuários completos aos alunos pobres; 6 - Estabelecer cantinas para oferecer refeições a esses mesmos alunos; 7 - Abonar medicamentos; 8 - Estabelecer dois carros ambulantes, um para servir à condução ao cemitério dos alunos e outro dos professores; 9 - Auxiliar na despesa para o enterro do aluno gratuito»[285].

---

[283] *Vanguarda*. nº 1569 (3516), 20-3-1901, p. 1.

[284] *Vanguarda*. nº 1572 (3519), 23-3-1901, p. 1.

[285] *Idem*.

À imagem da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, o Vintém das Escolas pretendeu funcionar com missões paroquiais, municipais e distritais no país e nas colónias portuguesas, com recurso a diversos meios: escolas, bolsas escolares, bibliotecas populares, onde «devia haver «o bom livro, a revista, os jornais artísticos, os desenhos, os modelos, instrumentos»[286], conferências e a criação de um periódico. Foi publicado com o título de *O Vintém das Escolas. Beneficência, Instrução, Educação Cívica, Propaganda do Ensino Laical.* O nº 1 saiu a 1 de Julho de 1902. Para obter uma actuação mais alargada e eficaz, a instituição dividiu-se em duas categorias: as escolas maternais, para crianças dos 4 aos 7 anos dos dois sexos, e escolas primárias, abrangendo alunos dos 8 aos 14 anos de cada sexo.

A educação ministrada às crianças apontava para a formação integral do indivíduo, envolvendo o domínio moral e cívico – transmitido pelas disciplinas de Princípios Elementares de Moral – intelectual – através do ensino da Caligrafia, Leitura, Ortografia, Gramática, Análise, Redacção, Contabilidade, Escrituração, Geografia Geral, História Pátria, Elementos de Anatomia Descritiva, Princípios Gerais de Botânica e Zoologia, Princípios de Economia e Administração, Conhecimentos Gerais de Física e Química Industriais – artístico – pela aprendizagem do Desenho e da Música – e físico – pela Higiene e Ginástica.

Uma forma alternativa de confirmar esta proposta de educação plena é-nos proporcionada pela análise dos «horários» dos alunos. Atentemos à descrição do funcionamento da *aula diurna*: «Das 9 às 11 horas todos os dias e ao domingo para a instrução elementar – leitura, escrita, operações aritméticas, desenho prático e tanto quanto possível de aplicação industrial; 11 horas – Repasto; até às 2 horas – recreio levando as crianças a ter gosto pela jardinagem, agricultura ou trabalhos de construção; 14-16 horas – 'Lições de coisas' sobre Física sempre que possível aplicável à Mecânica, Química, História Natural, especialmente a parte da Botânica e Zoologia que mais se prendem com as necessidades do homem. A-propósitos históricos, atmosféricos etc. Receberão noções de civismo, liberdade e de amor

---

[286] *Vanguarda*. nº 1573 (3520), 24-3-1901, p. 1.

pátrio combinado com o amor da Humanidade; 16-17 horas – exercícios físicos de mero carácter higiénico»[287].

A disposição, tal como o teor das tarefas e disciplinas diárias dos alunos, abarcam na sua totalidade o discurso demopédico, materializado na vulgarização científica e no carácter utilitário da ciência, na educação cívica baseada no patriotismo – inserido no horizonte mais abrangente do humanitarismo – na educação física e higienismo, no estímulo ao ensino intuitivo e prático, no contacto com a natureza durante o recreio e, finalmente, no reforço dos laços de interdependência.

Sob o lema «Liberdade, Progresso e Instrução. Moralizemos educando, formemos cidadãos instruindo. Abramos escolas laicas e abateremos a ave negra da reacção ultramontana»[288], o Vintém das Escolas, dirigido por Feio Terenas, instalou várias escolas da Missão Elias Garcia, das quais detectámos: a Escola nº 1, em Benfica (1901); a Escola Marquês de Pombal na Madeira e a Escola Maternal no Porto (1901); a Escola nº 2 da Missão Elias Garcia, dedicada ao sexo feminino (1906); Escola nº 3, da mesma missão (1908)[289]; Escola da Portela de Carnaxide (1909). Organizou ainda missões nas cidades do Porto, Viseu e Figueira da Foz.

No ano de 1902 foi inaugurada a primeira escola da Associação Nacional Propagadora de Ensino, dirigida por Cupertino Ribeiro e Luís Filipe da Mata, com o fito de «ministrar ensino às crianças dos dois sexos e diariamente distribuir um *lunch* «[290]. Nesta agremiação escolar participaram ainda os republicanos João de Menezes e Pinheiro de Melo. No mesmo ano surge, em Pedrouços, a Escola Liberal de Instrução Popular que posteriormente alargou a sua influência, criando uma escola em Caselas (Portela).

Sob a presidência de Magalhães Lima, a Sociedade Promotora de Educação Popular, inaugurada em Alcântara a 16 de Junho de 1905, tornou-se o organismo escolar democrático de maior relevo no derradeiro lustro da monarquia constitucional. O ensino ministrado apresentava um carácter

---

[287] *Vanguarda*. nº 1801 (3748), 8-11-1901, p. 1.

[288] *Vanguarda*. nº 1674 (3621), 4-7-1901, p. 1.

[289] Funcionava na Calçada do Conde de Penafiel e abriu com 59 alunos. Cf. *Vanguarda*. nº 3956 (6827), 19-1-1908, p. 2.

[290] *Vanguarda*. nº 1904 (3857), 24-2-1902, p. 2.

integral, em que a educação física, se aliava à educação intelectual, moral e cívica de todas as classes em geral e dos filhos dos operários em particular. Para tal, «promoverá a fundação de um gabinete de leitura e a criação de cursos e palestras sobre ciências, artes, letras. Conferências sobre assuntos científicos, artísticos, industriais e de interesse público, aula de ginástica, esgrima, excursões científicas, grandes concertos literários e musicais e exposições industriais, comerciais, operárias e artísticas»[291].

Sociedade Promotora de Educação Popular

Balanço dos anos lectivos de 1905/1909[292]

Quadro 3 -Missão das Escolas Móveis a funcionar na Sociedade

Ano lectivo	Nº de alunos aprovados
1905/1906	23
1906/1907	19
1907/1908	12
1908/1909	27
Total	**81**

Quadro 4 - Aulas Práticas

Ano lectivo	Disciplina	Nº de alunos aprovados
1905/1906	Instrução Primária	6
	Português	6
	Aritmética	6
	Escrituração Comercial	6
1906/1907	Instrução Primária	9
	Francês	6
	Aritmética	7
	Desenho	10
	Escrituração Comercial	2

[291] *A Lucta*. nº 687, 28-5-1905, p. 3.

[292] *A Tuna*. nº único, 3-1-1909. Número comemorativo do 1º aniversário da Tuna e de homenagem à Sociedade Promotora de Educação Popular.

1907/1908	Lavores	7
	Francês	5
	Aritmética	7
	Música	3
1908/1909	Instrução Primária	67
	Francês	31
	Aritmética	8
	Desenho	15
	História	1
	Música	15
	Rudimentos de Música	19
	Total	**236**

De facto, como os dados supra demonstram, esta instituição de ensino ofereceu aos seus alunos um leque diversificado de disciplinas, que abarcavam o domínio das ciências, línguas, instrução primária, formação geral, técnica e artística, com especial relevo para a instrução musical, em que eram ministradas lições de bandoleta, viola, guitarra, bandolim, rabeca e violino. Mas a sua actuação educativa foi mais abrangente: organizou uma tuna em 1908[293], uma aula de esgrima e promoveu várias visitas de estudo para as crianças a locais de interesse histórico (Mosteiro dos Jerónimos, Castelo de S. Jorge, Sé de Lisboa e Convento de Mafra), social (Casa Pia de Lisboa e Casa Correcional de Caxias) e científico (Fábrica de Calçado a Vapor na Rua do Conselheiro Pedro Franco).

No Bairro Grandela, em S. Domingos de Benfica, foi inaugurada a Escola Afonso Costa, a primeira da Sociedade de Escolas Liberais, fundada por diligência do comerciante lisboeta Francisco Grandela. No mesmo bairro surgiu, em 1908, a Escola Afonso Costa nº 2 e, em Aveiras de Cima, foi criada uma outra escola pertencente à referida Sociedade.

Em Setúbal foi instalada a Escola Liberal, que incluía a Associação de Alunos da Escola Liberal, organizada por Ana de Castro Osório e, em Almada, agregada ao Centro Republicano Capitão Leitão, nasceu a Escola Para os

[293] Para comemorar o 1º aniversário deste organismo musical foi publicado o número único precisamente intitulado *A Tuna. Número comemorativo do 1º aniversário da Tuna e de Homenagem à Sociedade Promotora de Educação Popular,* 3-1-1909.

Filhos do Povo. Igualmente, foram fundadas a Associação Escolar de Ensino Liberal, em Lisboa, presidida por Luís Filipe da Mata, a Escola Liberal de Viseu e a Escola Progresso de Aldegalega.

Fernão Botto-Machado lançou, a 21 de Janeiro de 1907, o projecto da Escola Livre de Educação Integral, em conferência intitulada «Escola Livre», proferida na Associação de Corticeiros de Lisboa. Na capital foi criada a Escola Democrática dirigida aos adultos, através de cursos nocturnos. O mesmo caudilho republicano estaria, dois anos depois, na origem da organização das Missões João de Deus e Heliodoro Salgado, «para o ensino gratuito de meninas e meninos analfabetos. Estas missões serão instituídas em Lisboa [...] e os seus fins são: [...] [promover] o ensino laico e educação cívica [...] pelo país»[294]. A 1ª Missão Heliodoro Salgado foi instalada em Lisboa a 5 de Setembro de 1910. Era uma missão de ensino laico e de educação cívica para crianças pobres do sexo masculino, segundo o método João de Deus.

Mas, no âmbito da promoção do ensino, o ano de 1907 ficaria marcado pela criação da Liga Nacional de Instrução, organismo em que a participação republicana alcançou um peso apreciável. O diário *Vanguarda* noticiava que «esta Liga compõe-se de todo os cidadãos portugueses de ambos os sexos que, independentemente das facções políticas e confissões religiosas desejem acabar com o analfabetismo aviltante que nos degrada, a elevar o ensino nacional em todos os ramos e a criar uma verdadeira educação cívica e social»[295]. Pretendia-se, essencialmente, combater o problema estrutural do analfabetismo, um dos sintomas mais relevantes da decadência nacional.

Inspirada na Ligue de l'Ensignement, criada em 1866 por Jean Macé, foi nesta instituição francesa que recolheu os trilhos de actuação e a estrutura federativa. Além da elaboração do «cadastro do analfabetismo», a Liga teve por fins: «Promover [...] subsídios de roupa e alimentos às crianças pobres para que possam frequentar a escola com proveito; [...] Providenciar de maneira que se obtenha bom professorado primário, masculino e feminino, para as escolas fundadas ou auxiliadas pela Liga, com conhecimentos de

---

[294] Cf. *Vanguarda*. nº 4304 (7175), 4-1-1909, p. 2.

[295] *Vanguarda*. nº 3668 (6529), 23-1-1907, p. 1.

utilidade prática e de trabalhos manuais [...]; Criar escolas primárias modelos para os dois sexos [...]; Estabelecer colégios modelos de instrução secundária masculinos e muito principalmente femininos [...]; Criar estabelecimentos de artes e ofícios, de ensino gratuito, para a mocidade pobre, masculina e feminina [...]; Promover o desenvolvimento das chamadas universidades populares [...]; Promover o desenvolvimento de bibliotecas populares em que abundem livros de utilidade de todos os géneros [...]; Promover a criação de laboratórios de demonstrações científicas, de gabinetes de física para estudo de várias escolas, de mostruários e museus industriais, agrícolas e coloniais para utilidade das classes trabalhadoras e comerciais; [...] Representar perante os poderes públicos sobre todos os pontos que a Liga entender serem úteis ao progresso da instrução em Portugal»[296].

Perante as finalidades expostas, depreende-se que além do primado do combate ao analfabetismo, a Liga visava a instrução e educação de crianças e adultos, a popularização da ciência e da cultura em geral, a veiculação prática e intuitiva do saber científico, a assistência escolar dos pobres e a sua institucionalização como organismo oficial no atinente à questão do ensino. Sob a presidência de Consiglieri Pedroso, a Liga desdobrou-se nas secções de: propaganda, assistência escolar, instrução primária, ensino profissional e artístico, universidades populares, instrução secundária e ensino superior.

Desde logo a Liga passou à prossecução das finalidades que a nortearam, tendo fundado diversos núcleos locais – em Janeiro de 1908 já existiam núcleos da Liga no Porto, Viana do Castelo, Castelo Branco, Viseu, Leiria, Coimbra, Guimarães, Setúbal, Alcáçovas e Horta –, cursos e escolas. Por exemplo, o núcleo da Figueira da Foz criou, em 1909, cursos nocturnos para adultos e para crianças e escolas elementares primárias na Figueira da Foz, Alhadas, Quiaios e Brenha. No núcleo de Alcáçovas, o professor Pedro José Teixeira fez, nos domingos do final de 1908 e inícios de 1909, «uma série de palestras sobre educação geral, física, intelectual e moral segundo o método de Spencer»[297]. Em Fevereiro de 1909 a Liga já tinha instalado

---

[296] *Idem*.

[297] *Vanguarda*. nº 4913 (7184), 14-1-1909, p. 2.

7 escolas: Alcáçovas, Águeda, Leiria, Faro, Peniche, Óbidos e Lisboa (Alcântara). Em Abril de 1908 a Liga realizou o I Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular, cujo programa incluía, no 1º ponto, a problemática do analfabetismo nacional. A mesma questão esteve, em Abril de 1909, no centro do debate no II Congresso[298].

Tendo em vista a concretização do art.º 2º, ponto 6º, dos Estatutos da Liga, foi criada em 1908 uma instituição escolar denominada «A Nossa Casa», inspirada na «Humanitária» de Milão e na «Ons Hüiss» de Amsterdão. Oferecia «cantina, educação física, intelectual e moral, das crianças e adultos de ambos os sexos, filhos do povo, por meio da conferência, da oficina e da formação de professores e criar escolas móveis e fixas»[299]. A Liga gerou, igualmente, a Sociedade Beneficente de Educação Popular.

Em 1908 foi inaugurado o Teatro-Escola Heliodoro Salgado. A originalidade desta instituição consistiu na agregação da componente dramática e instrutiva. Certamente foi atribuída a primazia à instrução, enquanto o teatro apenas estava ao serviço da escola, na medida em que era com base nas receitas das representações teatrais que a instituição se sustentava financeiramente. A expensas do republicano António Pereira, o Teatro-Escola, transferiu-se, pouco depois da sua fundação, para o antigo Teatro Popular, no Beato.

Coligada com o Centro Republicano de Belém surgiu, nesse ano, a Associação Fraternal Escolar de Belém. No ano seguinte, foi organizada a Cantina Escolar de Alcântara, preparada previamente com a realização de várias conferências sobre a sua utilidade. A 10 de Maio de 1909, Sofia Quintino falou, na Sociedade Promotora de Educação Popular, sobre «Protecção à infância» e sobre o mesmo tema orou César da Silva, no dia 13, no Centro Bernardino Machado. Samuel Maia esclareceu, a 20 de Maio, no Grémio Republicano de Alcântara, a utilidade das cantinas escolares. A Cantina Escolar estava vocacionada para a protecção das crianças da Escola Asilo S. Pedro de Alcântara, Sociedade Promotora de Educação

---

[298] Cf. *Vanguarda*. nº 4401 (7272), 13-4-1909, p. 1. A Liga realizou ainda os Congressos Pedagógicos de 1912 e 1914.

[299] *Vanguarda*. nº 4080 (6951), 24-5-1908, p. 1.

Popular e Escola Paroquial das Necessidades. Funcionava em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, na Rua de Alcântara, nº 27. Tinha uma grande sala de refeições e uma grande sala de banho para banhar as crianças. A primeira refeição foi servida a 50 crianças. Os sócios da cantina eram 400. Em 1910 contava com 900 sócios e alimentava 200 crianças.

Em Setembro nasceu a Missão Escolar Republicana dos Anjos e, em Dezembro, o Centro Republicano da Ajuda inaugurava a Escola «Trindade Coelho», enquanto no Centro Escolar Elias Garcia era projectada a fundação da União Maternal, «uma instituição tendente a proteger as crianças desvalidas que frequentam o centro»[300]. Por seu turno, a escola do Centro Republicano de Belém passou a denominar-se «O Raminho de Ouro». Foi igualmente neste ano de 1909 que se organizou a Associação Infantil do Grémio Republicano de Alcântara a que já aludimos anteriormente.

Já ao cair do pano sobre o regime monárquico português, surgiu o Centro Escolar de Instrução Primária de Cascais. Foi criada a, já referida, Missão Heliodoro Salgado que instalou a primeira missão de ensino laico e educação cívica para crianças pobres do sexo masculino[301]. Os alunos da Escola Oficina nº 1 fundaram «A Solidária», associação que pretendia «estabelecer relações de solidariedade entre os sócios e suas famílias; perpetuar as relações de boa camaradagem; dar apoio material às crianças em caso de doença, ou acidente de trabalho; realizar festas escolares educativas; promover excursões artísticas e científicas; promover visitas recíprocas a escolas, pic-nics e passeios de recreio»[302]. Anexo à agremiação funcionava o «Lanche Escolar», destinado «a fornecer uma refeição diária aos sócios (enquanto alunos da escola) por preços muito baixos e por escalões»[303].

---

[300] *A Lucta*. nº 1404, 15-11-1909, p. 2.

[301] O método de ensino era o de João de Deus e esta missão começou com 20 alunos, a quem era oferecido lanche. Cf. *A Lucta*. nº 1694, 4-9-1910, p. 2,.

[302] *A Lucta*. nº 1493, 14-2-1910, p. 2, col. 2. Esta associação salientou-se logo após a sua fundação ao comemorar o centenário do nascimento de Alexandre Herculano, a 3 de Abril de 1910. Na primeira parte da sessão foi traçada a biografia do escritor; na segunda foram lidos trechos que mostravam as suas facetas de historiador, romancista, polemista, crítico literário, economista, poeta, político, moralista; e na terceira foi representado o «Diálogo entre D. João I e D. João das Regras». Cf. *A Lucta*. nº 1527, 20-3-1910, p. 2.

[303] *Idem*.

A primeira missão de ensino laico e educação cívica, organizada pelo Apostolado de Instrução, abriu na Baixa lisboeta, dirigida a alunos pobres do sexo masculino entre os 7 e 9 anos de idade, que fossem completamente analfabetos.

3.1.3. Ensino secundário

Este nível de ensino surge mitigado em instituições escolares que incluímos na alínea anterior. No entanto, assinale-se a tentativa de fundação de um organismo vocacionado exclusivamente para este nível de ensino. Em Setembro de 1882 o Clube Henriques Nogueira propunha-se fundar uma escola com idêntica denominação que incluiria os cursos de História, Literatura, Direito Público e Administrativo dirigidos por Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso. Tal iniciativa não chegaria a ser concretizada.

3.1.4. Ensino superior

Apesar de ter sido sugerida no II Congresso Anticlerical, realizado de 29 a 31 de Julho de 1900, a Universidade Livre, só seria inaugurada a 21 de Dezembro de 1903, por iniciativa de um grupo de académicos do Porto. Apostada em combater o clericalismo, «afastar-se-ia afoitamente toda a influência metafísica. Dominaria o critério científico e todo o ensino seria norteado por ele. Não se faria certamente [...] uma especialização dos conhecimentos que actualmente enriquecem o campo da ciência, mas a preparação da mentalidade para repudiar quanto não esteja subordinado à razão»[304]. A popularização científica da Universidade Livre do Porto, cuja divisa definia que «esta associação é para laicos que têm fé na razão e na liberdade e devotados a trabalharem porfiadamente pelo progresso incessante da Democracia»[305], traduziu-se na realização de cursos populares,

---

[304] *Vanguarda*. nº 2566 (5419), 22-12-1903, p. 1.

[305] *Idem*.

baseados na demonstração experimental e no visionamento de imagens que ilustrassem o teor da mensagem e credibilizassem a ciência.

A primeira conferência, proferida por Azevedo de Albuquerque, teve o propósito de apresentar e demonstrar a utilidade e premência desta instituição. Segundo o conferencista, na génese da sua fundação, esteve a «necessidade absoluta, na actual fase sociológica definitivamente assente na democracia, de elevar o espírito das classes populares para o puro ideal da ciência, fazendo penetrar nela o espírito científico que as liberte da acção depressiva que lhe imprimiu a fase anterior da evolução humana (a fase teológica) mostrando-lhes firmemente que a verdade é somente acessível aos esforços da razão e da probidade intelectual e finalmente criando entre a diversidade dos homens pelas suas condições naturais e sociais uma intimidade sólida que una os seus corações e as suas vontades em um ideal dominado pela justiça e a suma bondade»[306]. Os objectivos aduzidos remetem-nos para o enquadramento do papel da Universidade Livre num horizonte de matriz positivista e cientista. Na verdade, a estruturação dos cursos obedecia a critérios de vulgarização científica. «A coordenação das conferências era feita segundo a lei social»; havia «liberdade na ordem e escolha dos assuntos»; «os cursos eram dados em 6 ou mais lições»; de cada lição seria publicado «um sucinto programa sumariado»[307].

Dando cumprimento a este propósito, no mês de Janeiro de 1904, Duarte Leite realizou um curso sobre Astronomia, recorrendo a demonstrações com instrumentos e, no mês de Outubro, decorreu um outro, dirigido por Magalhães Lemos, sobre «Causas das doenças mentais e nervosas. Noções de higiene e de profilaxia»[308].

A instituição portuense contagiou alguns livres-pensadores, liderados por Heliodoro Salgado, que projectaram a instalação da Universidade Livre de Lisboa. De acordo com o programa esboçado, foram contempladas secções temáticas dedicadas às Ciências Naturais, Cosmografia, Geografia, História, Agricultura, Comércio, Família, Higiene, Direito Penal, Direito Civil

---

306 *Vanguarda*. nº 2568 (5421), 24-12-1903, p. 2.

307 *Idem*.

308 Cf. *Vanguarda*. nº 2871 (5722), 31-10-1904, p. 1.

e Político, Literatura e Cristianismo. Os conteúdos programáticos tocam as grandes questões que afectavam a ciência e a sociedade coevas, sempre abordadas numa perspectiva evolutiva e, portanto, historicista.

A ausência de notícias sobre iniciativas realizadas pela Universidade Livre de Lisboa conduz-nos à conclusão que o projecto redundou num programa bem urdido, mas não concretizado. Um ano após a revolução republicana (em Dezembro de 1911), por proposta de Alexandre Ferreira, renasce a Universidade Livre de Lisboa, fiel às linhas programáticas da sua antecessora. Cedo se tornou numa instituição instrutiva importante, tendo mesmo sido fundadas sucursais em Coimbra e na Figueira da Foz. As primeiras conferências, abordando temas das ciências humanas e sociais, foram realizadas em 1912.

No cumprimento do art.º 2º, ponto 7º, dos estatutos da Liga Nacional de Instrução, encetou-se, em 1907, a organização da Universidade Popular, com o objectivo de «desenvolver o ensino popular pela mútua educação dos cidadãos»[309]. Para tal, seriam organizadas palestras, cursos, sessões de leitura, concertos e visitas.

Sob inspiração do movimento das Universidades Populares francesas, que surgiram em finais de Oitocentos, pretendia-se «aproximar operários intelectuais dos operários manuais, mostrando-lhes que é preciso trabalharem sempre de acordo»[310]. Por outras palavras, acreditava-se na elevação cultural das classes incultas, especialmente o operariado, rentabilizando estratégias e recursos de popularização científica, porque «somente por essa via ou processo se poderá disciplinar o conjunto social»[311]. Esclarece-nos ainda Tomás Cabreira, que a Universidade obedeceu «à necessidade de espalhar a instrução integral nas classes populares e, por isso, a Universidade Popular tem cursos que abraçam todos os ramos dos conhecimentos humanos. [...] A Universidade Popular é uma instituição puramente democrática [...]»[312].

---

[309] MARQUES, A. H. de Oliveira - *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. vol. II, p. 1460.

[310] *Idem*.

[311] *Vanguarda*. nº 3711 (6572), 8-3-1907, p. 1.

[312] *Vanguarda*. nº 3708 (6569), 5-3-1907, p. 1.

Na sessão inaugural, datada de 7 de Março de 1907, Teófilo Braga apresentou a linha programática da Universidade, decalcada do projecto do escritor inglês Carlyle: «As lições serão acompanhadas com projecções luminosas em forma de conferências. [...] Em todas as lições é distribuída pelos ouvintes uma recordação da conferência feita: bilhete-postal ilustrado representando um facto ou um fenómeno tratado na lição; retrato de um escritor nas conferências de literatura; reprodução de um quadro nas de arte; objecto de louça ou vidro nas lições sobre indústria, etc.»[313]. O prosélito republicano advogava a urgência de uma «instrução integral que generalize todos os elementos necessários para que o homem que despende a vida na actividade possa ter concepções claras no meio cósmico em que trabalha e opiniões conscientes acerca do que se passa no meio social de que é um factor. Eis o problema implícito das universidades populares [...]»[314].

Obedecendo ao propósito de prover uma instrução integral e democrática, de socializar e popularizar a ciência e de ministar conhecimentos gerais e úteis, a Universidade Popular integrou na sua organização curricular, cursos ligados a temáticas abrangentes como: Ciências Naturais, Ciências Sociais, Higiene, História da Arte, Literatura e Indústrias. Além destes cursos projectou ainda a organização de outros sobre literatura espanhola, botânica, literatura francesa, inglesa e brasileira, acústica, óptica, electricidade e radiografia.

Porém, no plano da concretização, depois da já referida conferência inaugural, proferida por Teófilo Braga, só foram realizadas mais quatro palestras em meados do ano seguinte. A primeira, pronunciada por Tomás Cabreira, no dia 6 de Junho de 1908, abordou o tema de História da Arte «Velasquez, um pintor português». No dia 20 do mesmo mês, Agostinho Fortes divagou sobre «O Budismo». A 2 de Julho, Tomás Cabreira dedicou uma lição a «Veneza» e a 9 desse mês, Aurélio Costa Ferreira procurou responder à questão «O que é a Antropologia?». Todas estas conferências tiveram lugar na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa.

---

[313] *Vanguarda*. nº 3704 (6565), 1-3-1907, p. 2.

[314] *Vanguarda*. nº 3711 (6572), 8-3-1907, p. 1.

O projecto da Universidade Popular foi retomado depois da revolução do 5 de Outubro de 1910, por iniciativa de Magalhães Lima. No seu plano de estudos constavam matérias relacionadas com a Matemática, as Ciências Físico-Químicas, as Ciências Biológicas e as Ciências Sociais. Todavia, a Universidade foi concretizada não em Lisboa, mas no Porto, em 1912, por iniciativa do movimento da Renascença Portuguesa e, principalmente, graças ao empenho de Jaime Cortesão. Posteriormente uma outra Universidade Popular surgiria na cidade de Setúbal.

3.1.5. Ensino técnico/científico

Como já sublinhámos, o ensino democrático pretendeu afirmar-se como alternativa ao ensino oficial, dominado pelas instituições clericais. O aluno, mais do que memorizar, devia aprender fazendo, pelo que as escolas antidinásticas procuraram adquirir meios e instrumentos que possibilitassem a aprendizagem intuitiva, com base na experimentação. Neste sentido, a Associação Escolar Fernandes Tomás acolheu, em 1886, «uma série de quadros representando assuntos de história natural que fazem parte do museu escolar de Émile Deyrolle»[315]. Por seu turno, a Associação União Democracia Social contava no acto da sua inauguração, a 29 de Maio de 1887, com as salas ornamentadas «com os troféus do trabalho, literatura, belas-artes, guerra, arte-científica, exposição de aparelhos de física, química, instrumentos das aulas profissionais»[316]. Além do gabinete de leitura, salas de recreio e sala de esgrima, este clube contou com um gabinete de Ciências Físico-Químicas e uma oficina profissional de instrumentos de precisão.

Propunha-se com estes recursos obter um auxílio e suporte ilustrativo para a consecução das «Lições de Coisas». Também denominado por «Lições sobre objectos» (a expressão radica no inglês *Object Lessons*), este método de transmissão de conhecimentos, baseado na pedagogia de Rousseau e de Pestalozzi, teve como finalidade «ensinar as crianças primeiro que tudo a

---

[315] *O Século*. nº 1770, 16-10-1886, p. 2.

[316] *O Século*. nº 1964, 2-6-1887, p. 2.

observar as coisas, depois a nomeá-las e por fim a compará-las»[317]. Conferia o primado à observação e à experimentação, partindo da análise empírica de objectos, para, em seguida, se alcançarem raciocínios mais generalizantes e abstractos, de acordo com o método spenceriano, segundo o qual, o conhecimento evolui do mais simples para o mais complexo e do mais empírico para o mais racional.

Divulgadas por Jean Macé, no contexto da reforma escolar realizada pela III República Francesa, as «leçons de choses» proviam a popularização da cultura científica e a qualificação da mão-de-obra agrícola e industrial. O método das «Lições de coisas» inscreve-se assim num horizonte de laicização do ensino e instrução pela ciência. *A Revue Pédagogique*, que lançou a ideia das «Lições de coisas», advogava a sua utilidade para que «d'idées bizarres, que de préjugés qui régnent encore en maîtres dans nos campagnes, et sont si nuisibles à tout progrès, particuliérement à ceux de l'agriculture, disparaîtront, si les démonstrations expérimentales des lois fondamentales du monde physique, et de leurs applications les plus immédiates, étaient offertes aux jeunes générations, et particulièrement aux adultes des cours du soir! Lorsque l'agriculteur sera convaincu qu'il gaspille ses engrais, qu'il a sous la main une source inépuisable de richesse dont il ne sait pas tirer profit, sa profession deviendra vite plus lucrative, et probablement qu'alors les bras manqueront moins à l'agriculture»[318].

Alguns clubes republicanos, da capital e da província, recorreram a este método em defesa da disseminação de conteúdos científicos gerais, – aplicados com utilidade ao quotidiano – e da elevação cultural do povo. No Clube Republicano José Falcão iniciou-se, em 1899, um curso de «Lições de coisas». A Escola Gratuita 31 de Janeiro criou, em 1910, um curso idêntico, em que foram ministrados «vários conhecimentos indispensáveis tais como princípios de Higiene, Zoologia, Física, Botânica, Matemática»[319]. Em 1909 o Centro Republicano da Ajuda aplicou as «Lições de coisas» às crianças[320]

---

[317] *O Ensino. Revista de Instrucção Primária*. nº 1, 31-1-1885, p. 9.

[318] *Apud* OZOUF, Mona - *L'École, L'Église et la République,* pp. 135-136.

[319] *Vanguarda*. nº 1680 (3627), 10-7-1901, p. 1.

[320] A primeira prelecção incidiu sobre «O bicho da seda». No fim da lição houve lanche e as crianças assistiram a uma matinée infantil pela troupe Meyerber. Cf. *A Lucta*. nº 1396, 7-11-1909, p. 2.

e, em 1908, funcionou outro curso para adultos no Centro Escolar Rodrigues de Freitas. Na Associação de Instrução Popular, da Figueira da Foz, decorreu, em 1904, uma série de «Lições de coisas» dirigidas por José Carlos Barros, que incluíram temas como: «A origem e a formação da terra. Sua evolução»; «O sistema planetário»; «A latitude e a longitude da terra»; «O sistema métrico-decimal» e «Os fenómenos atmosféricos».

Com uma dimensão vincadamente profissionalizante registe-se, em 1907, a criação, pela recém-fundada Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, de um curso elementar de comércio.

Em 1909 Francisco Ferrer i Guardia, pedagogo e revolucionário espanhol, foi fuzilado em Barcelona, na sequência dos acontecimentos da «Semana Trágica» da capital catalã. Sob o impacto da morte do fundador da Escola Moderna, decorreu em Portugal, no ocaso desse ano, um movimento de homenagem, expresso em várias manifestações cívicas, contra a sua condenação. Sabemos que seu retrato passou a figurar nos seguintes clubes republicanos: Centro Republicano Alexandre Braga; Centro Republicano da Freguesia de Santa Isabel; Centro Republicano Rodrigues de Freitas, no Porto; Centro Estevão de Vasconcelos, no Barreiro; Centro Republicano José Falcão, em Coimbra. Foram proferidas conferências sobre o assunto, das quais destacamos a palestra de Lucinda Tavares sobre o método de ensino racional, proferida a 21 de Novembro de 1909, no Grémio Republicano de Alcântara; a mesma conferencista orou sobre esta temática, a 28 de Novembro de 1909, na Associação dos Caixeiros de Lisboa; a conferência de Paulino de Oliveira, no mesmo dia, no Centro Escolar Republicano de Setúbal; e a conferência de Leonardo Coimbra, a 11 de Dezembro de 1909, na Associação dos Lojistas de Lisboa, sobre «Educação Racional».

A morte de Ferrer ecoou fora da capital. Em Coimbra, por exemplo, a 13 de Outubro de 1909, os estudantes republicanos convidaram os operários para, no dia 15, em protesto pela morte de Ferrer, não trabalharem por um dia. A 17 seguinte realizou-se uma sessão solene no Centro Republicano Fernandes Costa para protestar contra o fuzilamento de Ferrer. Foi aprovada a proposta do estudante Gualberto Melo para se pedir à Câmara Municipal que se desse o nome de Ferrer a uma das ruas da cidade. Esta pretensão só seria acolhida a 20 de Outubro de 1910, tomando a Couraça dos Apóstolos o nome de Rua Francisco Ferrer. A fábrica de bolachas Joaquim Miranda &

Filho (Rua da Moeda) lançou no mercado uma bolacha com o nome «Homenagem à Escola Moderna».

Neste quadro martiriológico de Ferrer esboçou-se, ainda, a tentativa de importar o espírito da Escola Moderna fundada pelo republicano catalão. Dando seguimento a este projecto, foi inaugurada, em Novembro de 1909, na freguesia de S. Nicolau no Porto, a Escola Racional, por iniciativa do Centro Republicano Bernardino Machado e, em Janeiro de 1910, procedeu-se à criação da «Escola Liberal Francisco Ferrer» em Alcácer do Sal. No mesmo âmbito nasceu o Grémio de Educação Racional, com o fito de difundir o método de ensino de Ferrer, que assentou na prática e na experimentação, na valorização das ciências, na educação integral da criança e consequente libertação dos seus espíritos de todos os preconceitos.

Já depois da implantação da República continuou a ser recreado o espírito da escola moderna em instituições educativas. Em Coimbra era inaugurada a Sociedade de Educação Popular, a 18 de Março de 1913, com o objectivo de promover a cultura por meio de conferências, manifestos, livros, biblioteca e escola racional. Seis anos mais tarde, começou a ser organizado o Instituto de Educação Racional com as seguintes bases: «1º Criação de um instituto de educação e ensino racionalista em Coimbra, absolutamente estranho a qualquer escola política, tendente a dar à consciência humana uma base moral, científica e social; 2º Ao instituto estará ligada a existência de uma biblioteca de leitura e editora de uma revista de saída regular e de assinatura, emanando dele quaisquer outros elementos de propaganda, conferência, gravuras e folhas soltas de distribuição gratuita, excursões de estudo e divulgação, etc; 3ª Abertura de uma escola racional de ensino gratuito logo que as condições do instituto o permitam, ou pelo menos, iniciar e manter cursos nocturnos e por conferências; 4ª Fundar, desenvolver ou auxiliar núcleos congéneres muito especialmente dentro do concelho ou distrito: a) O produto das acções será destinado à propaganda racionalista do instituto, de maneira a colocá-lo à altura da sua levantada missão social; b) As acções em número ilimitado, não vencerão juros e são ou não reembolsadas conforme o desejo do subscritor»[321].

---

[321] Cf. *Gazeta de Coimbra*, 28-08-1919, p. 1.

Além das instituições educativas directamente dependentes dos organismos partidários, o movimento republicano penetrou em escolas aparentemente apolíticas, mas com objectivos concordantes com o discurso pedagógico antidinástico. Assim, foi evidente a «contaminação» democrática na Escola Marquês de Pombal[322], pertença da Academia de Estudos Livres ou, na Escola Oficina nº 1, inscrita na Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas. Sob a presidência de Luís Filipe da Mata, esta escola, fundada em 1905, «procurava aliar o ensino manual ao ensino espiritual na educação dos alunos e [...] ainda hoje existe»[323]. «Era a única escola que no Portugal dos princípios do século, se reivindicou, durante um período de tempo relativamente alargado, de um modelo sócio-pedagógico que poderíamos considerar alternativo aos modelos educativos tradicionais saídos das mutações industrialistas»[324] e a instituição educativa que melhor aplicou a educação nova, inspirada nas teorias pedagógicas de Pestalozzi, Fröebel e Spencer.

Tendo em consideração os dados apresentados, ocorrem-nos algumas questões que nos parecem pertinentes e que se prendem com o funcionamento da actividade instrutiva republicana. Que formação era veiculada pelas escolas antimonárquicas? Quais os recursos e meios de sustento destes organismos? Qual o balanço global e relativo da sua acção de popularização cultural?

Sobre a primeira questão, podemos concluir que a formação educativa e instrutiva difundida pelas escolas democráticas era diversificada e consentânea com a população-alvo a quem se dirigia. A assunção do analfabetismo como problema fulcral na sociedade portuguesa e sintoma profundo da decadência nacional, transparece no primado conferido às disciplinas de instrução primária existentes nas escolas republicanas, dirigidas quer a

---

[322] Em 1905 a Escola Marquês de Pombal realizou uma homenagem a Bernardino Machado, com a inauguração do seu retrato nas suas instalações, no Alto do Pina. Cf. *O Mundo*. nº 1682, 23-5-1905, p. 1.

[323] MARQUES, A. H. de Oliveira - *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. vol. I, p. 511.

[324] CANDEIAS, António - *Educar de Outra Forma. A Escola Oficina nº 1 de Lisboa, 1905--1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994, p. 28.

adultos, quer a crianças de ambos os sexos. Recorde-se que emancipar a mulher perpassava pela sua instrução de forma a promovê-la como educadora da cidadania, subtraindo-a da instrumentalização clerical. Por isso, alguns núcleos escolares contemplavam a instrução feminina de matriz básica (ler, escrever e contar), artística (desenho, lavores e música) e física (ginástica).

Além da instrução elementar, pretendeu-se complementá-la com uma formação geral e específica. Como enfatizámos, a Historia, pátria e universal, revestiu-se de grande importância para a inoculação axiológica democrática e para a construção do Estado-Nação. A par da História, leccionava-se a Geografia, e as Línguas (com predomínio do Francês).

A juntar a estas áreas do conhecimento, ainda que numa escala inferior, a escola republicana travejou a sua actividade demopédica na divulgação científica, socializando-a. Disciplinas como Física, Mecânica, Química, Matemática e Ciências Naturais foram as áreas científicas mais leccionadas. Isto explica-se porque foram os domínios da ciência com progressos de maior ênfase nos finais do século XIX.

Nos *curricula* das instituições escolares estudadas figuravam áreas de formação técnica e profissional destinadas a elevar a competência no trabalho. As disciplinas apresentadas configuravam o propósito de aprimorar a preparação de algumas profissões como comerciantes ou caixeiros (Escrituração Comercial, Introdução à Economia Política, Contabilidade Comercial, Prática de Escritório, Habilitação para Empregados de Caixa) e operários especializados (Geometria, Desenho Industrial, Electricidade). No âmbito da formação profissionalizante saliente-se o papel desempenhado pela Escola-Oficina nº 1 que facultou os cursos de Construção de Mobiliário e de Entalhador.

Proporcionar uma educação integral, tal como o republicanismo defendia, significava que a par do desenvolvimento das capacidades intelectuais, morais e cívicas, se estimulassem as faculdades artísticas e físicas. Não raras vezes, as escolas democráticas incluíam as disciplinas de Música (conhecimentos gerais e instrumentais), Desenho (de paisagem e ornato) e Lavores, mas também Higiene, Ginástica (sobretudo sueca) e aulas de Esgrima.

Dada a gratuitidade do ensino ministrado, a manutenção da oferta curricular por parte das instituições escolares antimonárquicas – junto das quais funcionavam outros organismos anexos, como postos médicos e de vacinação, banhos e cantinas – dependia de avultados meios humanos e financeiros. Além do financiamento partidário, havia que encontrar outras vias de sustento. Recorrendo à estrutura interna, as escolas recebiam quotas dos seus associados – por exemplo a Escola Maternal pedia 100 réis de quota mensal aos sócios – e, mais raramente, dinheiro proveniente de multas aplicadas aos alunos por mau comportamento.

Todavia, os organismos educativos engendraram diversos mecanismos de auto-sustentação económica. Muitos aliaram a componente lúdica, sociabilitária e de popularização cultural à vertente financeira, tendo promovido quermesses e tômbolas nos espaços escolares ou em locais públicos. Animavam-se saraus (literários, musicais e dramáticos), bailes (campestres ou em espaço coberto), exposições e vendas de trabalhos escolares. A título de exemplo, a comissão angariadora de fundos para a fundação de uma escola no Centro Republicano da Pena organizou, em 1909, quermesses, tômbola, bailes infantis, récitas e fogo-de-artifício. Também para a obtenção de fundos, o Vintém Infantil, em Canha, promoveu «cavalhadas, corridas de sacos, mastro de *cocagne* [...] arraial, fogos de artifício, iluminação à veneziana e quermesse»[325].

Em concomitância, procuraram-se estreitar os laços entre as diversas instituições escolares, e assim proporcionar um reforço do apoio económico, e a uniformidade pedagógica e instrutiva. Neste sentido, Feio Terenas apresentou, em sessão ocorrida na Academia de Instrução Popular, em 1897, a proposta de formação «de uma Liga das associações populares para o desenvolvimento da instrução e que dentro destas associações se forme a liga das escolas democráticas para os filhos do povo [...]»[326].

Posteriormente, decorria o ano de 1904, este paladino republicano concretizou o seu plano, ao projectar a criação da Liga Portuguesa de Ensino Laico, fundada a partir do Instituto Vintém das Escolas. O objectivo da Liga

---

[325] *O Domingo*. nº 473, 31-7-1910, p. 3.

[326] *Vanguarda*. nº 345 (2290), 25-10-1897, p. 3.

consistia em «promover em todo o país e por todos os meios possíveis iniciativas individuais ou colectivas em benefício da instrução popular»[327]. Em 1908, vindo de encontro ao anseio de Feio Terenas e por proposta de João de Menezes, foi organizada a Federação Escolar Democrática que contou com a adesão das seguintes escolas republicanas: Centro Escolar de Belém, Centro Escolar da Ajuda, Associação Promotora de Educação Popular, Centro Escolar e Eleitoral Rodrigues de Freitas, Centro Heliodoro Salgado, Grémio Republicano Federal, Centro Escolar Afonso Costa, Grémio Eleitoral e Escolar Alexandre Braga, Centro Escolar Democrático de Santa Isabel, Centro Escolar Fernão Botto-Machado, Centro Latino Coelho, Centro Democrático e Eleitoral Elias Garcia, Centro Escolar Republicano Capitão Leitão, Centro Escolar e Eleitoral da Pena, Centro Republicano «Pátria Nova», Academia de Estudos Livres, Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, Escola Oficina nº 1, Escola Liberal de Instrução Popular, Associação Escolar de Ensino Livre.

Por último, importa avaliar os resultados da acção escolar republicana. À guisa de balanço, no ocaso do regime monárquico, Ladislau Piçarra, em artigo intitulado «Congresso Escolar», questionava-se sobre o valor e a eficácia da actividade escolar democrática: «Mas os centros escolares republicanos que por aí vemos funcionar melhor ou pior instalados [...] desempenharão na realidade o seu verdadeiro papel social? As escolas que a democracia portuguesa está mantendo com tantos sacrifícios exercerão uma acção eficaz na regeneração do nosso povo? Se a regeneração do povo depende essencialmente da sua educação e se a educação consiste no desenvolvimento integral do indivíduo, considerado do ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico – se isto é assim – evidentemente que as escolas republicanas estão muito longe de cumprir a elevada missão que lhes deveria pertencer»[328].

O autor, respondendo às suas próprias interrogações, pondera que a falência da escola democrática residia no facto de não «preparar os cidadãos, e não os prepara porque não educa, porque ela não passa duma servil imitação da escola oficial. Ali se adoptaram os mesmos programas, os

---

[327] *Vanguarda*. nº 2890 (5741), 19-11-1904, p. 1.

[328] *A Lucta*. nº 1423, 4-12-1909, p. 1.

mesmos livros, os mesmos processos de ensino. De forma que feita a crítica da escola oficial está feita a da escola republicana. Então para que servem as famosas escolas republicanas? Dir-se-ia que foram criadas para celebrizar os nomes dos propagandistas mais em evidência»[329]. Partindo desta invectiva, o articulista republicano chega à conclusão que a única via de superação das lacunas apresentadas pela educação democrática passava, inevitavelmente, «pela realização de um congresso escolar [...] para definir o mais claramente possível o objectivo da escola primária, e de harmonia com esse objectivo estudaremos a melhor forma de organizar essa mesma escola»[330].

Apesar da demolidora avaliação de Ladislau Piçarra, consideramos que a escola republicana contribuiu com alguns avanços no domínio da educação e da pedagogia. Tendo sido estruturada sob o signo da modernidade, contra o modelo educativo oficial, epitetado de «jesuítico», o seu peso quantitativo, inserido no todo nacional, terá sido diminuto, mas importante, sobretudo em Lisboa. Qualitativamente, a escolarização democrática, impôs-se pela inovação das doutrinas pedagógicas que lhe estavam subjacentes e pela forma vanguardista de olhar o ensino, atribuindo-lhe um papel vital na transformação espiritual, na criação de uma nova opinião pública esclarecida e na defesa da função educativa do Estado, fundamental para a formação dos cidadãos e para a reprodução da República.

Se procedermos à avaliação do seu desempenho no universo da popularização cultural, a obra escolar republicana desenvolveu uma função decisiva. Conjuntamente com outros meios popularizadores, que seguidamente enunciaremos, a escola figurou como espaço de valor incontornável para a culturização popular. Por um lado, porque os seus resultados são mais visíveis e quantificáveis. Por outro, porque aliou mecanismos de enformação cultural que dificilmente se congregam num único meio culturizador. Assim, irmanou a prática da convivialidade com o fomento da solidariedade e do altruísmo. Exercitou, a uma escala reduzida, a vivência social do regime republicano, pela gratuitidade e obrigatoriedade de acesso à escola e, sobretudo, pela sua índole aconfessional. Inoculou saberes,

---

[329] *Idem*.

[330] *Idem*.

valores e práticas, ou seja, uma mundividência normalizada e unânime, a futuros cidadãos participantes no regime democrático. Teve, em suma, esmero em veicular uma mensagem formalmente acessível e de fácil interiorização.

Por tudo isto, a aposta no ensino como caminho de popularização cultural, revelou-se mais profícua do que qualquer outra. Certamente porque a *intelligentzia* republicana confiava que a enformação ideológica e axiológica das crianças seria mais frutuosa, sendo elas «almas» mais permeáveis à interiorização e reprodução dos valores democráticos e, portanto, à secularização e republicanização. Porém, a obra escolarizadora da República só podia ser definitivamente posta em marcha com o fim do regime monárquico e a instituição da obrigatoriedade e da laicidade no ensino à escala nacional.

A educação e instrução consubstanciaram a vertente de maior alcance na vida cultural democrática. Todavia, a escola não monopolizou a actividade popularizadora, tanto mais que no decurso da sua acção comungou e estabeleceu laços de interdependência com outros meios de transmissão cultural, sob os auspícios do movimento laico e republicano.

3.2. Meios em espaço aberto

3.2.1. Passeios/Excursões/Merendas

A época primaveril e estival convidava aos passeios e ao contacto com a natureza. É um facto que, nos finais do século XIX, a burguesia, estimulada pela emulação dos hábitos aristocráticos, desenvolveu o gosto pelo campo, vivificando uma espécie de *aurea mediocritas,* ainda que temporária e sazonal. Em França, por influência da célebre trilogia de Goldoni, *La Villegiatura*, passou a denominar-se por vilegiatura a «estadia que se faz no campo para distracção»[331].

---

[331] ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) - *História da Vida Privada*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990. vol. IV, p. 228.

Ao mesmo tempo que surge a atracção pelo ambiente campestre, a praia adquire um interesse especial e polariza o lazer da aristocracia e da burguesia durante os meses de veraneio. Nasce uma nova expressão, o turista, equivalente a viajante ou veraneante. Graças ao comboio e à densificação das redes ferroviárias, tanto o campo, como o mar, aproximam-se dos que deles pretendem usufruir, em virtude da redução do tempo e dos preços de viagem. Alarga-se o leque social dos que se iniciam na prática do «turismo».

Foi neste contexto de descoberta de novos ambientes de entretenimento e lazer, aliados aos benefícios para a saúde daí decorrentes e aos seus efeitos propagandísticos, que o clubismo democrático promoveu inúmeras excursões e passeios. Note-se todavia, que a sua realização não procedia exclusivamente da novidade que estas formas de sociabilidade representavam. Mergulhar no convívio com o campo era também uma forma de culto e de consagração laica da natureza, o que explica a emergência de múltiplos núcleos excursionistas entre o universo dos livres-pensadores. A prática excursionista republicana radica na acção dos círios civis. No congresso anticlerical de 1895, por iniciativa dos socialistas, nasceu a ideia de organizar estes núcleos com a finalidade de funcionarem como «missionários do livre-pensamento», deslocando-se ao interior do país, vulgarizando o laicismo.

A excursão era uma forma de comunhão com a natureza que congregava as componentes lúdica e sociabilitária, procurando cativar uma militância mais popular. Partir em grupo organizado para outros locais, representava um excelente instrumento de propaganda e de enformação ideológica dos elementos envolvidos directa ou indirectamente. Dito de outro modo, os passeios visavam a republicanização dos excursionistas e dos elementos dos locais de destino das viagens.

A esta luz interpretou João Chagas este novo meio de culturização. A descrição do publicista, dada à estampa nas *Cartas Políticas*, parece-nos reveladora da perspectiva democrática no que aos passeios dizia respeito: «Para esse fim [organizar uma excursão] juntam-se em grupos, mais ou menos numerosos, homens, mulheres e crianças, e cada um para a sua parte. Fretam um comboio, ornam as lapelas dos seus casacos, ou os seus cabelos

com as flores vermelhas, e eles aí vão, caminho de Aveiro, caminho de Viana, como republicanos sim, mas como *touristes* também, ávidos de ar livre, de campo, de relvas húmidas e de sombras frescas. Pelo caminho entram, se lá cabem todos, num ou noutro clube republicano, que se preparou para os receber, ouvem as boas vindas, trocam cumprimentos, trocam apertos de mão; mas é um instante, porque cada um está impaciente por se apanhar no campo, desdobrar a toalha, abrir os cabazes, devorar a merenda – a merenda republicana que, para os efeitos da alegria geral, é uma merenda sem a menor cor política»[332].

Ao alcance propagandístico e ideologizador do excursionismo, dedicou Inocêncio Camacho uma palestra, realizada no Centro Eleitoral Democrático de Lisboa, a 5 de Setembro de 1909. Na opinião do referido conferencista «um dos fins das excursões é desenvolver o sentimento de solidariedade e estabelecer entre os que a elas concorrem uma intimidade afectiva que não só permita, no presente, reunir valores dispersos para alcançar a desejada vitória – implantação da República – como servirá para, no futuro, a defender e consolidar»[333].

Além da função ideológica e afectiva, os passeios disseminavam nas «regiões visitadas a ideia nova, a clara consciência da sua força, o fermento activo da necessidade que tem a maior parte da nação (que é a que trabalha) de intervir decididamente no governo do país [...]»[334].

Considerando as potencialidades propagandísticas facultadas pelas excursões, o dirigente democrático propôs a sua tipificação em três categorias, definidas segundo o critério do local a visitar. No primeiro grupo eram incluídas «as terras onde seja ainda fraco e incipiente o núcleo republicano, mas já suficiente para obter uma sala ou recinto fechado onde se possa realizar uma conferência [...]»[335].

---

[332] CHAGAS, João - «Carta sobre os sucessos de Braga». In *Cartas Políticas*, já cit., vol. II, pp. 244-245. A notícia desta excursão portuense a Braga consta do jornal *Vanguarda*. nº 4519 (7390), 9-8-1909, p. 2.

[333] *A Lucta*. nº 1333, 5-9-1909, p. 1.

[334] *Idem*.

[335] *Idem*.

Inseridas no segundo grupo estavam as «terras onde há um núcleo relativamente numeroso de republicanos, mas ainda em minoria. Pode já organizar-se uma excursão de propaganda a esta localidade, mas ainda é indispensável que ela seja acompanhada por um conferente hábil, capaz de atacar de um modo rápido, mas incisivo, todas as questões económicas, ou políticas ou financeiras da terra visitada ou mesmo as que interessam ao amor próprio local, tudo com o sabor característico da região, mostrando dela um conhecimento mais do que profundo». Estas palavras deixam transparecer o desvelo em configurar o universo da ideologia democrática aos interesses locais e específicos das populações, nomeadamente as situadas fora da capital. Sabemos que, à luz do republicanismo, o argumento histórico revestia-se de indubitável efeito no que concerne à sedução e enformação ideológica da população-alvo. Através do recurso à retórica historicista dever-se-ia captar a atenção da assistência porque, «raro sucederá que nessa terra não haja um monumento, um edifício, um nome de rua até que permita fazer dela uma prelecção histórica tirando dela todos os ensinamentos úteis para a época presente»[336].

A concluir a tipologia, o terceiro grupo de terras integrava aquelas «onde impera de um modo decidido o ideal da república. O comício servirá apenas para manter o fogo sagrado [...]. Aqui já não é indispensável o homem de estudo, mas um homem de coração, dos que sabem fazer vibrar a alma popular»[337].

Pese embora a extensa descrição do conteúdo da palestra de Inocêncio Camacho, ela evidencia a intencionalidade que sobredeterminou a organização das excursões democráticas. De facto, o alcance atribuído a este tipo de manifestações culturais traduziu-se na sua promoção por parte de múltiplos organismos antimonárquicos. Na base da realização dos passeios estiveram clubes, comissões municipais, tunas e prosélitos republicanos a título particular.

À medida que a propaganda se foi robustecendo e multifacetando, com o aproximar da revolução, emergiram grupos republicanos exclusivamente

---

[336] *Idem*.

[337] *Idem*.

vocacionados para a actividade excursionista. Além da realização de excursões, estes grupos dedicavam-se à promoção de conferências. Por exemplo, o Grupo Excursionista «Os Democráticos» organizou uma série de conferências, iniciadas a 27 de Setembro de 1909, com uma palestra de Celestino de Almeida no Centro Rodrigues de Freitas. Logo em 1906 surgiu o Grupo Excursionista 31 de Janeiro, por iniciativa das Comissões Paroquiais de Santo André e S. Vicente. O grupo propunha-se organizar passeios para fora de Lisboa, para propagar com manifestos, folhetos, palestras, conferências e leituras públicas o ideal democrático. Três anos mais tarde foram inaugurados o Grupo Excursionista «Os Democráticos», o referido Grupo Excursionista «Os Democrático» Teófilo Braga, do Seixal[338] e o Grupo Excursionista Democrático do Socorro. A sua criação inscreveu-se no quadro de crescimento que o excursionismo conheceu no penúltimo ano da monarquia, durante o qual se realizaram 11 passeios antidinásticos a partir de Lisboa e arredores e se instalaram outras tantas agremiações, destinadas ao mesmo fim, no seio de associações operárias, de recreio ou círios civis (Quadro 5).

Tipificar as múltiplas viagens empreendidas por núcleos democráticos poderá acarretar alguma imprecisão. É que as excursões não eram exclusivamente de recreio, ou somente de propaganda. Antes, aglutinavam numa mesma estratégia ambas as funções, ora com pendor mais recreativo, ora com dominância propagandística. Os passeios de matriz predominantemente lúdica destinavam-se a comungar com espaços singulares da natureza ou a participar em festividades importantes. Registe-se, a título de exemplo, as excursões promovidas, em 1909, pelo Centro Republicano de Santarém ao ambiente garrettiano do Vale de Santarém e aos Olhos de Água (nascentes do rio Alviela) ou a viagem organizada pelo Centro Escolar Fernão Botto-Machado à Feira da Piedade, em Santarém.

Alguns circuitos não tinham destino único. Percorriam vários locais numa deambulação que privilegiava a comunhão com o mar ou o rio. Neste sentido, a Associação Escolar de Ensino Liberal realizou, em 1909, um passeio

---

[338] A 24 de Outubro de 1909 este grupo excursionista promoveu uma excursão à Arrentela para inaugurar o clube republicano local. Foi acompanhado pela Tuna Ordem e Progresso. Cf. *A Lucta*. nº 1383, 25-10-1909, p. 2.

Quadro 5 – Excursões Republicanas

Data	Organizador	Locais de excursão	Tipo de excursão
19-8-1888	Associação Escolar Fernandes Tomás	Cascais	Fluvial
23-9-1888	Centro Republicano Federal	Cascais	Fluvial
25-8-1889	Associação Escolar Fernandes Tomás	Cascais	Fluvial
1 e 2-9-1901	Clube José Falcão	Benavente	Fluvial
16-9-1906	Grupo Excursionista 31 de Janeiro	Alhandra	Fluvial
31-5-1908	Comissão Municipal Republicana do Seixal	Alhandra; Vila Franca de Xira	Fluvial
14-6-1908	Associação Escolar de Ensino Liberal	Alhandra e Vila Franca de Xira	Fluvial
12-7-1908	Centro Rodrigues de Freitas	Aldegalega e Vila Franca de Xira	Fluvial
2-8-1908	Grémio Federal Republicano	Setúbal	Terrestre
9-8-1908	Tuna Fernão Botto Machado	Barra, Trafaria, Porto Brandão e Vila Franca de Xira	Fluvial
20-8-1908	Tuna Fernão Botto Machado	Almada	Fluvial
6-9-1908	Centro Republicano António José de Almeida	Bombarral	Terrestre
2-5-1909	Centro Republicano de Setúbal	Aldegalega	Fluvial
6-6-1909	Associação Escolar de Ensino Liberal	Cais do Sodré-Paço d'Arcos - Trafaria - Aldegalega - Vila Franca de Xira - Cais do Sodré	Fluvial
11-7-1909	Comissão Municipal Republicana de Coimbra	Lousã	Terrestre
18-7-1909	Centro Republicano «Pátria Nova» de Carnaxide	Caldas da Rainha	Terrestre
1-8-1909	Grémio Republicano Federal	Santarém	Terrestre
29-8-1909	Centro Eleitoral Republicano de Lisboa	Abrantes	Terrestre
5-9-1909	Centro Escolar Republicano António José de Almeida	Bombarral	Terrestre
12-9-1909	Centro Escolar Democrático José Estevão	Torres Vedras	Terrestre
3-10-1909	Grupo Excursionista Teófilo Braga do Seixal	Alcochete	Fluvial
10-10-1909	J. Pedro Gomes, Zeferino Ramos e António Luís	Aldegalega	Bicicleta
24-10-1909	Grupo Excursionista Teófilo Braga do Seixal	Arrentela	Fluvial
1-5-1910	Centro Escolar Estevão de Vasconcelos (Barreiro)	Vila Franca de Xira	Fluvial
15-5-1910	Tuna Democrática António José de Almeida	Trafaria, Seixal e Vila Franca de Xira	Fluvial
26-6-1910	Grémio Republicano Federal	Paço d'Arcos, Aldegalega, Canal da Azambuja	Fluvial
24-7-1910	Centro Escolar Capitão Leitão (Almada)	Aldegalega e S. Julião da Barra	Fluvial
7-8-1910	Centro Escolar Republicano da Pena	Aldegalega e Vila Franca de Xira	Fluvial
21-8-1910	Juventude Republicana do Porto	Póvoa do Varzim	Marítimo
21-8-1910	Republicanos do Porto	Figueira da Foz	Terrestre
18-9-1910	Centro Republicano de Alcântara Dr. Bernardino Machado	Aldegalega	Fluvial

de barco pelo rio Tejo que partiu do Cais do Sodré e peregrinou por Paço de Arcos, Trafaria, Vila Franca de Xira, retornando ao Cais do Sodré.

Durante a viagem, fosse de barco ou de comboio, multiplicavam-se as actividades de ludismo e convivialidade, a par da divulgação ideológica. A música era uma presença indispensável nestas iniciativas culturais. Convidavam-se bandas ou tunas para acompanhar musicalmente e incitar ao canto o conjunto dos convivas. Por vezes, enquanto se ouvia a música, recitavam-se poesias, era servido um bufete e vendidas medalhas com a efígie dos dirigentes republicanos. Por exemplo, na excursão organizada pela Associação Escolar de Ensino Liberal, a 14 de Junho de 1908, com destino a Alhandra e Vila Franca de Xira, «a bordo tocava-se a *Marselheza* e vendiam-se medalhas com o retrato de António José de Almeida»[339]. Na excursão promovida pelo Centro Republicano Rodrigues de Freitas a Aldegalega, em 1908, Macedo Bragança proferiu uma conferência anticlerical a bordo do vapor durante o trajecto.

Consideramos, contudo, que da globalidade das viagens empreendidas, a maior parte estava incluída num programa propagandístico bem mais abrangente. Vários passeios foram organizados a algumas localidades com o objectivo específico de se proceder à inauguração de um novo clube ou mesmo à realização de comícios. Deste modo, alargavam-se as manifestações culturais e de solidariedade democrática a outras populações.

Frequentemente as excursões eram motivadas pela abertura de novos centros nas localidades de destino, assumindo o passeio um papel parcial dentro do conjunto vasto de iniciativas culturais agendadas. A título ilustrativo, atente-se ao programa da excursão ao Bombarral, conduzida pelo Centro Republicano António José de Almeida, a 6 de Setembro de 1908: «5.00h - Alvorada; 9.00h - Recepção aos excursionistas pelas filarmónicas do Bombarral e cortejo até ao Centro Escolar Republicano João Chagas; 11.00h - Inauguração do novo centro; 12.00h - Comício; 14.00h - Abertura da quermesse e torneio musical; 16.00h - Cavalhadas, corridas de bicicletas e distribuição de prémios. Actuação do orfeão infantil; 20.00h - Fogo-de--artifício e regresso dos excursionistas»[340]. Algumas excursões implicavam

---

[339] *Vanguarda*. nº 4099 (6970), 12-6-1908, p. 1.

[340] *Vanguarda*. nº 4184 (7055), 5-9-1908, p. 1.

a realização de comícios, previstos ou espontâneos, nas localidades por onde os excursionistas deambulavam. Foi por isso que o passeio agendado para 31 de Maio de 1908, a Alhandra e Vila Franca de Xira, pela Comissão Municipal do Seixal, não foi concretizado, uma vez que o governo impediu as manifestações dos digressionistas no percurso do seu passeio[341].

O eixo geográfico dinamizador das excursões foi Lisboa. Mas, como anteriormente sublinhámos, a capital inscrevia-se, no atinente à popularização cultural antimonárquica, na região envolvente de Setúbal e Vale do Tejo. Os diversos passeios realizados pelos núcleos da capital espelham a interligação do movimento republicano nessa área do país. Note-se que os destinos mais vulgares incidiam em Vila Franca de Xira, Aldegalega, Alhandra e Santarém.

Evocando a tipologia de Inocêncio Camacho, podemos concluir que as viagens de propaganda ocorriam, predominantemente, nas terras onde o movimento democrático já estava enraizado com clubes e núcleos culturais, valorizando-se assim «o homem de coração», em detrimento do «homem de estudo».

Os preços das excursões eram variados. No passeio de um dia que o Centro Escolar Fernão Botto-Machado organizou de comboio a Santarém, em 1907, a 2ª classe pagava 1$200 réis e a 3ª 800 réis. A quantia de 500 réis foi o custo do bilhete no vapor a Aldegalega e Vila Franca de Xira, em visita promovida pelo Centro Escolar Democrático de Santa Isabel, no mesmo ano.

A mobilização organizada de agrupamentos republicanos, além das excursões, assumiu outras formas igualmente lúdicas e saudáveis. Ainda que escassos, realizaram-se alguns passeios velocipédicos, em 1909, da responsabilidade do então fundado Grupo dos Seis Pedalistas Democráticos. Entre os meses de Julho e Agosto o grupo promoveu deslocações em bicicleta a Bucelas e a Sintra que culminaram com um lauto repasto. Temos ainda notícia da realização de um outro passeio velocipédico promovido por J. Pedro Gomes, Zeferino Ramos e António Luís, a 10 de Outubro de 1909, com destino a Aldegalega. Caso único foi a corrida pedestre organizada por

---

[341] *Vanguarda*. nº 4085 (6956), 29-5-1908, p. 1.

um grupo de sócios da Sociedade Promotora de Educação Popular. O circuito teve o seu início na estação de caminhos-de-ferro de Cascais, passando por Parede, Paço d'Arcos, Algés e Alcântara. Os participantes foram recebidos na sede da Sociedade pela Tuna desta agremiação.

Na mesma linha de ludismo, podemos inserir as «merendas democráticas». Destinavam-se a locais singulares da natureza (pinhais, quintas…) e tencionavam estimular a convivência entre adultos ou crianças. Para enobrecer a festa faziam-se discursos e conferências. Por vezes, estas iniciativas eram acompanhadas por grupos musicais que animavam os excursionistas enquanto se compartilhava a merenda. Foi o caso da Sociedade Musical União Piedense e do Grupo Musical «Os Amigos» que acompanharam a merenda democrática realizada no Pinhal das Arribas do Mar, na Parede.

Além da solidariedade e do recreio, as deslocações propiciavam a aquisição intuitiva de conhecimentos a partir da observação directa da natureza, o que vinha de encontro a uma das linhas isotópicas da pedagogia republicana, uma vez que o «método intuitivo directo é o único que convém na escola primária, além do experimental. […]. É efectivamente no campo e lendo o livro sempre aberto e sempre belo da natureza que melhor se pode estudar e compreender a geografia, as ciências naturais, a agricultura, etc…»[342].

Entre múltiplos exemplos elucidativos do alcance atribuído aos passeios pedagógicos, destacamos o pic-nic, de 15 de Maio de 1910, na Quinta da Fonteneira que envolveu 60 alunos do Centro Escolar «A Luta», de Queluz, durante o qual a professora deu uma lição de Botânica e, a finalizar, houve lanche e convívio. Um outro caso foi a «excursão camponesa» que envolveu os alunos da escola do Centro Republicano Afonso Costa, de Canha. A 24 de Abril de 1910 as crianças, acompanhadas pelo professor, passearam pela margem direita da ribeira local e foram à pesca com canas executadas nas aulas. Posteriormente, lancharam, cantaram a *Portuguesa* e ouviram uma palestra sobre conhecimentos úteis. Regressados à escola, decoraram as salas de aula com flores.

---

[342] «Passeios e excursões escolares». In *A Escola*. nº 206, 30-9-1905, p. 1.

Com base nesta perspectiva pedagógica de valorização da observação e do conhecimento prático, ocorreram inúmeras visitas de estudo promovidas por centros escolares republicanos. Como reconhecia Feio Terenas, «é nas excursões escolares que o aluno pode adquirir uma educação completa porque aviva e exercita as faculdades intelectuais pela cultura do espírito, revigora o corpo nos exercícios físicos e até apura as faculdades afectivas do coração na convivência alegre e amena dos companheiros»[343]. Conclui-se das palavras do dirigente antidinástico a «tridimensionalidade» dos passeios de estudo. Estimulavam, em simultâneo, o enriquecimento cognitivo e cultural, animavam a afectividade e exercitavam fisicamente os participantes.

À imagem do elogiado Clube Alpino francês, «que é a organização que mais tem contribuído para o desenvolvimento do gosto pelas excursões e a ele se deve a melhor propaganda em favor da educação física adquirida por meio delas»[344], promoveram-se diversas visitas a monumentos, fábricas, centros e escolas democráticas, envolvendo alunos e professores (Quadro 6).

Neste domínio salientou-se, pelo seu empenho, a Sociedade Promotora de Educação Popular que, entre os anos de 1907 e 1908, realizou excursões à Fábrica de Calçado a Vapor (na Rua do Conselheiro Pedro Franco), Mosteiro dos Jerónimos, Casa Pia de Lisboa, Castelo de S. Jorge, Casa Correcional de Caxias, Sé de Lisboa e Convento de Mafra. Este leque multifacetado de destinos aglutina locais de interesse científico, histórico-patrimonial e solidário.

Algumas visitas proporcionavam permutas inter-escolares. Nas vésperas da República, os alunos e professores do Centro Republicano de Sacavém, visitaram a escola do Centro Fernão Botto-Machado e a Missão Elias Garcia da Portela de Carnaxide recebeu as crianças da Sociedade de Instrução Popular do Cruzeiro da Ajuda, acompanhados pela Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo. Mais completo foi o passeio da Escola Liberal de Setúbal a Aldegalega (Montijo), enriquecido com uma sessão solene que contou com a participação de António José de Almeida, Ana de Castro Osório e Maria Veleda e em que alunos de ambas as escolas recitaram poesias.

---

[343] «Excursões Escolares». In *Froëbel*. nº 17, 1884, p. 129. Sobre este assunto, veja-se ainda os artigos com o mesmo título de João de Sousa Teles inclusos no mesmo jornal, nº 14, 1883, p. 1 e nº 16, 1883, p. 121.

[344] TERENAS, Feio - «Excursões Escolares». In *Idem*. nº 19, 1884, pp. 145-146.

Quadro 6 – Visitas de estudo organizadas pelas escolas republicanas

Data	Escola	Destino da visita
02-02-1906	Centro Escolar Rodrigues de Freitas	Passeio pelo Campo Grande
01-11-1907	Sociedade Promotora de Educação Popular	Fábrica de Calçado a Vapor na Rua do Conselheiro Pedro Franco
22-12-1907	Sociedade Promotora de Educação Popular	Mosteiro dos Jerónimos
15-03-1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Casa Pia de Lisboa
17-05-1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Castelo de S. Jorge
27-06-1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Casa Correccional de Caxias dirigida pelo Pe. António de Oliveira
06-09-1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Sé de Lisboa
27-09-1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Convento de Mafra
27-09-1908	Escola Oficina nº 1	Cooperativa de Estufadores (Vila Franca de Xira)
04-04-1909	Escola Liberal de Setúbal	Arrábida
29-08-1909	Escola Liberal de Setúbal	Aldegalega
10-03-1910	Centro Escolar de Belém	Escola da Portela de Carnaxide (Missão Elias Garcia)
10-04-1910	Centro Escolar de Belém	Escola de Caselas-Portela
24-04-1910	Centro Republicano Afonso Costa (Canha)	Campo Grande
12-06-1910	Missão Elias Garcia (Carnaxide)	Portela de Carnaxide
24-07-1910	Centro Republicano de Sacavém	Centro Escolar Fernão Botto-Machado

Estes momentos de reforço da sociabilidade eram «como que oásis venturosos e ridentes na vida dos professores e das crianças. Socialmente são de uma comunicabilidade e de uma sugestão de ideais progressivos e altruístas [...]»[345]

Podemos concluir que os princípios que presidiram à programação destas visitas traduzem implícita e explicitamente o núcleo axial da moral social republicana. Senão vejamos, percorrer algumas indústrias propiciava o contacto directo com a aplicação das mais recentes descobertas científicas e visitar edifícios representativos do património histórico animava o amor pela pátria que deveria radicar no conhecimento da sua história objectivada materialmente em edifícios e monumentos. O convívio contíguo com instituições de carácter assistencial facilitava a vivificação do ideal de solidariedade e altruísmo.

[345] «Festas escolares». In *A Escola*. nº 31, 16-6-1903, p. 1.

3.2.2. Touradas

As manifestações taurinas tinham unicamente um carácter de beneficência financeira aos clubes e às escolas democráticas. O Centro Celestino de Almeida, de Aldegalega, promoveu anualmente, a partir de 1907, uma tourada cujo produto reverteu para a sua escola. Igualmente, em Alcochete realizaram-se duas corridas tauromáquicas, em 1908, a favor do centro escolar republicano local. Como se compreende, iniciativas deste jaez estiveram circunscritas a localidades com tradições taurinas.

3.2.3. Quermesses

A realização de tômbolas e quermesses foi, desde a década de 80, um dos principais recursos para a angariação de fundos a favor dos centros e das escolas democráticas. Geralmente eram organizadas por sócias dos grémios que recolhiam objectos vários para o sorteio e edificavam as barracas. Ao longo de feriados e fins-de-semana os espaços interiores e, sobretudo, exteriores das agremiações ou algumas praças públicas, pejavam-se de militantes que, ao som das filarmónicas acompanhantes, compravam rifas em busca da sorte. Mas o intuito não era mais do que conviver contribuindo com auxílio.

Se é certo que a maior parte destas iniciativas foi desenvolvida isoladamente, casos houve em que as tômbolas integraram um programa cultural mais vasto. Na verdade, eram o momento inicial festivo de um lato repertório recreativo ou de divulgação ideológica. Com a finalidade de angariar fundos para o seu estabelecimento institucional, o Grupo Tomás Cabreira promoveu, em 1909, uma quermesse na abertura de um sarau dramático e desportivo que incluiu assalto de espadas, fados, prestidigitação, imitações, récita de monólogos e de cançonetas. Também a Escola Infantil dos Filhos do Povo fez reverter para a instituição o produto dos bazares e dos bailes (infantil e para adultos) que decorreram no Chalet do Rato em 1884. Cada sorte das tômbolas custava 20 réis.

De pendor mais propagandístico foi a série de bazares organizados, em 1889, pelo Centro Fraternidade Republicana. No decurso do mês de Junho,

os fins-de-semana foram recheados de quermesses, seguidas de conferências comemorativas do 1º Centenário da Revolução Francesa. O diário *O Século* publicou o programa das conferências: a 2 de Junho orou Magalhães Lima; a 6, Augusto José Vieira; a 13, Heliodoro Salgado; a 16, Eugénio da Silveira; a 23, José Nunes da Mata; a 28, Carlos Calisto; e a 30, Augusto José Vieira.

3.2.4. Bodos aos pobres

Os bodos aos pobres eram manifestações que traduziam alguns dos principais esteios da moral social republicana: a solidariedade e o altruísmo. Max Nordau enquadra-se nesta linha de pensamento, ao frisar que «[...] a distribuição de fatos e de outros objectos por crianças pobres, públicos testemunhos de estima [...], dá a quem nela tomar parte o sentimento verdadeiro das obrigações dos homens uns para com os outros e dá a união que por laços de solidariedade, entre si devem manter»[346]. O mesmo autor conclui: «A solidariedade não deve ser apenas a fonte de toda a moral, tem de ser também ainda [...] a fonte de todas as instituições»[347].

Distribuir bodos aos pobres, adultos ou crianças, correspondia a um acto simbólico para assinalar uma ocasião festiva por meio da vivência da fraternidade. Em comemorações centenárias (morte de Manuel Fernandes Tomás, Restauração, morte de José Estevão, Revolução Francesa, entre outras), em aniversários de clubes ou na inauguração de agremiações democráticas era frequente ofertar dinheiro a necessitados – dos bodos que registámos, as ofertas monetárias variaram entre 250 réis e 700 réis a cada indivíduo –, alimentos e vestuário. Foi o caso do Centro Republicano Bernardino Machado que, para assinalar o aniversário da Revolução Francesa, promoveu, a 14 de Julho de 1907, um bodo aos pobres que constou de ½ Kg de carne, ½ Kg de arroz, 125 g de toucinho, 1 pão de ½ Kg e 100 réis em dinheiro. Foram contemplados 102 pobres e mais 50 só com dinheiro.

---

[346] NORDAU, Max - *As Mentiras Convencionais da nossa Civilisação*. Lisboa: Empresa do Almanaque Encyclopedico Illustrado, 1908. vol. I, p. 65.

[347] *Idem*. p. 208.

Se os destinatários fossem crianças, o bodo incluía vestuário, calçado e ainda material escolar. A repartição fazia-se, geralmente, aos pobres da freguesia a que pertencia a instituição distribuidora (Quadro 7).

Quadro 7 -- Distribuição de bodos aos pobres por agremiações republicanas

Data	Organizador	Festividade	Bodo
24-8-1884	Clube Eleitoral Democrático 15 de Setembro de 18120 de Cacilhas	Homenagem a Manuel Fernandes Tomás	20 esmolas de 500 réis cada
24-8-1884	Clube Escolar Artístico	Homenagem a Manuel Fernandes Tomás	76 esmola pelos pobres da freguesia da Pena
26-10-1884	Clube Escolar Artístico	Distribuição de prémios aos alunos da escola	Fatos para as crianças pobres
1-12-1888	Clube Razão e Justiça	Comemoração da Restauração	Bodo a 40 pobres
14-7-1889	Junta Republicana da Paróquia de Santa Engrácia	Comemoração do Centenário da Revolução Francesa	Bodo a 100 pobres
11-8-1889	Vários Clubes Republicanos	Comemoração do Centenário de José Estevão	Bodo a 200 pobres
27-09-1905	Centro Escolar Afonso Costa		
30-10-1905	Comissão Republicana da Freguesia do sacramento	Comemoração da visita de Loubet	48 esmolas de 700 réis, 17 de 350 réis e 1 de 250 réis
25-03-1907	Centro Republicano de Belém	Inauguração do Centro	Bodo a 125 pobres
05-05-1907	Centro Alexandre Braga	Inauguração da bandeira do Centro	500 réis a cada um de 40 pobres
14-07-1907	Centro Republicano Bernardino Machado		Alimentos e dinheiro a 152 pobres
10-11-1907	Centro Republicano Democrático Liberdade (Évora)	Sessão solene	Vestuário a 5 crianças
25-12-1907	Centro Democrático do Socorro	Sessão solene	20 esmolas a pobres da freguesia
15-03-1908	Centro Democrático do Socorro	Sessão solene	Bodo a 20 pobres
12-04-1908	Centro Republicano de Santos	Sessão solene	Vestuário a 156 crianças
13-09-1908	Centro Democrático do Socorro	Homenagem a Heliodoro Salgado	Bodo a 20 pobres
03-01-1909	Tuna da Sociedade Promotora de Educação Popular	Comemoração do 1º aniversário da Escola	Bodo aos pobres e distribuição de vestuário
22-08-1909	Centro Escolar Alferes Malheiro	Inauguração do Centro	Vestuário a 15 crianças
25-12-1909	Centro João Chagas	Natal	Bodo a 15 crianças
09-01-1910	Centro Republicano da Pena	Comemoração do 1º aniversário da Escola	Bodo às crianças pobres da escola
16-01-1910	Centro Fernão Botto-Machado	Comemoração do 4º aniversário do Centro	Bodo às crianças pobres da escola
27-03-1910	Centro Andrade Neves	Abertura da aula	Bodo às crianças pobres da escola
07-08-1910	Centro Republicano «A Lucta» (Queluz)	Festa Escolar	Vestuário a crianças pobres
31-07-1910	Centro Tomás Cabreira	Comemoração do 1º aniversário do Centro	Bodo a 25 pobres e vestuário para crianças
16-09-1910	Sociedade Promotora de Educação Popular	Comemoração do 6º aniversário da Sociedade	Vestuário a crianças pobres

3.2.5. Festas cívicas

Ladislau Piçarra arvorou as festas cívicas à categoria de «elemento de propaganda da mais elevada importância»[348]. De facto, estas festas públicas socializavam o culto da natureza, da pátria, do homem e da história, para inocular a axiologia cívica democrática, com recurso ao unanimismo resultante da religação da atomicidade individual. Consistiam em manifestações ritualizadas e litúrgicas em torno de um universo simbólico e paradigmático que exprimiam o ideário republicano e cimentavam a emergente sociedade e moral republicana. Os símbolos da natureza, dos mortos ou dos heróis vivos, seleccionados a partir da filogenia historicista antidinástica, reproduziam a premência em legitimar simbolicamente o novo regime.

— *A festa da Árvore*

Entre as ritualizações cívicas de maior alcance situa-se a festa da árvore. Segundo Borges Grainha, deve-se à instituição maçónica a sua introdução em Portugal[349]. Todavia, foi no contexto das revoluções americana[350] e francesa que o culto cívico da árvore surgiu. Cultuar a árvore é uma forma concreta de celebrar o mundo natural, de o «sagrar paganistamente» e reproduz, por outro lado, «a crença na liberdade do homem e na capacidade perfectibilizadora da sua acção em que nele se expressa»[351]. Além do culto da árvore, a canonização laica da natureza traduziu-se em expressões cívicas

---

[348] «Propaganda republicana». In *A Lucta*. nº 1692, 2-9-1910, p. 1.

[349] *História da Franco-Maçonaria em Portugal, 1733-1912*. Lisboa: Veja, p. 189.

[350] «Os Estados Unidos da América do Norte celebram todos os anos uma bela festa para estímulo dos agricultores e para incutir no cérebro e no coração das crianças o amor à árvore. Os alunos das escolas públicas e particulares são ali conduzidos a determinado lugar, onde cada um planta uma árvore, explicando-se-lhes quais as condições favoráveis para o desenvolvimento da planta e a utilidade da árvore, segundo o género a que pertence». Igualmente «a Irlanda instituiu a Festa da Árvore em 17 de Maio de 1904, e depois a Espanha, onde as crianças das escolas, já no ano de 1907, plantaram 78532 árvores». «Árvore». In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. 3, p. 453.

[351] CATROGA, Fernando - *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal*. vol. I, p. 608.

como a Festa da Primavera[352] ou a Festa da Flor. Esta última foi promovida em Maio de 1909 pela vereação republicana da capital. Entre várias conferências e solenizações, a festividade ficou assinalada esteticamente pela decoração floral de muitas das ruas de Lisboa. Sob a presidência democrática da edilidade lisboeta, a comissão organizadora da Festa da Flor era composta pelos republicanos Anselmo Braancamp Freire, Tomás Cabreira e Miranda do Vale.

O simbolismo da consagração da árvore espelha, em última análise, uma leitura panteísta e, simultaneamente, humanizada da natureza. Tal como a árvore só faz sentido na floresta, também o indivíduo só se eleva pela sua função social e solidária. Logo, à sagração da árvore esteve subjacente a sagração do homem, mas também da história.

Como as comemorações dos «grandes homens» ou dos «grandes acontecimentos», as liturgias da árvore enquadravam-se numa perspectiva linear, progressiva e optimista de tempo. Além de símbolo da fecundidade e da fertilidade, a árvore encarna o ideal de liberdade, de regeneração cósmica ou vitalidade cíclica. É uma força criadora, símbolo da vida em perpétua evolução e ascensão e da união do contínuo e descontínuo. Em suma: «l'arbre, pour elle, est d'abord un témoin. Il survit aux hommes, exprime une durée qui n'est pas à leur, arrache à l'oubli les événements révolutionnaires dont il fut contemporain et dont il parait être l'archive»[353]. É, por isso, um elemento de religação temporal entre o passado, o presente e o futuro. Para a posteridade regista a memória da liberdade e vivifica o ideal de perfectibilidade.

Em face do que foi exposto, o culto cívico da árvore adquire um significativo alcance no quadro do ideário e da propaganda democrática. Em torno desta manifestação litúrgica cimentava-se a força da comunidade, consensualizavam-se sentimentos e edificava-se uma memória colectiva simbólica e histórica. Se é certo que a ritualização cultual da árvore deveria ser uma festa colectiva e nacional, os seus actores e destinatários

---

[352] Em Maio de 1909, a Junta de Paróquia de S. Romão de Carnaxide, promoveu as festas da Primavera. A abrir as festividades, Maria Veleda falou sobre a sua origem. Cf. *Vanguarda*. nº 4425 (7306), 17-5-1909, p. 1.

[353] OZOUF, Mona - *La Fête Révolutionnaire 1789-1799*, p. 417.

principais eram exclusivamente as crianças. Sobre a importância da festa da árvore para o público infantil foram proferidas algumas conferências, entre as quais salientamos a palestra de Simões Raposo Jr., decorrida na Sociedade Musical de Linda-a-Velha, a 28 de Março de 1909, promovida pela Junta de Paróquia da Freguesia de Carnaxide, sobre «Razão de ser da festa da árvore como desenvolvimento das crianças e instrução geral – sua utilidade»[354]. Compreende-se que a árvore, pela sua dimensão física, dava corpo a valores da moral republicana, representificando-os. Além disso, estabelecia-se uma correlação geracional estreita entre as crianças e os frutos das árvores, reflectida exemplarmente no diálogo de Ana de Castro Osório intitulado *A Árvorezinha e o Menino*: «Pois está dito, boa árvore/Não usarei crueldade/E daqui para o futuro/Em mim verás amizade//E a toda a gente direi/Todo o bem que tu nos fazes/Ninguém mais te fará mal/Nem meninas, nem rapazes»[355]. No ideário demopédico a árvore afigurava-se como pedagoga e instrumento importante de republicanização social e axiológica dos futuros cidadãos. Cultuá-la significava educar civicamente e educar para a vida, como se depreende das palavras de Lourenço Correia: «Vamos prestar culto à natureza e por consequência à terra e ao trabalho [...] Aos pequeninos das diversas escolas vamos ensinar a trabalhar fazendo a cerimónia da festa da árvore»[356].

As primeiras festas escolares democráticas inscrevem-se num contexto de acesa contestação à monarquia e ao clericalismo. No derradeiro triénio do constitucionalismo dinástico a questão do regime e a questão religiosa constituíram os motes cardinais do combate republicano. E foi neste quadro sócio-político que o movimento antimonárquico procurou tornar o culto da árvore um hábito cívico. O alcance concedido a este festejo traduziu-se na sua elevação a festividade nacional depois de instaurada a República. Assim, registe-se a criação, em 1913, por iniciativa d'*O Século,* da Sociedade do Culto da Árvore. Foi a partir deste ano que, por iniciativa do semanário *O Século Agrícola,* a festa da árvore se generalizou a todo o país (Quadro 8).

---

354 Cf. *Vanguarda*. nº 4385 (7256), 27-3-1909, p. 1.

355 S. Paulo: Casa Editora «Para as Crianças», 1913, p. 103.

356 *Vanguarda*. nº 4381 (7252), 23-3-1909, p. 1.

Quadro 8 – Cronologia das principais festas da árvore anteriores à República

Data	Local	Promotor	Tipo de plantação	Participantes
26-5-1907	Seixal	Liga Nacional de Instrução (Borges Grainha e Velhinho Correia)	2 árvores no centro da vila	cerca de 200 crianças
6-1907	Pernes	Professor Gil Oliveira Mendonça		
19-12-1907	Lisboa	Liga Nacional de Instrução	38 árvores (olaias) na Rua Alexandre Herculano	alunos de várias escolas
22-12-1907	Setúbal	Escola Liberal de Setúbal	1 árvore no Campo de Bonfim	alunos da escola
22-12-1908	Lisboa	Liga Nacional de Instrução	arborização da Avenida Casal Ribeiro	cerca de 2400 alunos das escolas da capital
27-12-1908	Lisboa	Escola Marquês de Pombal (da Academia de Estudos Livres)	1 cerejeira no jardim da escola	alunos da escola
24-1-1909	Barreiro		1 árvore no Largo da Alegria	
14-3-1909	Setúbal	Associação de alunos da Escola Liberal de Setúbal	1 árvore no Campo de Bonfim	alunos da escola

A primeira festa da árvore realizou-se a 26 de Maio de 1907, no Seixal, sob os auspícios da Liga Nacional de Instrução. Enquanto plantavam duas árvores no centro da vila, cerca de 200 crianças entoaram hinos acompanhados por filarmónicas[357], enaltecendo assim «a auto-suficiência ôntica da natureza e a sua eterna reprodução»[358].

Em meados desse ano, o professor Gil Oliveira Mendonça organizou individualmente uma festa da árvore em Pernes, para os alunos da sua escola. Segundo o promotor, esta celebração cultual consistia «numa proveitosa lição a dar às crianças, incutindo-lhes o amor pelas árvores»[359] e concluía: «Faz-se mister que se generalize a festa da árvore e que se frise bem às crianças o quanto elas nos são proveitosas [...]»[360].

No último mês de 1907, a Escola Liberal de Setúbal realizou a festa ritualizada da plantação de um lódão no Campo do Bonfim. Do programa constava a abertura, com uma conferência no Salão Recreio do Povo pelo

---

357 Cf. *Vanguarda*. nº 3780 (6651), 27-5-1907, p. 2. Iconograficamente a festa encontra-se registada na revista *Illustração Portugueza*, 10-6-1907, p. 712.

358 CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol II, p. 449.

359 *Educação Nacional*. nº 563, 30-6-1907, p. 369.

360 *Idem*.

escritor e lente de agronomia Paulo Nogueira sobre a «Árvore», seguida do canto da *Sementeira* pelo Orfeão da Escola Liberal e da recitação dos versos *Árvore Cortada* por Paulino de Oliveira. Como se constata, pelo repertório apresentado, o lançamento da árvore à terra era o culminar de um leque de expressões culturais que preparavam o momento alto, solenemente enriquecido pelo cântico a propósito da *Sementeira*.

A capital conheceu a sua primeira plantação da árvore em finais de 1907, por iniciativa da Liga Nacional de Instrução e, sobretudo, devido ao empenho de Manuel Borges Grainha. Ao som de bandas musicais lançaram-se à terra 38 árvores na Rua Alexandre Herculano.

Mas, foi no fim de 1908, que Lisboa, já sob vereação republicana, celebrou faustosamente a festa da árvore. Cerca de 2400 crianças arborizaram a Avenida Casal Ribeiro, enquanto entoavam a *Sementeira*, *Hino das Escolas*, *Barca Vela*, *Partida das Andorinhas* e *Hino do Trabalho*.

No mesmo mês a Escola Marquês de Pombal, incluída na Academia de Estudos Livres, procedeu solenemente ao plantio de uma cerejeira no jardim da escola, acto preludiado por uma palestra de Paula Rodrigues sobre «As vantagens das árvores».

Em 1909 ocorreram as derradeiras festas da árvore no período da monarquia. No início do ano foi plantada uma árvore no Barreiro, no Largo da Alegria. Os festejos prolongaram-se com uma sessão solene, no Teatro Independente, que contou com a participação de Borges Grainha, Bernardino Machado e Ana de Castro Osório.

Com o intento de angariar fundos para a criação de uma cantina escolar, a associação de alunos da Escola Liberal de Setúbal organizou o plantio de uma árvore no Campo do Bonfim. A festividade incluiu ainda a participação do Grupo Musical Feio Terenas e a prelecção de Ana de Castro Osório, subordinada ao tema «A festa da árvore e as cantinas escolares». À noite os alunos realizaram uma récita literário-dramático-musical no Salão Recreio do Povo.

Pese embora não incluísse no seu programa a plantação de árvores, *O Século* promoveu uma festa dedicada às crianças que pela riqueza de actividades merece ser referida. Decorreu a 6 de Dezembro de 1908, na

Praça do Campo Pequeno, e envolveu algumas centenas de crianças. Houve cortejo com 900 ciclistas de Lisboa e da província. «Na Praça, para além da distribuição dos prémios em dinheiro, realizou-se um concurso de artistas tauromáquicos, alguns números desportivos, como a luta de tracção à corda, jogo da Rosa, por cavalheiros, jogo do pau, a cavalo, jogo da Palma, por 40 ciclistas, saltos em altura, à vara e houve uma corrida pedestre com 500 corredores»[361].

Mas as celebrações cívicas democráticas alargaram-se para além da festa da árvore. A homenagem a figuras póstumas ou vivas polarizou uma multiplicidade de expressões culturais sustentadas doutrinariamente no culto religioso-positivista do «grande homem». Por meio de encenações simbólicas revestidas de solenidade, aspirava-se à evocação exemplar de personalidades e de factos ou instituições que conferissem legitimidade histórica e nacional à República.

— *O culto do «grande homem»*

As ritualizações cívicas não se confinaram à recordação dos ídolos democráticos (ou «democratizados») do passado. Também se rememoravam figuras vivas, proeminentes do partido, através de encenações de matriz antropocêntrica e, principalmente, antropolátrica. Uma das formas mais frequentes de tributo consistia no descerramento de retratos do homenageado em centros republicanos, cerimónia inserida em sessão solene. No entanto, trata-se de ritualizações celebradas em meio fechado que abordaremos em alínea próxima.

Entre a multiplicidade de festividades cívicas centradas nas figuras eminentes do meio partidário salientamos, a título exemplar, a homenagem a prestar a Bernardino Machado. em meados de 1907. A iniciativa partiu de um grupo de republicanos motivados pela greve académica que envolveu o professor universitário. Do programa constava um cortejo cívico com destino à casa do homenageado, com a seguinte ordem:

---

[361] *Vanguarda*. nº 4277 (7148), 7-12-1908, p. 1.

1º - Escolas primárias do sexo masculino;
2º - Escolas primárias do sexo feminino;
3º - Escolas industriais, comerciais e agrícolas;
4º - Associações escolares;
5º - Estudantes dos liceus;
6º - Associações de classe e outras;
7º - Estudantes dos cursos secundários e superiores;
8º - Professorado primário, secundário e superior;
9º - Associações científicas;
10º - Imprensa, representações individuais e comissão executiva do cortejo.

(Entre cada uma das colectividades e à frente e na cauda vão bandas de música, fanfarras e tunas)[362].

Cada escola e associação arvoraria o seu estandarte, enquanto as crianças levariam flores para depor à porta de Bernardino Machado. Cantar-se-ia então a *Sementeira* e seria ofertada ao homenageado uma medalha de ouro. A condicionalidade da descrição justifica-se em virtude da proibição do cortejo cívico pelo governo civil de Lisboa. Ainda assim, a leitura da disposição do cortejo permite-nos concluir que o seu objectivo consistia em tomar as crianças como protagonistas da homenagem, simbolizando uma festividade cívica celebrada pela geração futura, à qual Bernardino Machado dedicara importantes estudos de índole pedagógica e empírica[363].

Apesar da proibição do cortejo cívico e do apertado policiamento das ruas, Bernardino Machado recebeu em sua casa uma delegação de crianças que cantaram a *Sementeira,* tendo sido em seguida lida uma mensagem e proferido um discurso por Teófilo Braga. A culminar a festa, foi entregue

---

[362] *Vanguarda*. nº 3819 (6696), 5-6-1907, p. 2.

[363] Cf. FERNANDES, Rogério - *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

uma medalha comemorativa em ouro com o busto do homenageado e a data de 28-7-1907. No reverso a legenda «Não movido de prémio vil» e a data do pedido de exoneração de lente da Universidade de Coimbra 16-4--1907. Esta homenagem repercutiu-se em Viseu, e na sua sequência, o Centro Democrático local instalou a luz eléctrica nas salas e inaugurou a retrato de Bernardino Machado emoldurado de rosas. A propósito deste tributo foi escrito e cantado o *Hino das Escolas* que posteriormente seria entoado em várias festividades republicanas.

Já no final de 1907, o mesmo caudilho republicano foi homenageado pelos alunos da 176ª missão das Escolas Móveis, que realizaram uma romagem cívica a sua casa, acompanhados por uma troupe musical. Seguidamente, o cortejo dirigiu-se à casa da viúva de João de Deus.

Não obstante o culto de personalidades vivas patente nos exemplos acima descritos, as festas cívicas democráticas convergiram para a evocação de figuras do passado inscritas na filogenia republicana. Buscava-se a rememoração de personagens ou acontecimentos em ordem à rentabilização da sua exemplaridade para o presente, através de uma leitura republicanizada da história. A politização e socialização dos valores do republicanismo dever-se-ia fundar nos modelos do presente, pautados nos arquétipos do passado. E isto torna-se mais evidente se pensarmos que o republicanismo é, em última análise, um historicismo, o que nos conduz à conclusão, adaptando o axioma comteano, que «o exemplo dos mortos tutela a educação dos vivos». Esta antropolatria visava uma sociolatria, ou seja, o culto positivista do Grande Ser, a Humanidade.

O ano de 1880 marcou o dealbar do comemoracionismo democrático. Inspirado nas homenagens a Voltaire e a Rousseau, o Tricentenário Camoniano constituiu um momento exemplar de culto do «grande homem» nacional apropriado pelo movimento republicano. Mais do que uma evocação estagnada no passado, a celebração do jubileu do poeta aspirava «tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para o renascimento»[364].

---

[364] BRAGA, Teófilo - *História das Ideias Republicanas em Portugal*, p. 163. Sobre este assunto veja-se ainda a obra do mesmo autor *Os Centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

Dois anos mais tarde, Pombal, «democratizado» pela sua faceta antijesuítica, foi alvo de nova celebração cívica.

Estas grandes festas nacionais, pela aturada e minuciosa abordagem de que foram objecto, justificam na economia do nosso estudo apenas uma abordagem sucinta. Limitamo-nos a evocá-las como quadro modelar de referência de outras comemorações menos estudadas que emergiram no seio da estrutura orgânica do partido e cujos reflexos não terão extravasado para além da esfera da militância partidária. Em capítulo próprio focaremos de forma mais aprofundada o significado simbólico destas comemorações incluindo as camonianas e pombalinas.

No seguimento da festa nacional do Tricentenário de Camões, o movimento democrático promoveu um leque de festas cívicas no âmbito interno do partido, mas cujo escopo se compaginava com a homenagem às personalidades paradigmáticas da nação. O que se depreende da evocação cívica de «homens representativos» é a sua apropriação republicana quer tivessem pertencido ao movimento ou não.

A entabular a sucessão de festividades cívicas, várias agremiações democráticas tomaram, em 1881, a iniciativa de trasladar os restos mortais de Francisco Vieira da Silva para o cemitério ocidental de Lisboa[365]. A sua existência de associativista foi glorificada pela exemplaridade. A festa teve o apogeu no cortejo cívico formado por associações da capital e deputações da província, culminando com o descerramento do busto do homenageado e com a oração fúnebre de Policarpo Lisboa.

O elogio histórico da biografia do ex-tipógrafo reflecte uma exegese decantatória dos seus feitos paradigmáticos, logo pedagógicos, abordados «à luz de uma escala axiológica que sopesava os seus contributos para a gesta perfectibilizante da humanidade»[366]. Vieira da Silva, nas palavras do orador, consubstanciava o ideal antropolátrico, porquanto era um entre os demais «heróis que se sacrificam por uma ideia verdadeira de que depende

---

[365] Igualmente promotor do associativismo, José Fontana foi alvo de grandes festividades quando, em 1884, os seus restos mortais foram trasladados para o cemitério ocidental de Lisboa. Esta manifestação cívica envolveu republicanos e socialistas. Cf. *O Século*. nº 990, 1-4-1884, p. 1.

[366] CATROGA, Fernando - *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865-1911*. vol. II, p. 831.

o bem-estar do homem, é mais ainda que um dever, é um princípio de dignidade inerente aos cidadãos que não deixam corroer-se na inércia criminosa estes organismos vitais compreendidos sob a forma sublime de 'humanidade'»[367]. E, assinalando o alcance pedagógico, patriótico e unanimizador destas festividades, sublinhava que «nestas ocasiões o povo aprende a amar e a venerar a pátria, amando e venerando os seus filhos que a glória cobre duma auréola verdadeira a que nem a calúnia nem a ambição mais poderosa conseguem tirar o brilho; é nestas ocasiões que o povo vibrado no recôndito de seus mais augustos sentimentos aprende a sacrificar-se ao mesmo tempo que a ser orgulhoso e activo para com todos os seus concidadãos [...]. Façamo-los compreender pelas massas, mostremo-lhes os exemplos frisantes de dedicação e amor por eles prestados à causa popular, demo-lhes lições práticas que, sendo mudas, falam mais alto ao sentimento do que todos os oradores possíveis»[368]. Pelo seu contributo para o progresso da humanidade em consequência do seu valor sociológico e nacional, o homenageado figurava na hagiografia antropológica dos «obreiros da civilização», daqueles que mereciam a irrupção arquetípica da sua modelaridade.

A focalização detalhada do exemplo acima exposto permite-nos extrapolar algumas analogias, quanto aos ritos e aos objectivos, com outras romagens a túmulos. Muitas delas inseriam-se na vida interna dos clubes. Assim, eram frequentes as manifestações cívicas à tumba dos patronos dos grémios ou dos seus antigos sócios. Como exemplo ilustrativo das primeiras, indicamos a comemoração do aniversário da morte de Xavier de Paiva, com uma manifestação cívica promovida pelo clube com o mesmo nome. O cortejo, com cerca de 300 pessoas, saiu do grémio até ao cemitério. A exemplificar as segundas, registe-se a homemagem do Centro Republicano de Cacilhas, a 2 de Setembro de 1888, ao seu antigo sócio Augusto Maria da Silveira Júnior, com uma romagem ao cemitério. A 8 de Julho de 1883, o Clube Passos de Manuel, realizou um cortejo cívico à sepultura de António Gomes dos Reis, seu antigo fundador.

---

[367] *O Século*. nº 200, 6-9-1881, p. 1.

[368] *Idem*.

Outras revivescências inscreviam-se num programa mais vasto de comemorações e festividades. A título de exemplo registamos, entre a multiplicidade de celebrações cívicas de carácter tanatológico, algumas ocorridas em 1884. Em Janeiro deste ano o Clube Henriques Nogueira retomou a evocação do autor dos *Estudos da Reforma,* rememorando a solenidade que lhe dedicara no ano transacto. Depois da sessão solene, realizada na sala do clube, decorreu uma romagem à sepultura do homenageado, enriquecida com discursos baseados na sua vida e obra.

Com igual formato fora planeado, ainda em 1884, o cortejo cívico de homenagem a Manuel Fernandes Tomás, previsto para 24 de Agosto. Face aos contornos que a manifestação adquirira, o poder deu ordem para que a polícia a interrompesse abruptamente. Certamente, que mais do que reactivar a memória do herói vintista, o movimento republicano visava, simbolicamente, afirmar a sua legitimidade assegurada pela herança da revolução liberal. A diversidade dos participantes representava a integração sociabilitária das multiplicidades sociais. Estavam previstas para participar no cortejo associações operárias e profissionais, agremiações solidárias, clubes e imprensa republicana.

Aproveitando o filão dos «homens representativos», foram organizados muitos outros desfiles cívicos, rumo aos túmulos ou às estátuas dos homenageados. Ficou célebre a romagem cívica à estátua de Camões, a 11 de Fevereiro de 1890, na sequência da reacção republicana e nacionalista ao Ultimato inglês. A manifestação resultou na prisão de Jacinto Nunes e de Manuel de Arriaga, dando origem à chamada «campanha dos apitos» que Fialho de Almeida celebrizou caricaturalmente na revista *Trinca-Fortes na Parvónia*. Mas as romagens com um caudal mais significativo foram dedicadas a Sara de Matos. Desde a sua misteriosa morte, em Julho de 1891, no convento das Trinas, o sepulcro da jovem foi destino de vários cortejos em sua homenagem. Nesta manifestação associaram-se republicanos, socialistas e livres-pensadores, a coberto da Associação do Registo Civil, numa expressão cívica de anticlericalismo e propaganda laica.

O falecimento prematuro de Heliodoro Salgado, a 12 de Outubro de 1906, cedo o elevou à galeria hagiográfica republicana. O seu enterramento civil, tal como sucedera, em 1891, com o de Elias Garcia, revestiu-se de

grande espectacularidade, visível no caudaloso cortejo cívico que, pelas ruas da capital, dava expressão a uma significativa manifestação funerária da matriz laica. Os discursos então proferidos à beira da sepultura, recreados nas posteriores romagens aos respectivos túmulos, deixavam transparecer o exemplo da sua actuação histórica que importava elevar à guisa de parábola. Heliodoro Salgado voltaria a ser novamente homenageado com romagens ao seu túmulo em 1907 e 1908.

Decorria o ano de 1910, quando Elias Garcia foi de novo merecedor de uma manifestação cívica em sua memória. Realizou-se um cortejo desde a Cova da Piedade, local onde viveu, até à casa onde terá nascido, onde foi descerrada uma lápide alusiva à comemoração. O cortejo cívico contou com os seguintes participantes: Academia Almadense; Câmaras Municipais de Almada e Lisboa; Cooperativas de consumo; Escola e Centro Republicano Capitão Leitão; Associações de classe; Clubes de recreio; Filarmónica Piedense; Montepios; Escola e Centro Republicano Afonso Costa; Centro Republicano António José de Almeida; Vintém das Escolas; Escola de Carnide; Centros democráticos; Filarmónica Fonte Santa; Maçonaria; Directório do Partido Republicano Português; Comissão Municipal de Lisboa; Vintém Privativo; Comissões municipais; Deputados republicanos; Comissão organizadora; Incrível Almadense.

Um caso marcante de culto *pos-mortem* de uma figura proeminente do partido, que cedo deixara o mundo dos vivos, foi José Falcão. Ao seu túmulo, no cemitério de Santo António dos Olivais, em Coimbra, acorreram inúmeras romagens nos finais da monarquia e nos primeiros anos da República, ou a 14 de Janeiro, data da sua morte, ou a 31 de Janeiro, data da intentona republicana que ele chefiou em Coimbra. As romagens caíram depois em desuso e foram retomadas a 31 de Janeiro de 1931, por iniciativa do jornal académico republicano *A Revolta*.

Sendo certo que algumas das festas cívicas aqui retratadas objectivam a crença democrática no valor pedagógico e exemplar da rememoração do passado por meio da invocação de personalidades arquetípicas, os republicanos não escamotearam a celebração de factos históricos de matriz nacionalista. Seria uma forma de popularizar a história, enquanto festejavam, por inerência, alguns dos valores do republicanismo.

A título de exemplo, indicamos o cortejo cívico comemorativo da Restauração de 1640, promovido em 1886, por vários clubes, cujo trajecto iniciado no Terreiro do Paço culminava simbolicamente nos Restauradores, com a deposição de uma coroa de bronze no monumento aos heróis do 1º de Dezembro. O desfile teve a seguinte ordem: 1º - Escolas primárias; 2º - Escolas secundárias; 3º - Associações; 4º - Comissões eleitorais (clubes e associações republicanas); 5º - Sociedade Filarmónica; 6º - Batalhão escolar; 7º - Câmaras municipais; 8º- Comissão de festejos; 9º- Comissão Executiva.

A rentabilização doutrinária da história passava, igualmente, pela celebração cívica de acontecimentos internacionais marcantes do ponto de vista democrático. O primeiro centenário da Revolução Francesa envolveu muitos organismos republicanos lisboetas (Clube Fraternidade Republicana, Clube Razão e Justiça, Centro Republicano Federal, Escola Infantil para os Filhos do Povo, Junta Republicana da Paróquia de Santa Engrácia, Clube Henriques Nogueira, Centro Eleitoral Republicano das Freguesias dos Anjos e S. Jorge e Directório do Partido Republicano Português) e de fora da capital (Centro de Propaganda Democrática do Norte e Centro Republicano de Grândola). Das comemorações do 14 de Julho de 1889 constaram invocações decorativas (fachadas com iluminação nocturna, decoradas com bandeiras francesas), culturais (conferências, sessões, solenes, saraus literários), lúdicas (bailes) e gastronómicas (banquetes), sempre com acompanhamento musical.

O 1º aniversário da impantação da República no Brasil, que ocorrera a 15 de Novembro de 1889, foi assinalado pelo Clube Henriques Nogueira, Centro Republicano Federal de Lisboa, Centro Fraternidade Republicana, Clube Febo Moniz, Clube Razão e Justiça, Associação Escolar Vieira da Silva, Associação Escolar Fernandes Tomás. Do programa comemorativo destacamos os banquetes e as sessões solenes.

Podemos concluir que as festas cívicas foram fundamentais para a edificação de uma nova memória. Além de constituírem manifestações reprodutoras de uma cultura política, eram momentos enroupados em religiosidade laica, na medida em que suscitavam a unanimidade e o consenso em torno de um facto/personagem modelar.

3.3. Meios em espaço fechado

3.3.1. Conferências

De entre a globalidade dos meios de popularização que concedem primazia à oralidade, as conferências foram, certamente, as mais comuns. Fossem prelecções de índole cultural ou eleitoral, avulsas ou integradas em ciclos, as palestras dominaram a dinâmica cultural do movimento republicano e dos seus clubes. Mas qual foi efectivamente a importância deste veículo de propaganda? Max Nordau atribuiu-lhe grande alcance. Para este autor, «as prelecções de um sábio, expondo os fenómenos da natureza, os discursos de um homem político que trata das questões do dia, provocam no auditório um interesse incomparavelmente mais intenso e mais directo do que o palavreado empolado dum pregador que conta mitos e dilui fastidiosamente dogmas»[369].

Num horizonte de pensamento semelhante situava-se Ladislau Piçarra, ao advogar a necessidade de «realizar por todas as terras séries de conferências que, sem fatigarem o auditório, o instruam e moralizem. Essas conferências, para exercerem um papel altamente civilizador, devem ser feitas por indivíduos estudiosos de espírito reflectido e sensato, frio e sereno, que não se deixem arrastar pelos entusiasmos da multidão»[370]. E recomendava: «Tais conferências para produzirem todo o efeito intelectual e moral que se pretende, devem ocupar-se dos variados ramos que se compõe o saber humano: a geografia, a história, a física, a química, a economia, a política, a higiene, etc. Tudo isto são coisas que muito bem podem explicar-se ao povo por meio de conferências»[371]. Daqui se infere o valor das palestras como instrumento de (en)formação directa das populações, resultante do contacto estreito entre o orador e o público. Além disso, propiciavam a divulgação de variadíssimos saberes, imprescindíveis a uma culturização democrática abrangente.

---

[369] *Ob. cit.* vol. I, p. 65.

[370] «A propaganda republicana». In *A Lucta*. nº 1692, 2-9-1910, p. 1.

[371] *Idem*.

Reiteramos que na economia do presente trabalho, foram as conferências as principais fontes de informação, não apenas pela sua dimensão qualitativa – fornecendo uma panorâmica fiel da multiplicidade temática que dava corpo ao projecto culturizador republicano e que frequentemente ecoava na imprensa partidária –, mas também pelos registos quantitativos que permitem aferir os diversos ritmos de popularização cultural.

Na base da organização das prelecções estavam os centros ou outros núcleos partidários (comissões paroquiais, municipais, distritais e Directório). Com alguma demagogia, João Chagas, nas suas *Cartas Políticas,* sublinhava que «os centros republicanos promovem muitas conferências. As conferências [...] não é o partido republicano que as inspira ou promove, mas o povo republicano que as solicita, que o insta, que quase o coage a levar às suas assembleias as lições do seu saber e da sua experiência e os estímulos da sua fé»[372]. O alcance atribuído às conferências reflectiu-se estatutariamente na grande maioria dos organismos democráticos. Dos estatutos a que acedemos, todos exaravam a realização de palestras como um dos seus objectivos nodais. Inclusive, o Centro Fraternidade Republicana publicou um folheto intitulado «Propaganda Republicana», cujo produto revertia para a realização de conferências públicas em Lisboa e na província.

A captação do teor da conferência pela assistência dependia da linguagem e dos recursos utilizados. Com esse fim, chegavam-se a utilizar imagens e projecções para ilustrar a mensagem, ou realizavam-se experiências com o objectivo de demonstrar alguns princípios científicos. Pretendia-se tornar o conteúdo divulgado acessível a uma população de baixo nível cultural, conferindo-lhe um cariz prático e visível. A este propósito referiu-se Brito Camacho, em conferência realizada na Sociedade Promotora da Educação Popular, a 2 de Junho de 1907. O orador propunha-se fazer no futuro conferências com projecções para que os auditores estivessem mais atentos. E justifica: «Um conferente deve considerar-se sempre mestre diante dos seus alunos; fala-lhes para que aprendam e não simplesmente se fazer

---

[372] «Carta sobre as responsabilidades do partido republicano perante a acção popular». vol. IV, p. 6.

aplaudir».[373]. O esforço popularizador reflectiu-se ainda na organização de alguns ciclos de prelecções destinadas especificamente a um público pouco culto. Exemplos disso foram as «Palestras Populares sobre conhecimentos úteis», promovidas pelo Centro Republicano Fernão Botto-Machado, em 1907, e o «Curso dominical de educação cívica»[374], realizado no mesmo ano no Centro Eleitoral Republicano da Pena, destinado a «dar instrução vulgarizada por formas simples»[375].

3.3.2. Sessões solenes

Outra das formas mais frequentes de ritualização democrática consistiu na realização de sessões solenes. Correspondiam a cerimónias em que se celebravam, com solenidade, acontecimentos de vária índole: inauguração de um clube; inauguração de um retrato ou de uma bandeira[376]; comemoração do aniversário do grémio; data histórica importante; evocação da morte ou do nascimento de uma figura eminente; abertura de uma escola ou do ano escolar; sessão de exames e distribuição de prémios aos alunos.

Frequentemente, estas cerimónias inscreviam-se num quadro de celebrações mais lato. Iniciavam-se com a distribuição de bodos a um número simbólico de pobres, em géneros (alimentos e vestuário) ou dinheiro. A concluir servia-se um almoço, quando o público-alvo era as crianças, ou um banquete, quando os agentes envolvidos eram adultos.

O ideário republicano valorizava os ícones na capacidade de que estes eram geradores de consensos e religavam os indivíduos, o que justifica

---

[373] *Vanguarda*. nº 3787 (6658), 3-6-1907, p. 2.

[374] *Vanguarda*. nº 3716 (6577), 13-3-1907, p. 3.

[375] *Idem*.

[376] A título de exemplo, indicamos as festas da inauguração das bandeiras do Centro Escolar Fernão Botto-Machado, em cerimónia presidida por Heliodoro Salgado, a 9 de Setembro de 1906 (Cf. *Vanguarda*. nº 3534 (6395), 10-9-1906, p. 2); da Sociedade Promotora de Educação Popular, a 28 de Outubro de 1906, sob a presidência de Magalhães Lima (Cf. *Vanguarda*. nº 3583 (6444), 29-10-1906, p. 1); e do Centro Republicano Alexandre Braga, a 5 de Maio de 1907, também presidida por Magalhães Lima. (Cf. *Vanguarda*. nº 3759 (6630), 6-5-1907, p. 1).

solenização dos actos de inauguração dos símbolos, como as bandeiras e os retratos.

Muitas sessões solenes ritualizavam a comemoração dos aniversários de clubes e de personalidades, o que conduzia ao revisitar da história e à criação de uma memória colectiva democrática.

A solenização da fundação de escolas traduzia a vitória da instrução sobre o obscurantismo e da República sobre o clericalismo. As crianças eram integradas nas festividades, participando com representações teatrais, recitação de poesias e cânticos. Seguidamente, recebiam um lanche que estreitava o convívio entre professores, alunos e dirigentes republicanos. Por norma, estas sessões, que integravam a participação infantil, decorriam de dia. À noite continuava-se a sessão, mas só entre adultos. Discursava-se sobre o valor da educação e da instrução e enaltecia-se a obra escolar do movimento democrático.

A escola era um espaço decalcado em pequena escala do todo social. E, tal como na sociedade – de acordo com o liberalismo –, o mérito individual devia ser incentivado e premiado pela ascensão social. Neste sentido, também as escolas laureavam os seus melhores alunos em festas de encerramento do ano escolar. Os prémios podiam ser em géneros (livros) ou em dinheiro. Invocamos, para ilustrar esta ritualização, o exemplo da sessão solene de beneficência escolar, realizada a 29 de Setembro de 1907, na Escola Conde Ferreira e que contou com a presença de Agostinho Fortes. A festa foi animada pela Orquestra Seixalense. Recitaram-se várias poesias. O caudilho republicano discursou sobre o papel da instrução na regeneração social. De seguida recitaram-se mais poesias. Houve um concerto de fados e recitaram-se dois monólogos. Foi servido um lanche às crianças e a sessão foi encerrada com um baile.

Quando decorriam nos centros democráticos, as sessões solenes integravam unicamente sócios dos clubes e dirigentes republicanos e eram preenchidas com discursos e músicas, por bandas convidadas ou por grupos musicais democráticos. Mas, o exemplo acima referido, mostra a intervenção republicana fora da esfera clubista do partido, procurando promover os valores do republicanismo em organismos extra-partidários.

3.3.3. Récitas

A realização de récitas (dramáticas, musicais e literárias) obedeceu a uma tripla intencionalidade. Em primeiro lugar, tinham uma função recreativa e geradora de convivialidade. Segundo, pretendeu-se, por um meio de entretenimento, veicular ideias e enformar consciências. E, finalmente, estas actividades culturais tornavam-se expedientes de angariação de fundos para a subsistência de diversos organismos partidários.

Ficou célebre o primeiro sarau dramático de que temos notícia, realizado com o fito de socorrer financeiramente o jornal federalista *O Rebate*, dirigido por Carrilho Videira. Decorreu no Teatro do Príncipe Real, a 17 de Dezembro de 1873. Magalhães Lima, nas suas memórias, descreve a récita: «O espectáculo foi composto de duas comédias, recitando-se nos intervalos a poesia – *Ao Combate*, de Bettencourt Rodrigues, então estudante de medicina e outra de Gomes Leal, sob o título – *O mundo velho*. Ambas obtiveram uma ovação emocionante. [...] Tocou-se por quatro vezes a *Marselheza*, que os espectadores ouviram de pé, e descobertos. Quando se tocou pela segunda vez o hino nacional da França, apresentou-se em cena uma linda criança, de barrete frígio na cabeça [vestida de «verde e escarlate» segundo as memórias de Homem Cristo], uma bandeira vermelha na mão direita e um número do *Rebate* na esquerda. Foi um delírio!»[377].

Do núcleo total de récitas, as teatrais foram claramente as mais abundantes. Contabilizámos um cômputo de 86 récitas, em que 73 (82,5%) eram exclusivamente dramáticas ou tinham a componente dramática, 33 (41%) musical e 22 (23,2%) literária.

Para a consecução das exibições dramáticas convidavam-se companhias de teatro, amadoras ou profissionais. Entre estas, destaque-se a participação da Companhia do Teatro do Ginásio, Companhia do Príncipe Real e a Companhia da Rua dos Condes. Registe-se ainda a cooperação de actores profissionais, como Carlos Posser (que encenou um grupo de amadores republicanos), Pepa, Joaquim de Almeida, Vale e Virgínia. Mas casos houve

---

[377] LIMA, Magalhães - *Episódios da minha Vida*. vol. I, pp. 59-60. Veja-se ainda a descrição constante em CRISTO, Homem - *Notas da minha Vida e do meu Tempo*. vol. II, p. 98.

em que os recitais dramáticos resultaram do voluntarismo democrático. Por vezes levaram-se às tábuas do palco dramas ensaiados e representados por sócios de clubes republicanos ou crianças das escolas democráticas.

Além destes grupos efémeros, constituíram-se, autonomamente, ou inseridos na orgânica dos grémios, vários núcleos dramáticos. Um grupo de republicanos organizou uma sociedade dramática em Alcochete, liderada por António Pereira Coutinho, que cedeu parte do seu palácio para nele se edificar um teatro. Em 1884 formou-se o Grupo Dramático Republicano, unicamente dedicado às actuações teatrais nas festividades antidinásticas. Um outro núcleo com igual nomenclatura surgiu em 1908 e, nesse ano, foi ainda criado o Grupo Dramático Ordem e Progresso. O Centro Republicano do Socorro instituiu, em 1909, o Grupo 15 de Julho (Grupo Dramático) e o Grupo União Mocidade Democrática Intransigente fundou, em 1910, uma troupe dramática que também promovia bailes e conferências. Neste mesmo ano, o Centro Republicano de Belém fundou o Grupo Dramático Infantil, vocacionado «para a criança melhor aprender e ser educada»[378]. A conjugação institucional das componentes instrutiva e teatral materializou-se na criação, em 1907, do Teatro-Escola Heliodoro Salgado. Este organismo escolar era sustentado economicamente pelas representações dramáticas que a companhia Alfredo Guedes, ou núcleos de alunos, realizavam no seu edifício teatral. Uma das representações teatrais decorreu a 7 de Junho de 1908. A companhia representou o drama *Fidalgo e Operário* e a comédia *Não tem Título*.

Sendo a dramaturgia e o palco meios inequívocos de propaganda e de educação, que poderão ser rentabilizados para a divulgação de um qualquer projecto ideológico, como foi encarado o teatro por parte do movimento republicano? Do ponto de vista teórico a interpretação comteana da função da dramaturgia e do proscénio enquadra a opinião de Teófilo Braga expressa no prefácio da peça *Gomes Freire*. Na esteira de Shakespeare e Schiller, o autor positivista sublinhava que «o drama histórico tornou-se a expressão teatral hodierna por excelência, em contraposição à tragédia antiga. [...] Nesta crise de transição da síntese católico-feudal em conflito

---

[378] Foi inaugurado a 3 de Abril de 1910. Cf. *A Lucta*. nº 1539, 2-4-1910, p. 2.

com a aspiração revolucionária para uma Idade sociocrática e normal, é o drama histórico que nos pode apresentar os *altos caracteres*, como tipos de imitação, e dar-nos a lição objectiva dos grandes sucessos como uma animada *experiência sociológica*»[379].

A perspectiva teofiliana não era, porém, consensual. No pólo oposto situou-se Manuel Pinheiro Chagas, que no prefácio ao *Drama do Povo,* veio a terreiro, num contexto polemista, redarguir as invectivas que apodaram a sua obra de republicana. Em resposta às críticas que lhe foram imputadas, o dramaturgo ripostou: «Propaganda! Bem pensava eu em propaganda! Vinha eu mesmo, no ano da graça de 1875, defender em pleno teatro moderno, essa república de Platão, que era o áureo sonho desse honrados cismadores! Se eu fosse republicano, e quisesse fazer um drama de propaganda, lançava-me em plena sociedade moderna, atacava, não a realeza absoluta, que está morta, mas a realeza constitucional, não a nobreza que já não existe como corpo político, mas a burguesia que nos governa, não os frades que passaram, mas os padres que criaram uma influência ainda enorme na sociedade actual!»[380].

A evolução do movimento republicano foi contemporânea de uma nova teoria e *praxis* dramática, cultivada a partir da *comédie sérieuse* e do teatro romântico de actualidade, segundo o qual o drama tem o dever de intervir e morigerar a sociedade. Abordado como móbil de mutação cultural e política, o teatro esboça o seu carácter de «compromisso» (*committment*) ainda em finais de Oitocentos.

À época, o discurso e a prática teatral apresentavam-se como meios singulares a recorrer para a doutrinação e educação política democrática[381]. Sobretudo se considerarmos o elevado grau de analfabetismo que assolava o país, a linguagem dramática, sendo de fácil compreensão e assimilação,

---

[379] BRAGA, Teófilo - Prefácio a *Gomes Freire. Drama Historico*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1907, pp. VI-VII.

[380] CHAGAS, Manuel Pinheiro - *O Drama do Povo. Drama em tres actos*. Porto: Livraria More de Francisco Silva Mengo-Editor, 1876, p. XXVI.

[381] Cf. ARANTES, Hemeterio - *O Parlamentarismo e o Moderno Theatro. Conferencia proferida no salão nobre da Liga Naval Portugueza em a noite de 29 de Janeiro de 1917*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1917.

facilitava o exercício da demopedia. As produções teatrais já então eram concebidas como os «livros dos analfabetos», tal como após a revolução voltariam a ser consideradas, segundo o decreto de 25 de Maio de 1911.

Foi nesta atmosfera teórica que Luís da Mata publicou, no jornal *Vanguarda,* três artigos intitulados «O teatro do povo». Segundo o articulista, na escala artística a literatura é a arte que melhor serve a educação popular e, dentro do domínio literário, «o teatro aparece em primeiro lugar pela independência em que está de qualquer instrução preliminar com o seu aproveitamento pelos que lhe possam experimentar a influência educativa. Não quer isto dizer que as outras artes não possam experimentar a influência educativa. Não quer isto dizer que as outras artes não possam mesmo fazer propaganda de ideais avançados: podem-no porém, apenas em menor grau»[382]. Em que residia a vantagem culturizadora do teatro? «Na rapidez com que uma tese é apresentada, desenvolvida e defendida. Em alguns actos, em algumas horas, passam como num animatógrafo, uma história completa, muitos quadros da vida, muita dor humana [...]. E como o esforço de concentração é pequeno; por pouco duradouro, as imagens apreendidas fixam-se e duram muito mais tempo no cérebro». E conclui, «o teatro é a forma literária entre nós mais atrasada [...] [que deve ser colocada ao serviço] do apostolado de ideais humanos de justiça, de paz, da liberdade, do Bem Universal»[383].

Em resumo: o teatro, nomeadamente na sua vertente popular, revestiu-se, segundo Luís da Mata, de uma dupla função educativa. Por um lado, era um meio de formação ideológica e, por outro, servia de veículo de educação artística, que preparava o cérebro do povo inculto para as mais elevadas expressões artísticas e estéticas. Mas a acção demopédica do palco só podia ser dirigida por «intelectuais que, possuindo cérebro pensante, vêem o Mal, a Infâmia, a Injustiça e contraem nessa visão o dever absoluto de combater toda a miséria e de pregar o bem!»[384].

---

[382] *Vanguarda*. nº 1724 (3671), 23-8-1901, p. 1.

[383] *Idem*.

[384] *Vanguarda*. nº 1726 (3673), 25-8-1901, p. 1.

Equacionar a cultura teatral popularizada pressupõe uma avaliação do género dramatúrgico e do teor das peças representadas, nomeadamente em festividades organizadas pelos clubes republicanos. De uma amostra por nós recolhida de 86 récitas, dramáticas ou mistas, concluímos pela predominância da comédia em relação ao drama. Por norma, quando subiam ao proscénio peças de matriz ideológica (dramas sociais, anticlericais ou antimonárquicos) eram mitigadas com cenas cómicas, geralmente entreactos, monólogos, entremezes[385] ou comédias em poucos actos. À representação dramática associava-se uma importante componente musical que enroupava operetas, cançonetas ou zarzuelas. Assim se republicanizava e entretinha, transmitindo uma mensagem acessível, sob o ponto de vista formal e de conteúdo. Podemos igualmente, nesta leitura, encontrar relações paralelas nas récitas musicais, em que a música erudita foi entremeada pela música popular. O recurso a peças de curta duração comprova a dimensão privada e não-profissional deste tipo de representações, típica dos saraus privativos do século XIX.

No atinente aos enredos teatralizados, as comédias retratavam essencialmente os costumes sociais de matriz burguesa. Já os dramas, eivados de uma função ideológica e politizadora, abrangeram questões como o anticlericalismo, antimonarquismo, feminismo ou a questão social. A título de exemplo, representaram-se peças de índole vincadamente anticlerical e antijesuítica como *Os Lazaristas*, de António Enes, drama de notável sucesso e controvérsia, estreado em 1875[386]; *Os Jesuítas*, de Luís de Figueiredo, peça de veemente anátema à Companhia de Jesus; *Os Padres, O Padre Liberal* e *Missa Nova*, de Bento Mântua, que questionavam a vocação sacerdotal e o casamento dos clérigos. O republicanismo foi enaltecido em

---

[385] «Classificação que noutro tempo se dava às farsas ou comédias pequenas e jocosas». (BASTOS, Sousa - *Dicionário de Teatro Português*. Coimbra: Minerva, 1994, p. 58. [A edição original é de 1908]).

[386] Cf. PAULO, Lia Sá - *A Polémica de* Os Lazaristas *de António Enes (1875)*. Coimbra: Trabalho policopiado, 1996; PAULO, Lia Sá - «A recepção do drama *Os Lazaristas* de António Enes em Coimbra (1875)». In *Munda*. nº 31, Maio de 1996, pp. 41-52; PAULO, Lia Sá - «Do 'drama' de uma família aveirense ao drama anticlerical. Realidade e ficção em *Os Lazaristas* de António Enes». In *Estudos Aveirenses*. nº 4, 1995, pp. 41-52.

dramas de actualidade, como *A Democracia,* ou históricos, como *A República Francesa*, de Luís da Costa, *A tomada da Bastilha*, *Os Heróis de 1820*, de Henrique Veron e Nogueira Júnior, e *O Filho da República*. A representação das peças de Nelly Roussel *Escrava* e *Para a revolta*, por iniciativa de Maria Veleda, concorria para a divulgação das ideias feministas na comunicação teatral. No âmbito do drama social, sob o signo do maniqueísmo axiológico celebrado pelo teatro romântico de actualidade, subiram à cena *Os Mártires do Trabalho*, de Lima Saraiva, *Fidalgo e Operário* e *Caridade e Altruísmo* de Maria Veleda.

A Europa conhecia então, nos finais da década de 70, a estética naturalista, cuja vertente dramática foi protagonizada por Zola no artigo *Le Naturalisme au Théâtre* (1879) e transposta cenicamente por Antoine no Théâtre Libre (inaugurado em 1887).

Em 1896 Antoine veio a Lisboa pela primeira vez. A sua visita – aliada ao escrito *Estética Naturalista* de Júlio Lourenço Pinto[387] e à introdução do naturalismo no romance – despoletou, embora tardiamente, o projecto de criação do Teatro Livre em Portugal. Na génese da sua organização estiveram os actores Luciano de Castro e Araújo Pereira. A exemplo do modelo francês, o Teatro Livre constituiu-se em 1902 (tendo terminado em 1908), como cooperativa destinada a «dar rejuvenescimento e trazer uma nova e forte seiva ao teatro português»[388]. Para preparar a regeneradora cooperativa, realizaram-se algumas conferências preliminares, precedidas por artigos, já citados, de Luís Filipe da Mata na *Vanguarda*: a 29 de Junho de 1902, Teófilo Braga orou no Ateneu Comercial sobre «Teatro Livre»[389]; Angelina Vidal referiu-se, a 22 de Novembro seguinte, na Associação dos Lojistas de Lisboa, ao «teatro nas suas relações com a sociedade e com as ideias»[390] e Ernesto da Silva proferiu a palestra de grande repercussão sobre «o teatro livre e a arte social», no Ateneu Comercial, a 14 de Dezembro do referido

---

[387] Sub-intitulado *Estudos Criticos*. Porto: Livraria Portuense, 1885.

[388] REBELLO, Luiz Francisco - *O Teatro Naturalista e Neo-Romântico (1870-1910)*. Lisboa: I.C.P., 1978, p. 80.

[389] Cf. *Vanguarda*. nº 2029 (3982), 30-6-1902, p. 3.

[390] Cf. *Vanguarda*. nº 2183 (5036), 1-12-1902, p. 2.

ano[391]. O «Teatro Livre» resultou da concertação de interesses de elementos pertencentes a correntes de pensamento diversas: republicanos, socialistas, anarquistas ou amadores, mas em que a componente libertária foi preponderante.

Apesar deste processo preparatório, só em 1904 o Teatro Livre daria o seu primeiro espectáculo. Decorreu a 8 de Março, no Teatro do Príncipe Real, com a representação de um fragmento do prólogo dramático de Manuel de Laranjeira *Amanhã* [392] e da comédia em três actos *A moral deles*, tradução do original francês *La Tante Liontine* de Maurice Boniface e Edouard Bodin. O espectáculo decorreu a 8 de Março. A segunda representação do Teatro Livre decorreu a 19 de Abril de 1904 no Teatro do Príncipe Real. Em cartaz esteve o drama social de Ernesto da Silva *Em Ruínas* que foca a questão de um aborto provocado pela miséria em que vive uma família operária. Após algumas interrupções, o Teatro Livre resistiu até ao cair do pano sobre a época de 1908, período em que, dirigido por António Pinheiro, funcionou no Teatro D. Amélia. Entre os dramas representados, saliente-se o original *Entre dois fogos* de Emídio Garcia.

Neste quadro de decadência do Teatro Livre justifica-se a circular enviada pelo Directório do Partido Republicano às comissões paroquiais, em 1908, em que constava a seguinte mensagem: «Promovendo a Sociedade Teatro Livre diferentes espectáculos entre 6 e 15 de Junho próximo no Teatro D. Amélia, apresentando-se algumas peças cujo intuito se harmoniza com os princípios que defendemos e acrescendo a circunstância de que nesses espectáculos é facultada, por turnos, a entrada gratuita aos alunos das escolas primárias sustentadas pelo partido em Lisboa, resolveu solicitar os sempre dedicados esforços das comissões paroquiais republicanas afim de que as referidas récitas sejam concorridas o mais possível e recomenda com interesse a todos os nossos correligionários. O Teatro Livre é, por assim dizer, o teatro dos

---

[391] Cf. *Idem*. Esta conferência foi publicada com o título *Theatro Livre e Arte social. Conferencia promovida pela sociedade cooperativa Theatro Livre e realisada no Atheneu Commercial a 14 de Dezembro de 1902*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1902.

[392] A peça foi publicada no *Almanach de Palcos e Salas*. nº XXXIII, 1911, pp. 65-74. Está incluída das *Obras de Manuel de Laranjeira* (org. Prefácio e notas de José Carlos Seabra Pereira). Lisboa: Edições Asa, 1993. vol. I, pp. 39-102.

independentes, dos espíritos avançados, motivo por que a todos os nossos correligionários convém conhecê-lo e auxiliá-lo»[393].

As derradeiras palavras da circular denunciam o apoio concedido pelos órgãos directivos do partido à cooperativa teatral. Por isso, não surpreende que a comissão nomeada em Fevereiro de 1911, «para averiguar as causas da decadência do teatro português e alvitrar o que julgue conveniente para a rápida reforma do Teatro Nacional»[394], tenha sido composta pelos autores do Teatro Livre (e do Teatro Moderno), ligados ideologicamente ao novo regime: Bento Faria, Bento Mântua, Afonso Gaio e Emídio Garcia, tal como o encenador António Pinheiro. Alguns destes autores participaram no corpo docente e dirigente da então criada Escola de Arte de Representar, instituição de ensino teatral sucedânea do Conservatório Dramático, criada após a elaboração de um inquérito ao estado do teatro nacional.

A estreita ligação do partido democrático com a cooperativa do Teatro Livre reflectiu-se ainda no repertório dramático de algumas récitas populares. Por exemplo, o drama *Amanhã,* do republicano Manuel de Laranjeira, foi por várias vezes representado em saraus organizados por grémios antidinásticos: a 16 de Setembro de 1909, numa récita organizada pelo Centro Escolar Democrático José Jacinto, de Pedrógão Grande, a favor do Centro. Decorreu no Teatro do Príncipe Real da mesma localidade. Uma outra representação ocorreu a 7 de Julho de 1910, num sarau organizado pelo Centro Escolar Alberto Costa, na Caixa Económica Operária, a favor da escola do Centro. A última representação do drama teve lugar, igualmente, na Caixa Económica Operária, a 31 de Julho de 1910, organizada pelo Centro Republicano Fernão Botto-Machado, a favor da escola do centro[395]. Decerto que a sua forma dramática, em prólogo, com apenas três personagens (mãe, operário e vagabundo), explica a acessível representabilidade de *Amanhã*. Mas acima de tudo, o texto dramático expedia uma mensagem adequada ao projecto de regeneração social do republicanismo, com vista à melhoria da situação do proletariado, cuja inércia transparece nas palavras do Operário.

---

[393] *Vanguarda*. nº 4689 (6960), 2-6-1908, p. 2.

[394] Cf. *Diário do Governo*. nº 36, 14-2-1911, p. 525 e p. 526.

[395] Cf. *A Lucta*. nº 1422, 3-12-1909, p. 1; nº 1624, 26-6-1910, p. 2; nº 1657, 29-7-1910, p. 2.

> *Operário*: Tanto vício, tanto! E tão inutilmente gerado! Tanta riqueza perdida! Afogada na lama social! E de toda essa multidão esmagada, nem um grito negro! Nem um só! Nem um braço ameaçador erguido ao céu! Nada! – um turbilhão, uma enxurrada a galopar, sempre resignada! [...][396]

Dada a eficácia da arte dramática como instrumento demopédico, o seu alcance multiplica-se quando os actores e o público são crianças. O mérito do teatro reproduziu-se na elaboração propositada de várias peças infantis ideologizadas e na sua cuidada transposição para o proscénio.

Entre a variedade de dramas infantis representados em récitas programadas por organismos do partido, salientam-se as peças de Ana de Castro Osório *Bem prega Frei Tomás* e *Um sermão do senhor Cura*. De um virtuosismo pedagógico evidente, estes curtos diálogos, revestidos de uma linguagem simples, difundiam algumas das ideias-força do republicanismo. A questão do divórcio e a emancipação feminina surge no drama *Bem prega Frei Tomás* como um dos princípios básicos da educação das meninas[397]. Angélica, rapariga nova, mas ilustrada, representa, exemplarmente, a futura mulher independente:

> *Angélica*: [...] Não casarei sem que, pelo menos, venha a lei do divórcio como garantia do futuro. É lá possível continuar uma injustiça destas desde que a mulher tenha a consciência da sua individualidade! Isto era bom quando a mulher, era uma *coisa* em vez de pessoa [...]. Mas esse tempo deve ter passado, e em pleno século XX nós não devemos consentir que a sociedade continue a desculpar-lhes, e a louvar-lhes, mesmo que nos enganem, que nos esqueçam, que nos mintam a cada instante, sem que tenhamos liberdade de soltar um protesto![398]

---

[396] LARANJEIRA, Manuel de - *ob. cit.*, p. 71.

[397] A ideia de igualdade dos sexos está implícita também na comédia *O Medo*, da mesma autora, em que se prova não haver diferenças de valentia entre rapazes e raparigas. Cf. OSÓRIO, Ana de Castro - *O Mêdo. Comédia num acto*. S. Paulo: Casa Editora 'para as crianças', 1913.

[398] OSÓRIO, Ana de Castro - *Bem prega Frei Tomaz ... Provérbio num acto*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1905, pp. 12-13.

Na peça *Um sermão do senhor Cura* Ana de Castro Osório, recorrendo ao diálogo singelo entre duas crianças, estabelece o confronto entre a ciência e a fé. Guilherme representa o menino ilustrado que defende a comunhão com a natureza e que tem uma visão imanentista e materialista do mundo. Filipe, por seu turno, não vai à escola e apenas acredita nos dogmas que lhe são incutidos pelo padre. A natureza é obra de Deus e contrapõe a cosmovisão espiritualista e metafísica ao cientismo de Guilherme:

> *Filipe*: Olha, olha, olha!... Que lindo! O sol é o carro de chamas de Nosso Senhor. A lua tem um leão a comê-la. As estrelas são as candeias que alumiam o trono do senhor...
>
> *Guilherme*: Olha tu não digas esses disparates que toda a gente se ri de ti. Aposto que também dizes que a lua tem uma cara?!...
>
> *Filipe*: E tem, sim! Era um homem muito herege que foi apanhar vides ao domingo, e Nosso Senhor mandou-o para a lua, para exemplo.
>
> *Guilherme*: Ah! ah! ah!... Agora me rio eu! Então tu não sabes que aquelas manchas são as sombras das montanhas que há na lua?![399]

A dualidade maniqueísta representada pelos dois meninos pretende, além de estabelecer o debate entre a ciência e a fé, enaltecer as virtudes da instrução, como caminho para a emancipação dos futuros cidadãos. A entrada de Filipe para a escola, no final da peça, marca a vitória da educação sobre o obscurantismo:

> *Guilherme*: Pois olha, a minha professora [...] está-me sempre a dizer: Guilherme, estuda, trabalha, para seres um homem. Olha que a tua maior riqueza é a que tiveres adquirido com o estudo. Olha que um homem ou uma mulher que não trabalham são seres inúteis e prejudiciais à sociedade, pois só servem para comer o que os outros ganham...

---

[399] OSÓRIO, Ana de Castro - *Um Sermão do Senhor Cura. Diálogo*. Setúbal: Livraria Editora «Para Crianças», 1907, pp. 4-5.

> *Filipe*: Ah, sim! É muito boa a tal escola, ensinam lá boas coisas!... Por isso o Sr. Cura dizia lá no sermão: Essas escolas do diabo! O que é essa coisa que chamam ciência senão a vaidade dos homens!?... Antes ser ignorante do que aprender tais heresias[400].

A cosmovisão laica remete para a esfera íntima e individual a opção religiosa:

> *Guilherme*: Porque nós, Filipe, ouve bem, nós não somos mais do que os outros seres da criação. Somos uns animais superiores aos outros porque raciocinamos... Mais nada, mais nada. [...] Deus está dentro de nós: Deus é a nossa consciência[401].

A natureza era uma das manifestações divinas que urgia respeitar. Nesse sentido, a autora, numa perspectiva ambientalista, apela à preservação das árvores e dos animais pelas crianças, para que esses valores permaneçam enraizados na idade adulta:

> *Guilherme*: O Sr. Cura não te disse que é um pecado tratar mal os animaizinhos, principalmente quando eles são os nossos guardas e os nossos benfeitores?! Pois a minha professora ensinou-me isso!
>
> *Filipe*: Então é algum mal apanhar os pássaros, que são os ladrões das searas, estes malditos que comem azeitonas, depenicam a fruta, e comem tudo?! [...].
>
> *Guilherme*: O Sr. Cura devia ensinar que os passarinhos são um grande benefício para o homem; sem eles, nós morreríamos de fome, com todas as colheitas devoradas pelos insectos; as árvores secavam e nós tínhamos doenças causadas por esses inúmeros animais quase invisíveis [...][402].

---

[400] *Idem*, pp. 7-8.

[401] *Idem*, p. 11.

[402] *Idem*, pp. 9-10.

Na generalidade, as pequenas peças infantis transmitiam, sob a forma de parábola cómica, os valores da moral social democrática. Dramas como *O lampreia, Uma heroína de 11 anos, O dedo da mamã, Lição cruel,* de Angelina Vidal; *O dever, Ser bom* e *A minha Pátria* de Ana de Castro Osório continham lições educativas e axiológicas sobre os deveres familiares e cívicos das crianças e dos adultos. Ainda que revestidas numa linguagem e estrutura dramática adequadas à tenra idade dos actores que as representavam e ao público infantil a quem eram dirigidas, estas peças, através do entretenimento, preparavam os futuros cidadãos para a sociedade democrática. Por isso, foram concebidas à imagem da vida cívica que o novo regime prefigurava.

Os programas das récitas, teatrais ou mistas, que chegaram até nós, evidenciam, como já foi referido, a preocupação dos organizadores em mitigar peças de denso teor ideológico com comédias de costumes ligeiras, mas eivadas de alguma sátira social. Heliodoro Salgado, em artigo intitulado «Recreio e Propaganda», definiu o alcance doutrinário e sociológico destas manifestações culturais: «Dramas, comédias, operetas, cançonetas, monólogos, poesias, tudo isso pode ser escolhido ou propositadamente feito de forma a fornecer-nos ideias ou emoções convincentes do ideal privativo de cada um de nós – os da esquerda – ou do ideal comum de diversos que nos juntemos fraternalmente [...]. Depois há uma questão capitalíssima: o que preferis, que o operário se divirta convenientemente nos saraus nas suas associações, onde sempre há tal ou qual permuta de ideias e de impressões sugestivas que concorrem para aperfeiçoar a sua educação mental tão deficiente entre nós, ou que vá para a taberna a estupidificar-se no alcoolismo?...»[403].

Em suma, as récitas teatrais suscitavam momentos de convívio e de reforço dos laços de afectividade, que não se restringiram à efemeridade da representação ou à solidariedade e unanimidade desencadeada na assistência. Mais do que isso, a realização de actuações organizadas a partir do voluntarismo de sócios dos clubes, de professores ou de alunos das escolas democráticas, deixa entrever a existência de uma aturada preparação dos

---

[403] *Vanguarda*. nº 2919 (5770), 18-12-1904, p. 1.

espectáculos. Esse processo prévio dos ensaios e da promoção dos recitais constituiu, por certo, um espaço de estreitamento da sociabilidade e dos elos afectivos entre os elementos envolvidos, reforçados pela consciência do trabalho em equipa em busca de um objectivo comum. Por várias vezes, os sócios dos grémios republicanos envolveram-se pessoalmente na representação e encenação das peças, chegando mesmo, a contratar actores profissionais que os dirigissem na *mise-en-scène* (Carlos Posser, por exemplo). Noutras ocasiões, convidavam companhias dramáticas amadoras, com destaque para a Companhia Alfredo Guedes, para levarem à cena peças do seu repertório. Mais escassas foram as que podemos qualificar como grandes récitas, ou seja, aquelas em que subiam ao proscénio companhias dramáticas profissionais, quer contratadas pelos grémios, quer sob a forma de benefícios ofertados por empresários teatrais.

Registe-se, com curiosidade, o primado concedido à dramaturgia nacional, contrariamente ao que então se assistia no panorama teatral profissional e nacional[404]. Poucas foram as traduções levadas à cena, o que se compreende, face ao nacionalismo antidinástico. No entanto, não foi impeditivo que alguns dramas de origem francesa, sobretudo conotados ideologicamente com a Revolução de 1789 ou a III República, tenham subido ao proscénio nos muitos saraus organizados.

Era comum o enriquecimento musical e poético das representações dramáticas. Numa fase inicial, convidavam-se bandas e tunas musicais amadoras de cariz popular. Mas, paulatinamente, o associativismo democrático evoluiu, no âmbito cultural, no sentido da auto-suficiência. Quer isto dizer que foram criados vários núcleos musicais e corais (de crianças e adultos) no seio de grémios republicanos com o objectivo de acompanhar musicalmente os eventos culturais do partido, reduzindo assim a dependência em relação a agremiações extra-partidárias. Ainda na década de 80 foi fundada a Associação Musical 24 de Agosto e o Orfeão da Associação União Democracia Social. Em 1890 surgiu a Associação Musical dos Filhos do Povo. Mas foi no biénio de 1907-1908 que se registou o maior surto de

---

[404] Luís Francisco Rebello refere que cerca de 2/3 das peças representadas em Portugal, neste período, eram estrangeiras. Cf. *ob. cit.*, p. 28.

grupos musicais inseridos em associações republicanas, em sintonia com o robustecimento da propaganda antimonárquica (Quadro 9).

Quadro 9 – Grupos musicais inseridos na estrutura partidária

Data	Grémio Republicano	Núcleo Musical
1907	Centro Republicano Dr. Castelo Branco Saraiva	Tuna do Centro Dr. Castelo Branco Saraiva
	Centro Rodrigues de Freitas	Troupe de bandolinistas
	Centro Escolar Fernão Botto-Machado	Tuna Fernão Botto-Machado
1908	Sociedade Promotora de Educação Popular	Tuna da Sociedade Promotora de Educação Popular
	Centro Republicano Dr. António José de Almeida	Orfeão Infantil «A Chalupa»
		Tuna António José de Almeida
	Centro Republicano do Socorro	Tuna do Centro Republicano do Socorro
	Grémio Republicano de Alcântara	Tuna do Grémio Republicano de Alcântara
		Quinteto Musical
1909	Grupo União Mocidade Democrática Intransigente	Troupe Musical
	Centro Escolar Andrade Neves	Tuna Musical
	Centro Escolar José Estevão	Estudantina
		Tuna Democrática Portuguesa
1910	Centro Escolar de Santos	Orfeão Infantil
	Grupo França Borges	Tuna Democrática do Grupo França Borges
		Tuna Democrática "A Liberdade"
	Centro Republicano Dr. Estevão de Vasconcelos	Estudantina

Também fora da capital organizaram-se alguns agrupamentos musicais antidinásticos, dos quais detectámos a Tuna Democrática de Santarém, a Tuna Democrática do Cartaxo, Tuna Republicana da Freguesia de Arrentela (Seixal) e a Tuna Democrática 4 de Fevereiro de 1907 Santariense, instalada no Clube Republicano de Santa Iria da Azoia.

A Tuna Democrática Portuguesa foi a única associação musical republicana com um elevado grau de autonomia, não dependendo directamente de qualquer outra instituição ligada à estrutura partidária. A estreia ocorreu a 1 de Agosto de 1909, num sarau dramático-musical na Caixa Económica Operária.

A música estava presente em quase todas as actividades de popularização cultural. Servia de fundo às tômbolas, quermesses e banquetes. Entremeava sessões solenes, excursões, passeios e festas cívicas. Animava bailes e récitas, mistas ou exclusivamente musicais. Consoante as iniciativas

culturais, a intervenção da música e do canto, ora adquiria um carácter lúdico e festivo, ora enriquecia a solenização do momento. Acima de tudo, constituía um meio pedagógico profícuo em prol da veiculação ideológica, proporcionada pela aprazível memorização e interiorização das mensagens incorporadas nas letras cantadas.

O alcance atribuído ao didactismo e à ideologização pela música reflectiu-se na repetição dos hinos, cânticos emblemáticos e simbólicos que, para além do conteúdo poético, conferiam unidade às mentes e fundiam a individualidade no sentimento colectivo, razão pela qual eram um recurso valioso para a formação cívica e patriótica. Foi esta a opinião de Heliodoro Salgado, para quem a música tem um notável poder sugestivo: «A 'Marselheza', a 'Maria da Fonte', o hino de Riego, o hino de Garibaldi, 'A Portuguesa', 'O 1º de Maio', o hino dos anarquistas de Barcelona, todas estas expressões artísticas de ideais revolucionários, em épocas sucessivas da vida histórica do mundo latino, fazem, em diversos sentidos vibrar a alma dos que as escutam»[405].

Os hinos repetidamente entoados que cobriam musicalmente os actos mais solenes, denotavam, por um lado, uma evidente influência francesa e, por outro, um crescente nacionalismo. Neste sentido, até à década de 90, cantou-se predominantemente *A Marselheza* e, raras vezes, *A Maria da Fonte* ou o *Hino de 1820*. Na sequência do Ultimato, Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça compuseram *A Portuguesa*, cântico nacionalista de elevado teor anti-britânico. Fez o seu tirocínio publicamente na estreia da peça *A Torpeza*, de Campos Júnior, que decorreu no Teatro da Alegria a 7 de Março de 1890[406]. Este hino, no contexto em que emergiu, tornou-se no desabafo denodado de patriotismo e anglofobia, silenciado abruptamente pelo decreto de Lopo Vaz. Alfredo Keil referindo-se ao momento em que compusera a marcha patriótica disse: «O meu desejo era que cada compasso musical correspondesse na letra o sentimento que a ditou! Convém não deixar arrefecer o entusiasmo do povo. Que ele a aprenda de cor o quanto antes e a adopte como um canto de reivindicação nacional»[407].

---

[405] «Recreio e propaganda». In *Vanguarda*. nº 2919 (5770), 18-12-1904, p. 1.

[406] Cf. JÚNIOR, António de Campos - *A Torpeza. Apropósito em 1 acto e 3 quadros*. Lisboa: Cruz & Cª – Editores.

[407] *Apud* RODRIGUES, António - *Álbum Alfredo Keil*. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 80.

Só na primeira década do século XX, *A Portuguesa* se identificou e configurou como ode oficial do partido republicano na esfera popularizadora. A partir de então, a sua invocação incessante nas cerimónias democráticas implicou a diminuição do canto da *Marselheza*. Curiosamente, no dealbar de Novecentos, período em que alguns sectores partidários esboçaram uma aproximação com o movimento socialista, várias solenidades antidinásticas foram adornadas musicalmente pelo canto da *Internacional*.

Raramente as crianças cantavam estes hinos de denso pendor ideológico. Adaptado à sua idade e de uma mensagem claramente pedagógica, *A Sementeira*, hino composto por Júlio Cardona, com letra de Luís da Mata, foi o cântico infantil mais entoado nas escolas republicanas. Sob o mote «Ó Escolas semeai…/P'la sementeira espera a cega Humanidade /Ó Escolas semeai…/O Amor, a Vida, a Luz, a límpida Verdade/Ó Escolas semeai…» esta ode ganhava especial significado quando cantada nas festas da árvore. Com uma mensagem de fácil compreensão, as crianças interiorizavam o convencimento de que delas dependia o futuro da nação, mas esse futuro deveria ser construído desde tenra idade, enraizado na instrução. A mesma mensagem é transmitida pela *Balada dos Filhos do Povo,* aqueles que «esguedelhados», «de pés nus», «enfesados» são os «homens do Mundo Novo» e que por acção da escola ganham «ar, e vida e luz»[408].

Somam-se aos hinos outras músicas que compunham o repertório das récitas democráticas. Na multiplicidade de programas que compulsámos, registámos a valorização estética e ideológica de uma trilogia musical: música de propaganda, erudita e popular.

Como música de cariz propagandístico foi cantado e tocado o *Canto dos Girondinos* e o *Canto dos livres*. Mas a tónica incidiu sobre a música erudita ou clássica, quer sob a forma instrumental, quer acompanhada de canto lírico. Entre os diversos compositores evocados sublinhe-se Handel, Glück, Mendelsson, Godfroyd, Bizet e Puccini. Todavia, foi atribuído o primado a autores nacionais, sobretudo a Alfredo Keil – *Ressemble, Ici Bas, A Serrana* foram dos trechos musicais mais tocados do co-autor da *Portuguesa* – e

---

[408] *A Escola Livre. Órgão anual da Escoal Infantil para os Filhos do Povo.* Ano lectivo 1887/1888.

Freitas Gazul (*A Estrela do Norte*). No domínio dos compositores estrangeiros, Giuseppe Verdi foi, sem dúvida, o mais reproduzido. Árias de óperas como *A força do destino* ou *D. Carlos* exemplificam a matriz nacionalista que travejou a obra do maestro italiano e que atingiu o seu auge nas obras *Il Lombardi*, composição de homenagem à Lombardia, ocupada pelo Império Austro-Húngaro, e *Triboulet*, adaptação musical do drama *Le Roi s'amuse* de Victor Hugo. Esta última foi proibida pelos austríacos. E esse patriotismo era consonante com os princípios ideológicos do republicanismo.

À imagem das récitas teatrais, houve também a preocupação em mitigar a erudição musical com melodias populares para aligeirar aqueles momentos de divulgação cultural. Aliás, se estas iniciativas pretendiam a popularização e elevação cultural das camadas mais incultas, era importante caldear uma mensagem de índole erudita com outra de natureza popular. Nesta perspectiva, incluíram-se nos programas algumas rapsódias, espontâneas ou de canções populares, fados de Coimbra e cançonetas. Promoveram-se concursos de cantadores de fados com prémios e dinheiro. Como divulgadores das melodias populares portuguesas (e espanholas) as tunas democráticas desempenharam um papel fundamental, o que se constata pelo repertório por elas apresentado.

Conjuntamente com a música erudita e popular, divulgou-se a música adaptada às crianças. O seu significado não se resumia ao carácter festivo que a envolvia. Antes continha elevado valor educativo, porquanto «cantando e recitando, a criança desenvolve e disciplina a memória, apura o gosto e o ouvido, adquire um senso estético indispensável numa educação perfeita, corrigindo e melhorando extraordinariamente a pronúncia tantas vezes viciada na infância»[409]. Aos pequenos cantores eram atribuídas canções ligeiras e de curta duração, cuja mensagem, adaptada ao seu nível etário, tinha subjacente, à guisa de parábola, uma lição moral. Exemplo disso foram as cantigas *O balancé, Ora vai tu* e *O manjerico*. Outras canções, a par da *Sementeira*, constituíram hinos à instrução e à natureza, como a *Balada do Filhos do Povo* (cantada pelos alunos da Escola Infantil dos Filhos do Povo), *Ao Povo Altruísta* e o *Hino da Árvore*.

---

[409] «A poesia na educação infantil». In *O Jornal dos Pequenitos*. nº 7, 1908, p. 1.

Em idêntico horizonte propagandístico e axiológico devemos inserir muitas das poesias recitadas preferencialmente por crianças. Valorizavam a escola (*A Instrução*, *A Escola, Escola Leiga, A Obra Maternal* e *As Crianças*), o mundo natural (*O Melro, A Chuva e a Cabra, O Carneiro e o Cevado*). Invectivavam o clericalismo (*A Reacção* e *Os Falsos Apóstolos*) e arvoravam os valores da moral republicana num anseio inexorável de regeneração (*Passado, Presente e Futuro, Viva a Revolução, 14 de Julho, Amanhã, Liberdade, Esperanças, Canto de Amanhã, Fraternidade* e *Fiat Lux*) (Quadro 10).

Entre os autores portugueses mais recitados, conotados ideologicamente com o republicanismo, destacam-se Gomes Leal, Eugénio da Silveira, Guerra Junqueiro e Heliodoro Salgado. Dos poetas estrangeiros, Victor Hugo, sobretudo com a poesia *Paroles d'Exil*, representava o arauto da liberdade e da democracia. Amiudadas vezes os poemas foram concebidos propositadamente para récitas específicas, enriquecendo esses actos de convivialidade cultural. Mas, de facto, a função dos textos líricos no repertório dos saraus era secundarizada em relação à música e ao teatro. Por norma, a recitação de poesias era um momento de *intermezzo* entre actos dramáticos ou entre trechos musicais.

Porém, a declamação de poemas, não enriquecia somente os recitais. Figurava ainda em diferentes acontecimentos de matriz cultural, como a entrega de prémios aos alunos, inauguração de um retrato, sessão solene, excursão ou banquete. E, para que a mensagem poética não se perdesse nas brumas do esquecimento, ofereciam-se exemplares aos convivas e participantes. Caso único, foi a realização, em 1910, no palácio Fiuza, de um concílio poético, promovido pelo Centro Republicano Bernardino Machado. Participaram vários cultores da poesia popular. O produto destinava-se à escola do centro.

A título excepcional, ocorreram no advento da República, algumas exibições da novidade da época: o animatógrafo. Esta forma primitiva de cinema, introduzida em Portugal em 1896 por Edwin Rousby[410], rematou

---

[410] A primeira projecção de animatógrafo registada em Portugal ocorreu no Real Coliseu da Rua da Palma, em Lisboa, em Junho de 1896 por Edwin Rousby. Cf. PINA, Luís de - *História do Cinema Português*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1986, pp. 13-15.

Quadro 10 – Poesias recitadas em festividades republicanas

Data	Espaço	Actividade	Poesia	Autor
8-4-1881	Centro Eleitoral Artístico	Sarau político	*Tributo*	Gomes Leal
			Aos miseráveis	Antero de Quental
8-7-1881	Centro Eleitoral Artístico	Inauguração dos retratos de Thiers e Victor Hugo	*O despotismo*	Angelina Vidal
16-4-1882	Teatro Garrett	Sarau a favor do Centro Gomes Leal	*Os Lazaristas*	Tomás Ribeiro
18-6-1882	Clube Passos Manuel	Sessão solene comemorativa do 1º aniversário do clube	*Novas conquistas*	
14-10-1883	Centro Eleitoral Artístico	Distribuição de prémios aos alunos	*A liberdade*	
31-12-1883	Associação Auxiliar dos Inabilitados do Trabalho	Comemoração do 1º aniversário da associação	*Os engeitados*	
24-8-1886	Clube Passos Manuel	Comemoração da Revolução Liberal	*Os heróis de 1820*	
3-4-1886	Teatro do Ginásio	Récita a favor do Clube Ferreira Borges	*A escola*	Joaquim dos Anjos
16-10-1886	Teatro do Príncipe Real	Sarau a favor do Clube Xavier de Arruda	*A velha asilada*	
			Passado, Presente, Futuro	Xavier de Arruda
			Viva a Revolução	L. M. de Sousa
			Bárbaros modernos	
23-10-1887	Teatro Garrett	Sarau a favor do Clube Xavier de Paiva	*O melro*	Guerra Junqueiro
1-4-1888	Associação Escolar Fernandes Tomás	Sarau a favor da Associação	*Opulência*	
			Júlia	
			Arenque seco	
			O dinheiro	
31-5-1888	Associação Escolar Fernandes Tomás	Sarau a favor de Magalhães Lima	*O tributo de sangue*	Gomes Leal
			A reacção	Guilherme de Sousa
			Os falsos apóstolos	
14-7-1888	Teatro Avenida	Sarau a favor da Associação das Escolas Móveis	*14 de Julho*	
31-1-1899	Centro José Falcão	Inauguração das aulas	*O jesuíta*	
16-07-1905	Sociedade Promotora de Educação Popular	Inauguração da sociedade	*A imprensa*	Libânio da Silva
			As flores	Gomes Leal
31-01-1906	Escola Gratuita 31 de Janeiro	Comemoração do aniversário	*A instrução*	Gomes Leal
25-03-1906	Centro Rodrigues Freitas	Sarau a favor da escola	*A escola laica*	Heliodoro Salgado
24-01-1907	Centro Rodrigues Freitas	Homenagem a Teófilo Braga	*A revolta*	
03-11-1907	Escola Democrática	Distribuição de prémios	*O alfabeto*	Marcelino Mesquita
28-05-1908	Centro 27 de Maio (Vila Franca de Xira)	Distribuição de prémios	*O poeta alsaciano*	
29-05-1908	Centro da Freguesia de Santa Isabel	Festa a favor da escola do clube	*Pela instrução*	Carlos Amado
19-07-1908	Centro Republicano das Mercês	Festa de inauguração da nova sede	*O muribundo*	Eugénio Vieira
			A hidra	Eugénio Vieira
23-08-1908	Centro Escolar da Pena	Festa de inauguração da nova sede	*Vozes de crianças*	Angelina Vidal
01-05-1910	Escola Oficina nº 1	Distribuição de prémios	*A velha força*	Guilherme de Azevedo
			Esforços	César Porto
			Le Guenon, le Singe et le Mox	Florian
			O pato	Henrique O'Nein

alguns saraus dramáticos promovidos por agremiações democráticas. Cinco quadros de animatógrafo concluíram a récita teatral organizada pelo Centro Celestino de Almeida, de Aldegalega, em 1909, no teatro local. Ainda no mesmo ano, foram apresentadas no Salão Recreio, em Setúbal, em festa da iniciativa da associação de alunos da Escola Liberal a favor da criação de uma cantina escolar, as fitas *O Palácio das Mil e Uma Noites, Viagem a Santo Colmo, Um dia no Asilo, A minha querida boneca, Caça à raposa* e *Cão e Cavalo*.

3.3.4. Leituras Públicas

Aludindo à importância das leituras públicas, Max Nordau escreveu que nestes actos culturais «a massa popular ouve uma palavra mais humana e mais compreensível que a dos sermões. É apenas para lamentar que [as sociedades que as organizam] não exerçam ainda a sua acção nas mais fundas camadas populares, que são precisamente aquelas que dessa acção mais carecem»[411]. Tal como o autor das *Mentiras convencionais…,* o clubismo republicano valorizou as leituras em voz alta, no sentido de divulgar textos e obras de relevo que contribuíssem para a formação cívica dos cidadãos. Sob a herança romântica[412], a acção culturizadora dos grémios democráticos reactualizava o uso medieval das leituras orais, elevando-as à categoria de indispensável veículo de vulgarização e de homogeneização ideológica, nomeadamente junto das classes mais incultas.

Assim o entendera João Chagas. Em *Carta Política* dirigida à *Comissão Paroquial de Canha, a propósito da resolução que tomou de ler ao povo estas cartas*… o grave publicista sublinhava: «ler em voz alta, nas vilas e aldeias do país, a obra dos divulgadores, dos propagandistas, dos evangelistas, – que engenhoso e fecundo empreendimento! Como é novo e como é, ao mesmo tempo, útil! O povo não sabe ler – terrível obstáculo ao apostolado

---

[411] *Ob. cit.,* p. 64.

[412] Recorde-se, a título de exemplo, o curso de leituras públicas organizado por Almeida Garrett em 1840, entre Abril e Junho, sobre «História política, literária e científica no século XVI».

escrito, ao livro, ao jornal, ao panfleto! Mas vem o *leitor*, brandindo essas folhas de papel impresso, toca a reunir, convoca-o e – lê. O povo não sabe ler mas sabe ouvir. É talvez cego, mas não surdo. A verdade entra-lhe pelos ouvidos, e que imensa vantagem a dessa propaganda de leitura, sobre a propaganda da oratória e do orador»[413]. Esta Carta foi publicada em Fevereiro de 1909, depois da Comissão Paroquial de Canha ter decidido iniciar um ciclo de leituras públicas das *Cartas Políticas* no Centro Republicano Afonso Costa, daquela localidade. Em Setembro do mesmo ano recomeçaram as leituras das mesmas *Cartas*.

As sessões de leitura pública figuraram com recorrência no universo da culturização popular no derradeiro lustro da monarquia, embora tenha havido alguns exemplos na década de 80 do século XIX. Em 1884, depois da proibição do cortejo que havia sido meticulosamente organizado por centros republicanos em homenagem a Manuel Fernandes Tomás, realizou-se uma sessão solene no Clube Eleitoral Democrático 15 de Setembro de 1820, em Poço do Bispo, durante a qual foram lidos trechos da biografia do político vintista escritos por Teixeira Bastos no *Plutarcho*. E o estudo *A Revolução de 1820*, da autoria de José de Arriaga, foi lido, por capítulos, no Clube de Propaganda Democrática do Norte. Em Santarém, o Clube Democrático Guilherme de Azevedo, iniciou uma série de leituras de textos democráticos e de originais dos sócios. Na primeira sessão leu-se o nº 1 da *Colecção de Propaganda Democrática*, dirigida por Consiglieri Pedroso, intitulado «O que o povo deve saber».

Mas, foi a partir de 1907 que se intensificaram as sessões de leitura em voz alta, em Lisboa e na província. Em Mortágua Tomás da Fonseca promoveu leituras públicas «de diversos trechos de livros nacionais e estrangeiros»[414]. Entre as obras mais lidas nos clubes republicanos salientam-se as *Cartas Políticas* de João Chagas que, pelo seu formato epistolar e breve, eram textos ideais de leitura, seguida de exegese colectiva, dirigida pelo leitor. Para o Centro Republicano de Setúbal, as *Cartas* de João Chagas eram um objecto de leitura pública de «fácil e ligeira compreensão». O Clube pretendeu

---

[413] CHAGAS, João - *Cartas Políticas*. 8 de Fevereiro de 1909. vol. I, pp. 145-146.

[414] *A Mulher e a Criança*. nº 8, Novembro de 1909, p. 10.

promover a leitura de «outras obras de reconhecido alcance instrutivo e moral»[415]. Neste período também o Centro Escolar Arrentelense e o Centro Escolar José Estevão promoveram leituras do *Manual Político do Cidadão Português*, de Trindade Coelho. Leram-se ainda textos alusivos ao *Socialismo científico* e aos *Impostos*. A leitura destes dois textos foi organizada pelo Centro Republicano da Pena e inscrevia-se nas «Leituras Populares»[416]. Já nas vésperas da revolução iniciou-se a leitura em voz alta da revista *Alma Nacional* no Clube Escolar José Estevão e a Solidária, Associação Escolar da Escola Oficina nº 1, assinalou o centenário do nascimento de Alexandre Herculano com a leitura pública de trechos da sua poliédrica obra.

Geralmente as leituras eram promovidas pelos grémios e os leitores, tal como o público, eram sócios desses centros. Todavia, casos houve em que os leitores eram figuras eminentes do partido, convidadas expressamente para lerem e comentarem textos democráticos. Por exemplo, José do Vale leu e comentou o texto *Os Impostos* na União da Construção Fabril em sessão promovida pelo Centro Republicano da Pena (Quadro 11).

Quadro 11 - Leituras públicas em centros republicanos no final da Monarquia

Data	Promotor	Local	Leitor	Leitura
11-05-1907	Centro Republicano da Pena	Centro Republicano da Pena	Luís Soares	*O Socialismo Científico*
18-05-1907	Centro Republicano da Pena	União da Construção Civil	José do Vale	*Os Impostos*
A partir de 23-6-1909 (4ªs)	Centro Republicano de Setúbal	Centro Republicano de Setúbal		*Cartas Políticas* de João Chagas
Agosto de 1909 (2ªs e 5ªs)	Centro Escolar Arrentelense	Centro Escolar Arrentelense		*Manual Político do Cidadão Portuguez* de Trindade Coelho
Agosto de 1909	Comissão Paroquial Republicana de Canha	Centro Republicano Afonso Costa		*Cartas Políticas* de João Chagas
Março de 1910	Centro Escolar José Estevão	Centro Escolar José Estevão		*Cartas Políticas* de João Chagas
				Manual Político do Cidadão Portuguez de Trindade Coelho
				Alma Nacional
				Lanterna

[415] Cf. *Vanguarda*. nº 4472 (7343), 23-6-1909, p. 3.

[416] Cf. *Vanguarda*. nº 3761 (6632), 8-5-1907, p. 1.

3.3.5. Bailes

Como meio de popularização cultural, os bailes foram pouco frequentes. Na verdade, esta manifestação sociabilitária teve um carácter acessório em relação a outras formas de extensão cultural.

À promoção de saraus dançantes esteve subjacente uma intencionalidade de raiz multímoda. Recorria-se a estes festins para assinalar a fundação ou o aniversário de uma tuna musical ou ainda uma festividade especial. Quando inserido num programa mais vasto, o baile consubstanciava o momento culminante, em que a assistência se enlaçava ao som da música, desfazendo o protocolo precedente. Era então que nascia a informalidade e culminava uma sequência ritualizada. Nessa altura os corpos emancipavam-se e geravam maior intimidade entre os convivas.

Como exemplo de bailes de encerramento refira-se o promovido pela Tuna Democrática António José de Almeida, em 8 de Outubro de 1909. Comemorava-se o seu renascimento como agrupamento musical independente, – desvinculado do clube republicano em que emergira – através de um baile realizado na Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas. No Cartaxo, a Tuna Democrática local, registou a sua criação com um sarau dançante.

Além da convivialidade e da recreação, os bailaricos foram uma importante fonte de receitas para os clubes e escolas democráticas[417], assim como contribuíram para acções de solidariedade social, como os dois bailes organizados, em Outubro de 1888, para ajudar o operário Francisco Martins[418]. Alguns assinalavam datas importantes do calendário pagão, como os bailes de máscaras promovidos no Carnaval de 1910, pelo Centro Republicano do Barreiro[419], ou os dois bailes carnavalescos que a Associação Fernandes Tomás realizou em Março de 1888.

---

[417] Alguns bailes a favor de clubes ou escolas republicanas encontram-se registados nas seguintes fontes: *O Século*. nº 2225, 3-4-1888, p. 2 e *Vanguarda*. nº 3919 (6788), 10-11-1907, p. 1.

[418] Cf. *O Século*. nº 2387, 6-10-1888, p. 3.

[419] Decorreram a 2, 3 e 4 de Fevereiro de 1910 e foram acompanhados musicalmente pela Troupe Recreativa Operária «As Obras». Cf. *A Lucta*. nº 1484, 4-2-1910, p. 2.

Entre as crianças, a sociabilidade imitava geralmente a dos adultos. No atinente aos convívios dançantes, a par das récitas infantis, essa semelhança pode ser constatada. De facto, os bailes para os mais novos eram decalcados a partir do modelo adulto, mas realizavam-se à tarde, horário adequado à idade dos convivas. Os alunos da Escola Infantil dos Filhos do Povo realizaram em 1884, no Chalet do Rato, um bailarico que teve início às 18 horas, enquanto às 21 horas começava o baile para adultos. Temos conhecimento que o preçário para este último era de 200 réis para cavalheiros e de qualquer quantia para as senhoras.

Fora da capital ocorreu igualmente a realização de algumas festas dançantes. Sabemos que o Centro Republicano Estevão de Vasconcelos, do Barreiro, organizou na sua sede vários bailaricos em Julho de 1909 e que em Canha, alguns meses antes do 5 de Outubro, coincidindo com as festas de S. João, S. Pedro e S. Marçal, o Grupo Republicano Agrícola promoveu diversos saraus dançantes num celeiro, ao som do Grupo Musical Baltazar Manuel Valente.

Mais raros foram os bailes que decorriam ao ar livre, nomeadamente durante a temporada da Primavera e do Verão. Conhecemos somente uma série de bailaricos campestres, animados no desfecho da monarquia pela recém-criada União Democrática «A Liberdade» e que decorreram na Rua da Páscoa, nº 23. A música, ao som da qual se dançava, provinha de grupos e orquestras amadoras, mas as fontes não assinalam os géneros musicais que acompanhavam a dança. Decerto, a acreditar em textos literários coevos, não se dançava ao som da valsa ou do tango, géneros musicais reprovados na época pelas suas componentes eróticas.

4. As ritualizações políticas e culturais

4.1. A simbologia e imagética do espaço/A música/A poesia/Os gestos

A popularização cultural republicana, como se depreende pela análise que elaborámos no capítulo anterior, foi plurifacetada, tendo-se traduzido em manifestações de raiz múltimoda. Fosse através da oralidade, da escrita

ou de demais instrumentos de comunicação, as expressões culturais democráticas revestiram-se de uma linguagem simbólica decalcada da linguagem religiosa. É que o discurso religioso, «pelas suas expressões simbólicas e rituais é a modalidade suprema da fundamentação e reprodução de uma dada mundividência»[420]. Já Rousseau, no *Contrato Social*, apontava para a religião como meio de fazer a coesão da sociedade.

Não esqueçamos que, se o republicanismo visava a criação de um novo poder e unidade espiritual, impunha-se que esvaziasse o poder simbólico e unificador que secularmente tutelara a mentalidade nacional: o cristianismo e, sobretudo, o catolicismo. Esse foi um dos objectivos que levou Comte a elaborar a religião da Humanidade, a partir da mimetização do modelo da religião católica medieval, exaurindo-a da sua raiz metafísica, mas mantendo o simbolismo e as ritualizações. Se a Igreja conseguira inocular valores e crenças de índole metafísica, mais fácil seria por parte dos crentes – segundo o positivismo religioso – assimilar uma axiologia científica, isto é, demonstrável. O fundador do Positivismo ambicionava assim, alcançar a unidade social e religiosa, estabelecer uma disciplina afectiva e harmonizar a emotividade com a racionalidade.

O ideário democrático cedo se apercebeu do alcance da linguagem simbólica do catolicismo. Ao apontar para a criação e enraizamento de uma mundividência laica, ter-se-ia, inevitavelmente, que confrontar com a cosmovisão católica em que assentava a tradição religiosa portuguesa. E, sobretudo, porque os republicanos consideravam que a atracção pelo catolicismo se ficava a dever à encenação figurativa e espectacular que enformava os seus ritos. Teófilo Braga reconhecera-o ao afirmar que o poder espiritual da Igreja «dirigiu a sua captação proselítica para as camadas sociais mais extensamente ignorantes, regressando às superstições e devoções boçais para se impor à multidão e dominar pelo prestígio dos símbolos»[421]. Littré também o fizera quando, a propósito do debate em

---

[420] CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal*. vol. II, p. 323.

[421] *A Civilisação Moderna e a Egreja*, já cit., p. 93. Sobre a importância dos símbolos unanimizadores e as estratégias de «contágio» na propaganda veja-se GONÇALVES, José Júlio - *Técnicas de propaganda. Elites, quadros e outros estudos*. Lisboa: s.e., 1961, p. 35.

França sobre a laicidade do Estado, escreveu que era perigoso combater a força espiritual por outros meios que não fossem armas espirituais.

É neste horizonte de «transfert de sacralité», na expressão de J. P. Sironneau[422], que deve ser enfocado o ritualismo latente nas variadas manifestações culturais promovidas pelo movimento democrático. A socialização da axiologia laica dependia da sua veiculação através de ritos propiciadores de consenso, ainda que temporários. E a festa – entendida aqui nas suas diversas expressões – era o momento e o espaço onde se forjava a unidade e a unanimidade. A festa republicana não é mais do que «la mise en scène du reinvestissement du sacré sur la Patrie et l'Humanité»[423]. Ao colocar o indivíduo frente ao colectivo, religado pelo contágio dos exemplos, este sentir-se-á pertencente a um todo, interdependente dos outros elementos que constituem essa globalidade e mobilizado para defender uma causa.

Apesar da festa, no seu sentido mais primitivo, ser sinónimo de excesso e de desregramento, as festividades republicanas eram ordeiras e, sobretudo, «domesticadas». Sabemos que qualquer ordem política, emergente ou instalada, necessita de um sistema de culto e de dispositivos simbólicos para produzir e reproduzir os valores sobre os quais se funda. Daí que as expressões culturais democráticas tenham sido ritualizações de produção e reprodução da axiologia (arquétipo) do novo regime. O rito ao pressupor um código, uma regra, um formulário surge como «manifestação de sublimação e síntese entre as aspirações contrárias e supõe representações simbólicas»[424].

Pelo exposto, apercebemo-nos do poder dos símbolos – materiais, gestuais e orais – na valorização das liturgias. Era evidente a preocupação por parte dos agentes culturais quanto ao *décor* dos espaços e ambientes em que essas manifestações decorriam. As salas converteram-se em «lugares de memória». Eram adornadas com divisas, palavras de ordem, nomes, emblemas, bandeiras, cores, vegetação, retratos e esculturas, todos símbolos

---

[422] *Apud* PINTASSILGO, Joaquim - *ob. cit.,* p. 230.

[423] IHL, Olivier - *ob. cit.,* p. V.

[424] CAZENEUVE, Jean - *Les Rites et la Condition Humaine*. Paris: PUF, 1958.

reprodutores dos valores republicanos, expostos à sacralização colectiva nos momentos de celebração.

Para que possamos visualizar a riqueza iconológica que engalanava as sessões culturais democráticas atentemos a alguns exemplos esclarecedores. A fim de comemorar a eleição de Manuel de Arriaga pelo círculo do Funchal em 1882, o Clube Henriques Nogueira ofereceu um banquete em sua homenagem. A sala do Casino Espanhol foi embelezada com os retratos da República, Vítor Hugo, Henriques Nogueira, Grévy, Gambetta, Thiers, Camões, Mouzinho da Silveira, Gomes Freire de Andrade, Manuel Fernandes Tomás e os bustos de Henriques Nogueira e Garibaldi (o cidadão-soldado). Os retratos estavam encimados por uma coroa de louros e envoltos em panejamentos verdes e vermelhos.

Por ocasião da morte de Gambetta, em 1883, decorreu uma sessão de homenagem em Aveiro cujo produto revertia a favor do monumento a José Estevão. «Em volta dos camarotes do Teatro havia dez medalhões citando discursos célebres de Gambetta e de José Estevão. Liam-se as seguintes inscrições: – Processo Baudin – 14-11-1868; – Contra o plebiscito – 5-4-1870; – Contra os clericais – 4-5-1877; – Contra o ministério Broglie-Fourton – 16-6-1877; – Contra Mac-Mahon – 15-8-1877; – Porto Pireu – 6/13-2-1840; – Suspensão de garantias – 12-8-1857; – Charles et Georges – 14-12-1857; – Irmãs da Caridade – 9/10-7-1861; – Liberdade de Ensino – 23-5-1862. Estes medalhões estavam colocados por debaixo das bandeiras portuguesa e francesa, enlaçadas por crepes. Em volta da plateia num cartão fixado aos camarotes liam-se quatro frases, duas de Gambetta e duas de José Estevão: 'Le cléricalisme, voilá l'ennemi'; 'Se soumettre ou se démettre'; 'A França está hoje consubstanciada no império e o império com as suas consequências europeias: é uma impossibilidade e um sonho'; 'Sou inimigo das Irmãs da Caridade porque as considero como um ataque ao princípio da família'. No palco estavam cobertos de crepe os retratos de José Estevão e de Gambetta»[425].

Na inauguração do ano escolar, em 1899, o Clube José Falcão enfeitou a sua sala com a efígie do patrono «emoldurado com flores e ladeado de

---

[425] *O Século*. nº 636, 3-2-1883, p. 1.

serpentinas com louros. Sob o retrato dispôs-se um trofeu composto por vários jornais. Na parede do fundo uma fotografia do monumento erigido no Porto aos vencidos da revolta do 31 de Janeiro. Pendendo da moldura uma faixa de crepe, presa pelos quatro ângulos ao tecto e uma bandeira portuguesa com a legenda 'Por mares nunca dantes navegados'. Pelas paredes estavam espalhados muitos quadros com os vultos republicanos e diversas alegorias. À direita da presidência o estandarte verde. Ao lado o vermelho do clube»[426].

Em homenagem aos quatro deputados do partido expulsos do parlamento, em 1906, realizou-se um banquete na Cooperativa Lusitana. «As paredes laterais e a do fundo achavam-se revestidas com bandeiras, festões de verdura, trofeus compostos de jornais republicanos, quadros com retratos dos principais vultos republicanos, barretes frígios, etc. Próximo da mesa presidencial o grande estandarte vermelho e verde bordado a ouro do antigo Clube Henriques Nogueira. Em grandes 'panneaux' liam-se torneados a verdura os nomes de Afonso Costa, João de Menezes, Alexandre Braga e António José de Almeida. Ao longo da sala na parte superior das paredes pendiam sanefas formadas pelas bandeiras portuguesa, francesa e brasileira. O tecto também foi decorado com as bandeiras portuguesa e francesa, artisticamente dispostas»[427]. O Centro Republicano da Pena celebrou a eleição dos quatro deputados republicanos, em 1906, com o descerramento dos seus retratos. No centro de cada um havia um barrete frígio em cetim, uma palma e um laço de fitas de seda azul e branca.

A exegese das descrições arroladas permite-nos extrapolar algumas conclusões quanto aos dispositivos simbólicos que enquadravam o comum das expressões culturais democráticas. Sobressai a riqueza e variedade iconográfica que imprimia aos espaços uma atmosfera de santuário republicanizado e que submetia a expressão dos sentimentos colectivos à lei das aparências.

Entre os vários símbolos, os retratos adquiriam um valor decorativo transversal e preponderante na maioria dos centros democráticos. Ora

---

[426] *Vanguarda*. nº 801 (2747), 1-2-1899, p. 2.

[427] *Vanguarda*. nº 3639 (6500), 24-12-1906, p. 1.

serviam de adorno espacial com carácter acessório, figurando no meio de outros ornamentos, ora desempenhavam o papel central no cenário das liturgias culturais. De facto, os ícones que engalanavam os grémios originavam sessões solenes ou outras festividades, realizadas especificamente para a sua inauguração. A importância dos retratos na decoração dos espaços republicanos ficou registada na literatura pela notável ironia de Eça de Queirós. Na passagem da *Capital* a que aludimos anteriormente, e que ficciona a inauguração de um clube democrático, o orador do longo discurso sobre os Mártires da Liberdade propôs que estes figurassem, sob a forma de retrato nas paredes do grémio. A proposta foi considerada nobre, mas Gilberto reparava que «não há lugar para conter nestas paredes todos os Mártires da Liberdade, é difícil obter o retrato da maior parte – a não ser desenhos de fantasia que, por falsos, tenderiam a produzir indiferença em lugar de inspirar a veneração. Além disso, os Mártires são inumeráveis – e as paredes são só quatro…». O problema da decoração iconográfica da sala ficou resolvido com a oferta, por Abílio, de um presentinho. E concretizou: «Tenho lá em casa uma cabeça de gesso que a minha senhora diz que é Minerva… […] Eu não sei se é Minerva, mas a coisa parece ter valor. E a mim parece-me […] que poderia muito bem figurar como busto da República. Se o querem, está às ordens com todo o gosto. Eu já disse à minha senhora, porque enfim, são coisas que pertencem à casa. Ela consentiu, coitada …»[428].

A solenidade com que estes actos eram revestidos patenteia o alcance conferido ao simbolismo antropomórfico e permitem estabelecer uma correlação com os rituais do catolicismo. Inaugurar um retrato era, em suma, ungi-lo com os ritos do baptismo. E assim como qualquer ritual, também a consagração dos quadros e bustos obedecia a um formulário estruturado e simbólico. Após se proferir um discurso encomioso, alusivo à biografia do homenageado, enaltecendo o carácter paradigmático da sua obra, procedia-se ao ápice da cerimónia. O símbolo era descoberto por uma criança ao som de um hino (*A Marselheza* ou *A Portuguesa*). O enriquecimento ontológico deste momento resultava da justaposição de vários gestos rituais.

---

[428] *Ob. cit.*, pp. 257-258.

Através deles dava-se a conhecer à comunidade participante o alvo da liturgia cívica, apoiada musicalmente pela forma mais harmónica de reunião do canto coral – o hino – criador do sentimento colectivo. A culminar o auge da solenidade, o acto principal – o da revelação do símbolo – era protagonizado por uma criança, representante do futuro. O formulário deste rito encontra paralelo com o descerramento dos bustos de *Marianne* nas Câmaras Municipais durante a III República Francesa.

Se analisarmos, numa perspectiva evolutiva os retratos que adornavam as salas das associações antidinásticas, podemos constatar o peso crescente que o caudilhismo foi ganhando à medida que a República se aproximava. Na década de 80 e inícios dos anos 90 de Oitocentos foi evidente a inspiração iconográfica em mitemas relacionados com a III República francesa (Victor Hugo, Gambetta, Grévy, Thiers), espanhola (Pi y Margall) e o movimento de unificação italiana (Garibaldi). Mas também, tal como na nomenclatura dos centros neste período, proliferaram as efígies de personalidades do vintismo (Borges Carneiro, Manuel Fernandes Tomás, Gomes Freire de Andrade) e do liberalismo de matriz democrática (José Estevão, Mouzinho da Silveira). A entremear os retratos de poetas (Camões) ou individualidades históricas dos primórdios do republicanismo (Henriques Nogueira, Gilberto Rola) figuravam, ainda que em menor escala, imagens da elite partidária coetânea (Magalhães Lima, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas, Trigueiros de Martel, Sabino de Sousa, Anselmo Xavier, José Falcão). Acresce a presença de representações plásticas alusivas aos patronos dos clubes (Vieira da Silva, Febo Moniz, etc.) ou a antigos sócios.

Como já sublinhámos anteriormente, a década inaugural de Novecentos foi caracterizada pelo robustecimento do culto antropolátrico em torno dos dirigentes republicanos (Teófilo Braga, Bernardino Machado, Feio Terenas, Magalhães Lima, Heliodoro Salgado, Guerra Junqueiro). A iconografia sintomatizava, sem dúvida, poderes, valores, mas também acontecimentos que à época causavam algum impacto. É, por isso, curioso verificar como o universo iconológico recebeu a expulsão parlamentar dos quatro deputados republicanos em 20 de Novembro de 1906. O resultado da «mediatização» deste episódio foi bem expressivo. Se os seus retratos figuravam desde o dealbar do século na ornamentação de vários grémios democráticos, o efeito da banição de António José de Almeida, João de Menezes, Alexandre

Braga e Afonso Costa do parlamento redundou num surto de inaugurações «baptismais» das suas efígies, entre finais de 1906 e no decurso de 1907. Registe-se que a notabilidade dos quatro deputados projectou-se iconologicamente em objectos múltiplos, como caixas de bolachas ou baralhos de cartas. A chapelaria «A Social» fabricava chapéus à António José de Almeida, à Afonso Costa, à Alexandre Braga e à João de Menezes.

A partir dos retratos podemos aferir igualmente a evolução doutrinária do movimento republicano. Até à década de 90 espelharam a inspiração no federalismo espanhol e no exemplo político da III República Francesa. Reflectiram a premência em alicerçar o ideário democrático no transcurso histórico nacional em busca da sua legitimação. Nesta perspectiva, Vintismo e Setembrismo afiguraram-se como prenúncios da democracia. E, influído pela religião comteana, o movimento antidinástico, rendeu homenagem ao «grande homem» (*representative man*) objectivado na personalidade de Camões.

Foi somente no derradeiro lustro da monarquia que o partido republicano se estruturou com eficácia em virtude da coalizão de forças. Nesta fase era evidente a proliferação de retratos dos líderes republicanos que não só figuravam na galeria dos quadros e bustos, como o seu nome era inscrito em cartazes e faixas. Assim, concitava-se à afeição consensual em torno dos caudilhos partidários, tornando-os alvos de mitificação e de culto de cariz hagiográfico.

Os retratos que enriqueciam os espaços republicanizados não se circunscreviam à simbologia antropomórfica. Reproduziam evocações plásticas de temática variada, nomeadamente alegorias, ligadas à esfera propagandística democrática. As representações da República, da sala do parlamento francês e do monumento aos mortos na revolta do 31 de Janeiro eram as mais vulgares.

As descrições citadas, conquanto a título exemplar, mostram que a prodigalidade imagética dos ambientes democratizados ia além dos retratos. O republicanismo português apropriou-se de algumas expressões iconográficas de influência francesa, dado o sucesso inspirador da III República. Ritualizou a estética musical e a mensagem revolucionária da *Marselheza*. Revestiu paredes e tectos com a bandeira ou o estandarte tricolor. E, sobretudo, rentabilizou o valor emblemático do barrete frígio. Fosse a adornar as salas

dos clubes, ou a servir de acessório na indumentária de intervenientes nas sessões culturais, – recorde-se a récita no Príncipe Real a 17 de Dezembro de 1873 a favor do jornal *O Rebate* em que se apresentou em cena uma criança de barrete frígio na cabeça, vestida de verde e escarlate – este símbolo marcou presença na plasticidade decorativa democrática. Mas como salientou Maurice Agulhou, «le bonnet phrygien avait des connotations populaires et radicales que la Commune de Paris venait de rapeller et de réactualiser ce qui le rendait intolérable nom seulement aux conservateurs, nom seulement aux libéraux en transit entre royalisme et République, mais même aux républicains bourgeois de Jules Grévy»[429]. E, bem vistas as coisas, sendo o barrete frígio correlato da facção mais jacobina do republicanismo, compreende-se a brevidade da sua duração enquanto ornamento simbólico. Apenas figurou no cenário do expressionismo alegórico durante os primeiros anos do movimento antidinástico, tendo sido esquecido na justa medida que a corrente federalista foi sendo desvalorizada. Se é certo que o barrete frígio foi desvalorizado a partir da década de 90, ele voltou posteriormente a figurar em alguns actos republicanos. Por exemplo, na homenagem a João de Menezes pelo Centro Escolar Fernão Botto-Machado, em 3 de Novembro de 1906, nas paredes havia a decorar jornais democráticos e barretes frígios. O Centro Escolar Republicano Capitão Leitão, de Almada, na inauguração solene da sua bandeira, a 16 de Junho de 1907, tinha a ornamentar a sala verdura, retratos e barretes frígios. Além de figurar na decoração de alguns espaços republicanizados, a Academia de Instrução Popular, criada em 1893, adoptou para a sua bandeira as «cores vermelha e verde, tendo no meio, em forma circular, um campo azul matizado de estrelas encimadas por um barrete frígio»[430].

Após a vitória do 5 de Outubro de 1910, o barrete frígio associado à figura feminina que resulta da apropriação da imagem de *Marianne*, reemergem com grande ênfase no panorama iconográfico republicano com o fito de fundar uma nova memória simbólica e iconográfica colectiva que «danasse» a memória monárquica.

---

[429] *Marianne au pouvoir,* p. 41.

[430] *Vanguarda*. nº 345 (2290), 25-10-1897, p. 3.

A enriquecer a republicanização do espaço dispunham-se também bandeiras e estandartes tricolores (franceses), verdes e amarelos (brasileiros) e principalmente verdes e vermelhos (republicanos/portugueses). Mais do que significar a República, a bandeira verde-rubra simbolizava a Pátria. Os republicanos aspiravam à fusão da ideia de Nação com a de República, pelo que, na sua perspectiva, as práticas simbólicas adquiriam um valor ideológico e cívico. Em suma, a inclusão da bandeira verde e vermelha nas liturgias democráticas imprimia-lhe um alcance supra-ideológico e supra-partidário porquanto se apresentava como símbolo nacional.

Neste ponto, consideramos pertinente reequacionar, ainda que de forma sumária, a discussão em que a problemática da escolha da bandeira foi envolta no nascimento do novo regime. Na verdade, a opção republicana pela bicolaração verde/rubra não se reduziu a um simples contenda circunstancial e insignificante, nem se resumiu ao conflito entre a continuidade readaptada das cores da monarquia e a alteração para tons antagónicos. A controvérsia entre os sequazes de Guerra Junqueiro e os prosélitos de Teófilo Braga radicou em tradições mais profundas.

Se atentarmos a algumas descrições relativas a ornamentos que figuraram sob diversas formas nas celebrações cívicas, concluiremos que a presença do verde e do vermelho remonta à emergência do movimento democrático na década de 70. Com efeito, a conjugação destas duas cores foi introduzida pela facção federalista, vertente mais jacobina do republicanismo. Recorde-se a presença do verde e vermelho na bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro, arvorada na Câmara Municipal do Porto na revolta de 31 de Janeiro de 1891, ou no estandarte do Clube Henriques Nogueira. Esta insígnia aquiriu significativo valor simbólico após a extinção do centro. Traduzia a génese do espírito associativo democrático e o papel relevante que aquele grémio teve para a organização definitiva do partido. Por isso, figurou nos congressos republicanos e em momentos áureos da vida partidária, como por exemplo, nos cantos da sala do Centro José Falcão, em Coimbra, onde decorreu o congresso de 1907. Na já citada récita a favor do jornal *O Rebate*, órgão do federalismo democrático, surgiu no palco uma criança cuja indumentária mitigara a herança francesa (barrete frígio) com a originalidade republicana portuguesa (vestida de verde e escarlate).

Este foi o primeiro acontecimento cultural, que conhecemos, em que os dois tons surgem aliados à ideia democrática.

Mas muitos outros se seguiram. Verde e vermelho eram as cores dos panejamentos que envolviam os retratos do banquete em homenagem a Manuel de Arriaga pela sua eleição pelo círculo do Funchal em 1882. Na romagem ao túmulo de Manuel Fernandes Tomás, a 24 de Agosto de 1884, as corporações participantes «traziam coroas com fitas vermelhas e verdes»[431]. As insígnias da Academia de Instrução Popular eram igualmente verde-rubras. Na inauguração do ano lectivo no Clube José Falcão, em 1899, a mesa da presidência estava ladeada por um estandarte verde e outro vermelho. Por ocasião do passeio de propaganda realizado a Setúbal, em 1908, cuja iniciativa pertenceu ao Grémio Federal Republicano, «à saída da estação local alguns excursionistas republicanos acenaram com lenços vermelhos e verdes»[432]. A fim de comemorar o seu primeiro aniversário, a Tuna Democrática do Cartaxo promoveu, a 23 de Fevereiro de 1908, um sarau dramático e dançante na sua sede. A sala estava decorada com bandeiras vermelhas e verdes. Quando em Paris Magalhães Lima tomou conhecimento da vitória republicana de 5 de Outubro, içou, no Hotel Central onde estava hospedado, a bandeira verde-rubra.

Perante os exemplos citados, somos levados a concluir que o republicanismo português cedo se identificou com o expressionismo bicolor, tendo este constituído um elemento isotópico no seu universo simbólico. Não obstante a pluralidade semântica que pesa sobre as colorações verde e vermelha, elas sintetizam, no período de propaganda republicana, a esperança (verde) na regeneração, consubstanciada no renascer do sol (e da luz), isto é, na aurora (vermelho). A traduzir a riqueza semasiológica das duas cores, J. Avelino de Sousa recitou um poema intitulado *Verde e Vermelho* durante o sarau de «baptismo» da bandeira do Centro Republicano de Santarém, em Novembro de 1909. Ao vermelho conferiam-se significados líricos como sangue, pôr-do-sol, luz dos faróis, cor dos lábios e das acácias.

---

[431] *O Século*. nº 1113, 26-8-1884, p. 1.

[432] *Vanguarda*. nº 4151 (7022), 3-8-1908, p. 2.

Mas também suportava sentidos de índole sinestésica ao ser equiparada à cor da Ideia Nova e dos gritos da revolta. Por sua vez, o verde significava a cor do mar, da vegetação e da Natureza. Principalmente, correspondia ao sentimento de esperança na regeneração, objectivada na República. No remate da poesia, era enunciado, sob a forma lírica, o alcance simbólico das bandeiras:

> Eu vejo nessas dobras ondeantes
> Em lúcida, fraterna comunhão,
> A imagem da própria revolução
> Abrindo-me os seus laços palpitantes.
>
> E a doce Esperança – explêndido luzeiro
> Que inunda de vigor nossos sentidos
> Que seja para transpor um cativeiro.
>
> Para dar agasalho aos desvalidos
> Ou seja, para salvar um povo inteiro
> Das garras de farçantes e bandidos!...» [433]

Os estandartes, tal como os hinos, figuravam na galeria dos símbolos unificadores, criadores de «fraterna comunhão». A fusão das almas individuais na alma colectiva, decorrente do canto solene em uníssono e do culto da expressão plástica do ideal republicano, não visava apenas a união em torno dos ícones democráticos. A pretensão democrática apontava, sobretudo, para a elevação dos símbolos da democracia a símbolos nacionais e o seu culto dever-se-ia tornar na liturgia dos ícones supremos da nação.

O empenho democrático no sentido da apropriação e afeição aos símbolos patrióticos pelos cidadãos começou antes do 5 de Outubro. Como se constatou pelos exemplos supracitados, o movimento republicano procurou desde os primórdios da sua organização popularizar uma simbologia comunitária através de vivências litúrgicas.

---

[433] *O Debate*. nº 103, 25-11-1909, p. 2.

O culto das bandeiras antes da República e o culto da bandeira nacional depois da revolução constituiu, conjuntamente com o hino, um pólo fundamental de republicanização. Na esfera reduzida dos clubes solenizava-se a inauguração do estandarte oficial de cada grémio como se de um símbolo patriótico se tratasse. O que o novo regime operou foi um alargamento à escala nacional das liturgias cívicas que vinha popularizando anteriormente no seio da sua estrutura orgânica. Daí que as opções republicanas, depois de Outubro de 1910, no atinente à adopção de uma simbologia comunitária e nacionalista – comemorações, comícios, romagens cívicas, feriados, hino, bandeira, etc. – tenham carreado uma evidente continuidade com o período da propaganda durante a vigência da monarquia.

No conjunto do expressionismo plástico republicano, alguns elementos decorativos desempenharam um papel secundário, mas enriquecedor, quanto à valorização da simbologia espacial. Muitos retratos eram encimados por coroas de louros, que objectivavam a heroicização das personalidades expostas. A disposição de jornais democráticos em forma de trofeu constituía o recurso imagético da glorificação da imprensa, em geral, e dos principais órgãos propagandísticos republicanos, em particular. Aureolava-se assim, o valor da liberdade de expressão escrita, esteio fundamental do programa democrático e necessidade indispensável para a divulgação do republicanismo.

A sacralização do espaço antidinástico estribava-se ainda em elementos de elevado teor pedagógico. Não se trata da pedagogia da imagem, mas da pedagogia da escrita. Deste modo, ao exibirem-se frases alusivas a uma personalidade, pretendia-se identificar a assistência com a personagem em causa. Mas, em concomitância, divulgavam-se os princípios basilares do ideário republicano, encarnados em figuras, nacionais e estrangeiras, cujo pensamento e obra se harmonizavam com a ideologia democrática. A dupla homenagem, já referida, a José Estevão e Gambetta, é ilustrativa do enriquecimento iconográfico e doutrinário, resultante da exibição de pensamentos e títulos de discursos dos celebrados. Um outro exemplo foi a reprodução de pensamentos de Malby e de Voltaire nas salas do Centro Republicano de Belém.

É incontornável o poder propagandístico e popularizador da ornamentação democrática. Na verdade, a republicanização do *décor* tinha como objectivos familiarizar a assistência com as ideias, cores e figuras do movimento antimonárquico, inocular valores de forma visível e pedagógica e criar um espaço com memória, o que se tornava mais fácil num local fechado. A educação política e cívica dos cidadãos perpassava pela assimilação e socialização de símbolos republicanos e, posteriormente, nacionais. Ora, se os símbolos serviam de mediação entre o significado e o significante, a popularização pela via simbólica e objectiva das imagens (significado) seria mais acessível que a apropriação das ideias abstractas (significante) que lhes estavam subjacentes. Por conseguinte, os símbolos eram, simultaneamente, formas de educação imediata e objectivações da consciência colectiva. Dito de outro modo e recorrendo às palavras de Maurice Agulhon, «la République n'a pas été seulement representée au sens concret du mot, par une série d'images et d'autres traductions plastiques; elle l'a été aussi, plus abstraitement, en représentations mentales. De celles-ci les unes sont des théories, des doctrines, des dispositins légales qui sont assez comunnes. Mais d'autes sont l'histoires des mentalités, et il faut les inclure dans l'interprise parce qu'elles sont très proches de la visualisation»[434].

A riqueza decorativa das celebrações democráticas era, por norma, reforçada com música, quase sempre sob a forma de canto coral. O estímulo do sentido da visão era assim avivado pela informação auditiva. A entoação em grupo de canções propiciava a fusão dos indivíduos, dando-lhes a consciência de pertenceram ao todo colectivo. Dessa unanimidade emerge o sentimento da solidariedade, mas também a noção de disciplina, conceito fundamental para a educação cívica e patriótica. Os republicanos souberam retirar das liturgias católicas a função complementar, mas essencial, da música. A celebração tornava-se mais aprazível, solene e alegre.

O canto repetitivo e síntono de um poema, de elevado teor ideológico e propagandístico, favorece a interiorização da mensagem subjacente, fixa os caminhos da interdependência política, entusiasma e apaixona. Já anteriormente

---

[434] AGULHON, Maurice - *Marianne au Pouvoir*, p. 8.

enumerámos e descrevemos o leque de hinos tocados e cantados nas festas democráticas. Do núcleo referido destacamos, pelo seu valor simbólico, *A Marselheza*, *A Portuguesa* e *A Sementeira*. Este hino dirigido exclusivamente ao público infantil teve, por certo, influências do simbolismo republicano francês. A III República criou o símbolo da «Semeuse» representando a capacidade de trabalho do homem. Estava associada à pedagogia do progresso («La République en marche est 'semeuse d'idées'»)[435]. Relativamente a este hino refira-se, a título de curiosidade, que em 1907, Augusto da Silva, proprietário de uma fábrica a vapor de chapéus, promoveu a venda de chapéus à Bernardino Machado e oferecia aos seus fregueses os versos e a música para piano da *Sementeira*.

Menos cantado era o hino *Primeiro de Maio*, por vezes em associação à *Sementeira*. A entoação coral destas odes democráticas sacralizava o rito e frisava os momentos ontologicamente mais ricos. Dava expressão objectiva ao princípio da «fraternidade» que Olivier Ihl apelidou de «chaleur d'âme»[436].

Frequentemente eram recitadas poesias alusivas à celebração. O acto de recitação de um poema operava como que uma paragem no tempo da liturgia, durante a qual a atomicidade individual se congregava em torno da mensagem poética.

A estruturar o universo simbólico da imagem e do som, a gestualidade estabelecia o elo de ligação entre os diversos actos litúrgicos. Os gestos, tal como as palavras, obedeciam a um formulário (modelo) repetitivo e arquetípico que acompanhava as acções. Deste modo, centrava-se a atenção do público em torno dos agentes da celebração. E os promotores culturais republicanos, conhecedores que eram dos estudos de Gustave Le Bon sobre a mutação do comportamento individual no seio da multidão, procuravam capitalizar a unissonidade das atitudes colectivas[437]. A festa era um momento de refundação que prefigura uma sociedade ideal, estabelece a

---

[435] Cf. *Idem*, pp. 30-31.

[436] *Apud* IHL, Olivier - *ob. cit.*, p. 326.

[437] Recorde-se que a primeira tradução portuguesa da obra *A Psicologia das Multidões* (edição original de 1895) de Gustave Le Bon, publicada em 1908, foi integrada na colecção Biblioteca de Educação Nacional, dirigida por Agostinho Fortes.

disciplina afectiva e instaura uma verdadeira comunidade emocional. Como sublinhou Michelet, «il faut que [a festa] entre et pénètre (...) qu'elle agisse sur l'âme, qu'elle atteigne les volontés, qu'elle soit une révolution du coeur, une transformation morale et réligieuse»[438].

Neste momento da exposição parece-nos pertinente inserir as festividades republicanas no quadro dos modelos litúrgicos. Se atentarmos à definição geral de liturgia, ela designa «any system or set of rituals that is prescribed for public or corporate performance»[439]. Ora, este leque articulado de ritualizações pretendia aumentar as energias dos homens pela reunião com os seus semelhantes. Do mesmo modo as celebrações democráticas apresentavam contornos litúrgicos, eivadas de religiosidade, mas dessacralizadas.

Torna-se evidente que as expressões culturais republicanas comungaram da interpretação durkeimiana de religiosidade. Na sua obra *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1895) a religião encontra-se abordada sob o ponto de vista sociológico, porque «a religião deve ser uma coisa eminentemente colectiva»[440]. Mas, tal como Durkheim sublinhou, a colectivização dos sentimentos em direcção à harmonia cósmica dependia de uma linguagem ritualista e formal.

Foi esse expressionismo plástico, linguístico e gestual que pautou os rituais democráticos. Quebrando a rotina do tempo ordinário, as celebrações culturais estabeleciam momentos de rememoração e consolidação dos valores republicanos, tornando-os alvo de veneração e de apropriação. Desta forma, afirmavam-se como «soit un supplément, soit un substitut d'éducation. Mieux que cela, même car elles ne fournissent pas tout a fait l'enseignement qu'on attend des écoles. Celles-ci se proposent de former l'esprit: [...] Les fêtes [...] s'adressent non à l'intelligence mais à l'homme global et impliquent de la communauté tout entière. [...] Les fêtes sont des écoles»[441].

---

[438] IHL, Olivier - *ob. cit.*, p. 69.

[439] JENNINGS, Theodore W. - «Liturgy». In *The Enciclopedia of Religion*. Mircea Eliade (ed.). New York: Macmillan Publishing Company, 1987. vol. 8, p. 580.

[440] DURKHEIM, Émile *apud* DUVIGNAUD, Jean - *Durkheim*. Lisboa: Edições 70, 1982, pp. 35-36.

[441] OZOUF, Mona - *La Fête Révolutionnaire*, p. 329.

4.2. O Tempo (O Comemoracionismo)

No quadro da festa republicana, assim como o espaço, também a categoria do tempo foi objecto de «sacralização» cívica. Estando o ideário republicano umbilicalmente ligado ao progresso diacrónico, as festas culturais operavam como que uma paragem, ou mesmo um retorno, nessa evolução aparentemente inexorável. Significa isto que, assim como a democratização simbólica do espaço o tornava mais rico de ser e portanto superior à espacialidade restante, também as liturgias de recordação constituíam momentos onticamente enriquecidos e de ruptura com o tempo «profano». No decurso dos ritos democráticos está-se perante a supressão temporária do tempo que, como na cosmovisão sagrada, produz o rejuvenescimento e reforça as crenças, regenerando os participantes, apesar de não retomar o momento arquetípico das origens. A evocação dos primórdios no quadro da popularização democrática adquiria a forma de mitificação da geração de 48 e de todos aqueles que continuaram fiéis ao republicanismo, expurgando-se os apóstatas para sacralizar o núcleo primordial.

A artificialização de um retorno, no caso das comemorações, ou de uma simples pausa temporal, estava ao serviço dos intuitos propagandísticos do republicanismo. Na verdade, a rememoração de factos e de grandes homens, deve ser perspectivada, não à luz de um tempo mítico, mas dessacralizado e contínuo. É que para provar e popularizar a crença de que a República se inseria no fim ôntico da história e da natureza, nacional e universal, dever-se-iam reinvocar acontecimentos e personagens que pré-anunciassem e antecipassem essa *finalidade*. Por isso, as comemorações, como momentos de actualização do passado, devem ser encaradas para além da circularidade do tempo sagrado. Uma circularidade simulada que só fazia sentido quando legitimadora de uma visão evolutiva e progressista da história. A «sacralização» artificial do tempo acentuava a sua índole diacrónica e linear, mas produzia os mesmos efeitos regenerativos dos ritos cosmogónicos: reforçava os vínculos e gerava a coesão interpessoal (e solidária), além de conceder expressão colectiva aos sentimentos socialmente regulados. Do ponto de vista político, punha-se fim a um tempo indiferenciado, onde não valeria a pena qualquer alteração do regime.

A vaga de comemoracionismo que o movimento democrático alimentou, sob a forma de centenários, era de grande proficuidade, porque «determina na alma colectiva uma sobreexcitação da inteligência, do sentimento e da vontade, aceleradora do seu movimento progressivo»[442]. O recurso à revisitação do passado foi de tal modo recorrente que nas vésperas da revolução um articulista da revista *Alma Nacional* questionava: «Mais um 'centenário' que passou: – o de Herculano. E não será já tempo de acabar com eles? [...] a excessiva frequência de tais fenómenos vem, pela incontestável lei da saciedade ou do hábito, a causar a atenuação do seu poder estimulante; ao entusiasmo dos primeiros 'centenários' sucede a frieza dos seguintes, e o aborrecimento geral acabará por pôr termo aos últimos. Isto é mau. Isto é danoso para a memória dos celebrados e para o bom-nome dos celebrantes; – porque à espécie de idolatria com que a opinião se prostrou perante o primeiro dos imortais na ordem cronológica das celebrações, sucederá a indiferença a respeito dos últimos propostos à sua admiração: – e estas injustiças póstumas não condecoram mortos nem vivos»[443].

Comemorar significava reactualizar o *conhecimento* sobre o passado em função do presente e do porvir, assim como reanimar o sentimento patriótico e solidário da comunidade envolvida. Foi neste horizonte que o movimento republicano rentabilizou as comemorações através de festas cívicas à escala nacional, ou somente circunscritas ao espaço sociabilitário dos clubes e do partido. Recorde-se que era corrente a comemoração nos centros de datas relativas a acontecimentos e figuras históricas da filogenia democrática assinaladas com sessões solenes, conferências e romagens a túmulos. No âmbito circunscrito dos clubes destaca-se a comemoração de datas importantes, normalmente assinaladas por conferências. Do total de palestras estudado, cerca de 77 prelecções (4% do total) continham uma finalidade comemorativa. Os temas abordados focaram os seguintes acontecimentos históricos: 14 de Julho de 1789 (Revolução Francesa); 24 de Agosto de 1820 (Revolução Liberal Portuguesa); 1 de Dezembro de 1640 (Restauração da Independência); Comuna de Paris; Expulsão do Jesuítas por

---

[442] MARTINS, Júlio Augusto - «Centenários». In *Alma Nacional*. nº 12, 28-4-1910, p. 177.

[443] *Idem*.

Pombal; Revolta do 31 de Janeiro; Revolução Republicana Brasileira; 1º de Maio. Entre as personalidades portuguesas evocadas à data do seu nascimento ou morte salientam-se: Camões, Almeida Garrett, Bocage, António José da Silva (o Judeu), Sara de Matos, Heliodoro Salgado, Gomes Freire de Andrade, Marquês de Pombal, Joaquim António de Aguiar e Alexandre Herculano. Das internacionais destacam-se: Garibaldi, Darwin, Cervantes, Petrarca, Voltaire e Giordano Bruno. Pese embora a limitação da esfera espacial e sociológica destas festas, os objectivos que presidiam à sua organização eram semelhantes aos que tutelavam as grandes comemorações nacionais.

De acordo com o ideário democrático, era civicamente necessária a edificação de uma crença colectiva em torno do deus-pátria e, *à posteriori*, do deus-humanidade. Ora, a deificação da nação e do universo dependia sobretudo de um conhecimento racional e afectivo da história, ciclicamente revivificada e representificada através da simulação dos retornos ao passado, em busca de uma Idade do Ouro que se quer de volta.

Nenhuma outra comemoração traduziu melhor essa pretensão que o centenário camoniano. O poeta, obreiro da civilização e, por isso, grande homem por merecimento, inscreveu-se em vida num contexto áureo do Renascimento, das Descobertas e do Experiencialismo. Ao reevocar-se Camões, aspirou-se à restituição dessa Idade do Ouro, ainda que adaptada aos novos tempos.

A história era assim lida como uma antropodiceia. Foram homens que a povoaram, mas foram também os «grandes homens», a quem Claude Nicolet apelidou de»chefs-d'œuvre du patrimoine de l'humanité»[444], que operaram os avanços decisivos no rio da sua evolução. É certo que na base desta crença esteve a inspiração democrática na Religião da Humanidade de Comte. Mas, tal como Gramsci viria posteriormente a formular, a política não podia estar exclusivamente sustentada em raciocínios doutrinários, pois precisava de «mitos», «de uma fantasia concreta que opera sobre o povo disperso e pulverizado para suscitar e organizar a vontade colectiva»[445].

---

[444] Nicolet, Claude - *La République en France. État des lieux*, p. 28.

[445] *Note sul Machiavelli, apud* RAMOS, Rui - *História de Portugal*. In MATTOSO, José (dir.) - *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores. vol. VI, p. 418.

À luz do republicanismo «os totens cívicos», congregadores da ordem colectiva, eram sobretudo personagens arquetípicas do passado que pela sua actuação terrena (temporalidade) adquiriam uma dimensão hagiográfica, capaz de impulsionar o ressurgimento nacional. Formavam um património pedagógico para a educação cívica das novas gerações, pois o seu exemplo faz nascer na alma dos participantes um sentimento de obrigação moral para prosseguir a obra das personalidades celebradas[446]. Acumulavam uma função educativa, patriótica e parabólica para o presente, o que nos leva a concluir, como Jacques Le Goff, que «a memória colectiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder»[447].

[446] VIROLI, Mauzirio - *ob. cit.*, p. 85.

[447] «Memória». In *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1, p. 46.

IV – Conclusão

A compreensão da obra de popularização cultural edificada pelo movimento democrático radica nas fontes teóricas do republicanismo e nos objectivos que pretendia atingir. A principal ambição consistia em alcançar a democratização e a republicanização da sociedade portuguesa em busca da modernidade. Mas estes objectivos só seriam possíveis com a criação de uma opinião pública, quase inexistente, e de uma nova espiritualidade.

Democratizar pressupõe preparar para a cidadania, isto é, para a escolha livre e consciente. O sucesso da República, enquanto regime assente na universalidade do sufrágio, dependia da capacidade das elites antimonárquicas em desenvolverem um esforço de propaganda e de culturização ideológica e cívica. É que esta nova forma de exercício do poder só fazia sentido se sufragado por uma nação esclarecida e liberta. Ora, a emancipação não se cingia ao domínio dos valores ideológicos que deviam nortear a política e a vida em sociedade. Apontava também para um horizonte alargado e profundamente revolucionário, esteado numa visão laicista do poder, da sociedade, do Homem, do mundo e do pensamento. A dinâmica de popularização cultural democrática só pode ser interpretada à luz da ambição que condicionava e animava o republicanismo: a criação de uma nova mundividência, alternativa e superior à que dominava na mentalidade portuguesa, profundamente marcada pela religião e, em especial, pelo catolicismo. O desafio residia no esvaziamento dos seus alicerces de matriz teológica e transcendente e na sua substituição por fundamentos de ordem secularista. E a superioridade da República provinha da legitimação histórica que lhe conferia um carácter de desenvolução e da sua

passibilidade em ser demonstrável pela via científica, o que a tornaria definitiva aos olhos da razão humana.

Na adopção do Positivismo como uma das fontes doutrinárias radica uma outra interpretação para a determinação republicana em vulgarizar a sua ideologia. A influência da doutrina de Comte conduziu o pensamento democrático, pelo menos numa primeira fase, à crença de que, de acordo com o fundo evolucionista, pacifista e optimista que a acobertava, o novo regime emergiria *per si*, naturalmente, porquanto se encontrava pré-determinado nos desígnios da história. Este credo explica o privilégio atribuído aos meios pedagógicos como instrumentos de preparação para o devir republicano.

Acresce o facto do republicanismo se ter inspirado igualmente nos ideais optimistas do Iluminismo, segundo os quais só a cultura venceria a animalidade e só a educação e a instrução poderiam emancipar. A demopedia assentava na pretensão em elevar o nível intelectual e cultural da população porque conduziria à libertação das amarras da religião. Além disso, a inteligência republicana considerava que um eleitorado instruído e esclarecido optaria, inevitavelmente, pelo projecto republicano e iria robustecer as suas hostes de apoiantes.

Por fim, o esforço popularizador desenvolvido pelo movimento antidinástico enquadra-se na função civilizadora de que os intelectuais portugueses se vinham auto-investindo desde a geração liberal. A capacidade que os distingue e superioriza em ver para além do seu próprio tempo, converteu a vanguarda democrática em agentes mediadores de acção culturizadora junto da nação, com especial incidência nas classes mais incultas de raiz marcadamente urbana. Deste modo, registámos a articulação de formas mais intelectualizadas de transmissão e socialização das ideias – conferências, sessões solenes – com formas mais populares impregnadas de ludismo – passeios ao campo, bailes, quermesses, entre outras.

Podemos assim concluir que a popularização cultural democrática resulta de vários fundamentos e justifica-se com base na multiplicidade de fontes ideológicas em que o republicanismo recolheu as partes que lhe deram corpo e unidade como ideologia. Ao vulgarizar ideias e valores pretendia-se, no plano material, edificar novas instituições e no plano espiritual criar

uma nova mentalidade, cultura, axiologia e sociabilidade. Só assim o projecto totalizante republicano estaria consumado.

As acções de propaganda e de culturização eram organizadas a partir dos clubes, mas não se confinavam nem ao seu espaço, nem à sua iniciativa. Significa isto que a responsabilidade das manifestações culturais e os locais onde se realizavam traduzem a permeabilidade existente entre diversas instituições e correntes que comungavam de um fundo ideológico comum. E como se consubstanciava no domínio prático esta permeabilidade? Centros republicanos dinamizavam acções culturais em grémios operários, associações de socorros mútuos, organismos ligados à propaganda laica, instituições de relevante papel educativo e instrutivo. Por sua vez, os clubes democráticos acolhiam iniciativas de associações de classe, de órgãos relacionados com a campanha laica e do livre-pensamento e de várias associações de matriz cultural, instrutiva ou educativa. A ligá-las, comungavam de um horizonte ideológico e axiológico comum, senão no todo, pelo menos em parte.

A permeabilidade de dinâmicas culturais era ainda visível no envolvimento dos agentes dinamizadores e no público-alvo. Era frequente ver-se ao lado de líderes republicanos, personalidades ligadas à maçonaria, ao socialismo (não marxista) e ao anarquismo. Do mesmo modo, assistiam às manifestações culturais militantes republicanos, enquadrados na pequena e média burguesia, operários, mulheres e crianças. Este relacionamento e comunicabilidade evidenciam a matriz interclassista do republicanismo.

Num século caracterizado pelo florescimento associativo, o clube constituía, sem dúvida, o esteio da estrutura partidária republicana. Estava inscrito dentro da liberdade associativa, legalmente consignada na Carta Constitucional, e reunia funções multímodas. Em simultâneo, os centros podiam agregar os papéis de comités eleitorais, associações de auxílio e solidariedade, órgãos de divulgação cultural e instituições de ensino. Na sua faceta de dinamizadores culturais, os grémios faziam germinar no seu seio secções teatrais, desportivas e musicais. Com a sua criação almejava-se a auto-suficiência no que respeitava ao acompanhamento artístico e à sobrevivência económica das escolas que os clubes patrocinavam.

No âmbito cronológico em que incidiu o nosso estudo, foi-nos possível detectar duas fases de intensa actividade popularizadora democrática. De acordo com as fontes, os períodos de 1881-1891 e 1897-1910 foram os lapsos temporais de mais intensa vida propagandística, e dentro deles, ressaltam as épocas de 1883 a 1884 e de 1906 a 1910. Esta última coincidiu com o franquismo e com o consequente desabamento da monarquia. Nunca como no derradeiro lustro do regime dinástico, o edifício democrático congregou esforços como um todo. Aparentemente as correntes de opinião, que vinham alimentando divergências entre si, limaram as arestas e, de forma definitiva, o partido uniu-se (ou coalizou) em torno de um objectivo comum: liquidar pela via armada um regime que entrara definitivamente em desagregação no justo momento em que enveredou pela ditadura.

Entre 1892 e 1896 deparámo-nos ante aquilo que apelidámos de "fase do silêncio". As fontes não ecoam acções de culturização popular, ou porque, na realidade, não existiram, ou porque foram silenciadas pela censura pós-31 de Janeiro. A verdade é que, em vésperas da intentona revolucionária o partido dava mostras de profundas divergências internas que o conduziriam para uma travessia no deserto pelo lustro seguinte.

A macrocefalia que caracterizava o movimento republicano quanto à sua implantação orgânica e à origem de recrutamento da sua militância, traduziu-se naturalmente no processo de popularização cultural. Era em Lisboa que se localizava o maior número de clubes e era na capital que se situava o grosso do proselitismo democrático. Por isso, tomámos como centro de atenções, as actividades desenvolvidas em Lisboa, de modo a poder traçar um quadro, tanto quanto possível, próximo da realidade qualitativa e quantitativa da dinâmica cultural antimonárquica.

A temática que dava conteúdo à vulgarização cultural era dominada pelas questões fracturantes que corporizavam o republicanismo enquanto projecto institucional e ideológico. Dominavam as três isotopias da propaganda republicana: a questão do regime, a questão religiosa e a questão social. Nenhuma pode ser separada das restantes, mas só nos derradeiros anos da monarquia a sua articulação e interdependência foi claramente assumida no que respeita à actividade popularizadora, quer na esfera teórica, quer na actuação prática.

No domínio das ideias, o derrube do regime monárquico era indispensável ao abatimento do poder da Igreja e, em última perspectiva, da mentalidade religiosa. Mas, simultaneamente, da queda da monarquia dependia a resolução da questão do operariado. Só com a República os proletários poderiam ambicionar melhores condições de vida e de trabalho, em resultado do poder que lhes era investido pelo voto. O republicanismo fez depender a resolução do problema do *trabalho* da revolução política e não sócio-económica, convertendo-se num social-republicanismo que continuou fiel aos direitos naturais (individuais) e foi sensível a certos aspectos da questão social. Deste modo, conseguiu atrair uma militância que, certamente, iria engrossar as hostes do Partido Socialista. Por seu turno, republicanos e socialistas fundiam-se no cadinho do anticlericalismo e mesmo do laicismo. E assim, o ideário antidinástico articulou igualmente a resolução da problemática social com a questão religiosa. Só num Estado laico, em que a Igreja deixaria de deter o poder instrumentalizador que a caracterizava, os operários poderiam aceder à instrução e alcançar a plenitude da sua consciência cívica.

Quanto à esfera da actuação popularizadora, a interligação do trio temático citado, também se revelou na última década da monarquia. De que modo? Na participação de associações operárias e democráticas em acções antidinásticas e anticlericais; na promoção de conferências, sessões solenes e outras manifestações por republicanos em agremiações de classe subordinadas a estas questões; na integração de personalidades da democracia em actividades culturais operárias e na concorrência de figuras proeminentes do socialismo e do anarquismo no âmbito das acções republicanas.

A abordagem destas problemáticas estava impregnada pela questão do ensino. Educar e instruir eram os caminhos para a edificação (ou mesmo para o fabrico) de cidadãos activos e empenhados. A instrução constituía o alicerce da emancipação humana. A educação, baseada na instrução, reproduzia os valores da civilidade e da participação activa. Só o ensino permitia a libertação da influência da Igreja e por isso devia ser laico. E só o ensino elevava o nível cultural e a formação de uma opinião pública esclarecida, pelo que devia ser gratuito, obrigatório e da responsabilidade do Estado, a exemplo do modelo republicano francês.

Porque o direito ao ensino era universal, também se aplicava às mulheres. Sobre temas ligados ao feminismo incidiram múltiplas conferências e discursos incentivando a mulher a instruir-se, a libertar-se do poder clerical e deste modo a preparar melhor as gerações dos seus filhos para o exercício da cidadania. À mulher foi-lhe igualmente reconhecido o direito ao divórcio e à igualdade no domínio dos direitos civis. Mas não na esfera dos direitos cívicos. Por conseguinte, a questão do sufragismo feminino não ressoou no discurso popularizado democrático.

A par das temáticas supra referidas, a história e a ciência mereceram um enfoque quantitativo e qualitativamente expressivo na mensagem veiculada. Ao invés dos temas anteriores, estas áreas do saber não foram encaradas como questões essenciais, mas como domínios acessórios.

A história foi perspectivada num horizonte totalizante, isto é, o pretérito valia pelo papel legitimador que conferia ao futuro (República). Mais ainda, era de um valor inestimável porque fornecia um património factológico que, sendo reconstruído republicanizadamente – quer através da sua abordagem em acções de divulgação, quer por meio de rituais de recordação (comemorações) – permitia a edificação de uma nova memória colectiva que reverteria a favor da nova ordem espiritual em preparação. Só a republicanização da memória poderia enraizar uma nova consciência nacional que assentasse na crença de que a República seria o único regime capaz de reconduzir o país à Idade do Ouro outrora perdida. A Clio era vista como um fecundo instrumento e, por isso, manipulada no domínio do conteúdo e da forma. Ora provia temas para abordagem nas mais diversas manifestações de propaganda (nomeadamente em conferências, sessões solenes e festas cívicas), ora servia de fórmula retórica e argumentativa que validava a exposição das mais variadas questões.

Também a ciência desempenhou uma função ambivalente enquanto temática focada no discurso popularizado. Por um lado, a torrente de novidades científicas e tecnológicas, importantes pelo seu impacto e influência no quotidiano, incitava à sua vulgarização. Por outro lado, dado o valor inquestionável e imperialista (quase dogmático) atribuído à ciência, a argumentação de índole científica, à imagem da história, conferia validade aos temas objecto de análise.

Para a inoculação racional e afectiva do republicanismo foram rentabilizados múltiplos meios: uns de pendor mais elaborado (conferências, sessões solenes, leituras públicas e algumas festas cívicas), em que primava a oratória e conduziam a uma atitude mais passiva por parte dos receptores; outros de matriz mais popular, lúdica e sociabilitária (passeios, merendas, bodos aos pobres, quermesses, touradas, bailes e récitas) que incitavam a um comportamento activo de todos os participantes. Muitas destas manifestações serviam de engenho para a obtenção de auxílio económico às escolas republicanas. Emergentes no seio dos clubes ou de forma independente, as instituições de ensino democráticas organizaram-se como um microcosmos profetizador do que seria a República enquanto regime e como espaço de democratização pública. Integravam adultos e crianças, homens e mulheres, analfabetos ou detentores da instrução básica. Ministravam ensino básico, artístico e técnico-profissional. Pretendia-se desde logo combater o analfabetismo e evidenciar a incapacidade monárquica em empreender a luta contra o obscurantismo que alicerçava o regime moribundo.

As manifestações culturais decorriam numa atmosfera ritualista, impregnada de memória republicanizada. Espaço, música, poesia e gestualidade concorriam para um ambiente consensual, onde se respirava uma religiosidade laica, mas decalcada dos modelos católicos. À semelhança do espaço, também o tempo foi estruturado sob o signo da republicanização. A visão historicista da democracia permitia capitalizar afectiva e racionalmente os momentos de repetição e de retorno suscitados pelas diversas festividades sem, no entanto, abandonar o tempo contínuo e progressivo. Ao simular a circularidade mítica, mais não se pretendia do que sublinhar o carácter decadente da monarquia e o virtuosismo messiânico e regenerador da República.

A demanda da harmonia entre as partes no todo social ergueu-se como um dos pilares fundamentais da concepção democrática de sociedade. Contrariamente ao liberalismo ortodoxo, esteado na visão darwinista de indivíduo e da vida social, o horizonte sociológico republicano (como o comteano) apontava para a domesticação do egoísmo, fazendo prevalecer gradualmente a sociabilidade sobre a personalidade e harmonizar a unidade e a diversidade.

Recorrendo ao contacto estreito entre os militantes, contrariava-se o sentimento egocêntrico e educavam-se os comportamentos colectivos do cidadão, numa escala gradativa, que ia da esfera privada à esfera ecuménica (família, nação, humanidade). Os republicanos compreenderam que essa educação seria tanto mais frutífera na futura sociedade democrática, quanto fosse interiorizada desde tenra idade. Daí que a escola tenha sido concebida à imagem e semelhança do regime que estava em forja.

O reforço dos elos sociabilitários, decorrente da popularização cultural extravasava a sociabilidade natural que deriva do convívio de indivíduos num todo colectivo, ainda que fugaz. Acima da sociabilidade espontânea, estava uma sociabilidade cívica, regulada e controlada de acordo com a axiologia social democrática, centrada no regime.

Neste momento da exposição justifica-se proceder a uma avaliação da actividade popularizadora desenvolvida pelo movimento republicano. Qual terá sido a sua real eficácia? Terá sido efectivamente uma actividade popularizadora? Que organismos terão desempenhado mais eficazmente esse papel e com que efeitos?

Recorde-se a pretensão em inocular a ideologia e a cultura republicana nas camadas populares, isto é, de baixo nível sócio-cultural. Mas esta catequização laica não devia proceder exclusivamente da transmissão de ideias de emissor para receptor. Os conteúdos ideológicos deviam ser retidos no coração, pela via do sentimento e da afectividade, reforçados pela sociabilidade e pela sua vivificação. Assim se conclui que nem os dinamizadores seriam os únicos agentes activos, nem o público-alvo se deveria remeter a uma posição de impávida passividade. A eficácia da popularização cultural seria tanto mais efectiva, quanto maior fosse o empenho pró-activo de todos os agentes envolvidos.

Consideramos que a escola constituiu o aparelho culturizador mais produtivo, por diversas razões. Em primeiro lugar, permitiu a visibilidade e resultados quantitativos da sua obra; em segundo lugar, a população-alvo para quem o trabalho era dirigido, apesar de multifacetada, era dominada por crianças que, quanto mais cedo fossem republicanizadas, melhores republicanos seriam; finalmente, a escola, não obstante os conteúdos variados que reproduzia, insistiu na veiculação de uma educação e instrução

básica que funcionava como alicerce seguro para a inoculação de ideias mais complexas e elaboradas.

Já no que concerne aos restantes meios, é certo que muitos tinham uma índole marcadamente popular. Passeios, excursões, merendas, quermesses, bailes, algumas récitas dramáticas e as leituras públicas eram geradoras de convívio, solidariedade e concitavam à participação de grupos operários de baixo estrato económico e cultural. Ora desencadeavam ligações sociabilitárias e afectivas fugazes e efémeras, que pela repetição se iam solidificando, ora propiciavam a emergência de uma sociabilidade mais duradoura.

Porém, outras acções culturizadoras revestiam-se de um evidente cariz teórico e intelectual, em que predominava a arte da oratória e da retórica. Sessões solenes, conferências e algumas festividades cívicas eram campeadas por discursos que, a acreditar nos registos que saíam a lume na imprensa, dificilmente seriam assimilados por camadas populares incultas ou de baixa instrução.

Refira-se ainda que inicialmente a maior parte das actividades culturais desenrolavam-se no âmbito sociológico dos clubes, pelo que a convivialidade era limitada aos sócios dos grémios. Só no definhamento da monarquia, o movimento republicano desenvolveu um esforço no sentido de alargar o seu raio de acção popularizadora a agremiações fora da esfera da militância democrática, mas comungantes do mesmo horizonte ideológico.

A popularização cultural assentou, assim, numa actuação que não deixa de ser paradoxal. É que apesar do empenho com que os agentes dinamizadores republicanos se aproximaram das elaborações culturais populares, revelaram uma notória dificuldade em se despirem de um discurso erudito e em adaptá-lo ao senso comum das classes incultas. Podemos assim inferir que o virtuosismo da acção popularizadora democrática radicou, não tanto na simplificação (desconstrução) da mensagem transmitida, mas essencialmente no quadro sociabilitário e festivo em que era reproduzida. Deste modo, os republicanos transformaram a política num espaço que dizia respeito a todos, e não apenas aos políticos tradicionais.

Consideramos, numa reflexão final, que este trabalho não fica esgotado com o que até aqui foi exposto. Uma compreensão mais abalizada da obra popularizadora protagonizada pelo movimento antimonárquico deve ser

sustentada em estudos de âmbito local e em abordagens de carácter monográfico. Ainda que a realidade lisboeta forneça o grosso da informação e investigação sobre esta temática, sabemos que muitos outros espaços geográficos, se bem que circunscritos, mereceriam ser estudados em ordem a traçar um quadro geral do labor propagandístico republicano. Procedemos a algumas incursões de raiz local e apercebemo-nos do muito que poderá ser feito neste domínio[447]. Deixamos a sugestão de uma possível ossatura na abordagem a esta problemática, mesmo confinada a pequenas localidades. Vemos ainda com interesse a averiguação do modo como foi dada continuidade à obra popularizadora durante a 1ª República.

A descerrar o pano, assumimos que recordar o republicanismo, um século volvido depois da revolução de 1910, não nos limita a realizar uma incursão estanque no passado. Reflectir sobre a República é, essencialmente, ponderar sobre a actualidade, porque a política pode mudar na forma, mas não na substância. Nunca nos deveríamos esquecer de que a virtude do regime vigente continua a radicar na nossa capacidade em sermos cidadãos esclarecidos e, consequentemente, empenhados. E ser cidadão hoje, como há quase um século, não se confina apenas a votar quando o sistema o solicita. A plenitude do exercício cívico apela-nos à intervenção constante e atenta, de forma espontânea ou organizada, individual ou colectivamente, sobretudo numa época caracterizada por uma certa indiferença quanto à coisa pública. Só desta forma participativa em democracia se concretiza a cidadania republicana na sua essência e perenidade.

---

[447] Um importante contributo foi dado recentemente com a publicação dos *Roteiros Republicanos*.

VI- Fontes e Bibliografia

1 - As fontes e a bibliografia foram agrupadas de acordo com a seguinte ordem: I - Fontes, subdivididas em 1 - Publicações Periódicas e 2 - Outras Fontes Impressas. O segundo núcleo é composto por II - Estudos, divididos em 1- Dicionários e Enciclopédias e 2 - Outros Estudos.

2 - No respeitante às Publicações Periódicas (Jornais, Revistas, Almanaques e Diário do Governo) indicamos os anos compulsados, avulsos ou com data inicial e final de consulta, registados entre parêntesis.

I - Fontes

1 - Publicações periódicas

Almanach Republicano para 1887 (1886).

Alma Nacional (1910).

Almanach de Palcos e Salas (1911).

Almanach do Século para 1882 (1881).

Almanach Republicano para 1877 (1876).

Annuario Democratico (1910).

Boletim da Escola-Oficina nº 1 (1918).

Boletim da União dos Atiradores Civis Portugueses (1908).

Boletim das Escolas Móveis pelo Methodo João de Deus (1907).

Boletim de Propaganda da Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escola (1910).

Debate, O (1908-1910).

Defensor do Povo, O (1892-1896).

Defesa (1909)

Democrata, O (1908).

Diário do Governo (1890, 1891, 1911).

Domingo, O (1907-1910).

Educação Nacional (1903, 1907).

Educação Popular, A (1910).

Educação (1913).

Ensino, O. Revista de Instrucção Primária (1885).

Ensino , O. Revista do Colégio Portuense (1877).

Escola , A (1903, 1905).

Escola Livre, A (1887).

Fröebel (1882-1884).

Gazeta da Figueira (1899-1910).

Gazeta de Coimbra (1913; 1919).

Germinal (1907-1910).

Gymnasta, O (1882).

Hygiene Popular, A (1909, 1910).

Illustração Portugueza (1907, 1908).

Jornal dos Pequenitos (1907-1908).

Lucta, A (1906, 1909, 1910).

Mulher e a Criança, A (1909, 1911).

Mundo, O (1900, 1905, 1908).

Notícias de Coimbra (1910).

Portugal Novo (1907).

Povo da Figueira, O (1899).

Revista Republicana (1897).

Século, O (1881-1891).

Solidariedade, A (1907-1910).

Tuna, A (1909).

Vanguarda (1900-1909).

Vintém das Escolas, O (1902).

Voz da Justiça, A (1904; 1908-1909).

Voz do Operário, A (1900).

Voz Publica, A (1891).

2 - Outras fontes impressas

ALMEIDA, António José d' - *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & Cª, 1933. 4 vols

ALMEIDA, António José d' - *Desaffronta. (Historia d'uma perseguição)*. 3.ª ed. Coimbra: Livraria Moderna de A. d' Oliveira, 1896.

ALMEIDA, Fialho d' - *Actores e Autores. (Impressões de teatro)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

ARANHA, Brito - *Os Jesuítas em 1860*. Lisboa: s.e, 1860.

ARANTES, Hemeterio - *O Parlamentarismo e o Moderno Theatro. Conferencia proferida no salão nobre da Liga Naval Portugueza em a noite de 29 de Janeiro de 1917*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1917.

ARRIAGA, Manuel - *Harmonias Sociais. O problema humano e a futura organisação social (no debute da sua phase definitiva). A paz dos povos*. Coimbra: França Amado, Editor, 1907.

BASTOS, Sousa - *Dicionário de Teatro Português*. Coimbra: Minerva, 1994. (1.ª ed 1908)

BASTOS, Teixeira - *Ideas Geraes sobre a Evolução da Pedagogia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

BOMBARDA, Miguel - *A Sciencia e o Jesuitismo. Replica a um padre sábio*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1900.

BRAGA, Alexandre - *Discurso pronunciado no comicio anti-jesuítico realisado no Theatro de Recreios a 7 de Setembro de 1885*. Porto: Typographia Occidental, 1885.

BRAGA, Teófilo - *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Livraria Ferreira-Editora, 1885. 2 vols.

BRAGA, Teófilo - *A Egreja e a Civilisação Moderna*. Lisboa: Publicação da Junta Liberal, 1910.

BRAGA, Teófilo - *Os Centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

BRAGA, Teófilo - *Prefácio a Gomes Freire. Drama Historico*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1907.

BRAGA, Teófilo - *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983. (A 1.ª ed. é de 1880).

BRITO, João de - *Exercícios Elementares de Gymnastica Sueca*. Lisboa: Typ. da Rua da Rosa, 1908.

BRUNO, Sampaio - *A Questão Religiosa*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editora, 1907.

BRUNO, Sampaio - *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Livraria Chardron, 1906.

CHAGAS, João Chagas - *Cartas Políticas*. Lisboa, 1908-1910. Série I a V.

CHAGAS, Manuel Pinheiro - *O Drama do Povo. Drama em tres actos*. Porto: Livraria More de Francisco Silva Mengo-Editor, 1876.

COELHO, Trindade - *Manual Politico do Cidadão Portuguez*. Porto: Typographia A Vap, da Empresa Litteraria e Typographica, 1908.

COELHO, Trindade - *Primeiras Noções de Educação Cívica*. Paris-Lisboa: Livraria Aillaud, 1906.

CRISTO, Homem - *Notas da minha Vida e do meu Tempo*. Lisboa: Editora Guimarães e C.ª, s.d. 4 vols.

DEROUET, Luís - *A Educação Cívica na Escola Primária*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1903.

Estatutos da Associação de Instrução Popular. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1902.

Estatutos do Grémio Escolar Republicano Tomás Cabreira. Lisboa: Sociedade Astória [1908].

FORTES, Agostinho - *A Emancipação da Mulher*. Lisboa: Typographia de Francisco Luís Gonçalves, 1910.

FRANCE, Anatole - *L'Église et la République*. Paris: Éditions D'Art, 1904.

GRAINHA, Manuel Borges - *História da Franco-Maçonaria em Portugal, 1733-1912*. Lisboa: Vega, 1976.

GRAINHA, Manuel Borges - *Les Jesuítes en Portugal de 1834 à 1910. Contribution à l'étude et à l'interpretation des lios du 8 Octobre et 31 Décembre 1910*. Lisboa: Impremerie Nationale, 1915.

GRAINHA, Manuel Borges - *Os Jesuitas e as Congregações Religiosas em Portugal nos Ultimos 30 anos*. Porto: s.e., 1891.

GRAINHA, Manuel Borges - Prefácio a *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.

JÚNIOR, António de Campos - *A Torpeza. A propósito em 1 acto e 3 quadros*. Lisboa: Cruz & Cª - Editores, 1890.

LARANJEIRA, Manuel - *Obras de Manuel de Laranjeira*. (Org., Pref. e Notas de José Carlos Seabra Pereira). Lisboa: Edições Asa, 1993. vol. 2.

LIMA, Magalhães - *Episódios da minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal da Armando J. Tavares, s.d. 2 vols.

LIMA, Magalhães - *A Obra Internacional*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1896.

LIMA, Magalhães - *O Socialismo na Europa*. Lisboa: Typographia Companhia Nacional Editora, 1892.

MACHADO, Bernardino - *O Ensino Profissional*. Coimbra: Typographia França Amado, 1900.

MACHADO, Bernardino - *Pela República, 1906-1908*. Lisboa: Edição do Autor, 1908.

MACHADO, Bernardino - *Da Monarchia para a República, 1883-1905*. Coimbra: Typographia de França Amado, 1905.

MACHADO, Fernão-Botto - *Crenças e Revoltas*. Lisboa: Typographia Bayard, 1908.

MACHADO, Fernão-Botto - *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*. Lisboa: Typographia de Pereira & Faria, 1896.

MADUREIRA, Joaquim - *Impressões de Theatro. (Cartas a um provinciano & notas sobre o joelho), 1903-1904*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Lda Editores, 1905.

NORDAU, Max - *As Mentiras Convencionais da nossa Civilisação*. Lisboa: Empresa do Almanach Encyclopedico Illustrado, 1908. vol. 1.

NOVICOW - *L'Affranchissement de la Femme*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1903.

ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*. Lisboa: Clássica Editora, 1991. vol. 7 e 8.

ORTIGÃO, Ramalho - *John Bull. Depoimento de uma testemunha*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1887.

OSÓRIO, Ana de Castro - *A Arvorezinha*. S. Paulo: Casa Editora «Para as Crianças», 1913.

OSÓRIO, Ana de Castro - *A Minha Pátria*. Setúbal: Livraria Editora «Para as crianças», 1906.

OSÓRIO, Ana de Castro - *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

OSÓRIO, Ana de Castro - *Bem prega Frei Tomaz ... Provérbio num acto*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1905.

OSÓRIO, Ana de Castro - *O Mêdo. Comédia num acto*. S. Paulo: Casa Editora «Para as crianças», 1913.

OSÓRIO, Ana de Castro - *Um Sermão do Senhor Cura. Diálogo*. Setúbal: Livraria Editora «Para as crianças», 1907.

PEDROSO, Consiglieri - *As Grandes Épocas da História Universal*. Porto: Livraria Civilisação de Eduardo da Costa Santos, Editor, 1883.

PEDROSO, Consiglieri - *Manual de História Universal*. Paris: Guillard, Aillaud e Cia, 1884.

PEDROSO, Consiglieri - *Propaganda Democratica*. Lisboa: Typographia Nacional, 1886.

PIÇARRA, Ladislau - *O Ensino Primário e a preparação profissional. (Comunicação lida em sessão de 17 de Novembro de 1915)*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1916.

PINTO, Júlio Lourenço - *Estética Naturalista. Estudos Criticos*. Porto: Livraria Portuense, 1885.

POINSARD, Léon - *Portugal Ignorado*. Porto: Magalhães & Moniz, Lda-Editores, 1912.

PY I MARGALL, Francisco - *Las Nacionalidades*. Barcelona: Producciones Editoriales, 1979.

QUEIRÓS, Eça de - *A Capital*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», s.d.

QUEIRÓS, Eça de - *Últimas Páginas Dispersas*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», s.d.

REIS, Luís Norberto de Sousa d'Almeida - *A Educação Física desde o Nascimento até à Virilidade. These inaugural apresentada e sustentada perante a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*. Lisboa: A Liberal - Officina Typographica, 1898.

RIBEIRO, José Silvestre - *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883 (vol. 11) e 1887 (vol. 15).

RIBERA Y ROVIRA - *Portugal Literari*. Barcelona: Libreria «L'Avenq», 1912. vol. 1.

SALGADO, Heliodoro - *Religião e Sciencia. Conferencias de critica religiosa realizadas na sala da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa em 31 de Março e 1 de Abril de 1903*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1903.

SILVA, Ernesto da - *Theatro Livre e Arte Social. Conferencia promovida pela sociedade cooperativa Theatro Livre e realisada no Atheneu Commercial a 14 de Dezembro de 1902*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1902.

TELES, Basílio - *A Questão Religiosa*. Porto: Livraria Minerva-Editora, 1913.

VELEDA, Maria - *À Conquista. Discursos e Conferências*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho Editor, 1909.

VERA Y GONZÁLEZ, Enrique - *Pi y Margall y la Política Contemporánea. La democracía federal, su origen, su historia, sus destinos. Medio siglo de doctrinarismo en España. La política de programa y la política real*. Barcelona: Tipografia La Academia de Evaristo Ullastres, 1886. 2 tomos.

VITERBO, Sousa - *A Esgrima em Portugal. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Manuel Gomes Editor, 1896.

VITERBO, Sousa - *Cem Artigos, insertos no Diario de Noticias de Lisboa e pela empresa deste jornal publicados em homenagem ao seu extinto colaborador*. Lisboa: Tipographia Universal, 1912.

ZOLA, Émile - *Le Naturalisme au Théâtre*. Paris: Typographie François Bernouars, [1879].

II - Estudos

1 - Dicionários e Enciclopédias

BOUDET, Jacques - *Dictionnaire Les Mots de l'Histoire*. Paris: Larousse, 1998.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (dir.) - *Dictionnaire des Symboles*. S.l.: Éditions Pierre Laffont, 1969.

DEIGHTON, Leleyc (dir.) - *Encyclopedia of Education*. [E.U.A]: Cromwell-Collier Educational Corporation, 1971.

ELIADE, Mircea (ed.) - *The Enciclopedia of Religion*. New York: Macmillan Publishing Company, 1987.

Enciclopedia de la Religión Católica. Barcelona: Dalman y Jover S.A., 1953.

Enciclopedia Universal Ilustrada. Barcelona: Hijos de J. Espasa Editores, 1904.

Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. vols. 1, 2 e 30.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d.

MOREIRA, Carlos (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

New Catholic Encyclopedia. New York: McGraw Hillbook Company, 1967.

SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

SILVA, Inocêncio Francisco da - *Dicionario Bibliografico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

2 - Outros estudos

AGULHON, Maurice; BODIGNEL, Maryvonne - *Les Associations au Village*. Le Paradou: Actes Sud, 1981.

AGULHON, Maurice - «Le Mythe de Garibaldi en France de 1882 à nos Jours», *Histoire Vagabonde*. In *Ideologies et Politique dans la France du XIXe siècle*. Paris: Éditions Gallimard, 1988. vol. 2.

AGULHON, Maurice - *Marianne au Pouvoir. L'Imagerie et la Symbolique Républicainne de 1880 à 1914*. Paris: Flammarion, s.d.

AGULHON, Maurice - *Marianne en Combat, 1789-1880*. Paris: Flammarion, s.d.

ÁLVAREZ LÁZARO, Pedro - "Masonería y Enseñanza Laica durante la Restauración". In *Historia de la Educación, Revista Universitária*, nº 3, Janeiro-Dezembro, 1983.

ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e - «Angelina Vidal. Uma Vida ao Serviço da Propagação da Nova Ideia». In *Revista de Ciências Históricas*. 1993. vol. 8.

ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e - «Da Educação da Mulher no Portugal Oitocentista. Notas de um estudo». In *Revista de Ciências Históricas*. 1990. vol. 5.

Anselmo Braancamp Freire. Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência, 1996.

ANTÓN, Jaon; CAMINAL, Miquel (coord.) - *Pensamiento Político en España Contemporánea (1800-1950)*. Barcelona: Teide, 1992.

ANTONI JUTGLAR, F. - *Pi y Margall y el Federalismo Español*. Madrid: Taurus, 1975. vol. 1.

ANTONI JUTGLAR, F. - *Pi y Margall. La Reacción y la Revolución*. Barcelona: Anthropos, 1982.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) - *História da Vida Privada*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990. vol. 4.

AUDIER, Serge - *Les Théories de la République*. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

BAPTISTA, António Manuel - *A Primeira Idade da Ciência. A Ciência no século XIX e tempo de D. Carlos I (1863-1908)*. Lisboa: Gradiva, 1996.

BARATA, José Oliveira - *O Teatro Português do Fim-de-Século ao Modernismo 1871-1915*. Coimbra: Trabalho policopiado, 1993.

BEBIANO, Rui - "O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica". In *Revista de História das Ideias*. vol. 4, tomo II. 1982.

BELLESORT, André - *Les Intellectuels et l'Avènement de la Troisième République (1871-1875)*. Paris: Bernard Grasset Éditeur, 1931.

BÉNICHOU, Paul - *Le Sacre de l'Écrivain, 1750-1830. Essai sur l'Avènement d'un Pouvoir Spirituel Laïque dans la France Moderne*. Paris: Librairie José Corti, 1973.

BENTLEY, Eric - *The Theatre of Commitment and other essays on Drama in our society*. Nova Iorque: Atheneum, 1967.

BOURDIEU, Pierre - *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

CABRAL, Manuel Villaverde - *O Operariado nas vésperas da República (1909-1910)*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1977.

CALLOIS, Roger - *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.

CALVO CABALLERO, Pilar - *Política, Sociedad y Cultura en el siglo XIX*. Madrid: Actas Editorial, 2002.

CAMPOS, Christophe - «Peoples Theatre in France since 1870. Seven types of popular theatre». In *Theatre Quartterly*. vol. 6, nº 23. 1976.

CANDEIAS, António - *Educar de Outra Forma. A Escola Oficina nº 1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

CANET, Louis - *Critique du Laicisme ou comment se pose le problème de Dieu*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1948.

CAPÉRAN, Louis - *Histoire Contemporaine de la Laïcité Française*. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie, 1957.

CARVALHO, Rómulo de - *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASCÃO, Rui - «A Família e o Divórcio na Primeira República». In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

CASTRO, Armando de - *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*. Porto: Limiar, 1978.

CASTRO, Armando de - «Para a Teoria das Ideologias». In *Revista de História das Ideias*. nº 8. 1986.

CATROGA, Fernando - «A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal». In *Biblos*. vol. 50. 1977.

CATROGA, Fernando - «A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano». In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

CATROGA, Fernando - *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

CATROGA, Fernando - "Caminhos do Fim da História". In *Revista de História das Ideias*. nº 23. 2002.

CATROGA, Fernando - «Decadência e Regeneração no Imaginário Republicano dos Finais do Século XIX». In *Actas do Congresso Internacional Los Ibéricos y el Mar. El Estado y la Politica. Actas*, vol. 3. Salamanca-Madrid: Sociedad Estatal Lisboa'98.

CATROGA, Fernando - «José Falcão. Um Lente Republicano». In *Biblos*, vol. 52. 1976.

CATROGA, Fernando - «Nacionalismo e Ecumenismo. A *Questão Ibérica* na Segunda Metade do Século XIX». In *Cultura, História e Filosofia*. nº 4. 1985.

CATROGA, Fernando - *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando - «O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)». In *Análise Social*. vol. 24 (100). 1988 (1º).

CATROGA, Fernando - «O Livre-Pensamento contra a Igreja». In *Revista de História das Ideias*. 2001. vol. 22.

CATROGA, Fernando - «Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social». In *Revista de História das Ideias*. 1977. vol. 1.

CATROGA, Fernando - *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal 1865--1911*. Coimbra: 1988. (Dissertação de Doutoramento policopiada). 2 vols.

CATROGA, Fernando - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 2 vols.

CAZENEUVE, Jean - *Les Rites et la condition humaine*. Paris: PUF, 1958.

CHEVALIER, Louis - *Classes Labourieueses et Classes Dangereuses à Paris pendant la première moitié ao XIXe siècle*. Paris: PLON, 1958.

CIPOLLA, Carlo - *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*. Lisboa: Ulisseia, s.d.

COELHO, Maria Teresa Pinto - *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CORNEILIER, Benoit - «La Marseillaise et la Marseillaise poème sous le chant». In *Poetique*, nº 77, Fevereiro de 1989.

COSTA, Fernando Marques da - *A Maçonaria Feminina*. Lisboa: Vega, s.d.

COSTA, Fernando Marques da - «Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1ª República». In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

COSTA, Pietro - *Civitas. Storia della Cittadinanza in Europa*, vol. 2 - *L'Età delle Rivoluzioni*; vol. 3 - *La Civiltà Liberale*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2001.

COSTA, Rui Afonso da - «A Questão Religiosa e as ideias de Estado-Nação sobre a Propaganda Republicana». In *Boletim da A.P.H.* nº 12-13-14-15 (II série), 1990-93. vol. 3.

CRUBELLIER, Maurice - *Histoire Culturelle de la France XIXe-XXe siècle*. Paris: Armand Colin, 1974.

CRUBELLIER, Maurice - *L'École Républicaine 1870-1940: Esquisse d'une Histoire Culturel*. Paris: Éditions Christian, 1993.

CRUZ, Manuel Braga da - «Os Católicos e a Política nos finais do século XIX». In *O Século XIX em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

DOMINGUES, Manuela - *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.

DUVIGNAUD, Jean – *Durkheim*. Lisboa: Edições 70, 1982.

ELIADE, Mircea - *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1985.

ELIADE, Mircea - *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», s.d.

ESTEVES, João - *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas:Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

ESTEVES, João - *As Origens do Sufragismo Português*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

ESTEVES, Rosa - «Gabinetes de Leitura em Portugal nos Séculos XIX e XX». In *Revista de Letras da Universidade de Aveiro*. nº 1, 1984.

FERNANDES, Joaquim - *Halley. O cometa da República*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2010.

FERNANDES, Rogério - *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

FERNANDES, Rogério - *João de Barros. Educador Republicano*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d.

[FERRÃO, Carlos] - *História da República. Edição Comemorativa do Cinquentenário da República*. Lisboa: Editorial «O Século», [1960].

FERREIRA, Alberto - (Prefácio, Selecção e Notas) *Antologia de Textos Pedagógicos do século XIX português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. vol. I.

FERREIRA, António Gomes - «A Acção de Paulo Lauret na Promoção da Educação Física no Porto nos Finais do Século XIX». In *Ensaios de Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998.

FERREIRA, António Matos - «L'Espagne et le Portugal». In *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, Jean-Marie Mayeur *et alii* (dir.). tomo XI - *Libéralisme, Industrialisation, Expansion Europeénne (1830-1914)*. Paris: Desclée, 1995.

FERRER BENIMELI, José A. - «La Escuela Laica y la Iglesia en España (1868-1930)». In *École et Église en Espagne et en Amérique Latine. Aspects Ideologiques et Institutionels. Actes du Colloque de Tours (4-6 Dezembro 1987)*. Tours: Université de Tours, 1988.

FLETCHER, Sheila - *Feminists and Bureaucrats. A Study in the Development of Girl's Education in the Ninetheenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FONSECA, Carlos da - *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. Mem Martins. [Porto]: Publicações Europa-América, s.d. vol. 3.

FOX, E. Inman - *La Crisis Intelectual del 98*. Madrid: Edicusa, 1976.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (dir.) – "História das Mulheres". In *O Século XIX*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991. vol. 4.

FURET, François; OZOUF, Mona (dir.) - *Le Siècle de l'Avènemet Républicain*. Paris: Gallimard, 1993.

FURST, Lilian R.; SKRINE, Peter N. – *Naturalism*. London: Methuen & Co. Ltd., 1971.

GARCÍA PAVON, F. - *Teatro Social en España (1895-1962)*. Madrid: Taurus, 1962.

GARCÍA CANCLINI, Néstor - *Las Culturas Populares en el Capitalismo*. Havana: Ediciones Casa de las Américas, 1982.

GARDINER, Patrick - *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GARRIDO, Álvaro - «A Utopia Pedagógica de Alves dos Santos (Lente Republicano: 1866-1924)». In *Ensaios de Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998.

GOMES, J. Pinharanda - *Os Congressos Católicos em Portugal*. Lisboa: Acção Católica Portuguesa, 1984.

GOMES, Joaquim Ferreira - *A Educação Infantil em Portugal*. Lisboa: INIC, 1986.

GOMES, Joaquim Ferreira - «Algumas reacções em torno da 'Cartilha Maternal' de João de Deus». In *Revista Portuguesa de Pedagogia*. 1976.

GONÇALVES, José Júlio - *Técnicas de Propaganda. Elites, Quadros e Outros Estudos*. Lisboa: s.e., 1961.

GUEDES, Ana Isabel Marques - *Algumas Considerações sobre a 'Questão Religiosa' em Portugal (Meados do Século XIX a Início do Século XX). O Anticlericalismo e o Espírito Republicano*. Porto: Editorial O Oiro do Dia, 1990.

GUEDES, Fernando - *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História, séculos XVIII-XIX*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 1987.

HENNESSY, C. A. M. - *La República Federal en España. Pi y Margall y el Movimiento Republicano Federal 1868-1874*. Madrid: Aguilar, 1966.

PERES, Damião (dir.) - *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. vol. 7.

HAZAREESINGH, Sudhir - *Intellectual Founders of the Republic. Five studies in nineteenth--century French political thought*. Oxford: University Press, 2001.

HOMEM, Amadeu Carvalho - *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

HOMEM, Amadeu Carvalho - *A Propaganda Republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho - «Conciliação e Confronto no discurso Republicano (1870-1890)». In *Revista de História das Ideias*. 1985. vol. 7.

HOMEM, Amadeu Carvalho - *Da Monarquia à República*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

HOMEM, Amadeu Carvalho - «Ilusões do Cientismo nos Primórdios da Sociologia Portuguesa». In *XII Encontro de Professores de História da Zona Centro. Comunicações*. Coimbra: 1994.

HOMEM, Amadeu Carvalho - «O 'Ultimatum' Inglês de 1890 e a Opinião Pública». In *Revista de História das Ideias*. nº 14. 1992.

HOMEM, Amadeu Carvalho - «O Radicalismo Republicano ou o temor do poder». In *Revista Portuguesa de História*. tomo XXV, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho - «Algumas Notas sobre o Positivismo Religioso e Social». In *Revista de História das Ideias*. tomo III, 1987. vol. 9.

HUBSCHER, Ronald (dir.) - *L'Histoire en Movements. Le Sport dans la société française (XIXe-XXe siècles)*. Paris: Armand Colin, 1992.

HUIZINGA, J. - *Homo Ludens. El Juego como elemento de la Historia*. Madrid: Editorial Azar, 1943.

HUNT, Lynn - "Pouquoi la République est-elle une Femme? La Symbolique Républicaine et l'Opposition des Genres, 1792-1799". In *Révolution et République. L'Exception Française, Michel Vovelle* (dir.). Paris: Éditions Kiné, 1994.

IHL, Olivier - *La Fête Republicaine*. Paris: Gallimard, 1996.

Instauração da República. Comemoração dos 75 anos. Imagens da Época. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1985.

JOÃO, Maria Isabel - *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

JOST, Hans Ulrich - «Societé et Sociabilité». In *Histoire et Societé Contemporaines. Societés et Sociabilité au XIX^éme^ siècle, Colloque à l'Université de Lausanne*. tomo 5/86, 1986.

JÚNIOR, António Salgado - *História das Conferências do Casino (1871)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.

KNIGHT, David - «La Popularización de la Ciencia en la Inglaterra del siglo XIX». In *La Ciencia y su publico. Perspectivas Históricas*, Javier Ordoñez y Alberto Elena (comps.). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1990.

LANGA LAORGA, María Alicia - *España y Portugal en el siglo XIX*. Madrid: Akal, 1990.

LEITE, Teixeira - *Como nasceu a Portuguesa*. Lisboa: Terra Livre, 1978.

LEROI-GOURHAN, André - *O Gesto e a Palavra*. Lisboa: Edições 70, 1983. vol. 2.

LOURENÇO, Eduardo - *O Labirinto da Saudade*. 3.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

LUIS, Francisco de - *Cinquenta Años de Cultura Obrera en España 1890-1940*. Madrid: Editorial Pablo Iglésias, 1994.

MACEDO, Jorge Borges de - «O Aparecimento em Portugal do conceito de Programa Político». In *Revista Portuguesa de História*. tomo XIII. 1971.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) - *Nova História de Portugal*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. vol. 11.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1ª República Portuguesa. (Alguns Aspectos Estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Correspondência Política de Afonso Costa 1896-1910*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986. 2 vols.

MARTÍNEZ SOSPEDRA, Manuel - *Introducción a los Partidos Políticos*. Barcelona: Ariel, 1996.

MATOS, Ana Maria Cardoso de - «Sociedades e Associações Industriais Oitocentistas: Projectos e acções de divulgação técnica e incentivo à actividade empresarial». In *Análise Social*. vol. 31 (p. 136-137), 1996 (2º-3º).

MATOS, Sérgio Campos Matos - *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MEDINA, João - *«Oh! a República!...». Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*. Lisboa: I.N.I.C., 1990.

MEDINA, João (dir.) - *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. In *A Monarquia Constitucional*. Lisboa: Ediclube, 1996. vol. 9.

MELLOR, Alec - *Historia del Anticlericalismo francês*. Bilbau: Mensajero, 1967.

MOLAS, Isidre - *Ideário de Pi y Margall*. Madrid: Ediciones Peninsula, 1966.

MÓNICA, Maria Filomena - *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MORNET, Daniel - *Les Origines Intellectuelles de la Révolution Française, 1715-1878*. Paris: Librairie Armand Colin, 1967.

NEVES, Álvaro (coord.) - *A Vida dum Apóstolo. Sebastião de Magalhães Lima. Escritor*. Lisboa: Imprensa Lucas & Cª, 1930.

NICOLET, Claude - *L'Idée Republicaine en France (1789-1924). Essai d'Histoire Critique*. Paris: Éditions Gallimard, 1982.

NICOLET, Claude - *La République en France. État des lieux*. Paris: Éditions de Seuil, 1992.

NOGUEIRA, César - *História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

NORA, Pierre (dir.) - "Les Lieux de la Mémoire". *In La République*. Paris: Gallimard, 1984. vol. 1.

NÓVOA, António - *Le Temps des Professeurs*. Lisboa: I.N.I.C., 1987.

NUNES, Maria de Fátima - «Angelina Vidal e o mundo do trabalho. Apontamentos de um discurso feminino». In *A Mulber na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

NUÑEZ RUIZ, Diego - *La Mentalidad Positiva en España: desarollo y crisis*. Madrid: Tucar Ediciones, 1975.

OLIVEIRA, César de (dir.) - *História dos Municípios e do Poder Local. (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

OZOUF, Jacques - *Nous les Maîtres d'École. Autobiographies d'Instituteurs de la Belle Époque*. Paris: Gallimard, 1973.

OZOUF, Mona - *L'École, l'Église et la République, 1871-1914*. Paris: Armand Colin, 1963.

OZOUF, Mona - *La Fête Révolutionnaire, 1789-1799.* Paris: Gallimard, 1976.

PAHLEN, Kurt - *Nova História da Música*. São Paulo: Melhoramentos, 1993. vol. 2.

PAULO, Lia Sá - *A Polémica de* Os Lazaristas *de António Enes (1875)*. Coimbra: Trabalho policopiado, 1996.

PAULO, Lia Sá - «A Recepção do Drama *Os Lazaristas* de António Enes em Coimbra (1875)» In *Munda*. nº 31, Maio de 1996.

PAULO, Lia Sá - «Do 'Drama' de uma Família Aveirense ao Drama Anticlerical. Realidade e Ficção em *Os Lazaristas* de António Enes». In *Estudos Aveirenses*. nº 4, 1995.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui - «Liturgia Higienista no Século XIX. Pistas para um Estudo». In *Revista de História das Ideias*. 1993. vol. 15.

PEREIRA, Ana Leonor - «Raças e História: Imagens nas Décadas Finais de Oitocentos». In *Revista de História das Ideias*. 1992. vol. 14.

PEREIRA, Ana Leonor - *Darwin em Portugal (1865-1914)*. Coimbra: Almedina, 2001.

PEREIRA, Miguel Baptista - *Tempo e Modernidade. Para uma Leitura do Discurso Moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

PINA, Luís de - *História do Cinema Português*. Mem Martins. [Porto]: Publicações Europa--América, 1986.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa - *A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1ª República Portuguesa (1910-1926)*. Salamanca: Tese de Doutoramento policopiada, 1996.

PIQUERAS ARENAS, José A.; CHUST, Manuel (dir.) - *Republicanos y Repúblicas en España*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1996.

PIQUERAS ARENAS, José A. - «Educación Popular y proceso revolucionario Español». In *Classes Populaires, Culture, Éducation XIXe et XXe siècles, Colloque Franco-Espagnol*. Madrid: Casa de Velázquez, 1989.

PISTONE, Danièle - *A Ópera Italiana no Século XIX. De Rossini a Puccini*. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

PITA, António Pedro - «O Poder de Saber - Competência e Cultura nas Universidades Republicanas de Educação Popular». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 27/28, Junho, 1989.

PONTEIL, Félix - *Les Classes Bourgeoises et l'Avénement de la Démocratie 1815-1914*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968.

QUINTAIS, Luís - "O teatro da destruição e da verdade na psiquiatria portuguesa na transição do século XIX". In *Revista de História das Ideias*. 2002. vol 23.

RAMOS, Rui - «A Formação da *Intelligentsia* Portuguesa (1860-1880)». In *Análise Social*. vol. 27, (p. 116-117), 1992 (82º-83º).

RAMOS, Rui - «Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal: uma Introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo». In *Análise Social*. vol. 24, 1988, nº 103-104.

RAMOS, Rui - *História de Portugal*. In MATTOSO, José (dir.) - *A Segunda Fundação (1890--1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 6.

RAVEY, Jean-Gabriel - «Les Sociétés Republicaines (Tir, Gimnastique et Musique) du Département de Doubs et leurs Relations avec la Suisse de 1870 à la Fin du Siècle». In *Histoire et Société Contemporaines. Sociétés et Sociabilité au XIXe siècle. Colloque à l'Université de Lausanne*. tomo 5/86, 1986.

REBELLO, Luiz Francisco - *O Teatro Naturalista e Neo-Romântico (1870-1910)*. Lisboa: I.C.P., 1978.

REIS, Carlos - *As Conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990.

REIS, Carlos - *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

REMOND, René - *L'Anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*. Paris: Fayard, 1976.

REVEL, Jacques - *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1989.

REVEL, Jacques - «Forms of Expertise: Intellectuals and 'Popular' Culture in France (1650-1800)». In *Understanding Popular Culture. Europe from the Middle Ages to the 19th Century*. New York: Mouton Publishers, 1984.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves - *Victor Hugo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1985.

RODRIGUES, António - *Álbum Alfredo Keil*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.

RODRIGUES, Edgar - *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977.

RODRIGUES, Ernesto - *5 de Outubro. Uma reconstituição*. Lisboa: Gradiva, 2010.

RODRIGUES, Manuel Augusto - «Problemática Religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu». In *Análise Social*. vol. 16 (p. 61-62), 1980, 1º-2º.

RODRIGUES, Samuel - *A Polémica sobre o Casamento Civil (1865-1867)*. Lisboa: I.N.I.C., 1987.

ROSANVALLON, Pierre - *Le Sacre du Citoyen. Histoire du Suffrage Universel en France*. Paris: Éditions Gallimard, 1992.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernando (coord.) - *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SÁ, Victor de - *A Formação do Movimento Operário Português*. Coimbra: Centelha, 1978.

SALGADO, Maria Teresa - *Angelina Vidal: entre le Socialisme et le Féminisme*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982.

SAMARA, Maria Alice - "O movimento republicano e o povo". In NEVES, José (coord.) - *Como se faz um povo. Ensaios de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa - *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-Modernidade*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - «Questionamento à Volta de Três Noções (a Grande Cultura, a Cultura Popular, a Cultura de Massas)». In *Análise Social*. vol. 24, (p. 101-102), 1988 (2º-3º).

SERRÃO, Joel - *Da «Regeneração» à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

SILVA, Augusto dos Santos - *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

SILVA, Maria Regina Tavares da - «Feminismo em Portugal na voz das Mulheres Escritoras no início do século XX». In *Análise Social*. vol. 19, nº 77-79, 1983.

SILVA, Vítor Aguiar e Silva - «O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)». In Separata da *Revista de História Literária de Portugal*. Coimbra: 1964. vol. 2.

SOLÁ, Pierre - «Acerca del Modelo Asociativo de Culturización Popular de la Restauración». In *Classes Populaires, Culture, Éducation XIXe et XXe Siècles. Colloque Franco-Espagnol*. Madrid: Casa de Velásquez, 1989.

STAROBINSKI, Jean - *Les Emblèmes de la Raison*. Paris: Flammarion, 1979.

STRINATI, Dominic - *An introduction to theories of Popular Culture*. Londres-Nova Iorque: Routlegde, 1995.

TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989 (2ª edição).

TENZER, Nicolas Tenzer - *Que sais je? La République*. Paris: P.U.F., 1993.

TORGAL, Luís Reis - *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

TORGAL, Luís Reis - *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

TORGAL, Luís Reis – "História de Portugal". *In* MATTOSO, José (dir.) - *O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. vol. 5.

TORGAL, Luís Reis [*et. al.*] - *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

TORRENT ORRI, Rafael - *Dos Federalismos y su pugna en España. Desde los Orígenes de la Primera República*. Barcelona: DOPESA, 1974.

TURIN, Yvonne - *La Educación y la Escuela en España de 1874 a 1902. Liberalismo y Tradición*. Paris: P.U.F., 1967.

ULLMAN, Joan Connelly - *La Semana Trágica. Estudio sobre las Causas Socioeconómicas del Anticlericalismo en España (1898-1912)*. Barcelona: Ariel, 1972.

VALENTE, Vasco Pulido - *As duas tácticas da Monarquia perante a Revolução*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

VALENTE, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974.

VALENTE, Vasco Pulido - *Glória. Biografia de J. C. Vieira de Castro*. Lisboa: Gótica, 2001.

VAQUINHAS, Irene Maria - «O conceito de 'Decadência Fisiológica da Raça' e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX/princípios do século XX)». In *Revista de História das Ideias*. nº 14, 1992.

VENTURA, António - *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

VIDAL, Mário de Campos - *Angelina Vidal. Escritora, jornalista, republicana, revolucionária e socialista*. Parede: Tribuna, 2010.

VIEIRA, Joaquim - *Portugal Século XX. Crónica em Imagens 1900-1910*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

VILAÇA, Alberto - "José Falcão, a *Cartilha do Povo* e as suas várias edições". In *Munda*. nº 25, 1993.

VILELA, Mário Augusto - *Clérigo e Leigo*. [Estudo semântico e onomasiológico relativo ao período de 1850-1910]. Coimbra: Dissertação de Licenciatura policopiada, 1969.

VILLACORTA BAÑOS, Francisco - *Burguesía y Cultura. Los Intelectuales Españoles en la Sociedad Liberal (1808-1931)*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 1980.

VILLACORTA BAÑOS, Francisco - *Culturas y Mentalidades en el siglo XIX*. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

VIROLI, Maurizio – *Repubblicanesimo*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1999.

XAVIER, Alberto - *História da Greve Académica de 1907*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1962.

ZULUETA, Carmen - *Misioneras, Femenistas, Educadoras*. Madrid: Editorial Castalia, 1984.

(Página deixada propositadamente em branco)

Colecção

República

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

· U C ·